TÓPICOS EM

Ciências Sociais

Volume 3

Editora Poisson

Editora Poisson

Tópicos em Ciências Sociais Volume 3

1ª Edição

Belo Horizonte
Poisson
2020

Editor Chefe: Dr. Darly Fernando Andrade

Conselho Editorial

Dr. Antônio Artur de Souza – Universidade Federal de Minas Gerais
Ms. Davilson Eduardo Andrade
Dra. Elizângela de Jesus Oliveira – Universidade Federal do Amazonas
Msc. Fabiane dos Santos
Dr. José Eduardo Ferreira Lopes – Universidade Federal de Uberlândia
Dr. Otaviano Francisco Neves – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Dr. Luiz Cláudio de Lima – Universidade FUMEC
Dr. Nelson Ferreira Filho – Faculdades Kennedy
Ms. Valdiney Alves de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T674

**Tópicos em Ciências Sociais – Volume 3/
Organização Editora Poisson – Belo
Horizonte – MG: Poisson, 2020**

Formato: PDF

ISBN: 978-65-86127-34-8

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

- 1. Ciências Sociais 2. Sociedade.**
- 3. Serviço Social I. Título**

CDD-300

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

www.poisson.com.br

contato@poisson.com.br

SUMÁRIO

Capítulo 1: Construção socioespacial e formação do apego ao lugar dos indivíduos em situação de rua: O que diz as vivências destes? 08

Brenda Marjory Lopes Correa, Milene Harumi Tomoiike

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.01

Capítulo 2: Políticas de urbanização e habitação: Direito à moradia ou inclusão perversa? 24

Fabiana Regina da Silva Grossi, Fabiano Ricardo Vicente, Wellington da Rocha Almeida

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.02

Capítulo 3: Reflexões sobre a urbanização de São José do Rio Preto e a ocupação da Vila Itália: Passado e presente 30

Tamyres Cirqueira dos Santos, Denise Beatriz Rack de Almeida

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.03

Capítulo 4: Equidade e saúde: Vozes da periferia 40

Fernando Conceição dos Santos Barbosa

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.04

Capítulo 5: Enfiteuse e vazios urbanos na cidade de Sousa (PB): Desafios à garantia da função social da propriedade 50

Anderson Henrique Vieira, Reginaldo Pereira França Júnior

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.05

Capítulo 6: A crise migratória venezuelana e o fechamento da fronteira Brasil/Venezuela: Uma análise à luz do direito humanitário 60

Gibton Pereira de Andrade, Raphael Caetano Solek

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.06

Capítulo 7: Migrações e a empregabilidade: Uma revisão bibliográfica no contexto Sul-Mato-Grossense 72

Gabriel de Souza Sales, Camila Torres Ituassu

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.07

Capítulo 8: A participação do usuário na política de assistência social 83

Christiane Cruvinel Queiroz

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.08

SUMÁRIO

Capítulo 9: Serviço Social, território e desastres naturais: Caso de Itaperuçu-PR 90

Ana Carolina Pedroso de Almeida, Doriana Tetu Lamberg, Marcia dos Santos Rodrigues, Romulo Augusto Friedrich Sant'Ana, Simone Pereira Domingos

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.09

Capítulo 10: Movimentos sociais, guerra de posição e contra hegemonia: Os povos tradicionais do Paraná e a democratização do poder político 98

Rosângela Bujokas de Siqueira, Danuta Estrufika Cantoia Luiz

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.10

Capítulo 11: Projeto Grande Carajás: Relatos, memórias, resistências de comunidades expropriadas no entorno da Região dos Lagos de Tucuruí/PA..... 106

Ana Carolina Silva dos Anjos, Kenji Baia Alves

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.11

Capítulo 12: Ética e Serviço Social: Uma reflexão acerca dos onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 em tempos de resistência..... 115

Adriano Pereira Basilo de Oliveira, Diego Augusto Rivas dos Santos, Erica Silva de Oliveira, Vaniele Soares da Cunha Copello

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.12

Capítulo 13: A precariedade do atendimento ao segurado nas agências da Previdência Social e a MP 871/2019 124

Patrícia Martins Garcia, Fernanda Julie Parra Fernandes Rufino, Zulmar Fachin, Maiara Ritiele de Queiroz, Diogo Oselame Pereira Boeira

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.13

Capítulo 14: Avaliação acerca do controle social e participação no Sistema Único de Assistência Social – SUAS. 127

Lúcia Elizabeth Moura Rodrigues, Anelize Felício Felipe, Lívia Maria Sales de Sousa, Diego Mendelson Nobre Carvalho, Leiriane de Araújo Silva

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.14

Capítulo 15: O ensino domiciliar frente à liberdade da autoridade parental e a efetivação da dignidade da pessoa infantojuvenil..... 135

Patrícia Martins Garcia, Thiago Cesar Giazzi, Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão, Fernanda Julie Parra Fernandes Rufino, Evelyn Salvador Miranda

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.15

SUMÁRIO

Capítulo 16: A (in) visibilidade entre saúde e trabalho no Serviço Público Federal .. 139

Selma de Melo Barbosa

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.16

Capítulo 17: Pequenos Estados insulares e apatridia 143

Aguida Caetano da Silva, Giovanna Feilstrecker Balani, Yenifer Micaela Fank Barbosa

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.17

Capítulo 18: Câncer oral condições socioeconômicas e fatores associados: Uma revisão integrativa..... 153

Jadna Silva Franco, Cyntia Natyelle Fernandes Sobrinho, Fabiana da Silva Sousa, José Vinicius de Moura Bezerra, Layane Aiala de Sousa Lopes, Rafael Bezerra dos Santos, Nelson Jorge Carvalho Batista

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.18

Capítulo 19: A exclusão social de pessoas com transtornos mentais..... 161

Daniele Eyng, Maria Fátima Balestrin

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.19

Capítulo 20: O contexto violento do Estado Capitalista e o Bullying..... 170

Giovanna Back Franco

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.20

Capítulo 21: A negritude no contexto escolar: Narrativas de docentes da EEM Deputado Ubiratan Diniz Aguiar sobre a questão do preconceito racial..... 179

Diego Matos Araújo, David Sousa Garcês, Valeska Denise Sousa Garcês, José Airton Almeida Uchoa, Sarah Regina Santos Oliveira, Érika Almeida Chaves

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.21

Capítulo 22: Política de Assistência Social e os serviços socioassistenciais para pessoa idosa..... 188

Luanne Maria da Costa Martins, Dalila Pereira Machado, Emanuelle Gomes dos Santos, Maria do Rosário de Fátima e Silva, Solange Maria Teixeira, Sthefany Francisca de Alencar Tito, Tamires Leticia Cardoso da Silva

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.22

SUMÁRIO

Capítulo 23: BPC Idoso: Garantia de mínimos sociais? Uma análise a partir do olhar dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS de Ponta Grossa/PR 196

Tânia de Fátima Oliveira, Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.23

Capítulo 24: Direitos reprodutivos da mulher no romance distópico Conto da Aia de Margaret Atwood 209

Letícia dos Santos Sousa

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.24

Capítulo 25: Relato de experiência: Famílias chefiadas por mulheres em residenciais constituídos a partir do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Santa Maria – RS 213

Cristiane Matiazzi Posser, Fabio Jardel Gaviraghi, Caroline Goerck

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.25

Capítulo 26: Divisão sexual do trabalho e vulnerabilidade social de mulheres no campo: Reflexões sob uma perspectiva de gênero..... 219

Juliana Firmino Fonzar, Ana Carolina Pedroso de Almeida

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.26

Capítulo 27: Homens Matam Mulheres: (Re)pensando o feminicídio através da(s) crítica(s) feminista(s) ao Direito..... 222

Naiara Sandi de Almeida Alcantara, Gabriela Catarina Canal

DOI: 10.36229/978-65-86127-34-8.CAP.27

Autores:..... 235

Capítulo 1

Construção socioespacial e formação do apego ao lugar dos indivíduos em situação de rua: O que diz as vivências destes?

Brenda Marjory Lopes Correa

Milene Harumi Tomoike

Resumo: A população de moradores de rua apresenta-se em grande crescimento não apenas no Brasil como em todas as grandes metrópoles mundiais. De acordo com o Observatório Social de Maringá, existiam, em média, 177 mendigos em novembro de 2017 em Maringá. Ao tentar ponderar esta população, este artigo busca captar a construção da estrutura socioespacial concebida por essa população indigente, com atenta observação sobre como ocorre o apego ao espaço e lugar referente aos indivíduos em situação de rua. Foi realizada uma pesquisa de campo, quantitativa descritiva/exploratória, apoiada em embasamentos teóricos, que teve como instrumento de coleta de dados um questionário contendo questões fechadas, que resultou nos dados obtidos convertidos e quantificados em gráficos. Após analisados e embasados em respaldos teóricos, as consequências obtidas pela pesquisam foram, no geral, que a quebra e/ou fragilidade dos vínculos afetivos, principalmente familiares, influenciaram no processo “ir para a rua” dos indivíduos entrevistados. Também foi possível observar que a construção socioespacial, assim como o apego ao lugar do indivíduo em situação de rua, se da principalmente pela identidade que estes indivíduos criaram com o ambiente em que costumam frequentar, sentindo-se parte da relação com o lugar.

Palavras-Chave: Construção socioespacial; apego ao lugar; indivíduo em situação de rua; identificação.

1. INTRODUÇÃO

Os indivíduos, onde quer que estejam, estão inseridos em um espaço ambiental e social. Essa relação entre indivíduo-ambiente-sociedade, basicamente, é o que chamam de ambiente socioespacial, que é estudado pela Psicologia Ambiental, derivado da Psicologia Social (MOSER, 1998).

Segundo Elali Pinheiros (2011, p.144), o comportamento socioespacial humano pode ser compreendido enquanto inter-relações do indivíduo, que têm conseqüências no âmbito sentimental, em relação à situação das pessoas envolvidas e no que se refere ao tipo de interação pretendida/obtida.

Em relação aos indivíduos em situação de rua: “ao mesmo tempo em que os moradores em situação de rua são um evento essencialmente urbano, eles causam, permanentemente, estranhamento e rejeição, como se não pertencessem àquele espaço” (ANDRADE; COSTA; MARQUETTI, 2014, p.3). Ou seja, mesmo sendo histórico e universal o fenômeno de pessoas em situação de rua, a maioria das pessoas tendem a marginalizar essa população.

O indivíduo não deixa de ser influenciado por morar na rua, pelo contrário, ele continua se relacionando e sofrendo intervenções do meio. De acordo com Silva *et al.* (2014) na medida em que a pessoa é um ser-da-rua, ela absorve esse contexto e é modificada, passando a significá-lo e, a partir dessa significação, passa a modificá-los para uma melhor adaptação de sua existência nesses locais. No âmbito da Psicologia Ambiental, este tipo de comportamento se denomina sócio-espacial humano, algo que acontece na inter-relação pessoa/ambiente (ELALI; PINHEIROS, 2011: 144).

Segundo Cavalcante e Nóbrega (2011, p. 184), “a psicologia, ao abordar o sujeito, busca compreender a maneira como ele pensa, categoriza e compreende o espaço e seu conteúdo”. Em relação aos aspectos que envolvem a compreensão de “vínculo” ou “apego” com o espaço, é possível declarar que estes são conceitos complexos, com características físico-espaciais do espaço, que tem relação simbólica/afetiva para o indivíduo ou grupo que criou tal relação (ELALI; MEDEIROS, 2011: 53). Ainda, de acordo com Elali e Medeiros (2011, p.53), existem três dimensões que devem ser estudadas para a compreensão do conceito de apego: dimensão funcional, que, segundo Hidalgo e Hernandez (2001), citados por Elali e Medeiros (2011, p. 55), diz respeito ao aspecto físico do espaço que interfere no comportamento do indivíduo que nele se encontra; dimensão simbólica, que tem relação com o conteúdo simbólico de origem sociocultural e individual de cada pessoa, o que influenciará na relação pessoa-ambiente e como o indivíduo ou grupo se comporta mediante cada situação (ELALI; MEDEIROS, 2011: 55); e por fim, a dimensão relacional, que conecta cognitiva e afetivamente pessoas e ambientes, o que colabora na construção da identidade pessoal e comunitária do indivíduo, segundo Hummon (1992), citado por Elali e Medeiros (2011, p. 56).

Foram aplicados questionários previamente discutidos e aprovados pelo Comitê de Ética, assim como pelo local de coleta de dados (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP). O questionário foi aplicado nos usuários do Centro POP que se voluntariaram. Os dados coletados foram analisados de forma crítica, com base na teoria do apego, territorialidade e comportamento socioespacial, assim como o uso da estratégia de construção interativa das explicações dos resultados obtidos.

Especificamente em relação à população de rua de Maringá/PR, este projeto buscou a compreensão de como o grupo em questão se organiza, como a população em situação de rua se relaciona consigo mesmo, uns com os outros e com a sociedade centralizada que mais os descrimina do que os acolhe. E compreender quais os aspectos socioespaciais que configuram a formação do apego ao ambiente desses moradores em situação de rua? Buscou-se, também, perceber se existe algum padrão entre os indivíduos em situação de rua, como, por exemplo, a faixa etária e escolaridade destes, a questão emocional, por exemplo, ao explorar os motivos que os levaram a situação de indigência e como essa população se sente em relação ao espaço em que ocupa.

1.1 MORADORES DE RUA: O INDIVÍDUO EM SITUAÇÃO DE RUA

Segundo o Decreto de Lei nº7.053 (2009), indivíduos em situação de rua são aqueles que têm como características:

Pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

São rotineiras as notícias sobre Prefeitos que tentam “acabar com o problema” que seriam moradores em situação de rua, porém, os métodos usados são humilhantes e desonrosos, na maioria das vezes. Isto pode ser explicado pelo o que é conhecido como Política de Higienezação, que, de acordo com Sobrinho (2013).

Uma das dificuldades a serem enfrentadas pelas elites é tratar problemas que estas mesmas chamam de “ociosidade” e “vícios” e que, a partir de sua visão de mundo e de seus interesses, representam uma ameaça ao corpo social

Ainda em Sobrinho (2013, p. 213):

A cidade demanda uma intervenção da ordem e disciplina das condições de vida e do próprio trabalho por meio da higiene pública. Utiliza-se dos discursos do progresso como uma utopia⁵ para que se possa disciplinar os espaços e corpos. Também a pobreza é associada às doenças causadas pela falta de higiene em moradias insalubres e aos odores exalados pelos ambientes propícios a propagações e manifestações perigosas de todo tipo, inclusive doenças contagiosas.

Por exemplo, segundo uma matéria publicada na Gazeta do Povo (2017), em Apucarana-PR o Prefeito assessorado por assistentes sociais e policiais militares, “expulsou” os mendigos da cidade com o pretexto de buscar a melhoria na segurança da cidade. Outro caso mais recente também publicado pela Gazeta do Povo (2017), agora em relação à violência contra os moradores de rua, é o que diz respeito ao crescente tratamento de selvageria pelo qual o morador de rua passa em Curitiba-PR. Isto obrigou a capital do estado do Paraná a tomar medidas em relação à segurança dos moradores de rua.

1.2 POLÍTICAS PÚBLICAS AO SERVIÇO DA POPULAÇÃO DE RUA?

De acordo com a SUAS – Sistema Único de Assistência Social (texto base apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS 2005), as situações consideradas de risco social devem ser trabalhadas e estudadas com o objetivo de identificar a origem ou probabilidade de um evento acontecer e, desta forma, seja possível desenvolver mecanismos legais e sociais que previnam determinado evento, assim como mecanismos para a redução de seus agravos.

Ainda segundo o texto apresentado à CIT no processo de revisão da NOB SUAS (2005, p. 1), a partir da PNAS aprovada em 2004, fica claro quais os eventos considerados de riscos competem diretamente à Assistência Social e, entre estas situações de riscos, que devem ser combatidos e prevenidos, encontra-se classificados “fragilização ou rompimento de vínculos familiares ou comunitários, englobando: famílias ou indivíduos em situação de rua [...]”.

Ou seja, é dever social, profissional e legal observar indivíduos em situação de rua, com o objetivo de registrar a frequência deste evento e iminência, buscar compreender a origem e, desta forma, prevenir e amenizar o prejuízo sofrido por quem está em situação de rua. Segundo a Lei nº 8.742, de 1993, segundo redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011

Art. 2º. A assistência social tem por objetivos: I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: [...]; II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos; III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

1.3 O CENTRO POP

Segundo a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social (2011, p. 41), o Centro de Referência Especializado para a População em Situação de Rua (Centro POP) “previsto no Decreto Nº 7.053/2009 e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais”, é voltado, especificamente, para atender as necessidades da população de rua.

Ainda de acordo com a Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social (2011, p. 47), o Centro POP deve, obrigatoriamente, cumprir alguns requisitos no que se refere à sua infra-estrutura: o Centro POP deve ser implantado em espaço físico adequado, assim como contar com

materiais necessários às ações que se desenvolverão. Além disto, é de suma importância que o Centro POP seja um ambiente acolhedor para a população em situação de rua. De acordo com o livro de orientações técnicas publicado pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social (2011, p. 47):

Para que o ambiente seja acolhedor, além da postura ética, de respeito à dignidade, diversidade e não-discriminação, compartilhada por toda a equipe, o espaço físico deve contar com condições que assegurem: Atendimento em condições de privacidade e sigilo; Adequada iluminação, ventilação, conservação, salubridade e limpeza; Segurança dos profissionais e público atendido; Acessibilidade a pessoas com deficiência, idosos, gestantes, dentre outras; [...].

Segundo o texto “Centro POP – Centro de Referência Especializado à População em Situação de Rua”, publicado pelo site da Prefeitura da cidade de Dourados/MS, localizado na aba “Secretaria de Assistência Social”, o serviço do Centro POP está destinado às pessoas que se encontram em situação de rua e, entre os objetivos do mesmo, encontra-se possibilitar condições de acolhimento na rede socioassistencial; contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; promover ações para a reinserção familiar e/ou comunitária e contribuir para a construção de novos projetos e trajetória de vida visando à construção do processo de saída das ruas e o alcance da referência como sujeitos de direitos na sociedade brasileira.

Ainda segundo o site da Prefeitura de Dourados/MS, esses objetivos são alcançados de acordo com o serviço oferecido pelo Centro POP, que são:

- I. Acolhida, escuta qualificada, oferta de informações e orientações;
- II. Elaboração do Plano de Acompanhamento Individual – PIA, considerando as especificidades e particularidades do acompanhamento especializado de cada usuário;
- III. Visitas domiciliares a familiares e/ou pessoas de referência, com vistas ao resgate ou ao fortalecimento de vínculos;
- IV. Encaminhamentos e acompanhamentos individuais ou coletivos para a rede socioassistencial das demais políticas públicas e órgão de defesa de direito;
- V. Monitoramento das diversas formas de negligência, opressão, violência, abuso e/ou exploração sexual, mediante abordagem realizada por educadores sociais em vias pública e locais identificados pela existência de situações de risco.
- VI. Abordagem Social (busca ativa).

Os obstáculos pelos quais os indivíduos em situação de rua passam são vários, e entende-se que um deles é a dificuldade para a criação e concretização de vínculo com um local e outras pessoas, o que permitiria um primeiro passo para a ressocialização destes indivíduos. Para tanto, entende-se que, segundo Brasil (2011, p. 17):

O Centro POP deve representar espaço de referência para o convívio grupal, social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Na atenção ofertada no Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua deve-se proporcionar vivências para o alcance da autonomia, estimulando, além disso, a organização, a mobilização e a participação social.

Visto a breve apresentação do Centro POP, já é possível notar a importância que o Centro de Assistência Especializada tem em relação à vida dos indivíduos em situação de rua, em relação a assegurar à esses seus direitos perante o Estado, e garantir a possibilidade de reinserção social.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

A pesquisa foi realizada por meio de questionário contendo 21 questões fechadas e uma questão aberta, sendo esta optativa, aplicados no Centro POP de Maringá-PR entre os dias 30/10/2018 e 01/11/2019 nos períodos da manhã, totalizando 8 horas de aplicação. Durante o período de aplicação, circularam na instituição 50 usuários, porém, somente 15 foram voluntários na pesquisa, assim sendo, o universo da pesquisa totalizou 15 respostas. O questionário foi a ferramenta metodológica que orientou a pesquisa,

sendo que sua elaboração visou discutir questões a respeito da construção sócio-espacial e formação do apego ao lugar dos indivíduos em situação de rua e as demais questões que norteiam o tema.

O questionário com questões fechadas foi escolhido com o objetivo de atingir resultados majoritariamente quantitativos, assim como a questão aberta optativa, que visou buscar informações mais abrangentes em relação ao tema.

Todos os voluntários, até o momento da coleta de dados desta pesquisa, eram indivíduos em situação de rua e usuários do Centro POP de Maringá-PR. Inicialmente, para conhecer o perfil dos voluntários, foram disponibilizadas quatro questões: gênero, data de nascimento, grau de instrução e tempo de permanência em situação de rua. Do total da amostra, 93% se identificaram como sendo do gênero masculino e 7% identificaram-se como sendo do gênero feminino. Quanto à faixa etária dos voluntários, 43% nasceram entre 1990 e 1999 (entre 28 anos e 19 anos), 36% nasceram entre 1980 e 1989 (entre 38 anos e 29 anos), 14% nasceram entre 1970 e 1979 (entre 48 anos e 39 anos), 7% da amostra nasceu em 2000 (com 18 anos). Quanto ao grau de instrução dos voluntários, 46% possuem o 1º grau incompleto, 27% com 1º grau completo, 20% com 2º grau incompleto e 7% com 2º grau completo. Quanto ao tempo de permanência em situação de rua, 40% relataram estar em situação de rua por um período de até 6 meses, 27% relatou estar em situação de rua por um período de 1 a 5 anos, 20% afirmou estar em situação de rua por um período superior a 5 anos, enquanto 13% afirmou estar em situação de rua por um período entre 6 meses a 1 ano.

Com base nos resultados obtidos pelo questionário aplicado – método de coleta de dados utilizado (Anexo 1)-, a maior parte da amostra passou por, pelo menos, uma situação significativa de rompimento de vínculo com o lugar anteriormente à situação de rua. É importante ressaltar, no contexto desta pesquisa, que o apego ao lugar, ou seja, a criação de vínculo com o lugar relaciona-se diretamente com o *self* do indivíduo e as relações deste (ELALI; CAVALCANTE, 2011). Quando há o rompimento deste vínculo, ou a fragilidade dos mesmos, pode-se dizer que o *self* do sujeito também será afetado. Visto que, segundo Macedo e Silveira (2012), um dos conceitos de “*self*” em uso nos dias de hoje é o que compreende o termo como aquele que implica a existência de disposições internas e mentais no indivíduo, ou seja, tudo o que o sujeito pensa, incluindo o que pensam sobre si, sobre as relações em que se encontram e, também, sobre o ambiente em que estão inseridos. Assim sendo, é possível afirmar que o que o *self* do indivíduo interfere diretamente nas perspectivas que o mesmo tem em relação ao futuro, pois, “reagimos a processos e eventos, a mudanças e permanências, em uma escala geral situadas entre segundos e anos” (CAVALCANTE; ELALI, 2011, p.268).

A primeira questão a ser analisada foi a 20ª questão do questionário, e teve como objetivo compreender se haviam vínculos afetivos anteriormente à situação de rua, a questão foi a seguinte: “Anteriormente à situação de rua, qual era a sua maior motivação?”

Gráfico 1 – Análise dos resultados referente à questão número 20 - Anteriormente à situação de rua, qual era a sua maior motivação?

Segundo o gráfico 1, 80% dos entrevistados, ou seja, a maioria tinha como sua maior motivação a família antes da situação de rua. Seguido por 13% dos entrevistados que tinham a vida profissional como maior motivação, e por último, apenas 7% dos entrevistados relataram que não tinham motivação específica anteriormente à situação de rua.

Com base nos resultados obtidos no gráfico 1, é possível constatar que a maior parte dos entrevistados indicaram que, anteriormente a situação de rua, havia algum tipo de conexão de vínculo afetivo familiar, porém, que em algum momento se rompeu. Esta situação é quase unânime entre os indivíduos em situação de rua. Em relação aos indivíduos que encontram-se na rua, uma característica comum é: “a falta e/ou fragilidade de vínculos familiares. Essas características levam esta população a ficar sem referência de uma habitação convencional, além de um estado de vulnerabilidade social” (HONÓRIO, 2017, p. 4). O gráfico 7 desta pesquisa demonstra quais as motivações atuais dos indivíduos em situação de rua entrevistados.

As questões número 18 e 19 do questionário visam compreender os tipos de vínculos que são formados no período em que o indivíduo se encontra em situação de rua, essas são respectivamente: “Você sente que faz parte do(s) espaços(s) que costuma frequentar?” e “Você carrega consigo objetos ou animais pelos quais sente apego?”

Gráfico 2 - Análise dos resultados quanto à questão número 18 do questionário - Você sente que faz parte do(s) espaços(s) que costuma frequentar?

A análise do gráfico 2 constatou que 87% dos entrevistados sentem que fazem parte dos espaços que costumam frequentar, seguido por 7% que assinalaram a alternativa “mais ou menos”, e apenas 6% afirmaram que não sentem que fazem parte dos espaços que costumam frequentar. Isto pode ocorrer devido à necessidade da espécie humana de pertencimento social, seja qual for o contexto, que é explicada no artigo “O sentimento de pertencimento social como um direito universal”, como pode-se ver na seguinte passagem do texto

[...] as ideias da Psicologia Sócio-Histórica, que reconhece que a necessidade de pertencimento social é uma condição humana universal, pela qual todos os grupos e indivíduos lutam incessantemente, ao mesmo tempo em que sofrem quando não conseguem essa inserção (TAVARES, 2014)

Gráfico 3 - Análise dos resultados quanto à questão número 19 do questionário.

De acordo como gráfico 3, 60% dos entrevistados relataram que carregam consigo animais ou objetos pelos quais sentem apego, enquanto 40% disseram que não carregam consigo animais ou objetos pelos quais sentem apego.

De acordo com os resultados apresentados nos gráficos 2 e 3 pode-se constatar que, como a maioria dos entrevistados sentem que fazem parte dos espaços em que freqüentam e carregam consigo objetos ou animais pelos quais sentem apego, há estabelecimento de vínculo afetivo e com o lugar. Assim sendo, possivelmente há chances de reincidência nesses casos em que o indivíduo sente-se parte do lugar em que freqüenta e tem apego aos objetos/animais, pois o apego ao lugar é uma referência direta à relação afetiva, que designa o ambiente com os quais as pessoas são e/ou estão ligadas emocionalmente ou culturalmente (LOW; ALTMAN, 1992 apud ELALI; CAVALCANTE, 2011).

As questões 11 e 12 do questionário aplicado, além de também terem o objetivo de compreender os tipos de vínculos estabelecidos por indivíduos em situação de rua, buscam entender o motivo de permanência na rua desses indivíduos, assim como analisar a formação sócio-espacial dos mesmos e quais aspectos os influenciam. As indagações 11 e 12 são, respectivamente, as seguintes: “Você fez muitos amigos na rua?” e “Você se sente acolhido(a) pela população de rua de Maringá-PR?”

Gráfico 4 – Análise dos resultados referente à questão número 11 do questionário.

De acordo com o gráfico 4, pode-se constatar que 73% dos entrevistados confirmaram que fizeram muitos amigos na rua, seguido de 20% que respondera que não fizeram muitos amigos na rua, e 7% que assinalaram a alternativa “mais ou menos”. Os dados podem ser indicadores da busca dos indivíduos entrevistados por pertencimento social, no contexto de criação de novos vínculos afetivos como forma de proteção e amparo.

Gráfico 5 – Análise dos resultados referente à questão número 12 do questionário.

Segundo o gráfico 5, 67% dos indivíduos entrevistados responderam que se sentem acolhidos pela população de rua de Maringá-PR. Assim como 20% relataram se sentirem “mais ou menos” acolhidos pela população de rua de Maringá-PR, e 13% responderam que não se sentem acolhidos pela população em questão.

Com base nos resultados apresentados nos gráficos 4 e 5, pode-se compreender que, majoritariamente, os entrevistados constituíram amizades durante o período em que estiveram em situação de rua e sentem-se acolhidos pela população de rua de Maringá-PR. Isto, conseqüentemente, nos leva a constatar mais uma vez que há o estabelecimento de vínculos afetivos entre os indivíduos em situação de rua e que formação sócio-espacial destes indivíduos estão diretamente relacionadas com os vínculos estabelecidos pelos mesmos, seja por um aspecto funcional, este que “diz respeito ao papel do espaço físico como elemento que atrai, encoraja ou inibe movimentos” (HIDALGO; HERNANDES, 2001 apud ELALI; CAVALCANTE, 2011, p.55), por um aspecto simbólico que, segundo Elali (2011) e Cavalcante (2011), diz respeito ao conteúdo representativo de origem sociocultural e individual que media o relacionamento pessoa-ambiente (interferindo diretamente na visão de mundo do indivíduo), ou o aspecto relacional, este que corresponde com as relações que conectam cognitivamente e afetivamente o indivíduo com o ambiente, colaborando para a criação e transformação de identidade (HUMMON, 1992 apud ELALI; CAVALCANTE, 2011). Visto isto, constata-se, mais uma vez nesta pesquisa, a probabilidade desses indivíduos permanecerem na rua devido aos vínculos e construções sócio-espaciais estabelecidos neste ambiente, que mantém em transformação a identidade de lugar do indivíduo, a maneira como o mesmo se vê no mundo e nas relações:

A construção da identidade de lugar está relacionada à percepção de um conjunto de cognições e ao estabelecimento de vínculos emocionais e de pertencimento relacionados aos entornos significativos para o sujeito (ELALI; CAVALCANTI, 2011, p.208)

As questões número 8 e 9 do questionário têm como objetivo compreender quais espaços os indivíduos em situação de rua de Maringá-PR costumam freqüentar e o motivo de serem estes espaços os escolhidos. Desta forma, as questões também almejam compreender os aspectos que influenciam a construção sócio-espacial destes indivíduos. As questões foram as seguintes, respectivamente: “Qual região de Maringá-PR você costuma ficar com mais freqüência?” e “O que essa região tem que mais te agrada?”

Gráfico 6 – Análise dos resultados referente à questão 8 do questionário - Qual região de Maringá-PR você costuma ficar com mais freqüência?

O gráfico 6 constatou que 67% dos indivíduos entrevistados costumam freqüentar o Centro POP e proximidades, seguido de 13% que costumam freqüentar o centro, e outros 13% que tem o hábito de freqüentar outros locais. Apenas 7% dos entrevistados relataram permanecer na Zona 07 com mais freqüência.

Gráfico 7 - Análise dos resultados referente à questão 9 do questionário - O que essa região tem que mais te agrada?

Com base no gráfico 7, 40% dos entrevistados declararam que a segurança é o que mais agrada em relação à região freqüentada de costume. 33% afirmaram que costumam freqüentar a região por conta de todas as alternativas propostas. 13% dos entrevistados afirmaram haver outro motivo para freqüentarem os locais de costume, enquanto 7% afirmaram freqüentar o local habitual por conhecer bem o ambiente, e outros 7% relatou que o local para se alimentar é o que mais agrada na região freqüentada.

De acordo com os resultados, pode-se constatar que, como a maioria dos entrevistados afirmou que a segurança é o que mais agrada nos locais em que costumam freqüentar, este é um fator primordial que influencia diretamente a construção sócio-espacial dos indivíduos em situação de rua entrevistados. É possível constatar, também, que estes indivíduos somente permanecem em situação de rua por encontrarem locais de referências nos quais se sentem seguros, ou seja, não se sentem completamente perdidos ou expostos. Logo em seguida, a segurança com o acréscimo de compreender o ambiente, local para se alimentar, pessoas receptivas e conforto aparecem como sendo um misto de aspectos que influenciam na escolha do local que os entrevistados costumam freqüentar. É importante ressaltar que nenhum dos entrevistados indicou somente o conforto, ou pessoas receptivas, como sendo os motivos de escolha para freqüentarem um local. É possível validar os dados encontrados, levando em consideração as divergências em decorrência da situação de rua, os correlacionados com a Teoria de Maslow (Hierarquia das Necessidades de Maslow), que escala as motivações e necessidades humanas em uma pirâmide, na qual as necessidades fisiológicas aparecem no primeiro degrau, e logo em seguida a necessidade de segurança. A teoria de Maslow define o aspecto “segurança” como

Queixas relativas à segurança e estabilidade no trabalho, ao medo de ser despedido arbitrariamente, a não poder planejar o orçamento familiar devido à falta de garantia quanto à permanência no trabalho, à arbitrariedade do supervisor com respeito a possíveis indignidades a que o indivíduo tenha que se submeter para se manter no trabalho, à própria segurança física com relação a possíveis acidentes no trabalho, a uma assistência médica mais eficiente e atuante (COSTA; HESKETH, 1980)

Porém, no contexto aqui estudado, de indivíduos em situação de rua, a segurança é considerada como defesa no que se refere aos perigos iminentes à vida que são encontrados na rua, não apenas de origem material (como, por exemplo, falta de alimento ou abrigo). Esta descrição também foi compreendida por Albuquerque (2017), que diz que um dos motivos para que os indivíduos em situação de rua frequentem majoritariamente o centro, é o baixo fluxo de pessoas durante a noite, o que garante a segurança dos sujeitos que vivem na rua neste período.

A questão número 22 do questionário tem como finalidade compreender quais os aspectos influenciam a construção sócio-espacial dos indivíduos em situação de rua que foram entrevistados, além de entender quais as maiores necessidades dos mesmos: “Qual tipo de assistência mais te beneficia e acolhe suas necessidades hoje?”

Gráfico 8 – Análise dos resultados referente à questão 22 - Qual tipo de assistência mais te beneficia e acolhe suas necessidades hoje?

De acordo com o gráfico 8, 33% dos entrevistados afirmaram que a assistência em relação à alimentação e necessidades básicas é a que mais os beneficia e ampara suas necessidades básicas. Seguido de 27% dos entrevistados que alegaram que a assistência à alimentação e necessidades básicas, juntamente com as atividades de inclusão social, atendimento psicológico e assistência de locomoção são os auxílios que mais os beneficiam e amparam. 13% declararam que somente as atividades de inclusão social é a assistência que mais os favorecem, enquanto outros 13% afirmaram que o atendimento psicológico é a assistência que mais os beneficiam. Por fim, 7% dos entrevistados declararam que a assistência de locomoção é benefício que mais os amparam, enquanto outros 7% assinalaram a alternativa “outro” da questão.

Conforme os resultados do gráfico 8, constata-se que a maior parte dos indivíduos em situação de rua entrevistados procuram assistência para alimentação e necessidades básicas, o que já era de se esperar. Porém, é possível, também, constatar que a alimentação e o suprimento das necessidades básicas, por mais limitado que seja, é um aspecto que influencia diretamente a construção sócio-espacial do indivíduo.

Já as questões número 15 e 21 do questionário aplicado, têm como finalidade compreender quais os motivos de permanência desses indivíduos em situação de rua, por meio de questões objetivas, porém, as quais exigem respostas profundamente subjetivas. As questões são, respectivamente: “Você se considera uma pessoa feliz?” e “atualmente, qual a sua maior motivação?”

Gráfico 9 – Análise dos resultados referente à questão 15 - Você se considera uma pessoa feliz?

O gráfico 9 demonstra que 40% dos entrevistados afirmaram não se considerarem pessoas felizes, assim como 40% consideraram-se pessoas felizes. Outros 20% da amostragem assinalaram a alternativa “mais ou menos” da questão. Segundo Menezes-Filho (2004) e Corbi (2004), a felicidade dos indivíduos está em um campo entre o aspecto objetivo e subjetivo do bem-estar. O aspecto objetivo do bem-estar é “aquele passível de ser publicamente apurada, observada e medida por fora, e que se reflete nas condições de vida registradas por indicadores numéricos de nutrição, saúde, moradia, criminalidade” (MENEZES-FILHO; CORBI, 2004, p. 3), enquanto o aspecto subjetivo do bem-estar “consiste na experiência interna de cada

indivíduo, isto é, tudo aquilo que passa em sua mente de forma espontânea, que ele sente e pensa sobre a vida que tem levado” (GIANETTI, 2002 apud MENEZES-FILHO; CORBI, 2004, p.3).

Gráfico 10 – Análise dos resultados referente à questão 21- Atualmente, qual a sua maior motivação?

O gráfico 10 mostra que 34% dos entrevistados afirmaram que a sua maior motivação é a realização pessoal, 20% declararam que a família é sua maior motivação. 13% dos entrevistados assinalaram “outro”, enquanto mais 13% dos entrevistados assinalaram “sem especificação” em relação às suas motivações, e outros 13% afirmaram que o conhecimento é sua maior motivação. Apenas 7% declararam que sua maior motivação é a vida profissional.

Em conformidade com as análises apresentadas nos gráficos 9 e 10, é possível constatar que a maioria dos indivíduos em situação de rua entrevistados consideram-se felizes ou “mais ou menos” felizes, assim como a maioria compreende que a realização pessoal, ou seja, sem vínculo afetivo como prioridade aparente, como sendo sua maior motivação para viver. Assim sendo, verifica-se que sentir-se feliz, ou mais ou menos feliz, e ter uma motivação de vida sem prioridade nas relações, no contexto de situação de rua, tem relação direta com os motivos de permanência na rua.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado e dados coletados, pode-se concluir que o apego ao lugar desenvolvido pelos moradores de rua de Maringá/PR, que são atendidos pelo Centro POP e foram entrevistados, e a construção sócio-espacial destes se da principalmente pela identidade que estes indivíduos criaram com o ambiente em que costumam freqüentar, sentindo-se parte da relação com o lugar. Além disso, foi possível observar que os indivíduos em situação de rua entrevistados, em sua maioria, possuíam vínculos afetivos fragilizados ou rompidos, o que gera necessidade de restabelecimento desses vínculos. Uma das variáveis de controle que poderia ser aplicada e desenvolvida, além da continuação por parte do Centro POP de reconstituir os vínculos afetivos, seria a elaboração de política pública que encaminhasse esses indivíduos à retomada dos estudos, visto que somente 7% dos entrevistados tinham o 2º grau completo. Ao retomarem os estudos, os indivíduos teriam a possibilidade de, além de se qualificarem, terem a oportunidade de criar elos com a instituição de ensino, colegas de turma, professores e estruturarem representações mais saudáveis, que possibilitariam mais uma abertura para que esses indivíduos se afastassem das ruas.

Uma das possibilidades futuras de pesquisa com o público poderia ser referente à busca mais minuciosa pela subjetividade destes, como se deram os rompimentos e de vínculos afetivos e quais foram os processos pelos quais esses indivíduos passaram até chegarem à situação de rua. Em consequência, buscar compreender possíveis formações de vínculos fora do âmbito da rua, que fortaleçam a criação de identidade desses indivíduos em outros lugares que, ao contrário das ruas, sejam mais estáveis e consistentes, para que esses sujeitos sintam-se seguros em todos os sentidos da palavra.

REFERÊNCIAS

- [1] Albuquerque, Tatiana Sanson. Geografia da população em situação de rua: mudanças na distribuição espacial na cidade de São Paulo nos anos 2009 - 2014. São Paulo/SP, 2017. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.Enanpur_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%208/ST%208.5/St%208.5-05.pdf. Acesso em: 15 dez. 2018.
- [2] Azevedo De souza, William. a assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no Creas : um campo de intercessão.. 2015. 162 f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Psicologia.)- Universidade Estadual Paulista - Unesp, [S.l.], 2015. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/131844/000851877.pdf;jsessionid=75A6EBFBC6D32C1D9C8134EF721F38E0?sequence=1>>. Acesso em: 15 set. 2018.
- [3] Cavalcante, Sylvia; A. Elali, Gleice (Org.). Psicologia Ambiental : Conceitos para a Leitura da Relação Pessoa-Ambiente. 1ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. 269 p.
- [4] Cavalcante, Sylvia; A. Elali, Gleice (Org.). Temas Básicos em Psicologia Ambiental . 1ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. 318 p.
- [5] Corbi, Raphael Bottura ; Menezes-Filho, Naércio Aquino. Os Determinantes Empíricos da Felicidade no Brasil. São Paulo/SP, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A152.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2018.
- [6] GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social . 6ª. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A., 2008. 220 p.
- [7] GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa . 4ª. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A., 2002. 176 p.
- [8] Hesketh , José Luiz ; Costa, Maria T. P. M. Costa. Construção de um Instrumento para medida DE Satisfação no Trabalho. Rio de Janeiro/RJ, 1980. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v20n3/v20n3a05>. Acesso em: 18 jan. 2019.
- [9] Honório , Luciângela Ramos Orige. fatores que contribuem para a reincidência da População em Situação de rua: estudo de caso no centro de referência especializado para População em Situação de rua (Centro Pop) no município DE araranguá/SC. 2016. Trabalho de conclusão de curso (Pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos) - Universidade do Sul de Santa Catarina, Araranguá/SC, 2016. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/02/Artigo-Luciangela.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- [10] Macedo, Lúcia Suzana Rocha; Silveira, Amanda da Costa. . In: Macedo, Lúcia Suzana Rocha; SILVEIRA, Amanda da Costa. Self: Um Conceito em Desenvolvimento. Scielo, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v22n52/14.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2018.
- [11] Matsuoka, Luciane Terumi ; Silva, Jerson Joaquim da. OS Eventos E A Hierarquia DAS Necessidades Humanas de Maslow: Conjecturas na Sociedade Contemporânea. Presidente Prudente/SP, 2013. Disponível em: <http://www.unoeste.br/site/enepe/2013/suplementos/area/Humanarum/Psicologia/Os%20eventos%20e%20a%20Hierarquia%20das%20Necessidades%20Humanas%20de%20Maslow%20conjecturas%20na%20sociedade%20contempor%C3%A2nea.pdf>. Acesso em: 8 jan. 2019.
- [12] Moser , Gabriel. Psicologia Ambiental. [S. l.], 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1998000100008. Acesso em: 25 ago. 2018.
- [13] Orientações Técnicas: Centro DE Referência Especializado Para População em Situação de Rua – Centro Pop. Brasília: Gráfica e Editora Brasil Ltda, 2011-. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 29 nov. 2018.
- [14] Padilha Andrade, Luana; Lima da Costa, Samira; Marqueti, Fernanda Cristina. A rua tem um ímã, acho que é a liberdade: : potência, sofrimento e estratégias de vida entre moradores de rua na cidade de Santos, no litoral do Estado de São Paulo.. 2013. 14 f. Projeto de Pesquisa. (Bacharel em Terapia Ocupacional.)- Universidade Federal de São Paulo., [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v23n4/0104-1290-sausoc-23-4-1248.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2018.
- [15] Silva, Andressa Priscila. Serviço Social no Centro Pop: Relatos dos Usuários. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Paraná - UFPR, Marinhos, 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/53091/Andressa%20priscila%20da%20silva.pdf?sequence=1>. Acesso em: 24 nov. 2018.
- [16] Sobrinho, Afonso Soares de Oliveira. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. Porto Alegre/RS, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/09.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2018.
- [17] Soares de Oliveira Sobrinho, Afonso. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: : a utopia da civilidade. 2013. 26 f. Artigo elaborado a partir de Dissertação de Mestrado. (Mestre em Políticas Sociais)-

Universidade Cruzeiro do Sul - Unicsul, [S.l.], 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v15n32/09.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.

[18] Tavares, Rosana Carneiro. O sentimento de pertencimento social como um direito universal. Tocantins/TO, 2014. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/viewFile/1984-8951.2014v15n106p179/pdf_7. Acesso em: 15 dez. 2018.

ANEXO 1

INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

QUESTIONÁRIO

01 – Gênero do entrevistado:

1() Masculino 2() Feminino

02 – Data de nascimento:

___/___/___

03 – Grau de instrução:

1() 1º grau incompleto 2() 1º grau completo 3() 2º grau incompleto
4() 2º grau completo 5() Superior incompleto 6() Superior completo

04 – Estado civil:

1() Casado 2() Solteiro 3() União estável 4() outra

05 – Religião do respondente:

1() Católica 2() Evangélica 3() Não tem 4() outra. Qual? ____

06 – Você é natural de Maringá?

1() Sim 2() Não. De onde? _____

06.1 (Caso não seja de Maringá) - Você pretende continuar em Maringá?

1() Sim 2() Não. 3() Talvez

07 – Há quanto tempo você vive na rua? (em Maringá ou não).

1() até 6 meses 2() 6 meses à 1 ano 3() 1 à 5 anos 4() mais de 5 anos

08 – Qual a região de Maringá que você costuma ficar com mais frequência? Dormir e se alimentar?

Local e referência? _____

Verificar abrangência por UBS.

09 – O que essa região que você escolheu para ficar mais te agrada?

1() Segurança 2() As pessoas são receptivas 3() Local para se alimentar
4() Conforto. 5() Conhece bem o ambiente.
6() Outros: _____

10 – Há quanto tempo você frequenta essa região como “principal”?

1() 1 mês 2() 2 meses 3() + 3 meses

4() - 1 mês 5() Outros: _____

11 - Você fez muitos amigos morando na rua?

1() Sim 2() Não 3() Mais ou menos

12 – Você se sente acolhido(a) pela população em situação de rua de Maringá?

1() Sim 2() Não 3() Mais ou menos

12.1 – Por quê? _____

13 – O Centro de Assistência à População em Situação de Rua de Maringá (CENTRO POP) consegue atender e dar o suporte necessário para você?

1() Sim 2() Não 3() Mais ou menos

13.1 - Por quê? _____

14 – Antes de estar em situação de rua, você residia:

1() Com a família – pai, mãe, irmãos etc. 2() Com cônjuge.

3() Sozinho(a). 4() Outro: _____

15 – Você se considera uma pessoa feliz?

1() Sim 2() Não 3() Mais ou menos

15.1 – O que te deixa feliz? _____

16 – Qual o período em que você prefere dormir?

1() Manhã 2() Tarde 3() Noite

4() Outro: _____

16.1 – Por quê? _____

17 – Você busca algum outro tipo de assistência além do CENTRO POP?

1() Não 2() Sim

17.1 (Caso a resposta anterior seja sim) – Onde? _____

17.2 – Você consegue a assistência necessária nesse(s) lugar(es)? _____

18 – Você sente que faz parte do(s) espaço(s) que costuma frequentar?

1() Sim 2() Não 3() Mais ou menos

18.1 (Caso a resposta seja “sim” ou “mais ou menos”) – O que te faz sentir parte do(s) espaço(s) que costuma frequentar? _____

19 – Você tem objetos ou animais que carrega consigo? (Que sente apego).

1() Sim 2() Não

19.1 (Caso a resposta seja “sim”) – Há quanto tempo?

1() Menos de um mês 2() 1 a 3 meses

3() Mais de 3 meses (aproximadamente quanto tempo): _____

20 – Anteriormente à situação de rua, qual era sua maior motivação?

1() Família 2() Vida profissional

3() Amigos 4() Conhecimento

5() Realização pessoal 6() Sem especificação

7() Outro: _____

21 – Atualmente, qual a sua maior motivação?

1() Família 2() Vida profissional

3() Amigos 4() Conhecimento

5() Realização pessoal 6() Sem especificação

7() Outro: _____

22 – Qual é o tipo de assistência que mais te beneficia e acolhe suas necessidades atualmente?

1() Atendimento psicológico 2() Atividades de inclusão social

3() Assistência de locomoção – intermunicipal e interestadual

4() Alimentação e necessidades básicas – banho, agasalho etc.

5() Outro: _____

23. Existe algo que não perguntamos e você acredita ser importante para compreender o que faz você estar morando na rua (em situação de rua)?

Capítulo 2

Políticas de urbanização e habitação: Direito à moradia ou inclusão perversa?

Fabiana Regina da Silva Grossi

Fabiano Ricardo Vicente

Wellington da Rocha Almeida

Resumo: Entende-se que a moradia adequada não é apenas um mero abrigo, mas diz respeito as condições de saneamento básico, serviços urbanos, educação e saúde. O presente trabalho, de caráter bibliográfico, tem por objetivo realizar uma análise crítica sobre as políticas de urbanização e habitação, baseada na teoria do sofrimento Ético-político, como categoria da dialética exclusão/inclusão de Sawaia (1999). Historicamente, o Brasil sempre apresentou problemas relacionados a habitação e às políticas habitacionais. A sociedade capitalista cria estratégias para incluir perversamente as pessoas que estão excluídas, fazendo-as acreditar que fazem parte do todo social; essa exclusão pode-se dar, por exemplo, através de políticas sociais que levam em consideração as necessidades básicas e biológicas do ser humano; porém, negam a emoção e afetividade. A realidade da política de urbanização e habitação faz com que essas pessoas acreditem numa possível inclusão, mas na prática, o que ocorre, é a inclusão perversa, que segrega e gera sofrimento numa população que é, mais uma vez, estigmatizada, não levando em consideração os sentimentos e afetos, na maioria das vezes negativos, que se encontram nessas pessoas. Assim, compreende-se que a pobreza não deve ser enxergada a partir da visão única de ausência de renda. Mas a falta de acesso a vários recursos, considerando além disso, a característica subjetiva das pessoas em situação de pobreza, que deve ser considerada na elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Políticas de urbanização, habitação, inclusão perversa.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil passou por profundas mudanças no século XX, na qual uma delas refere-se ao êxodo rural, especialmente a partir da década de 1950. A questão da habitação no contexto da industrialização e desenvolvimento do país marcam este período reproduzindo injustiças e desigualdade social. Assim, é possível afirmar que a precariedade habitacional é uma realidade nas cidades brasileiras, mais ainda, a partir da década de 1980 em que o país passa a ter uma estagnação econômica. Tal problema é representado através das favelas, cortiços e ocupações irregulares. Apesar da não omissão do Estado em relação a problemática, as políticas urbanas e habitacionais nunca foram suficientes, principalmente pelo fato de não contemplar as pessoas mais pobres (Cymbalista; Moreira, 2006). Ressalta-se que a partir de 1988, a moradia passa a ser um direito previsto na constituição federal (Brasil, 2002).

Entende-se que a moradia adequada não é apenas um mero abrigo, mas diz respeito as condições de saneamento básico, serviços urbanos, educação e saúde. Conforme Lorenzetti (2001, p. 3) “A incapacidade de associar esse processo à oferta de moradias, infra-estrutura, serviços e equipamentos urbanos suficientes, tem comprometido a qualidade de vida na maioria das nossas grandes cidades.” Isso significa que, se o Estado oferece moradia, apenas como abrigo, sem que se atente aos outros elementos que são importantes para a garantia de direitos, o que pode ocorrer é uma estratégia de inclusão perversa, ou seja, oferece-se a moradia, sem as condições dignas para viver no local, reforçando um estigma para as pessoas que se encontram em situação de pobreza e negando os sentimentos e afetos.

Bertini (2015) afirma que a inclusão perversa faz parte de um mecanismo criado pela sociedade capitalista que incluem para excluir, que produz ideias dos indivíduos que acreditam fazer parte do todo, ao mesmo tempo em que reproduz e sustenta a servidão, passividade, miséria, exploração e alienação do trabalhador. Essa estratégia mantém os homens dependentes de um estado de coisas mercadológicas que produz a ideia de perfeição e satisfação, porém não possuem liberdade e potência.

O presente trabalho, de caráter bibliográfico, tem por objetivo realizar uma análise crítica sobre as políticas de urbanização e habitação, baseada na teoria do sofrimento Ético-político, como categoria da dialética exclusão/inclusão de Sawaia (1999).

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. PROCESSO HISTÓRICO DAS POLÍTICAS DE URBANIZAÇÃO E HABITAÇÃO NO BRASIL

Para se compreender as atuais políticas de urbanização e habitação no Brasil, se faz necessário conhecer como se desenvolveram as primeiras políticas nacionais de urbanização. A partir da conjuntura do final do século XIX, fim da escravidão, chegada de imigrantes europeus e o nascimento da indústria brasileira que foram impulsionadas as primeiras políticas urbanísticas. Estas se deram via crédito ao setor privado para construção de habitações que permitissem a formação de uma população urbana (Maricato, 2003; Pechman; Ribeiro, 1983).

Neste formato diversas cidades brasileiras passaram a apresentar problemas habitacionais com o Estado atuando de forma pontual e ineficiente. Apenas no fim da década de 1930, com a Revolução de 30, que se iniciam as primeiras políticas habitacionais e os problemas urbanos passam a ser tratados também como problemas sociais (Motta, 2011).

No período de 1930 até os anos 1960, a construção habitacional do Brasil apresenta um grande avanço; porém, de forma despadronizada, influenciada pelo movimento moderno e buscando atender às demandas dos institutos de assistência e previdência. Um dos destaques desse período é a criação da Fundação da Casa Popular (FCP) em 1946, órgão que passaria a tratar exclusivamente da venda de casas para a população de baixa renda, mas não atingindo seu objetivo, principalmente pela resistência ao pagamento de impostos (Bonduki, 1998; Pasternak, 1997).

Em 1964 dá-se início aos governos militares que centralizam as questões habitacionais:

A partir dos governos militares, iniciados em 1964, a questão da moradia passará a ser tratada de forma centralizada com a formação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), para onde convergiriam os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e do Banco Nacional da Habitação (BNH), responsável pela formulação, gestão e execução da política nacional, contando com as Companhias de Habitação (COHABs) na execução de programas para as camadas de baixa renda (Pequeno, 2008, p.3).

As políticas habitacionais do período militar também se apresentam sob concepções militares, ou seja, a solução para os problemas urbanos era planejar o controle do crescimento desordenado de favelas e ocupações centrando-se na produção de moradias e obras de infra-estrutura na cidade legal. Assim favelas e vilas têm seus movimentos sociais e associações reprimidos e lançados na ilegalidade, passando a serem tratados como caso de polícia (Arantes; Maricato; Vainer, 2000; Motta, 2011).

O início do período militar apresentou aspectos importantes que marcaram e afetaram as políticas de habitação; reestruturação institucional aliada à instabilidade econômica, recursos para financiamentos de moradias diferenciados pela faixa salarial; indução do crescimento das cidades através da urbanização de conjuntos habitacionais e adoção de práticas de remoção e novo assentamento de favelas por não reconhecer a favela como forma de moradia (Pequeno, 2008).

A década de 1980 quanto às políticas de habitação fica marcada por dois aspectos; devido ao agravamento da crise econômica ocorre a extinção do banco Nacional de Habitação, que transfere à Caixa Econômica Federal suas atribuições, provocando menores repasses de verbas às COHABs restringindo consequentemente ainda mais os financiamentos junto à classe média e a Assembleia Nacional Constituinte que assegura a noção de integração das questões municipais e a descentralização das políticas públicas de planejamento urbano, que passam a ser responsabilidades dos municípios (Motta, 2011).

A descentralização que transfere as responsabilidades habitacionais aos municípios trouxe efeitos perversos:

Desprovidas de um aparato institucional e de um marco legal que regulamentasse a realização de uma política municipal de habitação, orientadas por planos diretores que não retratavam a realidade dos conflitos que as mesmas tinham que enfrentar, carentes de recursos financeiros próprios e sem possibilidades de acesso às linhas de financiamento, resta aos municípios passar a enfrentar desafios no campo da habitação (Pequeno, 2008, p. 3).

Os anos de 1990 trazem duas importantes contribuições para as políticas habitacionais, a primeira foi a mudança de conceito passando a incentivar a formação de conselhos e a criação de fundos habitacionais e a segunda foi a criação do Fórum Nacional de Habitação em 1992 o qual integraram componentes da sociedade civil, representantes do Estado e representantes da construção civil com o intuito de aproximar os interessados em financiar, produzir e adquirir moradias (Azevedo, 1996).

Em relação às políticas habitacionais e urbanísticas, o início do século XXI foi intenso e progressivo com a promulgação do Estatuto da Cidade, Lei 10.257 de julho de 2001, que instrumentalizou e implementou diretrizes para subsidiar as funções sociais dos municípios e propriedades urbanas, atentou para o direito à urbanização e buscou auxiliar a gestão democrática das cidades (Rolnik, 1997).

Outra importante conquista relacionada às políticas de urbanização foi a criação do Ministério das Cidades em 2003, que tinha como objetivo integrar em uma mesma agenda os setores de habitação, saneamento ambiental e de transportes (Rolnik; Cymbalista; Nakano, 2011).

Também em 2003 foi realizada a I Conferência Nacional das Cidades que aprovou:

a promoção do direito à cidade, o desenvolvimento social, econômico e ambiental, o combate à desigualdade social, racial, de gênero e regional; diretrizes e instrumentos que promovam a integração das políticas urbanas por meio das políticas de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade, considerando o Estatuto da Cidade e a Constituição; garantia da participação da população e dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos e projetos de desenvolvimento urbano e diretrizes e orientação que garantem que os investimentos públicos sejam aplicados no enfrentamento das desigualdades sociais e territoriais (Ministério das Cidades, 2003).

Talvez a principal ação do Ministério das Cidades tenha ocorrido em 2006 com o Programa Minha Casa Minha Vida que tinha viés social, por meio de subsídios atender famílias com baixa renda e viés econômico, criar empregos e investimentos na construção civil (Motta, 2011).

Verificando as políticas públicas nacionais relacionadas à habitação e à urbanização percebe-se que a precariedade e a perversidade atual foi construída ao longo do tempo por diversos fatores; descontinuidade das políticas públicas, reforçando as intensas disparidades regionais; a desvalorização dos processos de planejamento urbano (Pequeno, 2008), assim como a transferência da responsabilidade estatal para o setor privado que conferiu ao processo habitacional uma lógica de mercado apartando famílias de baixa renda (Motta, 2011).

2.2 A INCLUSÃO PERVERSA NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO

A sociedade capitalista cria estratégias para incluir perversamente as pessoas que estão excluídas, fazendo-as acreditar que fazem parte do todo social; essa exclusão pode-se dar, por exemplo, através de políticas sociais que levam em consideração as necessidades básicas e biológicas do ser humano; porém, negam a emoção e afetividade. Os sentimentos gerados por esse processo são relacionados a subalternidade e inferioridade em que essas pessoas são submetidas.

Quando se fala ou pensa em pessoas ou grupos excluídos, logo se pensa em pobreza, na qual se tem a falta de recursos, geralmente remete a recursos materiais, por exemplo dinheiro, alimento, casa e materiais em geral de uso básico de uma pessoa. Ademais, pouco se fala em pobreza e exclusão em relação aos afetos e sentimentos dessas pessoas que estão excluídas. A categoria da análise da exclusão que se faz presente não pretende priorizar um enfoque econômico ou a exclusão como sinônimo de pobreza, mas, sim uma análise ampliada e aprofundada de todos os fatores que a influenciam, incluindo a falsa ideia de que todas as pessoas estão inseridas na sociedade (Sawaia, 1999). Os excluídos não constituem uma classe homogênea, possuem diferentes necessidades.

A exclusão social sempre existiu através de um universo de estigmatizados representados por mendigos, pedintes, vagabundos e marginais. A partir dos anos 90, passa a ser assunto debatido em um contexto político e intelectual, pois tem relação direta com as formas de trabalho, tornando-se uma categoria de análise. (Wanderley, 2011). Conforme a autora “os excluídos não são simplesmente rejeitados física, geográfica ou materialmente, não apenas do mercado de suas trocas, mas de todas as riquezas espirituais, seus valores não são reconhecidos, ou seja, há também uma exclusão cultural” (Wanderley, 2011, p. 18).

No entanto, Sawaia (2003, pg. 55) produz uma reflexão a partir de perguntas que surgem frequentemente no contexto social: “qual é a real necessidade dos excluídos? Aos pobres basta o alimento? Aos discriminados basta a lei? Às crianças basta o acesso à escola? É evidente que não. Essas são medidas fundamentais, mas não são suficientes”. A mesma autora relatou que as pessoas excluídas têm o direito de dignidade, essas têm o a vontade de serem reconhecidas como pessoas, ou seja, precisam de afeto e de atenção, isso que é negado a partir do contexto social de injustiça e discriminação, visto que, para incluir o indivíduo em processo de habitação, se espera que ele se sinta realmente incluído com condições dignas para viver.

O número de pessoas em situação de rua vem aumentando gradativamente com o decorrer do tempo. O Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário - MDS realizou uma Pesquisa Nacional Sobre a População em Situação de Rua, em que o público alvo foi composto por pessoas com 18 anos completos ou mais vivendo nas ruas, em 48 municípios com mais de 300 mil habitantes e em 23 capitais. Essa investigação alcançou um total de 31.922 pessoas em situação de rua (Natalino, 2016).

As pessoas em situação de exclusão e vulnerabilidade social encontra-se em estado de extrema pobreza, e sofrem um processo de invisibilidade social através de uma luta constante pela sobrevivência em um contexto em que seus direitos sociais são violados; suas potencialidades individuais e grupais são reduzidas, e consequentemente a vulnerabilidade atinge diretamente nas suas relações sociais, como também atinge a autoimagem, autoestima e a subjetividade dessa população (Santana; Castelar, 2014).

No Brasil desde seu descobrimento com a negação da cultura e exploração dos nativos é possível verificar o início do processo de exclusão. Posteriormente, com a chegada dos escravos isso se intensifica e quando os mesmos possuem a sua liberdade com a falsa ideia de inclusão que já se caracteriza como perversa, os problemas sociais e a exclusão aumentam e passam a ter novas características. Contudo, com a urbanização e massivo êxodo rural aumentavam-se os problemas urbanos. O espaço rural e urbano são modificados e transformados com o avanço e inserção das contribuições da ciência e tecnologia (Santos, 1991).

O grande Geógrafo Milton Santos (1985) levanta uma reflexão sobre o espaço geográfico, na qual vem se redefinindo pela inserção de uma sociedade em contexto de modernização e pelo chamado capitalismo agrícola, produzindo especificidades em cada região, principalmente nas atividades, as novas metodologias, localização e produção industrial, de extração de minérios, pela produção de energia, e as grandes migrações.

Para Vêras (2003) a nova civilização industrial e moderna possuía uma contradição que se torna cada vez mais visível com o capitalismo: a pobreza. Estas pessoas deveriam ser afastadas dos olhares burgueses. A segregação passa a acontecer, mesmo que em locais próximos aos bairros burgueses, mas que indicavam alta periculosidade. Posteriormente, o próprio Estado passa a criar formas para ordenar o espaço urbano. “Uma das vertentes urbanistas foi a de remodelar, “limpar”, “sanear”, tornar racional o espaço urbano e destinar espaços específicos à habitação popular. A cidade se transforma em valor de troca, progressivamente” (Vêras, 2003, p. 84).

Dessa forma, os espaços para as pessoas mais pobres torna-se de segregação, em que não se considera os aspectos culturais e ambientais, trazendo soluções padronizadas e uniformizadas, sem preocupação com a qualidade da moradia e inserção no meio urbano. Além disso, devido a distância, os residenciais se tornam bairros dormitórios, pois o local não oferece o mínimo para a sobrevivência. A realidade da política de urbanização e habitação faz com que essas pessoas acreditem numa possível inclusão, mas na prática, o que ocorre, é a inclusão perversa, que segrega e gera sofrimento numa população que é, mais uma vez, estigmatizada, não levando em consideração os sentimentos e afetos, na maioria das vezes negativos, que se encontram nessas pessoas (Sawaia, 1999).

3. CONCLUSÕES

A inclusão perversa se caracteriza com a falsa ideia de que as pessoas que necessitam de moradia estão incluídas na sociedade; porém, o que acontece é uma forma de segregação, que vai além do simples acesso as unidades habitacionais, em que não há os elementos necessários como infra estrutura urbana e serviços urbanos. Mas é necessário também, a valorização dos sentimentos e afetos, de forma que proporcione autonomia e potência para o desenvolvimento humano, evitando assim, as práticas de humilhação e vergonha em que essas pessoas estão submetidas. Assim, compreende-se que a pobreza não deve ser enxergada a partir da visão única de ausência de renda. Mas a falta de acesso a vários recursos, considerando além disso, a característica subjetiva das pessoas em situação de pobreza, que deve ser considerada na elaboração de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- [1] Arantes, O. B. F; Maricato, e.; Vainer, C. B. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- [2] Azevedo, S. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: Azevedo, Sérgio de; Andrade, Luis Aureliano G. de (orgs.). A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.
- [3] Bertini, F. M. A. Sofrimento ético-político: uma análise do estado da arte. Psicologia & Sociedade, v. 26, n. spe 2, 2015.
- [4] Bonduki, N. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- [5] Brasil. Constituição Federal de 1988. Brasília: Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações, 2002.
- [6] Cymbalista, R.; Moreira, T. Política habitacional no Brasil: a história e os atores de uma narrativa incompleta. In: Albuquerque, M. C. Participação popular em políticas públicas: espaço de construção da democracia brasileira. São Paulo: Instituto Pólis, 2006.
- [7] Janeiro, Ano XI, n. 1 e 2, p. 113-130, 1997.
- [8] Lorenzetti, M. S. B. A questão habitacional no Brasil. Estudo. Câmara dos deputados, 2001.
- [9] Maricato, E. Brasil 2000: qual planejamento urbano? Cadernos IPPUR. Rio de
- [10] Ministério das Cidades. Primeira Conferência Nacional das Cidades. Brasília, nov. 2003.

- [11] Motta, L. D. A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade. Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais, 2011.
- [12] Natalino, C. A. M. Estimativa da população de rua no Brasil. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Brasília, 2016.
- [13] Pasternak, S. 100 anos de Política Habitacional no Brasil. Lap, SP, 1997.
- [14] Pechman, R. M.; Ribeiro, L. C. de Q. O que é questão da moradia. Coleção Primeiros Passos, nº92. São Paulo: editora Brasiliense. 1983.
- [15] Pequeno, L. R. B. Políticas habitacionais, favelização e desigualdades sócio-espaciais nas cidades brasileiras: transformações e tendências. *Scripta Nova, revista electrónica de geografía y ciencias sociales*: v. 12, p.31, 2008.
- [16] Rolnik, R. A construção de uma política fundiária e de planejamento urbano para o país - avanços e desafios. IPEA, Políticas Sociais - acompanhamento e análise 12, 2006. 199-210.
- [17] Rolnik, R. Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social: Introdução. In: Rolnik, R.; Cymbalista, R.. (Orgs.). Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social. Revista Pólis 29. São Paulo: Instituto Pólis, 1997.
- [18] Rolnik, R; Cymbalista, R; Nakano, K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. Revista de Direito da ADVOCEF, v. 1, n. 13, p. 123-158, 2011.
- [19] Santana, S.V; Castelar, M. A população em situação de rua e a luta pela cidadania, Revista Baiana de Saúde Pública, v.38, n.2, p.357-369, 2014.
- [20] Santos, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas, Terra Livre-AGB, São Paulo, n.9, p. 7-17, 1991.
- [21] Santos, M. Espaço e Método. São Paulo. Editora Nobel, 1985.
- [22] Sawaia, B. B. Fome de felicidade e liberdade. In Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Ed.), Muitos lugares para aprender São Paulo, SP: CENPEC/ Fundação Itaú Social/ Unicef, p. 53-63, 2003.
- [23] Sawaia, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: Sawaia, B. B. As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes: Petrópolis, 1999.
- [24] Verás, M. P. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. Caderno CRH, v. 16, n. 38, 2006.
- [25] Wanderley, M. B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: Sawaia, B. As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Editora Vozes: Petrópolis, 2011.

Capítulo 3

Reflexões sobre a urbanização de São José do Rio Preto e a ocupação da Vila Itália: Passado e presente

Tamyres Cirqueira dos Santos

Denise Beatriz Rack de Almeida

Resumo: Os movimentos populares pelo direito a moradia, geralmente estão presentes nas grandes capitais. Com o processo de acirramento da exploração e precarização do trabalho e renda, as ocupações também aparecem nas cidades do interior. Pesquisa de campo com levantamento documental e a utilização da técnica de observação simples, objetivou contextualizar o processo de urbanização da cidade de São José do Rio Preto no interior de São Paulo, e, apresentar descrição sobre a ocupação da Vila Itália no sentido de compreender o cotidiano da comunidade. Sentido de pertencimento ao território, vínculos comunitários sólidos, orgulho e proteção, foram observados na ocupação.

Palavras-chave: Ocupação; Movimento popular; Urbanização.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de São José do Rio Preto localizada no interior do estado de São Paulo, ocupa uma área de 431,963 km², sendo que 119,48 km² estão em perímetro urbano, sua população é estimada em 456 245 habitantes, sendo então o décimo primeiro mais populoso de São Paulo, (IBGE, 2017). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é considerado elevado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), seu valor é de 0,797, o 27º maior do estado de São Paulo (em 645 municípios) e o 50º do Brasil (entre 5 565).

Destaca-se na área da prestação de serviços, seu Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, era R\$ 8 981,999 mil, a renda per capita maior entre os trabalhadores, é respectivamente, de 1 a 2 salários e ½ a 1 salário.

Com esta breve apresentação das características do município, é possível inferir inicialmente, que, por não apresentar situações desfavoráveis, o acesso a moradia não se caracteriza como problema. Ao contrário, o município atualmente possui duas ocupações em andamento: Ocupação da Vila Itália e Ocupação do Brejo Alegre além de mais de cem loteamentos em fase de regularização.

Esse é o retrato de vários municípios brasileiros, demonstrando que as ocupações de áreas ociosas com objetivo de transformá-la em espaço para moradias, não se restringe às capitais, as cidades do interior também apresentam esta expressão da questão social, decorrente do acirramento das desigualdades.

O propósito desse estudo foi contextualizar o processo de ocupação e urbanização da cidade de São José do Rio Preto no interior de São Paulo, e, apresentar aos leitores, uma descrição sobre a ocupação da Vila Itália no sentido de compreender, mesmo que parcialmente, o cotidiano dessa comunidade.

Parte das informações aqui apresentadas, foram elaboradas em 2018, para a construção do trabalho de conclusão do curso de serviço social na União das Faculdades dos Grandes Lagos – UNILAGO.

2. ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DA URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

A cidade de São José do Rio Preto, surgiu no século XIX e foi fundada no dia 19 de março de 1852, sendo fruto de uma política de ocupação do Noroeste do estado de São Paulo. Seu povoamento foi realizado a partir de 1840 pelo fluxo migratório de pequenos grupos populacionais que sofreram com os problemas econômicos que atingiram a região das Minas Gerais, entre eles o enfraquecimento das atividades mineradoras (CAVENAGHI apud CARVALHO JR et. al, 2011, p. 39).

Atualmente, a Região Administrativa de São José do Rio Preto é composta por 96 municípios, porém de acordo com LODI (2001, p. 7), no início do século XIX essa região era descrita como: “Terras desconhecidas”, sendo habitada por índios de diferentes etnias, como os caiguanques e tupis-guaranis, que, com a chegada dos fazendeiros, foram obrigados a se refugiarem mata adentro ou se envolverem em violentos confrontos.

Nos registros documentais existentes e em conjunto com as interpretações de historiadores locais, legitimam Luiz Antonio da Silveira e José Bernardino como personalidades pioneiras e a eles é conferido o papel de fundadores da comunidade. (CAVENAGHI, apud CARVALHO JR et. al, 2011, p. 40).

Pela tradição católica imposta desde a colonização do solo brasileiro, no vilarejo de Rio Preto o desenvolvimento urbano ocorreu nos arredores da primeira Capela (construída em 1852), localizada na área central. Assim, as famílias que tinham melhores condições financeiras começaram a construir casas de tijolos e cobertas de telhas (produzidas na própria vila) ao lado da Capela (LODI, 2001, p. 12).

Conforme explica LODI (2001, p. 13), a ocupação da região foi realizada gradualmente e a população que aqui fixou moradia, chegavam depois de viagens longuíssimas (duravam semanas) com animais domésticos e ferramentas, transportados pelos carros de bois, único meio de transporte existente. Construíram casas de pau-a-pique e plantavam (milho, arroz e mandioca) para garantir a sobrevivência. Quando a produção era excedente vendiam ou faziam trocas por gêneros que não fabricavam.

No século XIX, o café era cultivado em diversas regiões do país, principalmente nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro e do mesmo modo chegou até as terras de São José. Produto conhecido popularmente como “ouro negro” permitiu o desenvolvimento da agricultura e da industrialização.

Os primeiros cafezais na região de Rio Preto foram plantados por volta de 1879, tanto nas grandes propriedades, como nas pequenas, a proximidade das propriedades formava as chamadas colônias (LODI, 2001, p. 14).

Em relação ao cultivo do café CARVALHO apud CARVALHO JR et. all (2011, p. 118) aponta: “A facilidade de penetração da atividade cafeeira na região se deu, em grande parte, devido à grande disponibilidade de terras pouco exploradas e o tipo de solo, com inclinações suaves e alta fertilidade”.

O caráter desbravador da colonização dessa área acarretou toda uma intensificação da agricultura que, por sua vez, trouxe rápidas implicações para a região. Aumentou o contingente populacional, tanto no campo como nas cidades e acarretou o aumento dos núcleos urbanos em tamanho e número (CARVALHO, apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 118).

Distrito de Jaboticabal até 1894, o povoamento inicial da cidade ocorreu entre os córregos Canela e Borá, próximos ao Rio Preto. A região compreendia um vasto território que era limítrofe entre a cidade de Jaboticabal e toda a fronteira do Noroeste paulista com o Estado de Minas Gerais. De acordo com CAVENAGHI apud CARVALHO JR et. all, a cidade de São José do Rio Preto, no período de seu nascimento é:

Fruto de um processo econômico que acompanha as diretrizes de ocupação do sertão na época moderna, e seu desenvolvimento urbano resume, em muitos aspectos, a forma de crescimento das cidades do interior da Província durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX (2011, p. 40).

ARANTES (2006, p. 53) relata os serviços públicos foram concretizados somente na entrada do século XX, pelo fato do orçamento ser insuficiente para os investimentos em iluminação pública, redes de água e esgoto e saúde elementar; bem como pela representação política do município ser insignificante, já que não havia qualquer ajuda do governo estadual.

Nas aulas de história do Brasil é comumente estudado que a implantação das ferrovias nas paisagens interioranas brasileiras provocou a ascensão dos até então povoados e vilarejos que ficavam nas suas redondezas, surgindo de forma mais estruturada as cidades. É possível identificar que São José do Rio Preto também vivenciou esse processo, em razão de sua constituição citadina ser consequência da chegada das linhas férreas. Em virtude disso, FRANCISCO considera:

O grande impulso para o desenvolvimento de São José do Rio Preto foi a chegada da Estrada de Ferro Araraquarense (EFA), em 1912. A condição de “boca do sertão”, conferida à cidade por ser a última estação da linha férrea, foi essencial para o seu grande impulso de desenvolvimento, pois passou a se destacar como referência regional, na medida em que se tornou o principal eixo de escoamento da produção agrícola e de manufaturados do centro-oeste do país; passando a oferecer serviços públicos, serviços em geral, comércios e bancos. Foi a consolidação do seu papel como importante “empório comercial” do noroeste do estado (2011, p. 123)

Entre os anos de 1910 e 1930, CARVALHO (2007, p. 28) destaca que a região do oeste paulista e principalmente o município de São José do Rio Preto, estimulou seu desenvolvimento urbano, com o surgimento de novos núcleos urbanos e a consolidação daqueles já existentes por três fatores: o fomento do plantio do café, a chegada da linha férrea e após a crise de 1929, o progresso das plantações algodoeiras.

De acordo com MONBEIG (1998 apud FRANCISCO, 2011, p. 124) alguns números fornecem um bom retrato deste crescimento: das 150 casas no final do século XIX, em 1919 já alcançavam a quantia de 2.000 moradias; a receita municipal contabilizava 100.000\$000 em 1912, aumentou para 470.000\$000 em 1919 e, na década de 1940 a cidade já teriam instaladas 8 agências bancárias.

Caracterizada como fase de grande crescimento econômico, populacional e urbano, ainda na virada do século XIX, a população da cidade não passava dos modestos 3 mil habitantes, entretanto, no início da década de 1950 atingiu a marca de cerca de 65 mil habitantes. A partir desse período se dá a expansão do quadrilátero central, com o surgimento dos novos loteamentos, hoje em dia tradicionais bairros rio-pretenses (FRANCISCO, 2011, p. 124).

É oportuno destacar que São José do Rio Preto simboliza expressivamente a miscigenação de sua população, pelo motivo dos fluxos migratórios que ajudaram a povoar o município com: árabes, japoneses, portugueses, italianos, espanhóis, armênios, alemães, além das migrações de indígenas, afro-descentes e de indivíduos de outras regiões brasileiras (ARANTES, 2006, p. 77).

Em relação as moradias, eram caracterizadas como edificações horizontais e sobrados, anteriormente eram de pouca infraestrutura, de pau-a-pique¹ e passaram a ser construídas em alvenaria. As casas mais pobres eram térreas e tinham apenas uma entrada. Por mais que a população com melhor poder aquisitivo se distinguisse pelas suas casas com algum refinamento, até a década de 1950, as classes sociais dividiam o espaço da cidade (FRANCISCO, 2011, p. 126).

No entanto, nas décadas seguintes, de acordo com FRANCISCO (2011, p. 127) essa situação de similaridade de ocupação do território urbano se modificaria: “com o crescimento da importância da cidade na região, com a modernização dos seus espaços, com a sofisticação dos modos de vida e com a consolidação de um promissor mercado imobiliário”.

A partir de 1950, a cidade se apresentou com grandes perspectivas ao desenvolvimento e que culminaram na sua expansão urbana. Nesta década, começa a ter destaque como um polo regional. Este fato se consolidou pela abertura de novas rodovias estaduais e federais (ligava-se à São Paulo, ao sul de Goiás e Minas Gerais, ao Norte do Paraná e, além das cidades vizinhas) que cruzavam suas imediações e reforçou ainda mais a sua posição estratégica. A cidade por se localizar numa área distante a capital paulista (cerca de 450km), garantiu um mercado regional cativo, acentuando seu importante papel e fortalecendo sua condição econômica. (FRANCISCO, 2011, p.127).

Ainda nos anos 50, do século XX a construção de edifícios verticais no centro da cidade modificou a paisagem provinciana rio-pretense, aos poucos perdendo as qualidades de uma cidade pequena. A importação do modelo modernizador, vinha de referências da capital paulista, como o modo de vida, o cinema, a TV, etc., e foi gradualmente, suprimindo os vestígios da cultura local e diminuindo os vínculos de intimidade, com a indiscutível busca da cidade por se livrar do estigma de caipira (FRANCISCO, 2011, p. 129).

Simultaneamente as modernizações planejadas na área central do município, FRANCISCO aponta o desenvolvimento do primeiro bairro popular, o Eldorado:

[...] surgiu também em 1956, o primeiro bairro popular localizado na zona norte, longe do centro e de difícil acesso, dada a barreira natural do córrego Piedade e a estrada de ferro – o Bairro Eldorado –, além de outros loteamentos fora do perímetro urbano, vendidos à prestação. Dois fatores determinaram o surgimento destes loteamentos: por um lado, na década de 1960, as atividades agrícolas dos pequenos sítios, próximos à cidade, vão desaparecendo e tornando-se estoque de glebas à espera da primeira oportunidade de loteá-las BUENO (2002) e, por outro, as brechas concedidas pela lei de zoneamento que facilitaram e até incentivaram este tipo de investimento (2011, p. 129-130).

De acordo com FRANCISCO (2011, p. 130) a Lei 535/58 – Zoneamento, Uso, Ocupação e Volume das edificações – aprovado na íntegra pela Câmara Municipal em 25 de fevereiro de 1958, expõe as razões da ocupação de outras áreas:

A lei de zoneamento de 1958 determinou o perímetro da cidade a partir do arruamento existente, permitindo novos loteamentos apenas na zona agrícola, como distritos independentes, onde os lotes deveriam ter, no mínimo, 450 m² e a área provida de toda a infra-estrutura necessária. Nenhum arruamento foi aberto com estes padrões. Como a lei não estabelecia tais obrigações nos loteamentos da zona urbana, na medida em que considerou o existente, inúmeras modificações alteraram o aspecto referente à delimitação do perímetro urbano a fim de ajustá-la aos novos arruamentos abertos fora do perímetro, destinados à população de menor renda. Neste processo, os

¹ A **taipa de mão**, também conhecida como **pau a pique**, é uma **técnica construtiva antiga** que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, com vigas horizontais, geralmente de bambu amarradas entre si por cipós, dando origem a um painel perfurado que, após preenchido com barro, transforma-se em uma parede. Disponível em: <<http://www.ecoeficientes.com.br/taipa-de-mao-ou-pau-a-pique/>> Acesso em 04 de novembro de 2018.

loteamentos populares saltaram para a periferia, dando início à configuração da cidade em “zonas sociais” FRANCISCO (2008).

A ocupação do espaço urbano neste período irá diversificar-se, FRANCISCO esclarece:

A multifuncionalidade e a coexistência de classes no mesmo espaço deixaram de caracterizar a paisagem urbana rio-pretense que, a partir da década de 1950, refletiu a segregação funcional e sócio-espacial. Trata-se, portanto, do “aburguesamento” da cidade, onde não havia mais lugar para os pobres. A nova paisagem urbana caracterizada pela “imagem modernizada” de cidade se configurou em uma mercadoria consumível de forma mais decidida e organizada pelo capital. A região central passou a receber maiores investimentos públicos e privados, atraindo novamente o edifício alto e mais uma vez jogando para as bordas a população que ficou excluída dos benefícios da tal modernização. Nesse momento, o lugar de cada um já estava definido e as décadas que se seguiriam vão apenas tornar mais evidentes e fortalecidos os processos em curso: a expansão da verticalização na área central e o seu contraponto: a cidade ilegal dos excluídos (2011, p. 131).

Desde o processo de ocupação da região, em meados do século XIX, o município tornou-se o principal núcleo urbano. E a partir da década de 1950, apresentou intenso ritmo de crescimento e já em 1970, as funções urbanas já eram as que geravam mais emprego. E dessa forma, as relações comerciais ultrapassaram territorialmente Rio Preto, chegando para áreas mais distantes como Mato Grosso do Sul e o Triângulo Mineiro. (CARVALHO apud CARVALHO JR et. all, 2011)

Para a concentração de serviços e comércios e a legitimação de São José do Rio Preto como polo, o município contou com significativos investimentos públicos, principalmente do Estado, a partir da década 1970, impactando em sua urbanização. CARVALHO apud CARVALHO JR et. all (2011, p. 120) dá ênfase:

Destaque para o Programa Cidades Médias do II PND e para o Proálcool, a partir de 1974, que estimularam o fortalecimento da indústria, da agricultura e da infraestrutura no interior do estado e solidificaram Rio Preto como importante centro comercial e de prestação de serviços especializados, além de privilegiado suporte de infraestrutura logística multimodal; estendendo sua polarização e área de influência para regiões mais distantes, principalmente na oferta de serviços e comércio, para o Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, Goiás e, obviamente, para todo o oeste paulista.

Segundo TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all (2011, p. 132), o Programa Cidades Médias (PECPM), no início dos anos de 1980 beneficiou alguns municípios brasileiros, entre eles, Rio Preto, recebendo uma verba de aproximadamente US\$ 10 milhões (dez milhões de dólares), que propiciou diversas obras de infraestrutura com: equipamentos sociais, loteamentos populares e mini distritos industriais, baseadas em planos setoriais, de sistematização viária e de preservação de áreas verdes.

O programa PECPM constituiu em uma ação do Estado de maior impacto sobre o desenvolvimento de São José do Rio Preto e apresentou um grande momento de mobilização de recursos do município, que possibilitou ampliar a dinâmica regional no plano territorial, econômico, político e simbólico, coroando definitivamente o papel de polo regional (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 132).

Era bastante recorrente a influência dos fazendeiros e comerciantes nas cidades interioranas brasileiras, pois produziam riquezas e controlavam os investimentos de recursos em geral, a partir dos anos de 1980 isso se modificou, principalmente pelos investimentos advindos do estado, desse modo, passou a centralizar o poder na administração municipal, assim ficando subordinados os interesses particulares ao poder político local, que não modificou completamente essa estrutura, já que aqueles que possuíam prestígio, eram os indivíduos da elite e letrados (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 133).

Os impactos territoriais estimulados pelo PECPM com a realização de diversos projetos de infraestrutura urbana e comunitária e os interesses particulares na produção da cidade contribuíram para desenhar o mapa social: população de menor renda assentada na zona norte por meio de loteamentos públicos e da iniciativa privada; e a verticalização do centro da cidade ocupados pela população de melhor poder aquisitivo.

TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, (2011, p. 133), ressalta que o empenho da administração pública para o desenvolvimento da cidade:

Em São José do Rio Preto, houve na administração pública um grande aparato técnico e legal proveniente: do ERPLAN e do plano regional de desenvolvimento; do Instituto Municipal de Pesquisa e Planejamento – IMPP que resultou na elaboração de diversos planos e projetos urbanos do PECPM; e dos profissionais alocados nas assessorias e secretarias municipais que elaboraram o Plano de Sistematização Viária Urbana e revisaram a Lei de Zoneamento, com a participação de uma comissão técnica que incluía a Sociedade dos Engenheiros – entidade profissional que teve atuação expressiva nesse período, denunciando os desequilíbrios na organização espacial da cidade. Nesse aspecto, houve uma comunicação recíproca entre os especialistas científicos que aconselham as instâncias a tomarem as decisões e os políticos que encarregam os cientistas segundo as necessidades da prática.

Porém, toda essa intervenção voltada para o planejamento e desenvolvimento urbano, nos idos anos de 1980 configura como um período de crise e se torna evidente as contradições sociais em Rio Preto, com a produção da cidade pela iniciativa privada que resultou em empreendimentos de caráter altamente especulativo, com a crescimento dos condomínios fechados horizontais para a classe média, e de outro, na espoliação e marginalização da população de baixa renda assentada em loteamentos ilegais periféricos que surgiram paulatinamente e sem a infraestrutura urbana adequada, sob a omissão do Poder Público local (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 133-134).

A especulação imobiliária – que dificulta o acesso à terra e à habitação e é alimentada pelas carências em serviços que valorizam diferencialmente as diversas frações do território – somada ao déficit habitacional conduzem a periferação da população mais pobre, que, no caso de Rio Preto, se assentou nas franjas perimetrais da Zona Norte e em mais de 108 loteamentos ilegais (TEODÓZIO, 2011, p. 134)

Francisco (2011, p. 135) busca explicar a proliferação dos loteamentos irregulares:

[...] Como as leis eram bastante exigentes quanto à abertura de novos loteamentos, tanto em áreas urbanas quanto rurais e, além disso, os loteamentos urbanos precisavam das aprovações nos âmbitos municipal e estadual para efetuarem os seus registros, a partir de então, a opção dos especuladores foi a ilegalidade, na periferia distante. O rigor da legislação não justifica a proliferação destes condomínios ilegais na periferia, mas pode explicar. Associado ao fato de que não havia fiscalização [...].

No início da década de 1990, pós sanção da Constituição Federal de 1988, nela tornou-se obrigatório o Plano Diretor para as cidades com mais de 20 mil habitantes, esse plano era para se pensar a questão urbana com a participação social e popular. No entanto, a participação social na elaboração do Plano Diretor de 1992, foi efetuada pelos técnicos da Sociedade dos Engenheiros, que pressionaram para a mudança da Lei de Zoneamento (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 135).

FERNANDES (2001 apud TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 136) explica que a discussão do Plano Diretor, foi construído por um conselho municipal e seis categorias profissionais e de classe que tinham interesses específicos, na produção e reprodução da cidade: arquitetos, engenheiros, advogados, jornalistas, corretores de imóveis e empresários – as chamadas elites locais de crescimento.

Observa-se dessa forma, que a população estava distante desse planejamento, ela precisava ser ouvida por técnicos e isso não aconteceu. (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 136) afirma: “A legitimação da dominação passou a ser a despolitização das massas, sem que ficasse evidenciada a suspensão das questões práticas ligadas à nova forma de dominação política [...]”

O Plano Diretor no que se referia ao aspecto econômico, buscava que Rio Preto fosse inserida numa nova ordem de processo produtivo, transformando-se num “polo de alta tecnologia”, com a mudança no perfil da indústria e a implantação de inovações tecnológicas. Isso é possível identificar também no discurso socioeconômico brasileiro dos anos de 1990, marcados por reformas constitucionais, reestruturação produtiva, e inserção da economia brasileira na economia mundial (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 136).

Já nos anos 2000, os processos de planejamento urbano buscaram que a participação popular na gestão urbana fosse maior. Em 2006, foi aprovado o Plano de Desenvolvimento Sustentável de São José do Rio Preto. É de se notar que a participação popular nas plenárias ocorridas nos bairros, foram naqueles com menor poder aquisitivo, e por coincidência, com menos infraestrutura e com pouca oferta de serviços públicos (TEODÓZIO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 139).

A “terra de oportunidades” como é conhecida atualmente São José do Rio Preto, em sua dinâmica urbana, possui muitas demandas que carecem de melhorias. A vista disso, (CARVALHO apud CARVALHO JR et. all, 2011, p. 124) pontua:

O destaque econômico do município na região se confronta com as dificuldades típicas dos grandes e médios centros do país. Rio Preto já apresenta, há muito tempo, problemas de grandes capitais e regiões metropolitanas. O lixo, a violência, os moradores de rua, o trabalho precário e infantil, o tráfico de drogas, as carências habitacionais, o trânsito caótico são manifestações cada vez mais presentes na realidade local.

Da mesma proporção que crescem os investimentos imobiliários em todas as regiões da cidade, as condições precárias de moradias também se acentuam. O acesso a um imóvel é dificultado por questões conjunturais, que estão presentes a nível nacional. Um dos principais motivos para as ocupações de espaços ociosos são: o desemprego crescente, o aumento considerável dos aluguéis e dos preços dos imóveis ocasionados pela especulação imobiliária.

Em São José do Rio Preto, de acordo com entrevista da secretária de habitação para um jornal local em março de 2018, acredita-se existir um déficit habitacional de aproximadamente 15.000 moradias. Além, da estimativa de mais de 100 loteamentos irregulares em toda extensão territorial da municipalidade, que carecem de condições básicas de habitação, nos quais os moradores enfrentam sérios problemas de infraestrutura, como: falta de água encanada, de saneamento básico, energia elétrica, falta de pavimentação asfáltica e equipamentos públicos, como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), UBSF (Unidade Básica de Saúde da Família) e espaços educacionais (MARQUES, 2018 – Diário da Região – web).

Além dos loteamentos irregulares outra situação é preocupante, quando tratamos a questão de moradia na cidade: a ocupação de áreas próximas a locais de risco (estradas ferroviárias) e insalubres. No município há duas ocupações: Ocupação da Vila Itália e Ocupação do Brejo Alegre, com elevada concentração de pessoas, das mais diversas faixas-etárias. Nos deteremos a ocupação da Vila Itália e suas características peculiar.

3. RESULTADOS DOS LEVANTAMENTOS REALIZADOS PARA COMPREENDER O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA VILA ITÁLIA

Referente ao percurso metodológico construído para apresentação dos resultados, informamos aos leitores que houve a necessidade de um levantamento documental e a utilização da observação simples, sendo que, a técnica da observação foi aplicada em visita realizada em outubro/2018 na Ocupação da Vila Itália em São José do Rio Preto – SP.

A área correspondente a parte privada, é fruto de herança de mais de 4 gerações de uma família, que no início de 1900 correspondia a um generoso território de aspectos rurais (fazenda), atualmente, totalmente incorporada a área urbana da cidade. Após 44 anos, parte da área foi desapropriada, hoje esse espaço concentra uma das maiores áreas verdes do município, destinado à preservação e à pesquisa científica.

Por volta da década de 1980, um dos herdeiros vendeu outra parte da área, em caráter de desapropriação amigável, à Prefeitura de São José do Rio Preto. Posteriormente, em meados da década de 1990, com a intencionalidade de obter lucros do espaço ocioso da qual era proprietário e sem estar constituído como loteamento regularizado pela municipalidade, o herdeiro iniciou a venda de lotes e a construção de casas para locação, entretanto a falta de pagamento dos aluguéis ocasionou em despejos dos moradores. (SÃO PAULO, 2015, p. 235).

Como não havia regularização do “loteamento”, as famílias que dispenderam quantias abundantes para a compra dos lotes, precisaram em 1996 ajuizarem ações no Tribunal de Justiça para terem seus litígios sanados, pela oportuna regularização, que ainda está em tramite.

Outra particularidade dessa propriedade, ocorre em 1996 quando foi sancionada a Lei municipal coomplementar nº 53, que definia áreas de domínio público e privado como sendo de preservação permanente, variando de 50 metros a 150 metros, partindo das nascentes, lagos, tornando-se proibida a exploração dos recursos naturais desses locais em toda dimensão territorial da cidade. À vista disso, de forma parcial a propriedade foi afetada, porém, sem qualquer receio, continuou de forma irregular a venda dos lotes e da locação de imóveis.

Nesse contexto nasce a ocupação da Vila Itália em 2014, em um espaço que estava abandonado e sem nenhuma infraestrutura, nem da parte privada nem da pública. Os proprietários foram informados para a reintegração de posse e demolição dos barracos. Posteriormente, o poder público também entrou com ação contra os integrantes da ocupação, por estarem utilizando irregularmente a área da parte pública. (SÃO PAULO, 2015, p. 1-13).

Por determinação da Procuradora do município, as secretárias de habitação, assistencial social e saúde, realizaram levantamento do perfil socioeconômico dos ocupantes da área apresentado em maio de 2017.

Os dados apontam que foram contabilizados ao todo 212 áreas, sendo 201 utilizados como moradias precárias pelos ocupantes e outros 11 espaços ociosos que foram marcados para evitar o surgimento de novas moradias rústicas. Neste perfil foram entrevistadas 172 famílias, com população de 460 pessoas, sendo 269 adultos, 93 Crianças (0-5), 77 Crianças (6-14) e 21 Adolescentes (15-17), ainda identificados 05 idosos, 04 gestantes e 04 pessoas com deficiência. Contudo, nem todos moradores da comunidade estavam presentes para responder o questionário, ficando aproximadamente 30 pessoas sem identificação (SÃO PAULO, 2016, p. 388).

Quando se trata do período de domicílio na ocupação, à época do levantamento, cerca de 90 famílias estavam por volta de 12 meses naquele espaço. Sendo do total de 172 moradias, 52 tendo como responsáveis familiares mulheres da faixa etária de 30 a 39 anos. Referente ao estado civil, 71 responsáveis familiares eram solteiros, porém, nos núcleos que haviam união estável ou eram casados, respectivamente, representavam, 36 e 35 famílias. Foi constatado por volta de 57 habitações com arranjos unipessoais (SÃO PAULO, 2016, p. 400-403).

Segundo declarações dos moradores participantes da pesquisa, partindo do responsável familiar, 83 estavam desempregados e outros 42 encontravam-se inseridos no mercado de trabalho pela informalidade. Assim, cerca de 70 famílias auferiam renda mínima, no referido ano, estabelecida em R\$ 937,00 (SÃO PAULO, 2016, p. 406).

Para o acesso aos programas habitacionais locais é preciso comprovar residência no município por no mínimo de 3 anos, e das 172 famílias, 148 declararam que residiam no município há período superior. E cerca de 131 famílias revelaram que o motivo da ocupação foi o ônus excessivo com aluguel urbano (SÃO PAULO, 2016, p. 409).

Em visita a ocupação realizada em outubro de 2018, inicialmente foi constatado uma situação muito precária, um contingente grande de pessoas em uma área pequena e sem infraestrutura minimamente adequada. No entanto, ao andar pelas ruas de terra daquele território, constatou-se que apresentava a aparência de uma vila, uma comunidade, um território em que as pessoas tinham o sentimento de pertencimento. Verificou-se também, uma boa convivência com os vizinhos, que se encontravam para conversarem em frente de seus domicílios.

No entanto, ao observar as relações da comunidade junto aos moradores circunvizinhos do bairro Vila Itália, nota-se o preconceito aos ocupantes da área, pois em relação ao mercado imobiliário, as moradias próximas a ocupação perdem seu valor, em razão da ocupação, pelo agrupamento de pessoas vivendo em condições vulneráveis e rudimentares, e pelas questões peculiares ao capitalismo, lamentavelmente desvaloriza-se o preço dos imóveis daquela região.

No início da ocupação não haviam movimentos sociais presentes, entretanto devido às dificuldades inerentes as mobilizações urbanas por moradia, constatou-se a presença do partido político PSTU, que prestou apoio jurídico nos processos que estão tramitando, a central sindical CONLUTAS, que também auxiliou nas questões judiciais, e o Movimento Luta Popular, que atua no Brasil, em ocupações e na luta pelo direito à moradia e a terra.

Ao percorrer o território, pode-se notar que alguns domicílios possuíam energia elétrica e água encanada de forma clandestina, garantindo o mínimo à sobrevivência.

Relatam que se organizaram e conseguiram com a prefeitura, caçambas para a coleta de lixo que estavam na entrada da ocupação e, transporte escolar para as crianças. Em relação ao transporte escolar, tornou-se

uma preocupação a menos aos responsáveis, pois por se tratar de área próxima à linha férrea, o trajeto dava-se pelas somentes até as ruas do bairro próximo, e após reivindicarem, os motoristas passaram a deixar as crianças na entrada da ocupação.

Em relação ao emprego formal, há uma dificuldade de inserção, pois ao residirem em espaço não regularizado, não há como comprovarem o endereço, ficando impossibilitada a contratação pelos empregadores, evidenciando a informalidade nas condições de trabalho.

Observando as condições de moradias, algumas são construídas parcialmente de tijolos, com madeiras e lonas, mas ao percorrer a ocupação foi perceptível que por estarem numa região cercada por árvores (propício a ventanias) e próximas de um pequeno curso de água (pertinente a causar resfriados), foi fundamental fazer algumas alterações.

A organização da comunidade tornou-se fundamental à sobrevivência e permanência nessa ocupação. Apesar de existir uma rotatividade de pessoas, a quantidade ainda se assemelha ao relatado no perfil social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo não sendo um espaço regularizado pelo município, as formas de convivência que ali se estabeleceram, são semelhantes ao surgimento de qualquer outro bairro. Aliás, começam de forma mais simples, as pessoas não se conhecem, entre outras coisas. Com o transcorrer do tempo, cria-se vínculos e laços de amizade, proteção, que se consolida gradativamente. As pessoas se sentem mais seguras e protegidas, pois se conhecem. As edificações vão se modificando, a partir do melhoramento das condições financeiras ou, através do auxílio da comunidade.

Na lógica capitalista, a moradia não se caracteriza como um bem necessário a todos, mas uma mercadoria que poucos podem se apropriar. Mesmo que o trabalhador tenha sua renda mínima assegurada, não consegue corresponder aos pré-requisitos necessários para aquisição e direito ao acesso a moradia, fato que o coloca e outra situação, aquela que aponta para a necessidade de apenas sobreviver.

Por meio do processo de observação, foi possível perceber que a necessidade de moradia, mesmo sem as condições adequadas, desenvolve nas pessoas o sentido de pertencimento, alegria, e orgulho em possuir algo que poderá de alguma maneira, abrigar sua família. Um lugar para chamar de “SUA CASA”.

REFERÊNCIAS

- [1] Arantes, Lelé. Almanaque da História de São José do Rio Preto. Suplemento semanal. São José do Rio Preto, SP : Bom Dia, 2006; 208 p.
- [2] Carvalho, Joelson G. Dimensões regionais e urbanas do desenvolvimento socioeconômico em São José do Rio Preto / Joelson Gonçalves de Carvalho organizador. – 1. ed. – São José do Rio Preto, SP : Editora Microlins Brasil, 2007.
- [3] Carvalho, Joelson g. Desenvolvimento econômico e territorial de São José do Rio Preto: perspectiva histórica e desdobramentos recentes, p.115-125. In: Carvalho Jr, Celso; Mahl, Marcelo I; Campos, Raquel d. (orgs.). Terra (in)cógnita: novos estudos sobre São José do Rio Preto, Campinas: Pontes Editores, 2011.
- [4] Cavenaghi, airton j. São José do Rio Preto e uma narrativa de sua fundação, p. 39-56. In: Carvalho Jr, Celso; Mahl, Marcelo I; Campos, Raquel d. (orgs.). Terra (in)cógnita: novos estudos sobre São José do Rio Preto, Campinas: Pontes Editores, 2011.
- [5] Francisco, Arlete M. Arquitetura e cidade: habitação vertical em São José do Rio Preto. 2007. 227f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- [6] Francisco, Arlete M. Contribuição à história da urbanização de São José do Rio Preto – SP. Tópos (UNESP. Presidente Prudente) v. Vol.5, p. 119-142, 2011.
- [7] Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). São José do Rio Preto. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-jose-do-rio-preto/panorama>>. Acesso em abril 2019.
- [8] Lodi, Nilce. São José do Rio Preto: história de uma cidade / Texto de Nilce Lodi; ilustrações de Décio Montagnin. São José do Rio Preto, SP: Casa do Livro, 2001.
- [9] Monbeig, Pierre. Pioneiros e fazendeiros de São Paulo. 2ª. Ed. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1998.
- [10] São Paulo. Tribunal de Justiça de São Paulo. Comarca de São José do Rio Preto. 1ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 1024760-92.2015.8.26.0576; (Classe: Reintegração e Manutenção de Posse; Assunto: Esbulho, Turbação e

Ameaça); Disponível: <
https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=G00003GB00000&processo.foro=576&uuidCaptcha=sajcaptcha_6d6efe59aaab40eca98a05611e705211> Acesso em jul-out. 2018.

[11] São Paulo. Tribunal de Justiça de São Paulo. Comarca de São José do Rio Preto. 1ª Vara da Fazenda Pública. Processo: 1039033-42.2016.8.26.0576 (Classe: Reintegração e Manutenção de Posse; Assunto: Posse); Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=G00005NTC0000&processo.foro=576&uuidCaptcha=sajcaptcha_6d6efe59aaab40eca98a05611e705211> Acesso em jul-out. 2018.

[12] Teodózio, Delcimar M. As experiências de planejamento urbano em São José do Rio Preto e a produção do espaço social, a partir dos anos de 1950. 127-143. In: Carvalho JR, Celso; Mahl, Marcelo L; Campos, Raquel D. (ORGS.). Terra (In)Cognita: Novos estudos sobre São José do Rio Preto, Campinas: Pontes Editores, 2011.

Capítulo 4

Equidade e saúde: Vozes da periferia

Fernando Conceição dos Santos Barbosa

Resumo: O artigo pretende mostrar a configuração territorial de duas comunidades em João Pessoa: Paratibe (território quilombola) e Santa Bárbara (comunidade tradicional), apontando as características de suas populações com as suas etnicidades e com o desenvolvimento de suas compreensões em vista dos direitos humanos. O território quilombola de Paratibe tem o contexto de sua ocupação e com a manutenção dos valores e traços originários da cultura africana, e com os processos humanos tornam-se cristãos (católicos e protestantes), mudando-se as denominações religiosas originais com a preservação de suas raízes culturais, como o côco (dança de origem litorânea incorporada pelos quilombos interioranos). A comunidade Santa Bárbara, um local na região limítrofe com o bairro de Mangabeira – região sul de João Pessoa apresenta uma caracterização de pessoas em situação de precariedade social. Este local foi ocupado por diversas pessoas e criando-se uma comunidade e com a existência de bolsões econômicos (haras) contraditórios com a realidade social da população residente. Estas atividades foram desenvolvidas pelas edições do projeto de extensão Equidade e Saúde²: Vozes do Quilombo (2018) e Vozes da Comunidade (2019) da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciências da Saúde – Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva. O estudo pretende apresentar como estas pessoas vivem e como estes se reconhecem diante das novas estruturas tecnológicas e culturais criadas e impostas pelos diversos meios de comunicação e ensino e quais são as suas interpretações e compreensões em relação as suas formas de vida e na manutenção dos seus direitos que estão resguardados sobre a esfera política.

Palavras-chave: Quilombo. Cultura. Cidadania. Comunidade. Sociedade.

² Este capítulo é resultado das atividades realizadas no projeto de extensão Equidade e Saúde em seus diferentes editais: Vozes do Quilombo (2018) e Vozes da Comunidade (2019), desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba – Departamento de Enfermagem em Saúde Coletiva, tendo como coordenadora a Professora Dra. Simone Elisabeth Duarte Coutinho e vice coordenadora a Professora Me. Ana Maria Cavalcante Lopes.

1. INTRODUÇÃO

As comunidades de Paratibe e Santa Bárbara são locais inseridos à cidade de João Pessoa. Estes bairros localizados na região sul deste município compreendem caracterizações diferentes e podem ser notadas de acordo com as suas populações e com a recepção das modificações acontecendo na sociedade. Estas localidades apresentam caracterizações periféricas - seja em vista do território quilombola ou da comunidade urbana tradicional. Paratibe está localizada em direção leste estando próxima ao litoral, diferente de Santa Bárbara que está para o oeste, em que passa por um forte processo de urbanização. As particularidades destes locais podem ser vistas em relação à população e aos seus modos e formas de vida de seus membros humanos. Os quilombolas trazem a marca histórica de um processo escravista que duraram dois séculos de existência e os habitantes de Santa Bárbara são migrantes que vieram para o espaço urbano em busca de melhorias sociais. A região de Paratibe, um território quilombola existente em séculos - acredita-se em dois séculos, sendo resguardada a memória daqueles que ali viveram e construíram os primeiros pilares para que fosse um bairro nos dias atuais. A comunidade Santa Bárbara atrelada à ocupação massiva de pessoas que vieram para a capital procurando melhorias de vida e com a presença de mata nativa atraindo outros tipos de negócios, com a existência de três haras.

O território quilombola com o passar dos anos teria perdido muito de sua cultura original pelas transformações que acontecem na sociedade e diante das novas estruturas presentes no contexto social. Os casamentos não se realizam mais de forma unilinear entre primos sanguíneos. Esta ação comum entre os grupos tradicionais teria existido, mas se mantido ao menos dentro desta caracterização étnica estudada - Quilombo de Paratibe, havendo pessoas entre os trinta e cinquenta anos casados e que sejam primos. Apesar de este fato ter acontecido com as gerações posteriores, não há mais casamentos parentais entre os membros desta comunidade afrodescendente. Este fator fez com que houvesse uma renovação sobre as origens étnicas, havendo um processo de miscigenação entre brancos, negros e indígenas. A localização de Paratibe é limítrofe com os territórios indígenas tabajaras em Gramame, favorecendo a miscigenação entre negros e indígenas e gerando pessoas cafuzas. A miscigenação não pode ser vista como causa, mas serem elencados os fatores que levaram estas populações (negros e índios tabajaras) a ocuparem estes locais na cidade de João Pessoa. Não existe como objetivo fazer um estudo etnológico de Paratibe, mas apresentar as características e caracterizações de sua população e a recepção das mudanças vigentes na esfera pública que lhes interesse.

A comunidade de Santa Bárbara tem uma caracterização diferente de Paratibe, que apresenta uma população com características de precariedade social. O local é formado por pessoas que trabalham e não tem outras ocupações que não sejam profissionais. Boa parte da renda básica desta população é para a sua manutenção e sobrevivência. São pessoas que vivem sobre uma falta de estruturação social defasante com as condições humanas, e a busca pelo estudo para uma profissionalização e a inserção no mercado de trabalho com melhores condições de vida acaba não acontecendo por existir a necessidade em trabalhar para colocar alimento sobre a mesa. A vida precária das pessoas é notada na chegada, que não há estrutura alguma para que vivam pessoas neste local, incluindo-as demais situações relevantes à vida social com a presença de organismos sociais que atendam a esta população e lhes conceda formas de vida digna. Nas ruas não há calçamento e o sistema de energia elétrica e abastecimentos de água parecem ser bem precários, dificultando o acesso da população a estas condições sociais para o estabelecimento humano e sua manutenção no local.

A existência de problemas sociais é nítida em ambos os espaços que se realizaram as atividades de extensão e muitos destes problemas estão atrelados ao descaso das esferas públicas em relação aos contextos presentes nos centros urbanos - como capitais e cidades metropolitanas. O estudo não vai debater as questões referentes à territorialidade e aos seus direitos de propriedade, mas focar nas pessoas e nas suas caracterizações sociais e pessoais sobre estes espaços com as suas configurações humanas, mostrando a questão das ações de resistência diante das estruturas políticas e verem como estes sujeitos sociais vivem e dialogam para com os organismos sociais. A presença de organismos sociais nestes locais não é existente, situação notada tanto no território quilombola e na comunidade urbana tradicional. As atividades desenvolvidas com estas populações estão ligadas ao fato de sua inserção sobre estes organismos e o reconhecimento de seus direitos humanos e sociais ao viverem em locais periféricos da capital paraibana. Estes fatores mostram como estas pessoas vivem sem auxílio algum vindo das esferas governamentais e precisam enfrentar muitas horas andando ou no transporte coletivo para terem atendimento médico/escolar e social.

O projeto de extensão Equidade e Saúde em seus editais diferentes - Vozes do Quilombo (2018) e da Comunidade (2019), desenvolvido pelas professoras Simone

Elizabeth Duarte Coutinho e Ana Maria Cavalcante Lopes na Universidade Federal da Paraíba estabelece condições para acontecer uma relação respaldante de cidadania junto às necessidades essenciais destas pessoas que tem os seus direitos feridos diante das condições como vivem e estão colocadas sobre esta sociedade. A presença nestes espaços apresenta como intento ofertar possibilidades para mudarem sua realidade social e compreenderem a sua humanidade diante das transformações que acontecem na sociedade e nas suas estruturas. Os objetivos do projeto estão em oferecer caminhos para ter um crescimento e desenvolvimento acerca de sua realidade e sendo capazes de dialogar com as vivências sociais sem perderem as suas características étnicas e sociais. Com a realização de visitas e dialogando com os membros destas, pretende-se construir um percurso de desenvolvimento de práticas de cidadania e direitos humanos.

Os extensionistas que realizaram estas atividades tinham as suas diferentes formações (Enfermagem, Nutrição, Ciências Sociais e Medicina) e compreensões diversas sobre os contextos apresentados. O desenvolvimento das atividades com a metodologia de observação participante – estudo etnográfico procura fazer uma descrição precisa sobre os contextos humanos e suas formações, como as suas interpretações em relação ao seu local social com o desenvolvimento dos direitos humanos. Os valores morais e éticos não podem deixar de estar presente diante da análise realizada e sabendo que o ensino escolar torna-se relevante para o desenvolvimento deste estudo. Os referenciais teóricos utilizados complementam a experiência realizada com autores e expondo questões referentes à formação humana, cidadania, direitos humanos, reconhecimento étnico com as suas diferentes interpretações de ótica humana. O artigo será construído com uma divisão em dois subtítulos. O primeiro desenvolve um estudo sobre o Quilombo Paratibe, mostrando como são as suas relações internas e externas diante dos traços históricos étnicos africanos com o papel escolar e formativo. O segundo esta sobre a comunidade urbana de Santa Barbara, mostrando como foi o processo de ocupação do local e uma descrição da realidade destas pessoas e a sua inserção no espaço escolar.

2. VOZES DO QUILOMBO

O texto traz como uma de suas argumentações a compreensão de como vivem as pessoas desta comunidade quilombola em João Pessoa e quais são as suas relações para com a sociedade em seu entorno. O fato de sofrerem ações de preconceito, oriundas por viverem em um território de origem afrodescendente e manterem as suas raízes históricas e culturais como membros de um território com caracterizações afrodescendentes fazem-se importantes, e apontar como acontecem estas relações e como concretizam-se na sociedade com as suas novas configurações sociais e espaciais. A comunidade Paratibe sempre esteve à margem do reconhecimento e regularização fundiária em vista da manutenção do seu direito quilombola. Os estudos destes núcleos são recentes, como o reconhecimento em ser um território de origem afrodescendente. Segundo os estudos de Gonçalves - *Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território*, idealizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (2012)³ mostra as famílias fundadoras da comunidade e um pouco da estória destes ex-quilombolas. Os estudos desenvolvidos pelo INCRA são importantes para configurar as bases de criação do Quilombo Paratibe, formado por cinco árvores genealógicas representadas pelos sobrenomes: Albino, Ramos dos Santos, Miguel, Pedro da Silva e Máximo.

Estes ramos familiares são as estruturas que compreendem as bases fundamentais da ocupação quilombola e são por elas que é possível entender e compreender como aconteceu a ocupação territorial e como viveram ao longo dos anos neste território. Como extensionistas, as informações acerca de como vivem e desenvolvem os seus projetos humanos são relevantes e importantes para este estudo. Existem fatores de resistência que acontecem da parte da representante da Associação da Comunidade Negra de Paratibe que teve problemas com outros estudantes universitários tornando-se resistente à presença de pessoas que desejem fazer qualquer tipo de estudo no local. Por maiores que tenham sido as dificuldades com a comunidade continuamos tentando e não desistimos de sair deste local sem ter realizado um bom trabalho humano. As atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão tinham seus limites e por maiores que tenham sido as dificuldades, com o auxílio das professoras e com um estudo teórico sobre a realidade quilombola foi possível ter um olhar de alteridade sobre as considerações desta população e as suas inseguranças em vista do diferente, que os vê apenas como uma matéria de estudo.

³ Estudo realizado em 2010 e publicado em 2012.

Não podemos reconhecer como erro a posição da coordenadora sobre a presença de estudantes no território, mas este fato tem duas interpretações que não podem ser negadas. A primeira está na compreensão deles sobre o que buscamos lá e a segunda no que de fato pretendemos é ser mais do que um estudo antropológico, mas ações de desenvolvimento humano. Estes estudos farão uma busca e descrição de como vive esta população, os auxiliando diante da resolução de problemas e sendo uma alternativa de ajuda diante das questões estruturais que impedem o desenvolvimento humano e serem reconhecidos além de suas características étnicas. Como uma comunidade tradicional não podemos esquecer que eles tem modos próprios de viver e trazendo estes para o contexto social deixar de pontuar isso, mostrando que tem ações de preservação dos modos humanos tradicionais com a sua cultura original. Neste território há as marcas e caracterizações de suas culturas originais que mantem-se dentro das condições presentes. A cultura negra está impressa pela relação que desenvolvem para com a terra e com a natureza.

Em todos os núcleos quilombolas existe a presença de muitas árvores frutíferas e animais - não existindo bois e vacas, mas a presença de cavalos e burros. Alguns membros da comunidade dedicam-se a construção de redes de pesca que são trançadas a mão – uma atividade realizada há muitos anos, tendo a sua manutenção e sendo repassada de geração em geração. O contato com a natureza e as suas relações para com ela são adjacentes e estão em todo o limite territorial do quilombo que tem em suas terras a presença de um rio. No presente momento, o rio está inabitável pela presença de piranhas (peixes), impedindo que as pessoas entrem nele. A natureza é o espaço na qual concretizam-se como pessoas, estando em constante contato com a terra e trabalhando sobre ela, desenvolvem as habilidades essenciais para viverem sobre e com o natural. A localização desta encontra-se em uma planície, mas o rio está sobre uma parte baixa do terreno. A presença de organismos sociais é inexistente, tanto a um nível de proximidade para com o território, como a presença deles no entorno geográfico da localização. Muito pouco foi construído para atender a esta população, havendo um descaso para com as pessoas que vivem e convivem na localização de Paratibe – um bairro que não tem apenas o território quilombola, mas é formado por outros empreendimentos imobiliários que atenderiam populações de baixa renda salarial.

Nas imediações do quilombo existe a Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Antônia do Socorro Silva Machado, que segundo informações teria sido um membro quilombola. Antônia do Socorro teria iniciado um grupo escolar em sua residência, vindo a atender a todos os moradores daquele entorno e a comunidade quilombola, e com o desenvolvimento da cidade venho a ser uma unidade escolar municipal. Esta mulher torna-se um exemplo para os membros da comunidade, devido as suas realizações humanas. Este é um organismo, em que deveria haver uma manutenção dos seus direitos e ser uma extensão de suas residências à sociedade, mas não é assim que acontece. As crianças da comunidade tem contato com a sociedade externa, que acontece pelas vidas da unidade escolar e com a relação com outras pessoas que vivem pelo entorno ou externamente ao território. Costa (2016) demonstra com os seus estudos que as relações de preconceito são correntes dentro da escola. A presença de outros residentes no bairro faz com que sejam acentuadas as diferenças entre os moradores quilombolas e os demais moradores do bairro.

A questão do racismo acontece pela binariedade populacional que não deveria existir dentro de um espaço educacional, e partindo da compreensão que o terreno da escola tem o nome de uma membro quilombola e homenageia esta caberia aos demais aceitar ao menos o fato de eles terem sido os primeiros ocupantes do bairro. A existência do Quilombo Paratibe já deve chegar a dois séculos, mas existem pessoas que negam este direito a eles, dizendo que nunca houve uma comunidade neste local ou negando por interesses comerciais e fundiários. A presença de chácaras na região ajuda a concretizar estes ideais de negação, que fazem com que haja uma repressão social contra os quilombolas. A escola como um organismo social tem o seu papel vinculado a formar uma pessoa que dialogue para com a sua realidade, lhe ofertando condições para que viva e conviva de forma equânime para com a sociedade. A sociedade nos apresenta um novo formato que deve ser concretizado em ações que transmitam a inclusão e não excluam os discentes do seu contexto real.

A etnicidade não pode ser vista como um fator determinante sobre as demais relações, mas estas comunidades devem ser respeitadas dentro do seu contexto e serem integradas as formas existentes na esfera social comum. Paulo Freire com as suas palavras, deixa-nos marcas sobre como devem ser as pessoas que estão diante da formação humana e tem o dever em propor uma nova forma de compreender a realidade, e nos diz *“O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor”* (p. 92, 2011). O papel desenvolvido pelo docente diante das ações implicadas sobre a escola está em formar e adequar este sujeito-cidadão as condições que a sociedade apresenta dentro do seu contexto social com a s suas problemáticas. A construção da cidadania é um ponto relevante para compreender as relações étnicas que são formalizadas pelo

Estado em códigos legislativos. A etnicidade destes povos deve ser respeitada tomando as suas características particulares e vendo os seus modos de vida como caracterizações importantes para compreendermos as estruturas sociais presentes. O papel da unidade escolar é formalizar este enlace entre a realidade destes quilombolas para com a vivência em comunidade com as suas mais diferentes formas, propondo uma formação cidadã que os faça membros sociais capazes de dialogar com as suas diferentes caracterizações sociais, econômicas e históricas, sendo capaz de compreender as diferenças, mas manter a dialética com a sua história.

O educador nos mostra com a expressão de sua frase este contexto, que não pode ser negado como um dever educacional – o compromisso ético. A figura magisterial tem um papel transformador diante das condições estabelecidas entre o espaço escolar e a realidade discente diante dos conhecimentos trazido por estes. O docente é um alicerce para que haja uma concretização em vista da realidade com os seus saberes próprios e com as condições para que dialogue com o conhecimento escolar. O ensino escolar atrelado às realizações concretizadas por estas crianças dentro das suas vivências humanas compreende a escola com todas as suas configurações e não podem deixar de ser vista como uma parte importante do processo de formação de sua cidadania. A escola não pode estar apenas embasada sobre a formação escolar, é uma condição humana que a escola forme cidadãos capazes de dialogar para com a sua realidade. O espaço escolar tem a necessidade e obrigação em ofertar um conjunto de caracterizações em condições para que estes possam entender a sua realidade pelos saberes educacionais e dialoguem para com os diferentes contextos humanos.

As óticas de vida e escola são paralelas e não podem ser desmembradas por serem complementares. As palavras de Freire tornam-se viáveis pelo contexto apresentado pela comunidade de Paratibe, que sofre os mais diferentes tipos de preconceitos relacionados às suas questões étnicas, não havendo um respeito humano condizente para com este humano que deveria ter as suas condições étnicas particulares mantidas e respeitadas pela sociedade. A sociedade necessita passar por uma transformação que esteja além dos campos escolares e alcance a todos os seus membros, fazendo com que as diferenças sejam extintas e haja um pensamento equânime. Diante desta situação, o geógrafo Ariovaldo de Oliveira (2010, p. 139) apresenta um percurso a ser concretizado pelos docentes como um fator de construção de uma nova forma de compreender o papel escolar e a realidade, os fazendo próximos: *“Todos nós, professores, temos que fazer esta reflexão, individual e coletivamente, pois este é o patamar mínimo que colocará, para todos nós, a necessidade de profundas transformações na escola. É preciso que tomemos nas mãos a tarefa de construir o ensino de uma geografia viva, participante”* (p.139). O geógrafo está enfatizando sobre como devem ser as ações docentes em prol de sua prática, mostrando que a questão territorial e a participação das pessoas são fatores importantes para a concretização de uma cidadania.

As ações de um corpo (docente) estão unidas a outro corpo (discente) que recebem estas informações partilhadas em suas diferentes caracterizações. A reflexão é o alicerce para o desenvolvimento de saberes e não saberes. O conhecimento formal e informal tem esferas diferenças e neste contexto não podem deixar de ser consideradas minimizando as práticas e saberes próprios das comunidades tradicionais afrodescendentes sobre a realidade dada. As comunidades quilombolas - em especial Paratibe, tem uma história própria que não pode ser perdida e deve ser retratada em livros e materiais para que haja a preservação memorial de suas realizações humanas como uma das comunidades tradicionais com o seu povo que forma a nação brasileira. Estes conhecimentos não podem ser perdidos, e em busca destes objetivos não se deixou de acreditar que as atividades realizadas no Quilombo Paratibe pudessem ser um começo para compreenderem e entenderem o seu papel histórico dentro desta construção. Muito pode ser feito por estas comunidades, como os ajudar a compreenderem a sua etnicidade com a sua beleza característica e com as suas formas e modos próprios – representados em danças e comidas e com toda uma série de condições que estão sobre o seu reconhecimento cidadão e as condições apresentadas pela sociedade.

A realidade quilombola precisa ser vista com cuidado e ter um reconhecimento sobre estas formas e modos de viver que podem ser um alicerce para compreendermos melhor as suas tradições africanas e as adequações para com o Brasil. As suas vivências e convivências precisam ser vistas com importância e a busca pela manutenção e preservação de uma cultura que pode ser perdida por não termos realizado uma documentação caracterizadora sobre esta comunidade que está presente em uma cidade que tem tido um crescimento urbano expressivo. O espaço escolar é um passo para que aconteça a inserção destas pessoas sobre a sociedade e para que possam agir e reagir diante das mais diferentes situações, tendo as suas formas e modos respeitados e serem reconhecidos por seus valores culturais que nos são característicos.

Paratibe é apenas uma comunidade remanescente e os seus valores precisam ser observados e reconhecidos para que não haja a perda de toda uma história de povos tradicionais. Para entendermos o quilombo nos basta o espelho e ao termos este objeto nas mãos, reconhecermos os nossos traços, possamos ver os sinais negros que trazemos em nós, mas vemos os preconceitos refletidos sobre aqueles que resguardam o nosso valor histórico.

2.1. VOZES DA COMUNIDADE

A comunidade tradicional de condição urbana de Santa Bárbara é um local que tem passado por um forte processo de urbanização devido ao fato de estar próximo ao Shopping Mangabeira, mas mantém características naturais pela presença de lotes que apresentam serviços rurais. O distrito de Mangabeira como Santa Bárbara foram regiões construídas sobre a ocupação ilegal das terras que estavam sem uso e havia a presença de mata nativa, como ainda existe em partes de Santa Bárbara. As disparidades estruturais entre o natural e o urbano são características deste local e podem ser percebidas ao caminhar pela localidade. A avenida que nomeia a comunidade tem uma parte calçada e a outra ainda está em suas condições originais – em uma mistura de terras e pedras. Estas caracterizações mostram como a parte que está ligada ao acesso ao centro comercial foi calçada e a outra parte, em que vive uma parcela da população que urbanizou a localidade não tem o mesmo calçamento. Estes são um dos problemas estruturais que são notados logo ao entrar na avenida. Estas pessoas vivem em uma condição de extrema precariedade, por não terem os serviços básicos e essenciais próximos às suas residências, como a existência de unidades escolares em suas diferentes modalidades de ensino e atendimento à saúde, que seria um grande auxílio para toda a população.

De acordo com alguns moradores, a localidade vem sendo ocupada em torno de trinta anos por diferentes pessoas que migraram para a região buscando melhorias de vida. O local apresenta três haras que movimentam a avenida durante os finais de semana, tendo um fluxo massivo de pessoas durante estes dias da semana. As casas na comunidade foram sendo construídas de forma espaçada (soltas), não havendo um planejamento e estruturação na construção destas e da mesma forma houve a ocupação das áreas de mata nativa criando-se os haras. Por ser uma região de Mata Atlântica isso fez com que houvesse a atração para a criação deste tipo de negócio, favorecendo condições para que este animal esteja em seu ambiente natural. Os haras movimentam o local e a sua presença atrai um movimento incomum para a localidade, mas não é um fator para que haja melhorias sobre o local. A existência destes apenas ajuda a mostrar que as pessoas que habitam o local vivem na precariedade humana e não tem auxílio das esferas governamentais. Com a construção do centro comercial - “shopping” houve algumas promessas sobre a pavimentação da rua, mas não chegaram a concretizar de fato.

O local tinha uma associação de moradores, mas que teria durado pouco tempo devido à questão do espaço físico inexistente para a realização de reuniões. Os organismos sociais são ausentes, o que gera uma locomoção das pessoas que necessitam ser atendidas por estas instituições sociais - como a unidade básica de saúde. A unidade escolar neste local faz-se mais próxima, porém não existe uma creche para atender os infantes e uma unidade escolar que atenda o ensino Médio. A ausência destas instituições acaba por formalizar uma desmotivação e desinteresse destas pessoas em mudar a realidade social, na qual estão colocadas e vivem. As pessoas que vivem em meio a estas condições acabam entregando-se aos vícios que os levam para caminhos com pouco sinal de retorno e havendo maiores possibilidades para a morte. A juventude presente na comunidade acaba por fazer uso de entorpecentes e não frequentarem mais os espaços sociais para o seu desenvolvimento humano. A presença de escolas seria uma forma para que jovens e crianças tivessem ao menos um alicerce para sobreviverem neste local, mas não é o que foi visto. O ensino escolar é um percurso para que haja diante de uma realidade como esta um alicerce para uma mudança, que não esteja apenas em frequentar as aulas, mas abrir-se para novas possibilidades.

A escola aparece como um elemento importante dentro destes contextos de precariedade social. A condição social destas pessoas por não terem um mínimo de permissões para exercerem o seu papel cidadão, lhes faltando uma esfera essencial para que aconteça uma educação como percurso para a transformação social. Com o contexto educacional subjacente a estes critérios, existe a possibilidade em desenvolver atividades e ter um panorama de crescimento e desenvolvimento em vista das atividades desenvolvidas pelos extensionistas em prol de suas compreensões acerca das esferas de direitos e deveres que compreendem a cidadania humana.

A Educação e a Cidadania são duas palavras de um grande impacto sobre a vida e compreensão das pessoas e são termos que nos perpassam sobre os demais e que permeiam a sociedade e as suas diferentes caracterizações. Como um estudo que prescinde sobre a interpretação de uma realidade humana – comunidade urbana e não podemos esquecer que são pessoas que vivem sobre este espaço e por mais que aconteçam modificações, estas não são capazes de acompanhá-las e entendê-las de forma uniforme como vemos e serem vítimas de um sistema social que não lhes apresenta condições para crescerem e se desenvolverem.

A instituição escola como um organismo social apresenta diferentes públicos, tendo o dever em manter a equidade diante das diferenças. A relação deste espaço para com os seus corpos – discente, docente e comunidade escolar formada pelos seus mais diferentes membros, como agentes sociais, progenitores de alunos com funcionários que unidos formam este instituto para que haja um consenso na formação deste aluno como cidadão. A unidade escolar tem um papel essencial de fazer este discente julgar e conjugar as argumentações e situações presentes em sua vida, partindo dos seus princípios reais e os caracterizando de acordo com os seus saberes formais e informais. A consideração sobre estes saberes não deve estar limitada apenas sobre o conhecimento escolar, mas esta pessoa é um agente social e a sua vida passa pelas diversas estruturas que compõem a sociedade. Esta pessoa é uma parte entre estes dois corpos que necessita ser transformado pelas relações educacionais. A compreensão de comunidade escolar que apresenta em sua formação uma complexidade em relação para com a unidade escolar que tem um regimento, mas que diante do contexto humano deve mudar as suas caracterizações.

O corpo discente pode ser formado por públicos diferentes e não haver uma homogeneidade diante desta realidade. O termo homogeneidade fere a compreensão de uma educação transformadora quando se afirma que existe homogeneidade em locais, negando as particularidades e unindo em um mesmo contexto a diversidade humana que ao tornar-se homogênea, nega em princípio o particularismo – o indivíduo como um sujeito de ideias e vontades, que logo está presente em um coletivo, formado por pessoas que pensam e agem de formas diferentes. A contextualização sobre indivíduo e coletivo deve ser feita notando sempre estes cuidados, e vendo que um indivíduo está para o coletivo, mas pode acontecer de o coletivo não estar para o indivíduo. A individualidade é a noção humana presente sobre estes dois corpos que unidos formam a escola em sua complexidade e não podem perder as suas características originais diante do exposto. A educação tem o seu enlace sobre o reconhecimento das pessoas como indivíduos que vivem de forma coletiva e estas compreensões são importantes sobre a ótica idealizada sobre o viés educacional.

O docente como um personagem dentro desta configuração tem os seus deveres e direitos dentro de um círculo limitado e este compreende outros corpos como a gestão administrativa em suas esferas e o corpo discente. A gestão administrativa apresenta como um de seus critérios terem uma relação saudável para com a comunidade escolar e os discentes são os receptores de todo este contexto complexo que completa a escola como uma instituição educacional. A compreensão humana é relevante diante destas condições, mostrando que estes corpos vivem unidos, mas tem uma relação de integração social. O educador Paulo Freire – um nome de referencia nacional e internacional para se debater a Educação Nacional nos teria deixado um legado com os seus escritos diante do contexto educacional apresentado em um dos seus estudos – *Pedagogia da Autonomia* (2011). As formações das pessoas estão ligadas aos muitos fatores humanos que alicerçam e são premissas para que haja um crescimento e desenvolvimento coerente e transformador para com a realidade social.

Quando vivemos a autenticidade exigida pela prática de ensinar-aprender, participamos de uma experiência total, diretiva, política, ideológica, gnosiológica, pedagógica, estética, ética, em que a boniteza deve achar-se de mãos dadas com a decência e com a seriedade. (p.26)

As palavras do educador tornam vivas as compreensões acerca dos passos necessários para que aconteça um projeto educacional transformador e não apenas do percurso buscado pela comunidade, e para que haja o desenvolvimento de sua população e tornem-se de fato cidadãos plenos em direitos e deveres, sendo capazes de dialogar para com o suas situações reais. A educação nos exige uma autenticidade, a capacidade de expressar este conhecimento e abrir-se para uma nova recepção de um ensino e aprendizagem que está se construindo com uma participação massiva da população, e com a totalidade dos seus membros entre estes corpos: discente e docente, na qual estamos realizando um trabalho humano, premente de uma inserção social. As relações entre estes corpos estão em seus objetivos diante da realidade concretizada.

O papel do professor não é apenas retransmitir o conhecimento como se fosse uma ação automática e a do aluno não está apenas em ser um receptor, mas as interfaces destas relações devem acontecer unidas, quando existe um complemento entre a ação docente e a recepção discente. O ato de educar tem uma beleza própria relacionada com a decência e a seriedade deste educador em realizar a sua prática docente.

Os professores não podem perder este elo presente nas relações entre o ensino e a aprendizagem diante do seu exercício profissional e a concretização do seu fazer docente. A percepção educacional e os fatores descritos por Freire não poderiam deixar de fazer parte deste estudo, devido a todas as caracterizações encontradas neste espaço. A escola tem sido o local proeminente de desenvolvimento das atividades de extensão por ser um espaço que recebe uma diversidade e por haver possibilidades em exercer um trabalho de transformação. A experiência extensionista tem como suas pretensões ser um percurso entre o profissional em formação e o contato com a comunidade externa à universidade. Os projetos extensionistas desenvolvem as suas práticas nestes locais buscando compreender as estruturas e significados de uma população que não tem acesso às condições mínimas de cidadania. As diferenças entre as situações de Paratibe e Santa Bárbara devem ser notadas, partindo do ponto em serem comunidades tradicionais e viverem marginalizadas em seus espaços não tendo um suporte do Estado para a manutenção humana de seus membros. O desenvolvimento destas atividades apresenta-se como uma rica experiência para os profissionais em formação e para uma renovação para aqueles que já viveram este processo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação das comunidades tradicionais – território quilombola e comunidade tradicional urbana com os saberes escolares acontecem de forma intrínseca, mostrando que existem condições em concretizar uma formação transformadora que não esteja apenas nas palavras, mas que atinja de fato a um objetivo comum e possa se fazer concreta. As exposições de Freire e Oliveira tornam-se complementares diante da concretização de uma educação neste formato. Os códigos legislativos apresentam em seus textos esta complementariedade que existe nas relações entre as organizações sociais e as unidades escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN demonstra este contexto, apontando a liberdade deste exercício na sua prática em situações consideradas importantes sobre o viés de dois corpos educacionais e sociais que representam a: *“liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber” (Título I, Artigo III, inciso III)*. A Educação acontece por um longo caminho que perpassa sobre a escola e os demais espaços, mas se concretiza na vida. Os objetivos elencados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deve ser um alicerce para que também exista a concretização de um bom trabalho que esteja vinculado à manutenção de uma educação cidadã.

Este sujeito deve compreender que a sua liberdade está calcada sobre as ações preexistentes no espectro escolar. Os atos de aprender e ensinar estão presentes sobre uma liberdade humana que deve ser respeitada dentro de suas caracterizações. A pesquisa e a divulgação da cultura é um percurso para que este cidadão consiga compreender a sua estrutura e que existem outras formas diferentes de pensar, impressas em diversos modos sociais. Este estudo teve em suas bases a questão da etnicidade e territorialidades destas populações, mostrando as disparidades e caracterizações sociais de cada uma. O pensamento é o alicerce para que haja a aprendizagem e sem esta ação não é possível haver uma educação transformadora. As expressões artísticas tomam importância diante das suas formas utilizadas e o saber que também apresenta diversas metodologias e caracterizações particulares, devem ser respeitadas - como o côco⁴. As ações educacionais presentes nas configurações escolares estão sobre a formação humana. Os princípios norteadores estão em mostrar o desenvolvimento e interpretação da realidade social com as suas diferenças, mostrando a estas pessoas caminhos para uma melhor sociedade no futuro.

As diferenças sociais são caracterizadas por diversos fatores, entre os quais, as questões étnicas e territoriais, as estruturas de moradia e a presença/ausência de serviços essenciais que atendam a população. Cada um destes pontos apresenta as suas problemáticas e o reconhecimento étnico está em aceitar o diferente e não julgar pelas características físicas criando o preconceito. As estruturas de moradia são deficiências presentes na sociedade brasileira e devem ser mediadas pelo governo, como a ausência de organismos sociais. A realidade das comunidades é dolorosa para estes educandos que não tem um ideal formalizado ainda, e mal sabe qual pode ser o seu futuro diante do local em que vivem.

⁴ Por residirem em locais diferentes (casais jovens) inexistia a possibilidade de aprenderem a dança.

O estudo traz uma forte relação com os contextos educacionais e sociais presentes na realidade das comunidades com as suas disparidades. Os textos legislativos são um parâmetro para a formação humana deles os ajudando a compreender as questões de organização e importância dos saberes escolares para a vida. Os projetos de extensão universitária pretendem por meios de ações complementarem as atividades desenvolvidas por estes organismos sociais. O objetivo está em fazer com que entendam os seus contextos territoriais e étnicos, tendo uma compreensão cultural e social acerca da realidade dada.

A realidade destas comunidades é complementar pelas caracterizações encontradas em ambas situações. Por mais que o território quilombola tenha problemas de origem étnica vinculados desde o reconhecimento dos seus membros até o preconceito sofrido externamente, não acontece de forma diferente na comunidade urbana de Santa Bárbara. Esta comunidade apresenta problemas de origem estrutural como em Paratibe, que desde os seus primeiros residentes nunca houve um alicerce das esferas governamentais com uma aparelhagem social. Estes locais são tidos como regiões periféricas, muito pouco é feito por eles, existindo a necessidade em haver mais escritos e publicações que descrevam a realidade da população em João Pessoa pelo viés das diferenças sociais. Os textos utilizados para a construção deste artigo servem como um alicerce para a construção de uma educação transformadora e libertadora sobre as realidades humanas. O estudo serve de complemento para tantos outros estudos que devem acontecer diante das realidades de João Pessoa sobre as comunidades tradicionais e as suas particularidades.

REFERÊNCIAS

- [1] Brasil, Lei Darcy Ribeiro. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. 5 ed. Brasília: Câmara dos Deputados, *Coordenação* Edições Câmara, 2010, 60 p
- [2] Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- [3] Bobbio, Norberto. A era dos direitos, *tradução* Carlos Nelson Cavaquinho, *apresentação* Celso Lafer. nova ed. 7 reimpr. Rio de Janeiro, Elsevier, 2004, 97p.
- [4] Callai, Helena Copetti. A Formação do Profissional da Geografia: O Professor. Ijuí, Editora Unijuí, 2013, 168 p.
- [5] Cavalcanti, Lana de Souza. Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos. 18 ed. Campinas, SP, Papirus, 2013, 192 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- [6] ____ O Ensino de Geografia na Escola. Campinas, SP, Papirus, 2012, 208 p. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).
- [7] Carvalho, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 18 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014, 254 p.
- [8] Castellar, Sonia (Org.). Educação Geográfica: teorias e práticas docentes. 3 ed. 3 reimpr. São Paulo, Contexto, 2014, 167 p. (Novas abordagens: GEOUSP, v. 5).
- [9] Costa, Iany Elisabeth da. A resignificação da identidade quilombola na comunidade de Paratibe, João Pessoa-PB: uma análise a partir dos processos de resistência. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas. Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa, 2016 (material em PDF).
- [10] Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda. Mini Aurélio: o dicionário da língua portuguesa, *coordenação de edição* Marina Baird Ferreira. 8 ed. Curitiba, Positivo, 2010, 960 p.
- [11] Foucault, Michel. Microfísica do poder. 25a ed. São Paulo, Graal Editora, 2012.
- [12] Freire, Paulo. Ação cultural para a liberdade e outros escritos. 14a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.
- [13] ____ Educação como prática da liberdade. 14 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011a, 189 p.
- [14] ____ Educação e Mudança, *prefácio* Moacir Gadotti, *tradução* Lilian Lopes Martin, 34 ed. revisada e atualizada. São Paulo, Paz e Terra, 2011b, 111 p
- [15] ____ Extensão e comunicação? *tradução* Rosiska Darcy de Oliveira. 15a ed. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- [16] ____ Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011c, 143 p.
- [17] ____ Política e educação, *organização* Ana Maria Araújo Freire. 1 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2014, 142 p.
- [18] ____ Pedagogia da Autonomia: saberes necessários a prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

- [19] ____ Pedagogia do Oprimido. São Paulo, Paz e Terra, 2011.
- [20] Gomes, Mércio Pereira. Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura. 2a ed. São Paulo, Contexto, 2012.
- [21] Gonçalves, Maria Rodizia Pereira. Relatório Antropológico de Reconhecimento e Delimitação do Território Quilombola de Paratibe. Serviço de Regularização dos Territórios Quilombolas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Superintendência Regional 18 Paraíba: João Pessoa, Nov.2012 (material em PDF).
- [22] Haydt, Regina Célia Cazaux. Curso de Didática Geral. 8 ed. São Paulo, Ática, 2006, 327 p. (Educação).
- [23] Lacoste, Yves. A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra. tradução de Maria Cecília França. 5a ed. São Paulo, Papirus, 2006.
- [24] ____ Geografia do subdesenvolvimento. 1a ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1990.
- [25] ____ Os países subdesenvolvidos. 1a ed. São Paulo, Bertrand Brasil, 1990.
- [26] Oliveira, Ariovaldo de (org.). Para onde vai o ensino de Geografia?. 10a ed. São Paulo, Contexto, 2012. (Repensando o Ensino)
- [27] Martinelli, Marcelo. O Ensino da Cartografia Temática. In: Castellar, Sonia (Org.). *Educação Geográfica: teorias e práticas docentes*. 3 ed. 3 reimpr. São Paulo, Contexto, 2014, 51-65 pp. (Novas abordagens: GEOUSP, v. 5).
- [28] Moraes, Antonio Carlos Robert. Geografia: Pequena História Crítica. 21 ed. São Paulo, Anablume, 2007, 152 p.
- [29] Moreira, Ruy. Geografia e Práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo, Contexto, 2012.
- [30] ____ O que é Geografia. 2a ed. São Paulo, Contexto. 2009.
- [31] Paro, Vitor Henrique. Escritos sobre Educação. 1 ed. São Paulo, Xamã, 2001, 144 p.
- [32] Pinheiro, Antonio Carlos (Org.). O Ensino de Geografia no Brasil: Catálogo de Dissertações e Teses (1967-2003). Goiânia, Editora Vieira, 2005, 285 p.
- [33] Quaine, Massimo. Marxismo e Geografia. 3a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.
- [34] Santos, Milton. O Espaço do Cidadão. 7 ed., 1 reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012a, 169 p. (Coleção Milton Santos, 8).
- [35] ____ Pensando o Espaço do Homem. 5 ed., 3 reimpr. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2012b, 96 p. (Coleção Milton Santos, 5).
- [36] ____ O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo. tradução Sandra Lencioni. 5a ed. São Paulo, Editora Universidade de São Paulo, 2009.
- [37] São Paulo, Prefeitura de. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: lei n. 8069, de 13 de julho de 1990. São Paulo, Secretaria Municipal de Participação e Parceria, 2009.

Capítulo 5

Enfiteuse e vazios urbanos na cidade de Sousa (PB): Desafios à garantia da função social da propriedade

Anderson Henrique Vieira

Reginaldo Pereira França Júnior

Resumo: A propriedade do solo deve atender a uma determinada função social. Assim, pergunta-se: a força da propriedade privada é obstáculo à aplicação de leis que visam o uso social da cidade?. Este capítulo objetiva analisar a ocorrência de vazios urbanos na cidade de Sousa/PB, entre 2018 e 2019. No que tange aos métodos de abordagem, é intencional, já que temos uma generalização derivada da observação de casos concretos, e, sustentado pelos fundamentos da teoria social crítico-dialética, já que o objeto de estudo foi situado e analisado considerando a dinâmica em sua totalidade social. Os resultados sugerem que o direito privado de propriedade exclusiva se sobrepõe às premissas de ordem pública, mistificando a real função social da propriedade.

Palavras-chave: Direito à Cidade; Enfiteuse; Vazios Urbanos.

1. INTRODUÇÃO

Falar em cidade enquanto espaço de convívio social e geográfico nos remete a uma série de questões extremamente complexas e importantes, que perpassam desde a lógica de ocupação desse espaço até a (in)segurança pública dos que ali habitam, por manter “[...] relações com a sociedade em seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes e com sua história” (LEFEBVRE, 2010, p. 53). Alguns pontos como: ambiente ecologicamente (des)equilibrado, (des)ocupação do espaço urbano, irregularidade fundiária, segregação socioespacial, especulação imobiliária, desigualdades sociais, dentre outras categorias, podem ser destacados como de grande relevo nessa perspectiva. E o que acontece?

As cidades brasileiras vivem as consequências de uma urbanização deficitária que mitiga direitos humanos, como o acesso à propriedade e moradia, além de desnaturar importantes institutos urbanísticos e de direitos reais previstos na legislação constitucional e infraconstitucional. Um dos que facilitam o acesso ao solo, a enfiteuse, traz incluso o dever jurídico ao proprietário de edificar e melhorar o imóvel e relaciona-se diretamente com o tema do presente artigo, o abandono de imóveis nas cidades brasileiras.

Nesse processo de urbanização deficitária a negligência proprietária é importante fator, tratando-se o fenômeno do distanciamento do proprietário do bem possuído, o abandono de imóveis e o impacto disso na ordem urbanística. Buscar-se-á saber se a negligência proprietária beneficia-se da forte proteção formal à propriedade imobiliária (VEBLEN, 1997). Nesse sentido, se levanta a pergunta: a força da propriedade privada e das proteções em torno de seus titulares poderiam ser um óbice à aplicação das normas legais que visam a utilização social efetiva dos imóveis nos espaços urbanos?

2. VAZIOS URBANOS: O CASO DA CIDADE DE SOUSA, NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Os usos e ocupações do solo urbano nos mostram uma face de hierarquização social muito forte. Mora bem quem paga bem. As regiões centrais – em geral altamente valorizadas no mercado – são dotadas de contrapartidas estatais em forma de políticas públicas de habitação, tais como saneamento básico, iluminação, calçamento e/ou asfalto, segurança pública, água tratada e encanada. Enquanto as áreas periféricas, em geral, são deficientes de todos esses serviços essenciais “[...] sob estas condições, ideais de identidade urbana, cidadania e pertencimento – já ameaçados pela propagação do mal-estar da ética neoliberal – tornam-se mais difíceis de se sustentar” (HARVEY, 2014. p. 89).

Essa distinção de tratamento aponta para uma segregação socioespacial que acentua a relação do capital com o processo de urbanização no Brasil em todas as dimensões sociais que a constituem. A apropriação do solo urbano é só mais uma face dessa desigualdade.

O que precisa ser compreendido e discutido é a colocação da propriedade do solo urbano no campo da “raridade”, da escassez e da segregação. Não é admissível a manutenção de grandes glebas de solo sem nenhum tipo de utilização – seja edificação ou não-. Nesse sentido, o Estado tem papel fundamental, uma vez que somente ele pode aplicar os instrumentos legais já existentes e criar outros que visem a democratização do acesso ao solo, sem, no entanto, atingir os direitos proprietários da população, figurando o Estado como agente da coerção e do consenso, com claros rebatimentos no conceito de cidadania, a fim de legitimar o poder, nos termos de (GORENDER, 1988). Tal atuação estatal não impõe a mitigação da crítica à propriedade privada, símbolo do processo de consolidação do capitalismo, associado ao alargamento da exploração da força de trabalho humana, compondo um quadro que ergue e sustenta o capitalismo, conforme destaca Netto (2005).

O eixo da intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios — e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (NETTO, 2005, p. 25).

Neste diapasão, considerando a presença de um Estado advogando para os interesses da elite dominante, precisamos destacar que o direito social de raiz burguesa emerge como resposta, ainda que bastante limitada, buscando sanar, pela via de medidas que sustentam a propriedade privada, o desuso dos espaços urbanos, evidenciando a presença de políticas sociais públicas que garantam, ainda que minimamente, a função social da terra.

A Constituição Federal de 1988 vem estabelecer a questão urbana no Brasil como uma das expressões da questão social e na condição de política pública impõe ao Estado assegurar medidas para privilegiar a

função social e urbanística das cidades e contribuir com o acesso justo, plural e democrático ao solo urbano.

Especificamente na questão dos vazios urbanos, no artigo 182, parágrafo 4º, a CF/88 reconhece o processo de abandono de imóveis como prejudicial à coletividade e coloca instrumentos específicos que devem ser utilizados pelo Estado para combater o problema.

O Estatuto das Cidades (Lei Nº 10.257/2001) surge para regulamentar o disposto na Constituição Federal no que tange a política urbana (art. 182 CF/88). Especificamente em seus artigos 5º, 6º, 7º e 8º, o Estatuto irá detalhar como os instrumentos colocados pela Constituição Federal de 1988 devem ser aplicados – respeitando o princípio da sucessividade –, estabelecendo prazos e condições.

Em linhas gerais, deveria funcionar assim: o Poder Público localiza um imóvel não edificado, subutilizado ou não utilizado dentro da área definida pelo plano diretor. A partir dessa localização, o proprietário do imóvel seria identificado e notificado, dentro dos prazos e condições estabelecidas em lei municipal específica, para dar o devido aproveitamento ao imóvel. Caso, após a notificação, o proprietário permanecesse inerte, a edilidade municipal poderia utilizar-se do IPTU progressivo como mecanismo para compelir que o imóvel seja utilizado.

Uma vez que as ações acima descritas restarem frustradas, o Poder Público poderia, ainda, lançar mão da figura da desapropriação do imóvel, com a devida indenização do proprietário em títulos da dívida pública. Trata-se de uma ação drástica, em alguma medida, e na prática, pouco utilizada pelo Estado, visto que atenta contra as bases da propriedade privada enraizada nos princípios liberais. Não obstante a inegável evolução legislativa que o Estatuto das Cidades representou, não se pode deixar de fazer algumas observações em aspectos nos quais a lei é falha e outros que, apesar de teoricamente elogiáveis, são inaplicáveis, na prática, por questões logísticas, tecnológicas, estruturais, políticas e sociais.

Logo no *caput* do artigo 5º da Lei Nº 10.257/2001 é possível notar que o legislador exige lei municipal para dar efetividade ao disposto na lei federal. Tal exigência é uma verdadeira barreira à efetivação da previsão legislativa, já que os arranjos de poder local influem fortemente na máquina administrativa municipal (e até mesmo no poder legislativo e judiciário).

No que tange ao IPTU progressivo, sua implementação é politicamente indesejada, já que pode acarretar em altos índices de rejeição para o Prefeito Municipal e vereadores, ou seja, no cenário político que vive o Brasil, a aplicação do referido instrumento é praticamente uma utopia legislativa. Outro fator que merece destaque é o potencial aumento da dívida tributária dos proprietários, caso o IPTU progressivo seja efetivamente aplicado.

Quando passamos a analisar a desapropriação-sanção temos um processo longo, moroso e extremamente burocrático – do ponto de vista administrativo – que requer uma estrutura jurídica complexa, composta por profissionais capacitados e especializados na área. O que, definitivamente, não é o retrato das prefeituras municipais no Brasil. Já a desapropriação em seu formato clássico, ou seja, a que é feita por interesse social, requer que a indenização paga seja calculada pelo valor de mercado da propriedade, o que acaba por onerar demasiadamente o ente público e impedir que tal instrumento seja aplicado.

Como questão social, temos os arranjos de poder locais. Os imóveis abandonados são localizados, de maneira geral, em áreas extremamente valorizadas – áreas centrais –, ou seja, estamos tratando de grandes patrimônios. O acesso ao solo e manutenção da propriedade para esses setores foram e são historicamente facilitados pelos poderes públicos locais. É secular. Deste modo, “[...] a exclusão social e jurídica de amplos setores da população urbana é contrastada com as possibilidades de acesso facilitado ao solo urbano por outros setores” (FONSECA, 2016, p. 57).

Dessa forma, é notório que a multiplicidade de cenários em que os vazios urbanos podem ser observados - e as realidades objetivas na maioria das cidades brasileiras - é muito maior que as possibilidades de resolução do problema apresentadas na Constituição Federal de 1988 e regulamentadas no Estatuto das Cidades. Ultrapassar a lógica dos instrumentos clássicos de regulação urbana e (re)pensar os vazios urbanos dentro do contexto, das possibilidades e dos limites em que se apresentam, é medida que se impõe para o enfrentamento da problemática.

2.1. DIAGNÓSTICO DA NEGLIGÊNCIA PROPRIETÁRIA EM SOUSA/PB

A cidade de Sousa, estado da Paraíba, foi constituída sob o patrimônio de Nossa Senhora dos Remédios, a partir de doação feita em 1740. Estima-se que o perímetro cubra mais de 10 mil imóveis residenciais e comerciais em solo urbano e rural (FONSECA, 2016).

Toda essa área é enfiteuticada. Nas palavras de Fonseca:

A enfiteuse, também chamada “aforamento” ou “emprazamento” é uma cisão no direito de propriedade, a mais profunda delas, pois rompe o “domínio” em “útil” e “direto” ou “eminente”. O domínio “útil” fica com o enfiteuta ou foreiro e descendentes, perpetuamente. O proprietário ou “senhorio” permanece com o domínio direto ou eminente, que termina por ser muito frágil, desaparecendo o *animus proprietatis* inclusive em muitos deles, por conta do caráter perpétuo da enfiteuse. A relação jurídica basilar se dá entre senhorio e foreiro ou enfiteuta. As obrigações sobre este quase se resumem ao pagamento do foro, cânon ou pensão anual, de irrisório valor e, menos irrisório, o pagamento do “laudêmio” nas alienações ou transmissões do domínio útil (FONSECA, 2011, p.34).

Em breves palavras: o senhorio (a Igreja, no caso da cidade de Sousa/PB) entrega, desde a fundação da povoação, lotes do solo urbano e rural aos enfiteutas que têm direito de posse, uso e gozo, inclusive de alienar e transmitir por herança os lotes recebidos com a eterna obrigação de pagar o foro ao senhorio, além das obrigações de conferir uma real utilidade da terra - as chamadas “*emphonemata*”⁵ (no caso das enfiteuses urbanas: edificar; das rurais: plantar). O Código Civil de 1916 tinha um capítulo inteiro dedicado a esse instituto, que regulamentava desde a sua constituição até sua transmissão e as obrigações dos envolvidos na relação.

Com o advento do Código Civil de 2002 o instituto foi extinto do códex, contudo, continua vivo na cidade de Sousa/PB, como em muitas outras cidades brasileiras, sobretudo no litoral, onde é extremamente valorizado em virtude da localização. São os chamados “terrenos de marinha”⁶. Sua administração passou momentos de crise, tendo em vista a fragilidade documental frente à forte tendência de titularização formal (escritura pública) das propriedades no direito brasileiro. Hoje, graças a arranjos locais entre cartórios, prefeituras e Poder Judiciário, a administração, do ponto de vista de transmissibilidade desses lotes, tem sido menos conflitiva, o que favorece grandemente a segurança jurídica das relações.

Não obstante as enfiteuses estarem plenamente ativas na cidade é possível observar grande número de imóveis sem nenhuma utilização e/ou edificação, em desacordo com o que prevê, originalmente, o instituto da enfiteuse, no Código Civil de 1916, em seu artigo 678. Sobre esse instituto, numa nova hermenêutica à luz da Constituição de 1988, Ricardo Aronne destaca seu aspecto funcionalizante: edificar, melhorar e plantar, uma antecipação do que viria a ser a função social da propriedade (ARONNE, 2001).

As glebas de solo urbano em Sousa/PB são duplamente obrigadas a funcionalização e melhoramento - social, urbanístico, econômico - pois além de ser da natureza da própria enfiteuse melhorar “prédio rústico” (CC/1916), ainda há disposições normativas de ordem pública, notadamente a Lei 10.257/2001, o Código Civil de 2002 e a Constituição Federal de 1988, propiciando um conjunto normativo privado-público de funcionalização da terra, impedindo que sua não-utilização venha a causar impacto negativo.

Assim, a propriedade do solo na cidade de Sousa, invariavelmente, resulta numa maior gama de encargos - jurídico, econômico e social - quanto à utilização, manutenção e melhoria do imóvel pela combinação de disposições normativas de ordem pública e de ordem privada.

Nesse quadro de contradição jurídica, histórica e social, identificou-se, dimensionou-se e localizou-se 12 imóveis abandonados (vazios urbanos na lógica do valor de uso da propriedade) na região central da cidade de Sousa/PB. São grandes terrenos, prédios antigos ou construções jamais terminadas. Pelas suas localizações, são imóveis que gozam de grande valor de mercado (na lógica do valor de troca). Na maioria dos terrenos identificados, as edificações antigas foram demolidas e nada fora construído no lugar,

⁵ “La *emphonemata* es el auténtico objeto del derecho enfiteútico. Es por ello que se convirtió en el acicate para la productividad de los fundos y el crecimiento económico del Bajo Imperio romano y del Imperio Bizantino.” (BLÁZQUEZ, 2016) (BLÁZQUEZ, Guillermo Suárez. **Enfiteusis: Negocio Jurídico de Fomento**. Cidade do México: Tirant Lo Blanch, 2016.)

⁶ Faixa de 33 metros contados a partir do mar em direção ao continente ou ao interior das ilhas costeiras com sede de Município.

demonstrando que o objetivo é a retenção para posterior valorização imobiliária, ou nos termos marxianos, a assunção do valor de troca em detrimento do seu valor de uso.

Dos imóveis analisados, 11 (onze) têm particulares como detentores do domínio útil e apenas 1 (um) tem o Município como titular.

Em todos os terrenos e imóveis observados é possível notar a presença de fatores que não contribuem para a limpeza urbana de forma geral. É latente a presença de lixo – apesar das investidas dos vizinhos em sentido contrário –, empoçamento de água, presença de vegetação espontânea e, em alguns casos, animais. Diante das peculiaridades jurídicas em que os imóveis – em sua maioria – estão envolvidos na cidade de Sousa/PB, ou seja, uma maior gama de encargos por terem, em geral, mais de um titular, que fatores levam a ocorrência de vazios urbanos no centro da cidade?

2.2. ANÁLISE DE DADOS

Após as observações *in loco*, os terrenos e prédios classificados como vazios urbanos foram localizados e dimensionados usando a plataforma *Google Earth Pro*. Todos os imóveis e terrenos observados se localizam no perímetro urbano da cidade de Sousa/PB, especificamente na região central. Os números impressionam. Juntos, os terrenos e prédios somam uma área de aproximadamente 6.233,94 m² (seis mil, duzentos e trinta e três metros quadrados).

O menor dos imóveis, uma casa abandonada, tem uma área de aproximadamente 144,22 metros quadrados e o maior, um terreno localizado exatamente em frente à Prefeitura Municipal da cidade, tem uma área de 1.236,76 metros quadrados. A maioria dos imóveis analisados ultrapassa o tamanho dos seus vizinhos, em alguns casos, em mais de 100%. São verdadeiras manchas esquecidas e sem qualquer uso social.

Para ter uma melhor dimensão da extensão desses imóveis e gravidade da situação, basta comparar suas medidas com as medidas exigidas por lei, como parâmetro mínimo, nas construções de casas térreas do programa “Minha Casa Minha Vida”⁷, qual seja, área útil mínima de 32 metros quadrados.

A área sem utilização no centro da cidade de Sousa/PB é suficiente para construir aproximadamente 195 (cento e noventa e cinco) unidades habitacionais dentro dos parâmetros do programa “Minha Casa Minha Vida”. O que seria suficiente para abrigar cerca de 780 pessoas, considerando uma família com 4 integrantes. Esses dados revelam uma primeira face da crise constitucional-administrativa no ordenamento jurídico brasileiro – exteriorizada através dos vazios urbanos – na medida em que não são compatibilizados o direito à propriedade e o direito social à moradia e habitação e nos levam a uma inevitável sensação que o direito à propriedade acaba se sobressaindo, nessa perspectiva.

Um outro aspecto que merece destaque é a situação tributária desses imóveis frente a Prefeitura Municipal da cidade de Sousa/PB. Através de provocação formal, por meio de protocolo, procurou-se informações acerca da regularidade tributária dos imóveis.

Dos imóveis analisados, 11 (onze) pertencem a particulares e 1 (um) pertence ao Município de Sousa/PB. Os dados recebidos⁸, por meio de certidão, mostraram que 11 (onze) dos imóveis estão em situação irregular com as obrigações tributárias; 1 (um) imóvel está com a situação regular (pertencente ao Município e, portanto, imune tributariamente por força de mandamento constitucional).

Uma possível explicação para essa “tolerância” tributária está no excesso de proteção formal dada à propriedade no Brasil. Um dos marcos legislativos que foi fundamental para essa concepção foi a Lei das Terras, datada de 1850. O referido diploma legal estabeleceu, entre outras coisas, a vedação à aquisição de terras sem o título de compra, o que barrou fortemente a apropriação dos espaços pelo uso e ocupação. Pode-se dizer que – para além da formação histórica e social do território brasileiro – a Lei das Terras foi um marco legislativo no processo de desigualdade da ocupação e acesso ao solo no Brasil que permanece até hoje. Lúcia Leitão e Norma Lacerda, citadas por Elizabeth David Novaes (2009, p. 11) analisam esse fenômeno e dizem que “[...] a Lei de Terras instituiu o conflito ao estabelecer que a propriedade da terra seria válida mediante compra, e não mais pela efetiva ocupação, transformando a terra em uma questão mercadológica”.

⁷ De acordo com a Portaria Nº 269/2017, do Ministério das Cidades

⁸ Houve uma significativa dificuldade na obtenção dos referidos dados. Quando da liberação, os dados foram parciais.

Edésio Fernandes (1998) também analisa a questão do legalismo liberal em relação à propriedade, fazendo contraponto de como a questão urbana é tratada em outros campos do saber e como é tratada no Direito. Em um artigo chamado “A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte”, o autor defende que as leis editadas pelo ordenamento jurídico pátrio e a literatura acadêmica não respondem satisfatoriamente – com alguma ressalva à CF/88 – qual é o papel do Direito (e do Estado) na adequação das diversas demandas sociais existentes, isto é, como compatibilizar o direito à propriedade com o direito à moradia, por exemplo? Como funcionalizar – obrigacionalizar – de fato a propriedade? O autor advoga a tese que:

[...] o legalismo liberal, ainda que parcialmente redefinido, partilha o mesmo formalismo e positivismo típicos dos estudos orientados pela ideologia privatista, especialmente ao considerar o Direito como um sistema objetivo, contido em si próprio (FERNANDES, 1998, p. 56).

Quando desconsiderarmos essa perspectiva objetivista do Direito e enxergarmos a propriedade para além do título que a representa, será dado um passo no sentido de deslegitimar ações de negligência proprietária em suas diversas formas. Ainda em sua análise, Fernandes foca na dualidade entre a cidade legal e a cidade ilegal, denunciando um forte interesse do Estado em proteger e regular a cidade “oficial”, desconsiderando contextos de ocupações urbanas irregulares, o que evidencia uma forte exclusão jurídica. A propriedade, nesse contexto, é para quem pode pagar (caro) por ela e o papel do Estado é proteger essa lógica a todo custo. Inclusive abrindo mão de grandes valores a título de arrecadação tributária. Conforme ficou claro, quando verificamos que cem por cento dos terrenos analisados no presente estudo, que tinham titulares privados, mantinham dívidas tributárias com o ente municipal.

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. (HARVEY, 2014, p. 34).

Outro importante apontamento a ser feito e que contribui para arrematar a argumentação acima é o fato de a administração municipal de Sousa/PB ter se recusado, sem nenhuma justificativa legal, a fornecer os dados sobre os valores das dívidas dos imóveis analisados e quem eram os seus titulares. A negativa diz muito, isto é, denota um protecionismo à situação, como já foi dito anteriormente, o acesso ao solo e a manutenção foi e é historicamente facilitado para alguns setores da sociedade, visto as relações privadas espúrias que se estabelecem com o ente público.

2.3. O ABANDONO DE IMÓVEIS URBANOS: EXISTE SOLUÇÃO?

O planejamento urbano pode ser definido como o conjunto de instrumentos técnicos e legais que objetivam ordenar o uso do solo urbano e regular as condições para sua transformação e conservação. É preciso entender o conceito de maneira abrangente, isto é, levar em consideração crescimento físico, uso do solo, infraestrutura básica, relações sociais, serviços básicos, elevação do nível de vida da população, desenvolvimento sustentável e também a consolidação (e conservação) da cultura local. Yehezkel Dror entende o planejamento urbano como sendo “O processo de preparar um conjunto de decisões para ação futura, dirigida à consecução de objetivos através dos meios preferidos” (DROR, 1973, p. 323).

O conceito do autor, não obstante sua brevidade, é bastante interessante. Primeiramente é ressaltado o caráter futurista da lógica do planejamento, sem, no entanto, afastar a importância de olhar o passado como forma de aprendizado. Em segundo plano, o autor destaca que esse processo de preparação do “conjunto de decisões” deve servir para a consecução de um objetivo, ou seja, os instrumentos de planejamento urbano não podem existir apenas “*pro forma*”, como letra morta, mas objetivar, verdadeiramente, um bem maior (e coletivo). Em terceiro e último aspecto, o autor dá relevo aos “meios preferidos”, isto é, mostra que esses objetivos a serem alcançados com o planejamento urbano, são, antes de tudo, escolhas políticas e, portanto, com uma forte face de transitoriedade entre as mais diversas áreas do saber – enquanto conhecimento técnico – e do viver – enquanto relações sociais e hierárquicas – colocando em conflito o próprio Direito.

No Brasil, o termo “planejamento urbano” ganha força e notoriedade (política e social) pós Constituição de 1988, quando ficou clara – e positivada – a importância do desenvolvimento de políticas urbanas de organização do espaço como forma de erradicar desigualdades.

É através do planejamento urbano que o Estado consegue proporcionar, via políticas públicas, o acesso ao solo urbano de maneira justa e democrática à população. Importa ressaltar que democratizar esse acesso não é o bastante, mais que isso é preciso possibilitar que esse espaço urbano seja (drasticamente) alterado por seus habitantes de acordo com suas necessidades e sua cultura, de acordo com ensinamento de Lefebvre (2010).

Dada essa ordem jurídica e social pós Constituição Cidadã, o planejamento urbano se torna uma possível solução ao problema dos vazios nos centros das cidades. A manutenção de grandes glebas abandonadas de solo urbano reflete uma grande contrariedade aos fundamentos insculpidos na CF/88 e em diversos instrumentos infraconstitucionais. Mas de que forma, na prática, o planejamento urbano pode contribuir para barrar o processo de abandono de propriedades urbanas?

Existem incontáveis possibilidades de (re)utilizar o imóvel que não atende a sua função social, independentemente do titular ser a Administração Pública ou entes privados (pessoa física ou jurídica). Quando se fala das glebas de solo urbano em que o titular é a própria Administração Pública, seu uso e ocupação se dá de maneira mais simples, pode o administrador construir infraestrutura básica, praças, academias ao ar livre, repartições da prefeitura, casas populares, áreas de lazer, escolas e mais uma infinidade de possibilidades, todas pensando no melhoramento das condições de vida da população daquela área. Já no que tange aos imóveis em que os titulares são particulares, há outros fatores a serem considerados, tais como: o direito à propriedade desses titulares será desrespeitado? Até que ponto pode a Administração Pública intervir nesse sentido?

A primeira pergunta pode ser respondida com um categórico “não”, na medida em que o ordenamento jurídico brasileiro entende que a propriedade deve servir a uma função social e que é obrigação do seu titular buscar formas de satisfazer tal mandamento, caso contrário, estará sujeito à ação do poder público (Executivo e Judiciário). Quanto à segunda pergunta, não há respostas fechadas. Os limites de intervenção do poder público (desapropriação, por exemplo), nesses imóveis, dependerá do caso concreto, considerando fatores como: tempo de inutilização, existência de passivo tributário, usos e ocupações (passados e presente), entre outros.

O fato é que as questões expostas não são barreiras intransponíveis. Existem exemplos pelo mundo de (re)utilização de glebas de solo urbano abandonados que tinham particulares como titular. Como exemplo, podemos citar as áreas verdes em Tóquio e o caso de São Francisco (EUA) que editou uma lei que visa o uso – por tempo determinado - de áreas desocupadas nos centros das cidades. Em troca da utilização dessas áreas, os proprietários recebiam descontos progressivos em impostos. Esses exemplos mostram como é possível funcionalizar essas manchas inabitadas nas cidades por meio de arranjos proprietários e políticas públicas.

No caso do Brasil, a mesma lógica pode ser utilizada perfeitamente, isto é, planejamento urbano *x* desenvolvimento sustentável *x* diminuição de impostos. Além de áreas verdes, pode ser incentivada a implementação de hortas nesses espaços, que além de garantir alimentação saudável às escolas públicas, por exemplo, ainda contribuiria para a distribuição de renda através da criação de postos de trabalho.

Com vontade política e reconhecimento da necessidade social que existe é possível (re)organizar o espaço urbano público. Não é de hoje que os profissionais chamados de “planejadores urbanos” existem; na prática, são profissionais de diversas áreas do conhecimento - advogados, engenheiros, arquitetos, ambientalistas, especialistas em saúde pública, urbanistas -, por se tratar de uma demanda intersetorial, que trabalham ativamente junto à Administração Pública local e as comunidades para planejar e regular os usos e ocupações dos espaços, considerando diversos fatores, utilizando as soluções que foram expostas e outras.

Outra solução que pode ser apontada, do ponto de vista jurídico, é uma analogia à possibilidade trazida pelo artigo 243 da Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei nº 8.257/91 e pelo decreto 577/92, seria a desapropriação confiscatória⁹. O artigo preleciona que as propriedades, urbanas ou rurais, que tenham usos ilegais, seja trabalho escravo ou cultivo de plantas psicotrópicas, serão expropriadas, sem nenhuma indenização ao proprietário, e destinadas a programas de habitação popular e reforma agrária.

⁹ Carvalho Filho (2016) conceitua o referido instituto de desapropriação confiscatória justamente pela vedação ao pagamento da indenização o que irá diferenciá-la dos demais tipos de desapropriação.

Quando se pensa no processo de negligência proprietária, que é exteriorizado através do abandono de imóveis urbanos, não há dúvidas que também se caracteriza por ser um “uso ilegal” do imóvel urbano, não por cultivo de plantas psicotrópicas ou trabalho escravo - como apontado no art. 243 - mas por ir de encontro a disposições constitucionais e infraconstitucionais, isto é, por negligenciar a função social e urbanística desses imóveis e desprivilegiar o direito à moradia e habitação, bem como o acesso ao solo urbano e dessa forma, sendo uma utilização ilegal, também deveria estar sujeita à desapropriação confiscatória em analogia ao que dita a Constituição Federal de 1988.

É importante ressaltar que tal ação não iria tolher o direito à propriedade dos titulares desses imóveis, já que o instituto citado não é absoluto; É preciso analisar o elemento culpa. O próprio STF já decidiu que caso reste provado que o uso ilegal da propriedade se deu sem culpa do proprietário a aplicação do artigo 243 pode ser afastada.

A utilização desse tipo de desapropriação solucionaria dois problemas que são bastante presentes nas formas clássicas (previstas no Estatuto das Cidades como solução ao abandono de imóveis). Primeiramente, o processo logístico, já que a desapropriação confiscatória se caracteriza por fases mais simples. Em segundo plano, não há oneração excessiva ao poder público, já que não há o que se falar em pagamento de indenização aos proprietários.

Outra via para amenizar o abandono de imóveis urbanos é a utilização da autorização civil dada pelo Código Civil de 2002 ao poder público para arrecadar o imóvel e incorporá-lo ao seu patrimônio, caso o proprietário o abandone. O legislador elencou o “abandono” como uma das formas de perda da propriedade. “Art. 1.275. Além das causas consideradas neste Código, perde-se a propriedade: [...] III - por abandono” (BRASIL, 2002)

Art. 1.276. O imóvel urbano que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, poderá ser arrecadado, como bem vago, e passar, três anos depois, à propriedade do Município ou à do Distrito Federal, se se achar nas respectivas circunscrições (BRASIL, 2002).

Os artigos citados são bastante objetivos e claros: perderá a propriedade aquele que não der o devido aproveitamento ao bem imóvel e não arcar com os ônus fiscais e tributários próprios de quem possui bem imóvel, ou seja, quem abandona. É importante destacar que a referida solução é anterior ao Estatuto das Cidades, porém, é pouco conhecida e aplicada. Assim como a aplicação por analogia do artigo 243 da CF/88, a figura da arrecadação traz consigo inúmeras vantagens, entre elas, o processo simplificado por ser eminentemente administrativo e a ausência de oneração das prefeituras por não caber indenização.

Após finalizado o processo de arrecadação, respeitados os prazos estabelecidos e o imóvel devidamente incorporado ao patrimônio público, seu destino não é claro quando da leitura dos dispositivos do Código Civil de 2002, todavia, diante do cenário constitucional, infraconstitucional e considerando até mesmo o “espírito” do Código civilista brasileiro não há como esperar nenhuma outra utilização a não ser a destinação social, seja ela por meio de programas de habitação popular, construção de creches, escolas, praças ou qualquer outro equipamento social que vise à democratização do acesso ao solo, bem como a melhoria na oferta de serviços públicos.

Pode-se destacar, ainda, como possível solução ao abandono de imóveis, dessa vez, numa perspectiva de tutela coletiva, a atuação do Ministério Público, já que se trata de questão de ordem urbanística e, portanto, passível de tutela de ação civil pública. É uma das funções institucionais do Ministério Público promover a ação civil pública, ou seja, mesmo que os indivíduos afetados, nesse caso, não procurem diretamente e provoquem a atuação do poder público, pode (e deve) o MP atuar no sentido de barrar esse e outros processos que deturpam a ordem urbanística e a função social da propriedade e da cidade.

Para além do procedimento judicial em si, o MP pode se valer de procedimentos extrajudiciais simplificados para tutela dos direitos dos cidadãos, como termo de ajustamento de conduta e inquérito civil, que podem ser utilizados antes da ação civil pública, por se tratar de procedimento judicial - e complexo -, contudo, quando a tutela meramente administrativa, como a arrecadação ou os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades não são aplicados, o instituto da ação civil pública, através da atuação do MP, é uma importante alternativa na defesa do próprio Direito à Cidade e de uma boa ordem urbanística de forma geral, onde os espaços efetivamente cumpram sua função social.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto é imperioso concluir que a ocorrência de vazios, nos centros das cidades, ainda que reconhecidamente impactantes sobre o tecido urbano, sobretudo, nas esferas social, jurídica, geográfica e econômica, não sofrem o devido tratamento normativo do ente federativo local por razões tanto da forte proteção formal à propriedade privada, quanto do fato de pertencerem a estratos socioeconômicos locais detentores de forte influência no executivo e no legislativo. Outra questão é a dificuldade técnica e logística – para além do desinteresse – das Prefeituras aplicarem os instrumentos de urbanização de maneira efetiva, tais como desapropriação confiscatória, arrecadação, e todos os institutos previstos no Estatuto das Cidades.

Podemos citar, ainda, que a Constituição Federal de 1988, apesar de tratar da função social e urbanística da propriedade privada, não o fez de maneira suficientemente forte do ponto de vista dogmático, como outras Constituições, a exemplo da Alemã (Weimar 1919) e Colombiana que são claras ao afirmar categoricamente que a “propriedade obriga”. Da forma como é tratada, no Brasil, a função social e urbanística da propriedade privada é demasiadamente abstrata, deixando ao juízo do proprietário a melhor forma de cumpri-la (ou não).

Ao lado desse protecionismo estatal, especificamente tratando-se de Sousa/PB, por ter seu território maciçamente enfitêutico, podemos destacar o papel da Igreja Católica enquanto detentora do domínio direto de todo o território. Ora, considerando que a *emphonemata* (melhorias), é o grande pressuposto do instituto da enfiteuse e que claramente não é efetivada, no quadro retratado, em que resta sustentada a relação enfitêutica?

Os poderes jurídicos da Igreja, detentora do “domínio direto” ou “eminente” do solo urbano em Sousa/PB são, praticamente, apenas nominais, uma vez que a enfiteuse transfere a quase totalidade da propriedade para os foreiros. Estes arcam com o dever jurídico de edificar e utilizar efetivamente as áreas aforadas. Ao não fazê-lo, deixando-as em abandono, ocorre a ruptura do pacto enfitêutico. Nesse sentido, o dever de utilizar efetivamente os imóveis situados na cidade, está sob dupla constrição legal: de ordem pública, pela Lei 10.257/2001 (Estatuto das Cidades) e de ordem privada, pelo dever de edificação e melhoramento do solo, próprio do regime de enfiteuse.

Nessa lógica, o direito privado de propriedade individual e absoluta que tem como cerne a exclusão do outro se sobrepõe às premissas de ordem pública, de produção de um espaço urbano mais justo, democrático e social. A referida sobreposição revela uma crise no direito administrativo-constitucional que reivindica uma maior aproximação entre o direito formal (legalidade) e o direito material (produção e reprodução social), como forma de garantir que a interpretação da lei seja compatibilizada com sua concretização (potencial transformador).

A pouca notícia de aplicação das constrições legais do Estatuto da Cidade, referente à coibição do abandono de imóveis e com isso da degradação urbana, revela que o padrão de proteção da propriedade privada permanece absoluto e que sua manutenção tem as raízes mais no campo econômico-ideológico do que lógico, tendo, também, como núcleo central o processo de consolidação da propriedade privada no capitalismo, ou seja, a propriedade privada situa-se como elemento correspondente à emergência do direito burguês para sua irrestrita defesa e reprodução.

O princípio constitucional da função social da terra se coloca numa dupla dimensão, a nosso ver: o primeiro de compreensão da necessária superação do Estado como cartório privilegiado dos interesses do capital, e, segundo, a tarefa que impõe a superação do modelo social vigente, cujo sustentáculo se opõe diametralmente oposta aos interesses da coletividade. A forte proteção formal à propriedade privada precisa ser contestada e superada, para que assim, homens e mulheres possam gozar plenamente do direito à moradia e habitação.

REFERÊNCIAS

- [1] Aronne, Ricardo. Por uma nova hermenêutica dos direitos reais limitados. Das raízes aos fundamentos contemporâneos. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.
- [2] Brasil. Código Civil lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm> Acesso em: 02/05/2018
- [3] ____ Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02/05/2018

- [4] Dror, Yehezkel. The planning process: a facet design. In: Faludi, Andreas (org.) A reader in planning theory. Oxford: Pergamon Press, 1973. p. 323 – 343. (Artigo publicado originalmente em 1963).
- [5] Fernandes, Edésio. A regularização de favelas no Brasil: o caso de Belo Horizonte. Direito à cidade. Livraria Del Rey Editora, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3998940/mod_resource/content/1/Fernandes_E_DireitoUrbanistico_Intr_1998.pdf> Acesso em: 07/03/2017
- [6] Fonseca, Paulo Henriques da. Além do feudo e do burgo: a enfiteuse como instituto mutante, suas possibilidades e limites. 2016. 252 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.
- [7] Gorender, J. Coerção e consenso na política, In: Revista Estudos Avançados, São Paulo, nº.3, vol. 2; 1988.
- [8] Harvey, David. Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana. Martins fontes, São Paulo, 2014.
- [9] Lefebvre, Henry. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2010.
- [10] Netto, J.P. Capitalismo monopolista e Serviço Social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- [11] Novaes, Elizabete David; Schiavone, José Guilherme Perroni. A cidade e o direito à moradia: o instituto do usucapião como alternativa de regularização jurídica de habitações precárias em favelas. Revista Jurídica Eletrônica Unicoc, Ribeirão Preto, v. 1, n. 6, p.1-18, out. 2009. Disponível em: <<https://livros-e-revistas.vlex.com.br/vid/moradia-alternativa-regulariza-prec-favelas-69836036>>. Acesso em: 01 abr. 2019.
- [12] Veblen, T. Absentee ownership business enterprise in recent times: the case of America. Londres: Transaction Publishers, 1997.

Capítulo 6

A crise migratória venezuelana e o fechamento da fronteira Brasil/Venezuela: Uma análise à luz do direito humanitário

Gibton Pereira de Andrade

Raphael Caetano Solek

Resumo: Apresenta-se como objeto de estudo da pesquisa o fechamento da fronteira Brasil/Venezuela, ocorrido após a intensificação do fluxo migratório de venezuelanos no Estado de Roraima. A grande demanda de migrantes do país vizinho se deu em decorrência da grave crise política, econômica e humanitária, sendo o Estado de Roraima a principal porta de entrada ao território brasileiro, impactando-o diretamente com os efeitos desta migração. O Governo local, considerando o risco iminente de caos decorrente da migração e, conseqüente, aumento na demanda de serviços públicos, cita-se Segurança Pública, Sistema Prisional, Saúde e Educação, publicou o Decreto 25.681-E/2018 declarando atuação especial das Forças de Segurança Pública, ajuizando ainda a Ação Civil Originária 3121/RR pedindo o fechamento temporário da fronteira Brasil/Venezuela, com vistas a coibir o fluxo migratório. Através do raciocínio lógico-dedutivo, a partir de revisão bibliográfica, o estudo visa demonstrar os aspectos preponderantemente jurídicos que norteiam o fechamento da fronteira entre os dois Estados Soberanos, especificamente no caso da citada crise; em especial, analisar a crise humanitária e, além disso, identificar a prevalência dos direitos humanitários internacionais, em detrimento da Soberania Nacional; e, por fim, analisar o papel do Estado Brasileiro face à crise migratória venezuelana e políticas possíveis de implementação como solução proposta ao caso concreto.

Palavras chave: Crise migratória; refugiados; direito humanitário.

1. INTRODUÇÃO

É de domínio público que o Estado de Roraima mudou suas configurações relacionadas ao crescimento populacional nos últimos anos, face à migração em massa de venezuelanos que diariamente adentram os limites do território brasileiro via Pacaraima, cidade divisa com Santa Elena de Uaiarén, na Venezuela.

Tal fluxo migratório é decorrente da grave e já amplamente noticiada crise política, econômica e humanitária instalada no país vizinho, fazendo que os migrantes vislumbrem nesta Unidade da Federação a porta de entrada ao território brasileiro, em busca de refúgio e, paralelo a isso, impactando Roraima com os efeitos desta migração.

O Governo local, considerando o risco iminente de caos decorrente da migração e aumento na demanda de serviços públicos, em especial na Segurança Pública, Sistema Prisional, Saúde, e Educação, publicou o Decreto 25.681-E/2018 declarando atuação especial das Forças de Segurança Pública estaduais, ajuizando a Ação Civil Originária 3121/RR, em face da União, requerendo em tutela antecipada o fechamento temporário da fronteira entre Brasil e a Venezuela ou limitar o ingresso de imigrantes venezuelanos no Brasil.

Assim, o “fechamento da fronteira Brasil/Venezuela”, pleito judicializado pós intensificação do supramencionado fluxo de migrantes no Estado de Roraima, apresenta-se como objeto de estudo da pesquisa, analisado à luz do direito humanitário internacional e das legislações e instrumentos de proteção ao refugiado que versam sobre a questão discutida.

O cerne do problema científico procura saber quais os aspectos preponderantemente jurídicos que delimitam o fechamento de uma fronteira entre dois Estados Soberanos, especialmente quando um destes vive uma crise de proporções internacionais.

Norteando a pesquisa, diante da crise humanitária, busca saber se a Soberania do Estado Nação sobrepõe os direitos humanitários internacionais, os quais tutelam os refugiados; além disso, qual seja o papel do Estado Brasileiro em face da crise migratória venezuelana e políticas públicas possíveis de implementação e continuidade como proposta de solução ao caso concreto.

Apesar das medidas emergentes, até o momento implementadas, ainda resta muito a ser feito no sentido de solucionar os problemas enfrentados nos diversos setores estatais.

Assim, enquanto os debates sobre o tema em análise discutem “de quem” é a responsabilidade pela acolhida dos migrantes, o processo de interiorização apresenta-se como medida mais viável para solução à crise que atinge o Estado de Roraima.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia proposta para a realização da pesquisa constitui-se no raciocínio lógico-dedutivo, a partir de revisão bibliográfica. Quando a natureza, objetiva-se a aplicação prática do direito ao caso concreto, consoante às verdades e interesses locais.

A pesquisa explora o problema, tornando-o explícito. Envolve, em primeiro plano, o levantamento bibliográfico e o diálogo entre os autores, produzindo assim o desenvolvimento, na busca de respostas aos questionamentos levantados. Busca-se, na sequência, a coleta de dados verossímeis com aporte dos setores públicos do Estado de Roraima.

Os procedimentos técnicos estão ligados à pesquisa bibliográfica, documental, e estudo de caso concreto, o que se permite por estes instrumentos, os embasamentos teóricos através de obras jurídicas, artigos científicos, dissertações ou teses, doutrinas, jurisprudências dos tribunais superiores e legislações que versam sobre as questões abordadas, na busca da segurança jurídica, através de elementos que corroboram a importância do tema analisado.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 DIREITO DOS REFUGIADOS

Desde os primórdios da humanidade, o homem busca melhores condições de subsistência valendo-se dos deslocamentos populacionais no tempo e espaço. Quer na luta por alcançar seus objetivos ou na fuga em face dos perigos que ameaçam sua existência, os seres humanos sempre se deslocam de um lugar ao outro. Assim, as grandes migrações e refúgios são temas recorrentes na história.

O Estado de Roraima, em especial, tem acompanhado de perto o deslocamento em massa de venezuelanos que, fugindo da crise que atingiu a Venezuela nos últimos anos, buscam refúgio em solo brasileiro, à exemplo de outros países da América Latina.

Em face dessa migração, o Brasil tem recebido milhares de venezuelanos que diariamente adentram os limites do território brasileiro via Pacaraima, cidade divisa com Santa Elena de Uaiarén, na Venezuela, fato que mudou as configurações do Estado de Roraima, relativas ao crescimento desproporcional de sua população nos últimos anos.

O contínuo fluxo migratório, ainda longe de cessar, tem impactado Roraima fortemente com os seus efeitos, levando os serviços públicos estaduais, já precários, ao descompasso no atendimento à demanda populacional, principalmente os relacionados à Segurança Pública, Sistema Prisional, Saúde e Educação.

Não obstante a estrutura pública insuficiente para atender toda essa demanda, não se pode olvidar a tese de Gomasca (2017, pg. 11), o qual defende que “cuidar dos refugiados é um valor fundamental para a cidadania e uma contribuição à justiça social”.

Considerando a crise humanitária que assola a Venezuela, o deslocamento em massa de seus migrantes e, por consequência, a explosão demográfica no Estado de Roraima, bem como a escassez de recursos para custear o dispendioso serviço de assistência aos refugiados, discute-se, nas palavras de Gomasca (2017, pg. 11), se temos o “Direito de excluir ou dever de acolher?” (grifamos).

3.1.1 CONCEITO DE REFUGIADO

Com vistas a melhor firmar o conceito de refugiado, precisamos diferenciar as acepções dos termos migração, asilado e refugiado, já que se trata de termos distintos.

Inicialmente, ensina a geógrafa Silva (201-?) que “migração” é o deslocamento populacional pelo espaço geográfico que contribui para a sobrevivência do ser humano e, por vezes, a sobrevivência de um grupo social depende deste deslocamento, a exemplo da pré-história, quando se migrava em busca de alimento (grifei).

Afere-se nas palavras da citada geógrafa que a migração é um fenômeno natural ao homem que tem no instinto de sobrevivência a primeira motivação para deixar seu habitat em busca de novas oportunidades. Não obstante a isso, ainda existem as questões de ordem econômica, cultural, religiosa, política, naturais etc.

Para Jubilit (2007), o “asilo”, termo originado na Antiguidade Clássica, é visto como um instituto e está intimamente ligado à etimologia da palavra grega “*asylao*”, onde *a* = “*não*” e *sylao* = “*arrebatar, extrair*”, traduzindo-se por “*não-expulsão*”, e aplica-se a uma espécie de sítio, geralmente abrigo religioso, inviolável e protegido (grifei).

Assim, o instituto do asilo foi estabelecido no Art. 4º, Inc. X, da Constituição Federal de 1988, ao prever o legislador que “a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: (...) X – concessão de asilo político” (grifei).

Dias e Amaro (2010) expõe que a proteção ao asilado tem reconhecimento internacional como direito fundamental, contudo, não é pela imposição que o Estado irá fazê-lo, devendo esta previsão constitucional ser encarada como um exercício de soberania.

Registre-se que o direito ao asilo não deve ser confundido com o direito de refúgio, uma vez que o asilo decorre da perseguição “ao indivíduo” e o refúgio configura-se na perseguição a um “grupo de indivíduos”, por questões relacionadas à raça, religião, nacionalidade ou opção política (VARELLA, 2019). (grifei).

No que concerne ao conceito de “refugiado”, o Dicionário On-Line de Português considera o “indivíduo que mudou para um lugar seguro, sob proteção; aquele que foi obrigado a sair de sua terra natal por qualquer tipo de perseguição; pessoa que busca escapar de um perigo”.

Neste viés, o refugiado goza de proteção pelo Direito Internacional Público e, sobre a garantia de seus direitos, esclarece Souza (2017) que as questões relacionadas aos refugiados são de preocupação da comunidade internacional que, por razões humanitárias, passou a assumir funções de proteção e assistência, já que os problemas de deslocamentos em massa de populações aconteciam desde o fim da Primeira Guerra.

Assim, a Convenção das Nações Unidas de 1951¹⁰, estabeleceu o conceito clássico de refúgio aplicando à qualquer pessoa que, em consequência dos acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 e temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontrando-se fora do país de sua nacionalidade e não pode ou não quer valer-se da proteção desse país (grifei).

No entanto, é perceptível neste “conceito clássico” que a Convenção de 1951 se referiu a fatos “anteriores à 1º de janeiro de 1951”, restringindo assim sua abrangência na tutela internacional aos refugiados a situações pontuais.

Contudo, a Declaração de Cartagena sobre Refugiados de 1984¹¹ foi mais abrangente, ampliando o conceito de refugiado ao considerar como refugiados, além do previsto na Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, as pessoas que tenham fugido dos seus países porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos e circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública (grifei).

Destarte, depreende-se deste conceito mais “moderno” que a tutela aos direitos dos refugiados se estendem à proteção dos bens jurídicos mais relevantes, devendo a comunidade internacional salvaguardá-los dos seus opressores.

É inegável que a Primeira Guerra Mundial se destacou entre os principais responsáveis por deslocamentos em massa em níveis mundiais, os quais ganharam proporções cada vez maiores, atraindo ainda mais a preocupação da comunidade internacional aos refugiados.

Mas, neste enfoque, Souza (2017) afirma ter sido especificamente após a Segunda Guerra que o mundo testemunhou, em proporções jamais vistas, o fenômeno do refúgio.

3.1.2 LEGISLAÇÕES ESPECÍFICAS

Em que pese as legislações que versam sobre proteção aos refugiados serem esparsas, cita-se o Estatuto do Refugiado de 1951¹² e o Protocolo de 1967¹³, os quais são instrumentos que asseguram a qualquer pessoa, em caso de necessidade, o exercício do direito de procurar e receber refúgio em outro país.

Sobre essa segurança jurídica, Sousa (2017) argui que Estatuto do Refugiado de 1951 institui tratamento aos refugiados de forma tão favorável quanto o concedido aos nacionais, garantindo liberdade de religião, educação religiosa, direitos intelectuais e artísticos, além do acesso à justiça, mercado de trabalho, e ainda participação na iniciativa privada (grifei).

Ainda, em termos de legislação específica, há no Brasil a Lei 9.474/1997¹⁴, bem como a Lei de Migração¹⁵, que em seu Art. 1º “dispõe sobre os direitos e os deveres do migrante e do visitante, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante”.

O Art. 2º do mesmo diploma legal prevê ainda que “esta Lei não prejudica a aplicação de normas internas e internacionais específicas sobre refugiados, asilados, agentes e pessoal diplomático ou consular, funcionários de organização internacional e seus familiares”, considerando que o Brasil é signatário de Tratados Internacionais de Direitos Humanos.

Pela Lei 9.474/1997, a competência para concessão do status de refugiado no Brasil é do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, o qual, consoante a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados de 1967, e fontes de direito internacional, tem atribuição

¹⁰ Adotada em 28 de julho de 1951 pela Conferência das Nações Unidas de Plenipotenciários sobre o Estatuto dos Refugiados e Apátridas, convocada pela Resolução n. 429 (V) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 14 de dezembro de 1950. Entrou em vigor em 22 de abril de 1954.

¹¹ Adotada pelo “Colóquio sobre Proteção Internacional dos Refugiados na América Central, México e Panamá: Problemas Jurídicos e Humanitários”, realizado em Cartagena, Colômbia, entre 19 e 22 de novembro de 1984

¹² Convenção das Nações Unidas (1951).

¹³ Relativo ao Estatuto dos Refugiados, assinado em Nova York, em 31 de janeiro de 1967, na Assembleia Geral das Nações Unidas.

¹⁴ Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

¹⁵ Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Institui a Lei de Migração).

de analisar o pedido e declarar o reconhecimento da condição de refugiado; decidir a cessação da condição de refugiado; e determinar a perda da condição de refugiado, de acordo com o Art. 12 da supracitada Lei.

Em que pese registrar, ainda sobre competência, no Recurso Especial nº 1174235, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – STJ (Ministro Relator Herman Benjamin), pacifica o entendimento que “o ato de concessão de status de refugiado é típico ato discricionário do Poder Executivo, mediante avaliação do CONARE e critérios objetivos no Art. 1º da lei 9.474/97” (grifamos).

3.1.3 PRINCIPAIS DIREITOS DOS REFUGIADOS

Não obstante o Estatuto do Refugiado de 1951 instituir tratamento aos refugiados de forma “tão favorável quanto o concedido aos nacionais”, a Lei 13.445/2017, estabeleceu em seu Art. 3º os princípios e diretrizes que regem a política migratória brasileira, em que se ressaltam:

I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação; III - não criminalização da migração; (...) VI - acolhida humanitária; (...) XIV - fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina (...) XV - cooperação internacional com Estados de origem (...) a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante; XVI - integração e desenvolvimento das regiões de fronteira e articulação de políticas públicas regionais capazes de garantir efetividade aos direitos do residente fronteiriço; (...) XVIII - observância ao disposto em tratado; (...) e XXII - repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas (grifei).

Soma-se neste sentido, o Art. 4º da Lei de Migração, que esboça os princípios e garantias a serem observados na relação de política migratória, e estabelece os direitos do migrante, dos quais destacamos àqueles relacionados ao tema proposto:

Art. 4º Ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como são assegurados: I - direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos; II - direito à liberdade de circulação em território nacional; (...) VIII - acesso a serviços públicos de saúde e de assistência social e à previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; (...) X - direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória; XI - garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (grifei).

Considerando a consolidação da democracia brasileira; os direitos dos refugiados, tutelados pelo Direito Internacional Público; Tratados Internacionais, dos quais o Brasil é signatário; e legislações específicas, depreende-se não ser cabível, sequer tolerável, quaisquer desigualdades entre nacionais e estrangeiros residentes no território brasileiro, tão pouco tratamento desumano e degradante em detrimento da dignidade do refugiado.

3.2 A MIGRAÇÃO VENEZUELANA E SEUS IMPACTOS EM RORAIMA

O Estado de Roraima virou manchete via imprensa nacional e internacional, além da internet e redes sociais, pesquisas científicas, revistas, documentários etc., em decorrência da intensidade do deslocamento migratório venezuelano, mais claro e evidenciado nos últimos 05 anos.

O Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE, em seu relatório “Refúgio em Números” (2019), trouxe informações verossímeis sobre os deslocamentos e solicitações de refúgio de venezuelanos no Brasil. Esses dados dão conta da real situação em que o Estado de Roraima se encontra, face ao fluxo migratório, fornecendo-nos assim o balizamento necessário que permite explorar com detalhes a atual conjuntura roraimense.

De acordo com o CONARE (números totalizados até dezembro/2018), em âmbito nacional foram recebidas 85.438 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado da Venezuela. O relatório revela que

80.057 foram registradas em 2018, e destas, 61.681 somente de venezuelanos. Pontualmente, 81% dos pedidos foram apresentados em Roraima.

Torna-se necessário aludir ao fato de que para o mesmo ano (2018), os dados do “Refúgio em Números” mostram que somados os números de todos os Estados que compartilham dos pedidos de refúgios, a saber: AC (277), AL (33), AP (86), BA (109), CE (509), DF (265), ES (53), GO (174), MA (51), MG (378), MS (187), MT (680), PA (157), PB (27), PE (69), PI (13), RJ (752), RN (25), RO (404), SE (19), TO (17), estes totalizam apenas 6% de solicitações em 2018 (CONARE, 2019).

Está claro que esses números se justificam, uma vez que o extremo norte do Estado de Roraima é faixa fronteira com a Venezuela. Neste sentido, consoante os dados da Coordenação Geral de Polícia de Imigração – PF – MJSP (2019), a “Imigração Venezuela/Brasil” registrou entre janeiro/2017 e abril/2019, a entrada em território nacional de 262.307 migrantes venezuelanos, via Pacaraima/RR.

Considerando que grande parte destes venezuelanos ficaram em Roraima, instalando-se precariamente, a consequência primária foi o “inchaço populacional” do qual o Estado dispôs de meios suficientes para gerir tão grande número de migrantes e oferecer-lhes acolhida digna sem, contudo, comprometer a saúde financeira do governo local e a manutenção dos serviços públicos.

Em que pese registrar, até 30 de abril de 2019, segundo a Polícia Federal, constavam 46.632 venezuelanos residindo no Estado de Roraima.

E, considerando as estatísticas apresentadas pela Operação Acolhida, iniciada em 5 de abril de 2018 sob liderança do Exército Brasileiro, as quais foram publicadas por Costa (2019) no Portal de Notícias G1, de 18 de julho de 2019, a média diária do “fluxo na fronteira é de 550 pessoas por dia” (grifei).

Neste viés, a população roraimense passou a vivenciar um contexto social incomum até então, a exemplo de pedintes, moradores de rua, aglomerações de transeuntes, além do sufocamento nos serviços públicos estaduais e municipais demandados pelo número cada vez maior de estrangeiros residentes no Estado, especialmente venezuelanos.

Os setores públicos estaduais registraram altíssimas demandas decorrentes da migração. O Serviço de Saúde Estadual, por exemplo, enfrenta alto contingenciamento em seus hospitais, conforme matéria do Jornal Folha de Boa Vista, de 23 de setembro de 2019, a qual informa que “número de partos em venezuelanas aumentou 865,77% desde 2016”.

Rodrigues (2019) publicou o relatório estatístico apresentado a reportagem em que, comparados os meses de janeiro a agosto de 2016, 2017, 2018 e 2019, registrou-se o aumento de 4,22% em partos de brasileiras e 865,77% de venezuelanas. Segundo relatório, a maternidade realiza mil partos (mês), sendo a primeira do país em número de partos.

A Saúde em Roraima encara ainda o fato do ressurgimento do sarampo, doença antes erradicada no país. Desde 2016 não se tinha noticiado casos de sarampo, ano em que o Brasil recebeu o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo, pela Organização Mundial da Saúde – OMS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2018).

De acordo com o INFORME Nº 6 2017/2018¹⁶, desde julho de 2017, a Venezuela enfrenta um surto de sarampo, atingindo 9 dos seus 23 Estados e a crise enfrentada pelo país ocasiona um intenso movimento migratório que contribuiu para a propagação do vírus até Roraima, que vem recebendo migrantes venezuelanos oriundos destes Estados, os quais ficam alojados em abrigos, residências alugadas e praças públicas.

Outros dados alarmantes e assustadores são os relacionados à Segurança Pública. A matéria publicada por Madeiro (2019), no Portal de Notícias UOL (On-Line), de 10 de setembro de 2019, intitulada “Migração, facções e rota do crime: como Roraima chegou ao topo da violência”, em si, já traduz a sensação de insegurança que predomina no Estado de Roraima desde a explosão do fluxo migratório venezuelano.

O jornalista levantou os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), divulgado no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, onde destaca que “Roraima terminou 2018 com 348 crimes violentos letais intencionais, ou 66,6 mortes para cada 100 mil habitantes —a média nacional foi de 27,5 por 100 mil” (grifei).

¹⁶ Detalhamento do Ministério da Saúde sobre a situação dos casos de sarampo nos Estados de Roraima e Amazonas – 2018.

Destaca ainda que “a explosão da violência é um fenômeno recente no estado e que coincide com um outro fenômeno que mudou a rotina de Roraima: a migração em massa de venezuelanos” (MADEIRO, 2019) (grifamos).

3.3 O FECHAMENTO DA FRONTEIRA BRASIL/VENEZUELA

Até o momento, restou provado que o Estado de Roraima sofreu com os efeitos do maior movimento migratório da América Latina, sem precedentes até aqui, sobre o qual não podemos asseverar precisamente o seu final, ou ao menos, quando será normalizado.

A máxima matemática de que “os números não mentem”, certamente, se aplica ao contexto histórico, cultural, político e econômico que atinge frontalmente Roraima. Desde a decretação do Estado Novo (1937), de Getúlio Vargas, que não se tinha conhecimento de uma Intervenção Federal na autonomia administrativa de uma Unidade da Federação, deflagrada pela fortíssima crise financeira que sucumbiu o Estado de Roraima, como testemunhada em 2018.

3.3.1 DECRETO N.º 25.681-E/2018

Em meio à crise financeira, sob iminente risco de caos a instalar nos serviços públicos com o crescente aumento na demanda de prestação de atendimentos básicos à população, em especial o intenso fluxo de migrantes venezuelanos, o Governo estadual decide tomar uma atitude, no mínimo, ponderada como questionável juridicamente, em especial.

A Edição do Decreto n.º 25.681-E/2018 evidencia a fragilidade estatal na consecução de planejamentos e suporte para eventuais problemas como os argumentados no contexto da publicação do supramencionado decreto estadual.

As justificativas apresentadas pela então gestão, entre outros, considerou: o fluxo migratório de venezuelanos; o aumento da demanda de serviços públicos estaduais para imigrantes; o aumento de ocorrências de invasões de prédios públicos e propriedades particulares por parte de imigrantes; o aumento da criminalidade envolvendo imigrantes; as informações de envolvimento de imigrantes com facções criminosas; a vulnerabilidade de idosos e crianças; além da recusa do Governo Federal em reconhecer a dívida de 184 milhões de reais, em ressarcimento de gastos com serviços públicos prestados aos imigrantes.

Das considerações apresentadas, acrescenta-se ainda o não cumprimento por parte do Governo Federal do compromisso de instalar um hospital de campanha em Boa Vista, cuja negativa tem sobrecarregado o sistema estadual de saúde.

Entre outras medidas, o Decreto exigiu aos estrangeiros (excetuando-se os argentinos, paraguaios e uruguaios) a apresentação de passaporte válido, com fins de acesso ao sistema de saúde estadual. Tais exigências, segundo a exposto, com o fim de “salvaguardar aos cidadãos brasileiros o acesso irrestrito a tais serviços”.

As medidas adotadas pelo Governo de Roraima, ainda que na tentativa de barrar o caos nos serviços públicos estaduais, e revestidas do argumento de “salvaguardar a segurança da população”, não é alvo de consenso e caminharam na contramão da Constituição Federal.

3.3.2 AÇÃO CIVIL ORIGINÁRIA 3121/RR

Propôs ainda, o Governo do Estado de Roraima, em face da União, a Ação Civil Originária 3121/RR, requerendo em tutela antecipada o “fechamento temporário da fronteira entre Brasil e a Venezuela ou limitar o ingresso de imigrantes venezuelanos no Brasil”.

Analisada a ACO 3121 TP/RR, depreende-se do pleito:

Em que pese citar, a Ministra Rosa Weber, em sua decisão, traz à baila o Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça (1982) no qual Brasil e Venezuela se comprometeram a “não adotar medidas de profilaxia internacional que impliquem o fechamento total de suas respectivas fronteiras”, promulgado mediante Decreto nº 50/1991.

Destaca ainda, consoante o teor do Art. 84, Inc. VII, da CF/88, que a decisão sobre o fechamento de fronteira (quando amparada pela legislação de regência) é de competência privativa do Presidente da República, traduzida como exercício da Soberania do Estado Brasileiro, ato reservado ao Chefe de Estado.

Além disso, ressalta a Relatora que a discricionariedade do Chefe do Poder Executivo está sujeita ao império da lei, sendo exercida à luz dos Tratados Internacionais adotados pelo Brasil, sob a égide da Constituição Federal, conforme política migratória.

Merece destaque as palavras da Ministra Relatora, ao analisar o pedido do Governo do Estado de Roraima, sobre o qual afirma não se justificar, em face das dificuldades que o acolhimento de refugiados naturalmente traz, optar pela solução mais fácil, qual seja, de “fechar as portas”, equivalendo-se a “fechar os olhos” e “cruzar os braços”.

Assim, em primeiro momento, a DECISÃO MONOCRÁTICA, da Ministra Rosa Weber, Relatora do Supremo Tribunal Federal, indeferiu o pedido, quanto ao fechamento da fronteira Brasil/Venezuela e limitação do ingresso de imigrantes venezuelanos no Brasil.

Em suma, pelos motivos expostos e forte nos arts. 4º, II e IX, e 5º, LIV, da Constituição da República, no art. 45, parágrafo único, da Lei nº 13.445/2017, no artigo XVIII do Acordo sobre Cooperação Sanitária Fronteiriça entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, não há como conceder a tutela antecipada requerida, no ponto examinado. Não só ausentes os pressupostos mínimos para sua concessão, da ótica do necessário *fumus boni juris*, como contrários os pleitos ora em exame, aos fundamentos da Constituição Federal, às leis brasileiras e aos tratados ratificados pelo Brasil. INDEFIRO, pois, os pedidos de fechamento temporário da fronteira com a Venezuela e de limitação do ingresso de refugiados venezuelanos no Brasil. (grifei).

Firme-se, assim, ser o Brasil signatário de Convenções e Tratados Internacionais, pactuados com a prevalência dos direitos humanos sobre a Soberania do Estado Brasileiro.

Não podemos aquiescer a previsão legal do Art. 3º, I, VI, XIV, XV e 45, Parágrafo Único, da Lei nº 13.445/2017, que trata da universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; acolhida humanitária; fortalecimento da integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, mediante constituição de espaços de cidadania e de livre circulação de pessoas.

Neste mesmo sentido, levemos em consideração a cooperação internacional com Estados de origem, de trânsito e de destino de movimentos migratórios, a fim de garantir efetiva proteção aos direitos humanos do migrante.

Por fim, não se pode olvidar do Art. 4º, Inc. II e IX da Constituição Federal de 1988, que versam sobre a “prevalência dos direitos humanos e cooperação entre os povos para progresso da humanidade”, respectivamente.

4. ANÁLISE E RESULTADOS

4.1 O PAPEL DO ESTADO BRASILEIRO EM FACE DA CRISE MIGRATÓRIA

Face ao exposto, diante da clara e evidenciada crise venezuelana, da qual ainda se acrescentam resultados do maior movimento de migração em massa da América Latina, sem precedentes registrados, uma pergunta merece ponderações, a saber: “Qual o papel do Brasil diante da crise migratória e seus impactos no Estado de Roraima?” Para responder à pergunta, antes é imperioso fazer algumas considerações pertinentes.

Inicialmente, urge ressaltar a existência dos já citados princípios e diretrizes que regem a política migratória brasileira, previstos no Art. 3º da Lei 13.445/2017, entre os quais a “universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos; não criminalização da migração; acolhida humanitária; observância ao disposto em tratado; e repúdio a práticas de expulsão ou de deportação coletivas”.

Na mesma direção, o Art. 4º do mesmo diploma legal esboça ao migrante, “em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Além disso, são assegurados diversos direitos e garantias listadas nos Incisos I ao XVI do citado artigo,

instituído enfaticamente a “vedação da discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória” (grifei).

Neste íterim, a cada ano cruzam a fronteira Brasil/Venezuela milhares de venezuelanos, a maior parte se instalando em Roraima em situação vulnerável.

Diante dos efeitos da crise migratória no Brasil, especialmente no Estado de Roraima, à época já mergulhado em grave crise financeira e suportando quase isoladamente os transtornos dos serviços públicos estaduais provocados pelo inchaço populacional, já supramencionado em números na presente pesquisa, houve assim a manifestação do Governo Federal em face da situação emergencial.

A Medida Provisória nº 820/2018, de 15 de fevereiro de 2018, posteriormente convertida na Lei nº 13.684/2018, de 21 de junho de 2018, dispôs sobre “medidas de assistência emergencial para o acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária”, além de outras providências, no caso da citada Lei (grifei).

Com a previsão do Art. 2º, da Lei n.º 13.684/2018, o Estado Brasileiro reafirmou categoricamente os acordos internacionais pactuados sobre a matéria em questão, além de consolidar os compromissos instituídos na Lei n.º 9.474/1997 (Implementa o Estatuto dos Refugiados de 1951) e na Lei n.º 13.445/2017 (Institui a Lei de Migração), no que concerne às ações desenvolvidas na acolhimento humanitário, devendo ser observados criteriosamente tais previsões legais.

Destarte, considera-se “situação de vulnerabilidade”, para os fins disposto na Lei 13.684/2018, conforme o Art. 3º, Inc. I “condição emergencial e urgente que evidencie a fragilidade da pessoa no âmbito da proteção social, decorrente de fluxo migratório desordenado provocado por crise humanitária” (grifei).

Além disso, sobre “crise humanitária”, considera o entendimento de que se trata de “grave e generalizada violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário que cause fluxo migratório desordenado em direção a região do território nacional”, dispõe o texto do mesmo artigo.

Neste sentido, o Art. 4º aponta os objetivos constantes da Lei 13.684/2018:

As medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária têm o objetivo de articular ações integradas a serem desempenhadas pelos governos federal, estaduais, distrital e municipais, por meio de adesão a instrumento de cooperação federativa, no qual serão estabelecidas as responsabilidades dos entes federativos envolvidos. (grifei).

Entre as medidas emergenciais adotadas pela União, especialmente relacionadas ao acolhimento humanitário como compromisso brasileiro perante a comunidade internacional, cita-se a previsão do Art. 5º, do mesmo diploma legal:

I – proteção social; II – atenção à saúde; III – oferta de atividades educacionais; IV – formação e qualificação profissional; V – garantia dos direitos humanos; VI – proteção dos direitos das mulheres, das crianças, dos adolescentes, dos idosos, das pessoas com deficiência, da população indígena, das comunidades tradicionais atingidas e de outros grupos sociais vulneráveis; VII – oferta de infraestrutura e saneamento; VIII – segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras; IX – logística e distribuição de insumos; e X – mobilidade, contemplados a distribuição e a interiorização no território nacional, o repatriamento e o reassentamento das pessoas mencionadas no caput deste artigo (grifei).

Neste viés, o Exército Brasileiro tem participado efetivamente na pacificação e ordenamento e fortalecimento da fronteira, na construção de abrigos, além da fundamental e imprescindível Missão Acolhida, realizada por citada Força Armada brasileira.

Tamanha importância se mostra a Operação Acolhida que, na Sede da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra (Suíça), o General Eduardo Pazuello – Coordenador da Força-Tarefa Logística Humanitária – apresentou “A resposta operacional brasileira para o fluxo populacional venezuelano”, durante os eventos do 70º Comitê do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), de 10 de outubro de 2019 (grifei).

Outro fator de extrema relevância é a interiorização dos migrantes em território nacional, prevista no Art. 5º, Inc. X, da Lei 13.684/2018, o que já foi inicialmente implementada e tem se apresentado um instrumento de amenização e solução à crise ora instalada no Estado de Roraima.

A Interiorização, ou seja, o acolhimento estendido aos imigrantes em outras Unidades da Federação mostrou ser caminho eficaz diante do cenário de crise nos serviços públicos do Estado de Roraima, em especial àqueles citados na pesquisa.

Além disso, não se pode “fechar as portas” aos que em solo brasileiro procuram por refúgio, uma vez tratar-se da tutela da dignidade da pessoa humana, estatuído nas legislações nacionais e internacionais que versam sobre direitos humanos.

Porém, o processo de interiorizar ainda caminha à passos lentos, qual ritmo não se almeja quando se enfrenta o caos que Roraima vive. Para servir de exemplo sobre o “envolvimento” das demais unidades da federação neste processo, basta guiar-se pelos números da Operação Acolhida.

Pelos números apresentados na sede da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1º BIS), localizada em Boa Vista-RR, os comandantes do Exército responsáveis pela Operação, informaram aos parlamentares ali reunidos que, desde quando começou a Operação Acolhida (5 de abril de 2018) até o dia 17 de julho de 2019, “15.071 venezuelanos foram transferidos da região da fronteira a outros estados brasileiros” (COSTA, 2019). (grifei).

Esses números compreendem um lapso temporal de 1 ano e 3 meses, são relevantes, porém, não suficientes para solucionar a crise. Isto porque, se levarmos em conta que o “fluxo na fronteira é de 550 pessoas ao dia”, conforme Costa (2019), basta fazer uma simples conta matemática que chegaremos ao resultado de 16.500 pessoas (mês) cruzando a fronteira.

É uma questão de lógica, se considerarmos as estatísticas para o mesmo período de 1 ano e 3 meses (5 de abril de 2018 a 17 de julho de 2019), chegaremos a incrível marca aproximada de 247.500 pessoas, ou seja, “uma conta que não fecha”, ainda que se tenha envidado esforços neste sentido.

Contudo, que se firme a cada dia o compromisso do Estado Brasileiro em não somente a manter suas fronteiras abertas no intuito de receber os imigrantes, mas em prover meios suficientemente capazes de cumprir e salvaguardar a tutela dos direitos dos refugiados, residentes em nosso país.

Assim, analisadas as alternativas, o processo de interiorização dos imigrantes às outras Unidades da Federação, todas estas comprometidas solidariamente, à luz do Art. 1º, Inc. II e III; e Art. 3º, Inc. I, III, e IV, da Constituição Federal de 1988, mostra-se, em meio à crise que assola o Estado de Roraima, como a solução urgente e promissora à problemática ora apresentada, devendo esta ser encarada com efetiva responsabilidade solidária, além de ser a acolhida humanitária uma causa de todos os entes federados, assim como é de Roraima e da União.

5. CONSIDERAÇÕES

Após constatação, verificou-se que o Estado de Roraima vivencia mudanças, notadamente a questão demográfica, desde a instauração da crise migratória venezuelana, a qual repercutiu com seus efeitos no território brasileiro, especialmente cidades como Pacaraima, divisa com o Santa Elena de Uaiarén (Venezuela), Boa Vista (RR), além de outros Municípios ao longo da BR-174, sentido Sul do Estado de Roraima.

Configurado em inchaço populacional desde então, decorrente da migração venezuelana, Roraima enfrentou a crise nos serviços públicos, o que demandou medidas emergentes, porém não suficientes para conter o caos que instalado no Estado e que perdura aos dias contemporâneos.

Aferiu-se os motivos que levaram a Administração Pública local a publicar o Decreto 25.681-E/2018 que declarou a atuação especial das Forças de Segurança Pública do Estado de Roraima, além de restringir o acesso aos serviços públicos de saúde aos venezuelanos portadores de passaporte, levando o Decreto a estar na contramão da previsão constitucional do Art. 3º, Inc. IV, da Constituição Federal de 1988, sobre a promoção do bem de todos, sem quaisquer formas de discriminação.

A Ação Civil Originária 3121/RR, ajuizada pelo Estado de Roraima em face da União, na qual pleiteou em tutela antecipada o fechamento temporário da fronteira entre Brasil e a Venezuela ou a limitação do ingresso de migrantes venezuelanos ao Brasil foi uma demonstração real do despreparo do governo local em gerir a coisa pública imersa na crise repentina com efeitos prolongados.

Analisado sob o crivo do Direito Humanitário Internacional, dos Instrumentos de Proteção ao Refugiado, internos e externos, e dos Tratados Internacionais que versam sobre Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário, o pedido em tutela antecipada de fechamento da fronteira Brasil/Venezuela restou provado ser um desrespeito à condição de pessoa humana e uma afronta aos pilares constitucionais, uma vez que o direito de excluir não sobrepõe o dever de acolher, ou seja, o acolhimento é a própria demonstração de Soberania do Estado Brasileiro.

Destacou-se o papel do Estado Brasileiro manifesto na Missão Acolhida, com os primeiros suportes estatais aos migrantes. Contudo, reconhecemos existir muito a ser feito no sentido de solucionar os problemas enfrentados no âmbito da Administração Pública local, a exemplo da saúde, educação e segurança pública.

Assim, da análise das alternativas possíveis à solução, implementou-se como medida inicial, com previsão de continuidade, o processo de interiorização dos refugiados às outras Unidades da Federação, garantindo-se solidariamente a dignidade da pessoa humana com ofertas de moradia, trabalho, e educação àqueles reconhecidamente refugiados em território brasileiro.

Destarte, cabe a cada Estado Membro da Federação Brasileira assumir solidariamente a responsabilidade de tratar o problema da migração venezuelana, abraçando-a como causa de todos e não somente da União ou do Estado de Roraima.

REFERÊNCIAS

- [1] Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur). Coletânea de Instrumentos de Proteção Nacional e Internacional de Refugiados e Apátridas. Brasília, 2016. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Colet%C3%A2nea-de-Instrumentos-de-Prote%C3%A7%C3%A3o-Nacional-e-Internacional.pdf>> Acesso em: 14 set 2019.
- [2] Brasil. Exército Brasileiro. Missão Acolhida. Disponível em: <<http://www.eb.mil.br/operacao-acolhida>> Acesso em: 27 out 2019.
- [3] ____ Medida Provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 15 de fev. de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Mpv/mpv820.htm> Acesso em: 23 ago 2019.
- [4] ____ Ministério da Justiça e Segurança Pública - Polícia Federal. Imigração Venezuela/Brasil. Coordenação Geral de Polícia de Imigração - Apresentação de 40 Slides - Software PowerPoint. Disponível em: <<http://www.pf.gov.br/servicos-pf/imigracao/apresentacao-policia-federal-ate-abril-de-2019.pdf>> Acesso em: 14 out 2019.
- [5] ____ Ministério da Saúde. Situação dos Casos de Sarampo nos Estados de Roraima e Amazonas - 2018. Informe Nº 6 | 2017/2018. Disponível em: <<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/maio/07/Boletim-n6-Sarampo.pdf>> Acesso em: 19 ago 2019.
- [6] ____ Presidência da República. lei Nº 9.474, de 22 de Julho DE 1997. (Implementa o Estatuto dos Refugiados de 1951). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm> Acesso em: 26 out 2019.
- [7] ____ lei Nº 13.445, de 24 de Maio de 2017. (Institui a Lei de Migração). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm> Acesso em: 09 set 2019.
- [8] ____ lei Nº 13.684, de 21 DE Junho DE 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm> Acesso em: 26 out 2019.
- [9] Costa, Emily. Interiorização leva 15 mil venezuelanos de RR a outros estados em 1 ano e 3 meses. Portal de Notícias G1 Roraima: 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2019/07/18/interiorizacao-leva-15-mil-venezuelanos-de-rr-a-outros-estados-em-1-ano-e-3-meses.ghtml>> Acesso em: 27 out 2019.
- [10] Comitê Nacional Para os Refugiados - Conare. Refúgio em números. 4º ed. Apresentação de 46 Slides em Software PowerPoint. Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Refugio-em-nu%C3%A7%C3%A9rios-versa%C3%A3o-23-de-julho-002.pdf>> Acesso em: 14 out 2019.
- [11] Dias, Hamana Karlla Gomes; Amaro, Hérica Rodrigues do Nascimento. Concessão de asilo político no Brasil. Respeito às normas de Direito Internacional ou conveniência diplomática?. Revista Jus Navigandi, ano 15 n.º 2533, Teresina, 2010. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/14997>> Acesso em: 18 set 2019.
- [12] Dicio, Dicionário [On-Line] de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>> Acesso em: 20 set 2019.

- [13] Gomarasca, Paolo. Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. *Remhu, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.* 2017, vol.25, n.50, pp.11-24. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1980-85852017000200011&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 14 set 2019.
- [14] Governo do Estado de Roraima. DECRETO Nº 25.681-E DE 1º De Agosto DE 2018. Publicado em Diário Oficial do Estado de Roraima – Imprensa Oficial – nº. 3287. Disponível em: <<https://www.conectas.org/wp/wp-content/uploads/2018/08/selection.pdf>> Acesso em: 08 set 2019.
- [15] Jubilut, Liliana Lyra. O Direito internacional dos refugiados e sua aplicação no orçamento jurídico brasileiro. São Paulo: Método, 2007.
- [16] Madeiro, Carlos. Migração, facções e rota do crime: como Roraima chegou ao topo da violência. Portal de Notícias Uol. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/10/migracao-faccoes-e-rota-do-crime-como-roraima-chegou-ao-topo-da-violencia.htm>> Acesso em 15 out 2019.
- [17] Rodrigues, Edilson. Número de partos em venezuelanas aumentou 865,77% desde 2019. *Jornal Folha de Boa Vista*. Disponível em: <<https://folhabv.com.br/noticia/Cidades/Capital/Numero-de-partos-em-venezuelanas-aumentou-865-77--desde-2016/57655>> Acesso em: 18 out 2019.
- [18] Silva, Thamires Olimpia. O que é migração? *Brasil Escola*. [201-?]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-migracao.htm>> Acesso em: 17 set 2019.
- [19] Souza, Ana Luiza da Gama e. Direito internacional. Rio de Janeiro: Seses, 2017.
- [20] Superior Tribunal de Justiça (STJ). Recurso Especial nº 1.174.235 - PR (2009/0248733-5). Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/9117890/peticao-de-recurso-especial-resp-1174235>> Acesso em: 09 set 2019.
- [21] Supremo Tribunal Federal (STF) - Ação Cível Originária: Aco 3121 RR – Roraima. Disponível em: <<https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/685712895/acao-civel-originaria-aco-3121-rr-roraima>> Acesso em: 08 set 2019.
- [22] Varella, Marcelo Dias. Direito internacional público. 8ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019. [Versão Digital].

Capítulo 7

Migrações e a empregabilidade: Uma revisão bibliográfica no contexto Sul-Mato-Grossense

Gabriel de Souza Sales

Camila Torres Ituassu

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo identificar e discutir as relações de trabalho de migrantes internacionais no Brasil, mais especificamente no estado de Mato Grosso do Sul, a partir de uma perspectiva da Psicologia Socio-Histórica. A metodologia é constituída pela coleta de dados a partir de uma revisão bibliográfica. Os movimentos migratórios acontecem a todo o momento, principalmente para países com fronteiras abertas e com leis para regulamentar a situação destes. Quando chegam ao Brasil, os migrantes trazem consigo sua cultura e a saudade de sua terra natal e de quem ficou para trás, além de enfrentarem barreiras para conseguirem ascender no novo lar. Mato Grosso do Sul, por fazer fronteira com dois países, Bolívia e Paraguai, é uma das importantes portas de entrada para nossos vizinhos, que, ao chegar, se instalam no estado ou seguem para outros estados. Um dos principais motivos dos movimentos migratórios são as crises financeiras, o excedente de mão-de-obra e a pobreza, principalmente em países designados como “subdesenvolvidos”. Desta forma, um dos aspectos prioritários dos migrantes é a conquista de um trabalho, como forma de se estabelecer no país de chegada, garantindo a permanência ou saída destas pessoas em seu novo país.

Palavras-Chave: Migração; Fronteira; Mato Grosso do Sul; Empregabilidade.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com Bauman (2017), a migração faz parte da natureza humana e a mobilidade foi essencial para a perpetuação da nossa espécie até os dias vigentes. No entanto, ao longo do tempo a convivência entre diferentes povos de partes distintas do mundo foi tornando-se cada vez menos amigável e as competições, que anteriormente eram motivadas por comida e abrigo, adquiriram tons mais políticos conforme as relações sociais se complexificaram com a formação das primeiras sociedades organizadas.

Migrar tornou-se uma realidade para muitos por fatores ligados à globalização, a qual conecta muitos países, porém faz com que o processo seja diferente para muitos que precisam de acolhimento em uma nação diferente da sua. Milesi e Lacerda (2007) chamam a atenção para a tendência de migração entre países próximos e com semelhanças culturais, podendo auxiliar na adaptação ao novo país, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no processo. É este um dos motivos que podem explicar por que muitos cidadãos latino-americanos optam pelo Brasil como destino de migração, principalmente em regiões com fronteiras de fácil acesso, como o estado de Mato Grosso do Sul.

O Brasil passou por diversas mudanças nos últimos anos quando à migração internacional e hoje conta com uma atualizada Lei de Migração (Lei nº 13445, de 24 de mai. 2017), que, como posto em seu art. 1º, “dispõe sobre os direitos e deveres dos migrantes e visitantes, regula a sua entrada e estada no País e estabelece princípios e diretrizes para as políticas públicas para o emigrante” (Brasil, 2017, p. 1).

Apesar de a nova lei trazer a diferença entre os termos que conceituam os diferentes tipos de movimentos migratórios, aqui utilizaremos o termo “migrante internacional” para designar qualquer pessoa que se desloca em pequenas ou grandes distâncias para residência permanente ou temporária, em consonância com as reflexões de Nolasco (2016) acerca deste movimento na literatura em usar termos mais abrangentes para não excluir ninguém, porém sem focar em questões como a dos refugiados, que representam outro tipo de fluxo pelas motivações do deslocamento, de acordo com Patarra (2005).

São múltiplas as motivações que levam à migração e a busca por trabalho é com certeza um aspecto central na vida das pessoas. A partir do viés da empregabilidade, o migrante trata o trabalho com papéis distintos: o de inclusão e o de exclusão no novo país. Inclui por sua importância como formador de relações sociais, como dito por Lane (2006), ao passo que exclui no tocante do que Araújo, Fontoura e Almeida (2017) colocam na situação de vulnerabilidade a que muitos migrantes se deparam ao chegar num novo país, sendo relegados a jornadas de trabalho abusivas e baixos salários, a privação de serviços básicos para sua saúde, porém aceitam estas vagas por não verem outra saída, já que precisam suprir necessidades básicas de alimentação e moradia.

Diante da alta vulnerabilidade e diversos obstáculos enfrentados pelos migrantes, conforme traz Vieira (2016) aponta a necessidade de aproximação da Psicologia com o tema, com a participação ativa no acolhimento, na luta por políticas públicas melhores e na promoção de saúde deste indivíduos, pois o movimento migratório pode ser muito estressante, o que é potencializado com as dificuldades em se estabelecer no novo país e podendo se tornar causa de sofrimento psíquico.

Por fim, se faz necessário explicar que esta é uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica a partir de materiais como artigos científicos, monografias, capítulos de livro, normas e leis, disponíveis on-line ou fisicamente e publicados entre 2005 e 2019 relativos ao tema de migrações internacionais e sua relação com a empregabilidade. Este método é de grande importância para quem está iniciando uma pesquisa sobre um tema pouco conhecido para que se trace um panorama abrangente do que está sendo trabalhando e o pesquisador se aproprie melhor do que se propôs a pesquisar. As palavras-chave foram “migração internacional”, “Mato Grosso do Sul”, “fronteira Brasil-Paraguai”, “fronteira Brasil-Bolívia” e “empregabilidade”. A partir dos resultados, foram selecionados no total 28 materiais teóricos como leis, artigos científicos, livros e capítulos de livro, periódicos, dissertações e notícias de jornais para a discussão que será tecida.

Já a escolha do recorte temporal se deu por conta das constantes transformações nos fluxos migratórios e em como ele é observado, portanto é de muita valia analisar materiais publicados há menos de 15 anos para não cair em armadilhas e se perder diante de reflexões ultrapassadas sobre o tema.

Dados os esclarecimentos, podemos seguir a discussão sobre a relação entre migração e a empregabilidade. Optamos por dividir o texto em quatro seções que se comunicam, partindo de uma retomada histórica sobre a migração brasileira, seguindo pelas características dificuldades da migração, continuando com a importância do Mato Grosso do Sul no contexto migratório nacional para, por fim, aprofundarmos as relações da migração com a empregabilidade, sempre visando estabelecer apontamentos e relações entre as partes.

2. PERCURSOS HISTÓRICOS DA MIGRAÇÃO BRASILEIRA

Em um mundo globalizado como o que vivenciamos, fica cada vez mais difícil não se conectar com outras culturas e pontos do globo. Como destaca Bauman (2017), por conta da crescente sensação de que as fronteiras se abrem cada vez mais, a relação entre pessoas de diferentes nações e culturas tornou-se mais fácil, o que poderia representar um novo capítulo para as migrações.

No entanto, Milesi e Lacerda (2007) e Vieira (2016) apontam que os desdobramentos do fim da Guerra Fria ocasionaram as tentativas crescentes de construir muros – reais e metafóricos – na tentativa de proteger as nações do perigo investido aos estrangeiros¹⁷, que são tratados como bárbaros e perigo iminente à segurança pública. Este posicionamento com certeza é um dos grandes responsáveis pelo descaso que muitas nações demandam aos migrantes, em especial os mais pobres.

De acordo com Bastos e Mageste (2018), a migração brasileira remonta à invasão europeia, no século XVI, passando pela escravidão e tráfico de negros africanos, dado ao país um cenário migratório complexo. Apesar de ser uma nação com ampla diversidade cultural, o processo de colonização europeia por aqui é marcado por uma relação embasada em preconceitos e estereótipos sobre quem é estrangeiro. Por essas razões, já se faz possível enxergar como a migração brasileira se deu ao longo dos anos e a origem de muitos preconceitos perpetuados até hoje, conforme aponta Jardim (2017).

Bógus e Fabiano (2015) apontam que o país passou há alguns anos por uma reviravolta em seus fluxos migratórios ao tornar-se não apenas exportador de cidadãos para o mundo, mas também destino para migração em massa, assim como ocorreu em diversos países da América Latina. Diversas são as razões que motivam a migração, ao mesmo tempo que são múltiplos os obstáculos encontrados tanto no processo migratório quanto no estabelecimento no país. Antes de aprofundar este ponto, é válido fazer uma retomada histórica acerca do caminho que o Brasil percorreu quanto aos fluxos migratórios durante sua história com base em Jardim (2017).

Segundo Jardim (2017), o Brasil produziu suas primeiras legislações específicas sobre migração no século XIX, em um cenário marcado pela independência do país e ascensão da abolição da escravidão, ocorrida oficialmente em 1888, mas que ainda influenciaram grandemente no foco racista e eugenista das leis. O eugenismo que o país traz em suas veias influenciou na criação de um modelo de migrante ideal, que vinha em busca de trabalho e comumente tinha ascendência europeia. Inclusive o governo criou incentivos oficiais, presentes na Lei nº 5, de 5 de outubro de 1892, para trazer pessoas que se encaixavam nesta categoria para o país, pois traria um ar mais refinado aos estrangeiros residentes no país, além de movimentar a economia local.

Já no século XX, na década de 1930, o Brasil vivia os tempos de Estado Novo e o mundo via a emergência da Segunda Guerra Mundial, além da ascensão de regimes totalitários pelo planeta. Neste cenário, Jardim (2017) aponta o enfraquecimento no incentivo à migração, com o Decreto-Lei nº 406/1938, que trouxe o Conselho de Imigração e Colonização, coordenando a entrada de estrangeiros baseado nos critérios de migrante ideal. A entrada de europeus no país durante a Segunda Guerra também foi restringida, através do Decreto-Lei nº 3.175/1941, porém revogada ao seu fim, em 1945.

Nesta fase de Guerra, houve diversos movimentos de segregação entre nacionais e estrangeiros em diversas nações. No Brasil, podemos citar o Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 941/1969), criado em meio à Ditadura Militar e influenciado por ares protecionistas ao tratar estrangeiros como ameaça, ao mesmo tempo em que mascaravam tais discriminações sob o pretexto de serem leis que deveriam ser seguidas pelos grupos para o bem geral da nação (Jardim, 2017).

As décadas de 1980 e 1990 representaram grande movimento de saída de brasileiros para outros países, sendo a última o que Sales (1999 apud SOUZA; ALMEIDA, 2015) designou como “década perdida”¹⁸, devido à grande saída de nacionais do país. Tais movimentos ocorreram por diversos motivos, sendo os principais a recessão econômica e as instabilidades políticas da transição entre a ditadura militar e início da redemocratização, motivando muitos a tentarem novas oportunidades de vida em outros países.

¹⁷ O uso do termo “estrangeiro” não é mais recomendado por seu caráter excludente, negativo e de nacionalismo extremo que ele carrega, porém aqui foi utilizado para dar conta do sentido negativo dado aos fluxos migratórios do país desde o colonialismo europeu (JARDIM, 2017). Portanto, ele será utilizado apenas em momentos ligados a um período histórico em que a nomenclatura era usual ou outras situações específicas.

¹⁸ Aspas do autor.

Nesta fase ocorria fortalecimento da globalização como conhecemos com o advento da internet, intensificando as relações, principalmente econômicas, entre distintas regiões do planeta. Por conta deste caráter de abertura de fronteiras comunicacionais, o mundo passa a discutir a questão migratória com o olhar mais atento às reais demandas, procurando fugir de estereótipos e preconceitos (Bógus; Fabiano, 2015).

No Brasil não seria diferente, pois com a Lei dos Refugiados (nº 9.474/1997), um marco para a legislação brasileira de migração, se trouxe o tratamento mais humanizado deferido a migrantes, inspirando a atual Lei de Migração. Segundo Jardim (2017), esta lei trouxe ideias como a descriminalização da migração e reformulou as formas de extradição, além de oferecer tratamento mais digno e respeitoso aos direitos humanos dos migrantes.

Um ponto bastante presente nos movimentos migratórios brasileiros, tanto de entrada, quanto de saída, que pudemos perceber nesta retomada é a questão do trabalho. Nestes três séculos, a principal motivação dos fluxos se deu justamente por conta do trabalho, mesmo que com precariedade e discriminação de muitos migrantes, principalmente os escravizados, pois esta seria a privação máxima de direitos, porém é possível perceber como a categoria está presente nestas movimentações e foram necessárias para o desenvolvimento do país, demonstrando que migrantes não são os inimigos que não trazem nada de bom, como muitos pensam, mesmo que isto tenha ocorrido de maneira deveras perigosas e com ressalvas.

Um movimento interessante foi a mudança de papel do Brasil na migração ao tornar-se não apenas país de origem, mas cada vez mais um país de destino. Estas modificações foram possíveis por questões como as colocadas por Vieira (2016), que dizem respeito ao poder que estas leis de organização da migração têm para quem escolhe o país como destino, apesar de ainda não funcionarem tão bem quanto deveriam.

Por fim, percebe-se como os processos migratórios brasileiros foram permeados por anos por preconceitos e o ataque seletivo a determinados grupos de migrantes, porém hoje é possível ver que grandes passos foram dados, apesar de estarmos longe de alcançar o ideal no acolhimento. Esta evolução foi possível graças à mudança de paradigmas científicos e sociais, o que possibilitou um olhar mais abrangente e que busca ver o migrante dentro de sua realidade e de suas necessidades, porém não devemos parar, pois ainda há muito a ser feito para dar um acolhimento digno a esta parcela da população.

3. CARACTERÍSTICAS E DESAFIOS DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL NO BRASIL

Diversos são os desafios das nações para acolher migrantes, porém o principal é a formulação de políticas públicas que contemplem as necessidades sociais de migrantes. Conforme apontam Milesi e Lacerda (2007), estas políticas devem contemplar áreas como a segurança, respeito, saúde, educação, participação política e suporte para estabelecimento em uma nova sociedade, porém com a tendência, na maioria dos países, em mostrar resistência em receber migrantes dificulta o processo.

Dados de 2010 a 2015, apontam o crescimento de 20% no fluxo migratório para residência no Brasil, o que representa cerca de 700 mil pessoas. Do total, aproximadamente 200 mil são oriundos de países sul-americanos, tendo aumentado também em 20% na quantidade de migrantes vindos de países vizinhos. Estes dados foram divulgados no final de 2017 no relatório trienal *World Migration Report 2018* da Organização Internacional para as Migrações (OIM), de responsabilidade da ONU - Organização das Nações Unidas. Os números apresentados ainda indicam que 70% dos movimentos migratórios no continente sul-americano são entre países da região, sendo 29% dos migrantes vivendo no Brasil originários destas nações (Almeida, 2017).

Almeida (2017) alerta que apesar de estes indivíduos representarem uma pequena parcela da população – cerca de 0,3% da população brasileira –, houve aumento significativo no número de migrantes que chegaram ao país, com destaque para situações como a da Venezuela. Para Pereira (2018), o país passa pela maior crise política, econômica e humanitária de sua história, fazendo com que muitos utilizassem de suas últimas economias para sair do país em busca de melhores condições de vida, sendo o Brasil um dos principais destinos.

Por fazer fronteira com o estado de Roraima, o número de venezuelanos que entraram no Brasil aumentou consideravelmente, proporcionando um contexto de superlotação das cidades, pois o estado não estava preparado para receber tantas pessoas, gerando uma crise entre os cidadãos da região e os novos moradores, marcada também por uma manobra das mídias locais – e também nacionais, posteriormente – de colocarem eles como invasores e geradores de conflitos como posto por Aragão e Santi (2018).

Por conta disso, muitos deles seguem para outras regiões, porém mesmo assim a demanda é alta e gera conflitos entre os moradores e os venezuelanos, assim como noticiado por Oliveira, Brandão e Costa (2018).

Para agir sobre esta situação e evitar uma explosão demográfica, o governo permitiu a intervenção federal no estado e o início de um processo de interiorização, conforme apontado por Costa (2018) e que já levou mais de mil venezuelanos para outros estados do país e busca dar suporte para que estes estabeleçam-se no novo lar, segundo a Casa Civil (2018). Este processo de entrada e as dificuldades são enfrentadas também por pessoas de outras nações vizinhas.

A falta de infraestrutura para atender às necessidades tanto dos nacionais, quanto dos migrantes pode causar conflitos, como já citado. Além disso, a imagem preconceituosa de que estes vêm para roubar o lugar dos brasileiros ou que têm caráter duvidoso, representando um perigo para a segurança pública, dificultam demasiadamente seu estabelecimento no país (Almeida, 2017).

Com a decisão do governo de Jair Bolsonaro em retirar o Brasil do Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular da ONU¹⁹, sob a justificativa de proteger a soberania nacional em decidir receber ou não migrantes, e incidentes como o do colombiano que ganhou uma marmita com cacos de vidro e chegou a ser hospitalizado em Rondônia, noticiado por Abraham (2019), demonstram no cotidiano o que foi dito por Patarra (2005) ao colocar como o preconceito é reforçado por ações protecionistas que ainda permeiam o governo e a marginalização de determinados grupos a partir do quanto eles são bem quistos para o Brasil.

A tendência em se fechar para o outro não acontece apenas no Brasil, tendo em vista o que Bauman (2017) chama de ascensão de tiranos por todo o mundo com discursos de culpabilização dos migrantes para os problemas vividos nos países, colocando grande parte da população contra eles, além de se utilizarem de argumentos sedutores de que tudo vai melhorar com as medidas rápidas e certeiras que serão tomadas se o tirano chegar ao poder. Contudo, os riscos de barbáries como o Holocausto voltarem a acontecer tornam-se mais reais com esta onda de líderes mundiais com discursos como estes.

O Brasil elegeu em 2018 um presidente com discursos como estes acima, prezando pela soberania do país acima de outros, aderindo a discursos que podem dificultar a fixação e adaptação de migrantes no Brasil, além de muitos outros obstáculos já enfrentados. Dentre eles, destacam-se a vulnerabilidade do migrante e seu luto pessoal, trazido por Vieira (2016), a barreira linguística, colocada por Patarra (2005), e a burocracia para regularização destes migrantes no Brasil pela ótica de Almeida (2017) e Cavalcanti (2018).

O primeiro problema elucidado por Vieira (2016) é a vulnerabilidade e os perigos aos quais os migrantes se expõem no processo de mudança de país, focando no luto de deixar sua vida e cultura, pessoas queridas e ainda ter de lidar com uma cultura nova num processo de aculturação, em que não perde as características culturais que traz consigo, mas pode ficar confusa a relação entre a cultura natal e a do novo lar.

Por conta de o Brasil ser o único país latino-americano que tem como língua oficial o português, sendo que a maioria dos outros fala espanhol, Patarra (2005) e Cavalcanti (2018) apontam que ainda que sejam línguas semelhantes, há muitas distinções, inclusive entre países e culturas, o que dificulta as relações dos migrantes no país e até de adentrarem no mercado de trabalho.

A outra problemática é a da burocracia para regulamentar a situação de migrantes, colocada por Patarra (2005) e Oliveira (2008) como grande importância para entender o que ocorre na vida dos migrantes após desembarcarem no Brasil, a julgar que o país é popularmente conhecido por sua burocracia e com a migração não seria diferente. Os processos de regularização quando solicitados podem demorar muito tempo e nem ser aceito, em grande parte por conta da falta de estrutura para acolher tantas pessoas. Aliado a isso, apontamos a dificuldade em se ter acesso aos serviços de acolhimento com o da Pastoral do Migrante, colocada por Rosa (2019), pois se para este trabalho tivemos dificuldades em encontrar tais serviços, imagine para um recém-chegado, sem domínio da língua ou conhecimento mínimo do funcionamento dos sistemas de saúde.

¹⁹ O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular foi aprovado em dezembro de 2018 com apoio da Assembleia Geral da ONU e é apoiado por 163 países. Sua adesão não é obrigatória e conta ao todo, com 23 objetivos, contidos no Global compact of migration, de julho do mesmo ano, que visam à adoção de um acordo global para assegurar à integridade e o respeito aos direitos humanos de migrantes. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>.

Por conta disso, muitos migrantes vivem de trabalhos informais por atravessarem as fronteiras de forma clandestina. Segundo Almeida (2017), como a fiscalização em muitas das fronteiras é precária, permitindo que uma categoria específica de migrante surja: o residente fronteiriço. São muitas as questões ligadas às fronteiras, porém elas serão desenvolvidas na seção seguinte, pois o estado de Mato Grosso do Sul se encaixa bem nesta situação. Porém, o residente fronteiriço ainda encontra-se vulnerável nestas regiões por conta dos altos índices de criminalidade e o tráfico de drogas e pessoas, o que os coloca em vulnerabilidade no próprio lar.

Por fim, como apresentado por Araújo, Fontoura e Almeida (2017), o trabalho é um fator central no estabelecimento do migrante no Brasil, porém por conta dos preconceitos ainda muito presentes, lhes são relegadas atividades que desrespeitam suas necessidades, podendo ainda, por sua situação de vulnerabilidade, deixa-los sujeitos a trabalhos análogos ou a própria escravidão.

Pudemos perceber como se dão os movimentos migratórios atualmente, suas características e principais desafios para o estabelecimento do migrante no Brasil. Seja pela falta de acesso aos serviços de acolhimento, preconceitos ou as barreiras culturais e de comunicação, é imprescindível analisar tais questões no estudo de fluxos migratórios, pois eles não são apenas deslocamentos espaço-temporais, mas de pessoas que deixam para trás sua história e vida no país natal para tentar novas oportunidades em uma nova nação.

4. O PAPEL DO MATO GROSSO DO SUL NO CENÁRIO MIGRATÓRIO BRASILEIRO

O estado de Mato Grosso do Sul concentra cerca de 2,4 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (BRASIL, 2010), sendo o 6º maior em questões territoriais do país. Composto por 79 municípios, 44 deles fazendo fronteira com os dois países vizinhos, o estado possui uma realidade migratória complexa, pois se dá principalmente de duas maneiras: pela convivência entre moradores de diferentes países nas regiões fronteiriças, caracterizando uma realidade social, política e econômica interessante, e como ponto de passagem para pessoas que atravessam o estado rumo a outras regiões do país, motivados, na maioria das vezes, também por oportunidades de trabalho (ALMEIDA, 2017).

Ao chegar, os migrantes comumente encontram-se em altas condições de vulnerabilidade e encontram diversas dificuldades para se estabelecer no estado ou seguir para outras regiões. Para isso, existem diversas organizações de apoio e acolhida de migrantes e refugiados, sendo a grande maioria ligada à movimentos religiosos ou organizações voluntárias. Entretanto, se para realizar esta pesquisa não foi fácil encontrar programas de acolhimento como estes, imagine para pessoas recém-chegadas, vulneráveis, com pouco domínio do português e sem saber aonde encontrar tais serviços, visto que não têm a divulgação ou acesso facilitados o suficiente.

Dentre os principais serviços de acolhimento, destacamos os trabalhos já citados realizados pelas Irmãs Missionárias Scalabrianas à frente da Pastoral do Migrante no estado, o que já ocorre há 35 anos e atualmente traz em seu leque de trabalhos a acolhida dos recém-chegados, além cursos, eventos e encontros formativos para auxiliá-los a se estabelecer no país, profissionalizar-se e conseguir trabalho, além da celebração das culturas de quem chega com o objetivo de integrar os diferentes povos e culturas que protagonizam os movimentos migratórios (Rosa, 2019).

O objetivo dos serviços oferecidos pela Pastoral é justamente superar práticas assistencialistas, muito comuns ao se tratar destes grupos, e fortalecer a autonomia e protagonismo dos migrantes em sua fixação no país. Ainda auxiliam em questões como a “regularização dos documentos, ensinar o português, orientar para o acesso a serviços sociais públicos, formar para a geração de renda, sendo esses pressupostos e instrumentos que visam à autonomia” (Rosa, 2019, p. 205).

Rosa (2019) ainda cita outros serviços de apoio aos migrantes e refugiados que atuam em parceria com a Pastoral, dentre eles o Comitê para Refugiados, Migrantes e Apátridas (CERMA), o Centro de Apoio ao Migrante (CEDAMI), Universidades com projetos de pesquisa e prestação de serviços a esta comunidade, além de órgãos oficiais como a Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público do Trabalho e o próprio governo municipal e estadual. A Pastoral funciona principalmente com o auxílio de voluntários da comunidade, haja vista os grandes fluxos de chegada de migrantes.

O estado ainda traz outra característica que o coloca como destaque no cenário migratório brasileiro: as regiões fronteiriças. Martine (2005) afirma que com a globalização, é comum falar que o mundo caminha rumo ao que se chama de humanidade sem fronteiras. Todavia, como observa Oliveira (2008), é necessário observar as fronteiras além de limites territoriais, pois nelas muitas vezes são estabelecidas complexas relações sociais entre nacionais de diferentes países, formando o que o autor coloca como fronteira viva.

Portanto, apesar de as fronteiras não serem apenas demográficas e políticas, elas mostram possuir um caráter econômico e social importante para residentes fronteiriços e nos revelam, segundo Oliveira (2008), as diferentes normas sociais válidas apenas nestas regiões, assim como a quebra de algumas regras oficiais instauradas pelo Estado, sendo substituídas por novas, a partir das necessidades dos nacionais dos dois países.

Em seu texto, Oliveira (2008) disserta acerca da fronteira Brasil-Paraguai e conflitos que já ocorreram na região, como a Guerra do Paraguai no século XIX. Justamente por sua importância histórica, utilizaremos desta mesma fronteira para estabelecer algumas reflexões, focando na parte sul-mato-grossense, haja vista que segundo Almeida (2017) sua extensão territorial em fronteiras de fácil acesso e o fato de fazer divisa com dois países, Bolívia e Paraguai, traz um contexto sócio-político e econômico único e de interessante análise. Almeida (2017) afirma, a partir de dados fornecidos pelo relatório da Organização Internacional para Migrações (OIM), contendo os principais países sul-americanos de origem dos migrantes que vêm para o Brasil, estando entre eles Bolívia e Paraguai, os quais fazem fronteira direta com o estado, portanto mais uma razão para se tratar destas fronteiras.

No Mato Grosso do Sul observamos duas cidades que representam bem como se dão estas relações entre cidades com fronteiras de fácil acesso: Ponta Porã, que faz fronteira com o Paraguai, e Corumbá, que faz fronteira com a Bolívia. Estes dois municípios contam com população aproximada de 70 mil e 100 mil habitantes, respectivamente, ou seja, são cidades pequenas e interioranas, pois Ponta Porã se encontra a 258 km e Corumbá a 403 km da capital Campo Grande, de acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT (Almeida, 2017).

As duas principais cidades fronteiriças se destacam pelo fácil acesso dos nacionais de países vizinhos, tornando possível a convivência entre cidadão dos dois países, além de possibilitar que usufruam de alguns serviços de educação, segurança e saúde do Brasil. Almeida (2017) salienta que estas cidades ainda são atrativos comerciais para moradores do resto do estado, que se deslocam até elas a fim de fazer compras e turismo, movimentando a economia da região e beneficiando os moradores da região.

Trazendo novamente ao foco a questão da vulnerabilidade suscitada por Vieira (2016), esta região apresenta diversas problemáticas sociais, além da falta de infraestrutura para atender a todos, como salienta Almeida (2017). A autora ainda cita o tráfico de drogas e pessoas e os altos índices de criminalidade que decorre da falta de controle governamental e da facilidade de acesso das fronteiras, o que pode aumentar o estado de vulnerabilidade dos residentes fronteiriços.

Entretanto, não podemos finalizar esta seção com este apenas este aspecto negativo relacionado ao trabalho. Apesar de não termos encontrado muitos materiais referentes ao acesso e distribuição de migrantes no trabalho no estado, é importante elucidar outros pontos relacionados ao trabalho, dada sua centralidade na vida do migrante. Araújo, Fontoura e Almeida (2017) destacam a mudança na participação de mulheres migrantes latino-americanas e em como elas tomaram papel ativo nos processos migratórios, fazendo um mapeamento de como este fenômeno afeta migrantes oriundos de culturas mais patriarcais.

Por fim, percebemos como o estado é importante no cenário migratório, pois além de seu complexo contexto fronteiriço, nos possibilita fazer boas reflexões acerca da relação entre o migrante e o trabalho. Porém, justamente esta relação foi vista em pequena quantidade nos materiais consultados, demonstrando mais uma vez a importância de um trabalho como este. Para aprofundar tais questões, serão discutidas a seguir as relações entre a empregabilidade e a migração, tentando focar nos aspectos subjetivos do fenômeno e com o objetivo de, ao fim, relacionar todos os pontos discutidos até aqui.

5. AS RELAÇÕES DA MIGRAÇÃO INTERNACIONAL COM A EMPREGABILIDADE

De acordo com Gazier (2001 apud PERÉZ, 2008), o construto²⁰ da empregabilidade traz diversas conceituações que usam de diversos artifícios para explicar o fenômeno, alguns mais interacionistas abordando as relações entre as características individuais e as características do mercado, outras focando apenas no indivíduo, outras trazendo aspectos da genética e neurociências, porém nenhuma com um consenso, justamente pela pluralidade de conceitos.

Nesta seção final tentaremos seguir por um caminho que considere uma interação entre indivíduo migrante e trabalho sem deixar de lado as questões que dificultam seu estabelecimento no mercado e na sociedade, como o papel de ações governamentais para o ingresso destes grupos em diversos setores do mercado, além de não deixar de lado a perspectiva sócio-histórica que guia esta pesquisa.

Trazendo um olhar mais direcionado para o trabalho formal, Kilimnik, Neto e Reis (2015) indicam a empregabilidade como essencial para se entender a relação de migrantes com as organizações de trabalho. A empregabilidade diz respeito às condições do indivíduo de se aperfeiçoar e se adequar às mudanças e exigências que ocorrem no trabalho, abordando sua subjetividade, suas capacidades para manter-se no trabalho, considerando o papel das organizações e do Estado respeito às necessidades e garantir um ambiente adequado para o desenvolvimento do trabalho.

O conceito apareceu no início do século passado nos Estados Unidos e englobava um caráter dicotômico de separação daqueles que possuíam capacidades físicas e mentais para exercer funções dentro do ambiente de trabalho daqueles que não tinham (Náder; Oliveira, 2007 apud Kilimnik; Neto; Reis, 2015). Posteriormente, com a inclusão de características sociológicas, capacidades de adaptação no emprego e nas funções designadas, questões identitárias e de relações de poder foi possível iniciar-se um novo capítulo nos estudos acerca da empregabilidade, referindo-se principalmente a questões ligadas à flexibilidade do trabalhador e capacidade de se renovar para conseguir um trabalho ou exercer suas funções já estabelecidas.

Todavia, muitos estudiosos ainda enxergam a empregabilidade apenas pela capacidade individual de conseguir e manter-se num emprego. De acordo com Gazier (2001 apud Peréz, 2008), a empregabilidade é claramente delimitada ao tratar de aspectos como a transição do indivíduo do desemprego para empregado e como a capacidade de conseguir um emprego tradicional, mais formal, auxilia na construção de uma imagem social mais bem quista em uma sociedade como a brasileira.

A partir de Cavalcanti (2014), é possível afirmar que por abordar aspectos subjetivos das relações de trabalho, a empregabilidade engloba aspectos como a dificuldade de inserção dos migrantes no mercado de trabalho, as condições de trabalho, salários, a representação social do trabalho e como o migrante se percebe, seguido de problemas como a revalidação de diploma no país. Para não cometer equívocos, para refletir sobre os processos migratórios deve seguir por diversos caminhos, abrangendo tanto questões sócio-históricas, quanto político-econômicas, estando presentes, por exemplo, nas motivações da migração.

O processo de migração se mostra estressante e causador de angústias, haja vista o preconceito e o choque cultural e a saudade de casa encontrados no país de destino. Como já discutido, Vieira (2016) destaca o processo de luto do migrante ao deixar seu país como causa de sofrimento, além de dificultar ainda mais sua adaptação no novo país e a chance de encontrar trabalho. Neste caso, por sua centralidade na vida das pessoas, o trabalho serve como estabelecedor de relações sociais e fazer com que este processo seja menos difícil e doloroso, além de dar visibilidade ao migrante.

Contudo, o acesso do migrante ao trabalho é dificultado e lhes sobram vagas que os nacionais não quiseram, o que aliado à situação de vulnerabilidade em que esta população se encontra se apresenta como um perigo para a exploração análoga à escravidão em trabalhos que vão muito além no desrespeito aos direitos humanos, como já citado por Araújo, Fontoura e Almeida (2017).

²⁰ O uso deste termo pode trazer um caráter quantitativo ao fenômeno, o que seria, de certa forma, incoerente em uma pesquisa qualitativa como esta, porém baseados nas reflexões de Peréz (2008) optamos por chamar a empregabilidade de construto, pois traz diversas conceituações e visões que não são o suficiente para estabelecer um corpus conceitual suficiente para discussões teóricas mais concisas e substanciais.

Complementar a este ponto, Vendramini (2018) traz a tendência histórica dos migrantes mostrarem-se como importante forma de compor a urbanização e de ser parte da acumulação de capital do país justamente por se submeterem a salários baixíssimos, jornadas longas e exaustivas e em funções que exigiam pouca qualificação, já que estes precisavam de trabalho para sobreviver, logo, aceitavam o que aparecia, sendo um dos lados mais fracos da equação de crescimento da economia brasileira e recaindo na exploração.

Segundo Pérez (2008), apesar de se olhar muito mais para o trabalhador como um ser humano e se discutir o respeito aos seus limites do que antes, o mundo capitalista se movimenta rumo a quebra da formalidade nas relações de trabalho, valorizando trabalhadores autônomos e informais, além da crescente onda de terceirizações, fruto da noção neoliberalista de ter o mínimo possível de vínculos com os funcionários, o que ocasionando maior obsolescência das pessoas no contexto laboral. Agora ao trazer este cenário para o caso de um migrante, este fenômeno torna ainda mais árdua a jornada para trabalhar no país de destino, quem dirá em funções menos desumanas.

Para Cavalcanti (2014) e Vendramini (2018), a tendência do trabalhador de ir aonde o trabalho está e tentar se adequar às funções ofertadas para não ficar sem trabalho é uma característica que muito discutida no campo da empregabilidade no que diz respeito aos limites das organizações de trabalho em respeitar os direitos dos trabalhadores como cidadãos migrantes, que são colocados em xeque por fatores consequentes de sua vulnerabilidade, como a urgência em ganhar dinheiro para sobreviver e garantir muitas vezes a subsistência dos que ficaram ou pela falta de oportunidades.

Porém, isto não significa que ao aceitarem estas ofertas os migrantes se tornem culpados pela perpetuação de sua marginalidade no trabalho. Bauman (2017) aponta as estratégias de governos em colocar o migrante como causa máxima dos problemas do país e uma ameaça à segurança, causando pânico na população, que apoia e dá força ao fechamento – metafórico ou concreto – das fronteiras para os grupos de migrantes mais marginalizados. Tais ações elucidam outro fenômeno trazido por Vendramini (2018): com o medo de perder seu lugar na sociedade, nacionais veem os migrantes como adversários, grandes ameaças ao emprego, porém sem perceber que a maioria dos trabalhos disponíveis para comumente são as relegadas por nacionais.

Por fim, observa-se que esta situação pode ocasionar maiores cargas psicossociais que alguns indivíduos não aguentam, cabendo novamente à Psicologia apropriar-se deste espaço e perceber que os migrantes a partir de sua individualidade dentro de todo o contexto social e político em que ele está envolvido, cuidando do acolhimento e da garantia de sua saúde psíquica e também na luta por mais direitos e na busca pela autonomia destes sujeitos em suas próprias histórias para que enfim se tenham maior qualidade de vida e visibilidade como cidadãos dotados de expectativas, sentimentos, opiniões e anseio de ajudar o crescimento do país e ter uma vida em paz (Vieira, 2016). Portanto, a empregabilidade mostra-se essencial no entendimento do papel subjetivo do trabalho na vida dos migrantes pela centralidade destas atividades nas suas vidas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fenômeno migratório mostrou-se de extrema importância para o entendimento das relações sócio-históricas e econômicas do Brasil em toda a sua história. Apesar de ter passado por um momento de grandes avanços no apoio aos migrantes, principalmente com a Lei de Migração de 2017, vê-se que o país está retrocedendo novamente com os discursos dos novos governantes, seguindo a onda de líderes preconceituosos e que comandam as nações a base do ódio e da nomeação de inimigos que estão subindo ao poder ao redor do mundo, como indicou Bauman (2017).

O grande desafio desta pesquisa foi justamente estabelecer uma discussão de empregabilidade dos migrantes no contexto do Mato Grosso do Sul, com enfoque nos aspectos subjetivos do fenômeno migratório e de ingresso no mercado de trabalho. Já era esperado encontrar poucos materiais que discutam fatores psicossociais da migração brasileira, principalmente no estado, porém quanto à empregabilidade nos deparamos com um cenário teórico muito ligado aos aspectos negativos e à vulnerabilidade destes grupos, enfocando principalmente no tráfico nas regiões fronteiriças do estado.

Ao escolher justamente estes recortes para a pesquisa, já esperávamos ter dificuldades em encontrar discussões teóricas que abrangessem todo este contexto. Entretanto, acreditamos ter alcançado nossos objetivos de estabelecer uma discussão que conectasse e trouxesse à tona possíveis apontamentos entre questões distintas como estas, demonstrando a falta de discussões acadêmicas sobre os aspectos subjetivos da migração, principalmente na área da Psicologia, demonstrando a importância de pesquisas como estas para trazer aos holofotes todo o potencial da área em atender à saúde do migrante e ainda participar da busca de direitos e maior representatividade destes.

Quanto à perspectiva teórica, acreditamos que o olhar da Psicologia Sócio-Histórica enriquece o debate de aspectos como estes e ainda demonstra como as pesquisas sobre migração podem e devem evoluir a partir de visões abrangentes das formas com que a identidade dos indivíduos é formada dentro de grupos sociais e culturais específicos e como isto se coloca em situações como a da migração.

Por fim, fechamos nossas discussões com uma ampla visão acerca da identidade migratória do estado de Mato Grosso do Sul e em como é necessário se estudar tais relações para tirar da invisibilidade os protagonistas dos movimentos migratórios para que se continuem proporcionando mudanças concretas na sociedade, sem se abater pelos percalços e retrocessos a que todos estamos sujeitos. Apenas com o conhecendo o desconhecido é que será possível mudar situações inaceitáveis e amenizar o estado de vulnerabilidade ao qual migrantes ficam sujeitos, além de ser uma importante luta contra a ignorância.

REFERÊNCIAS

- [1] Abraham, L. Imigrante colombiano 'ganha' marmitex com pedaços de vidro e é hospitalizado. Topmídia News, Campo Grande, 7 de abr. 2019. Disponível em: <https://www.topmidianews.com.br/policia/imigrante-colombiano-ganha-marmitex-com-pedacos-de-vidro-e-e/108944/>. Acesso em: 29 de abr. 2019.
- [2] Almeida, L. P. Questões de gênero e a necessidade de políticas públicas na região de fronteira Brasil-Paraguai-Bolívia. Ebook Chile: Território(s), gênero, trabajo y políticas públicas en América Latina. São Paulo: Ebook Chile: Território(s), gênero, trabajo y políticas públicas en América Latina, jan. 2017, p. p. 16-27. PDF. Disponível em: http://comunicacaoecultura.uniso.br/publicacoes/ebook_chile_2017.pdf. Acesso em: 15 abr. 2019.
- [3] Aragão, T.; Santi, V. Somos migrantes: o uso das redes sociais na produção midiática alternativa sobre a migração venezuelana em Roraima. Aturá: Revista Pan-Amazônica de Comunicação, Palmas, v. 2, n. 1, p. 136-156, jan-abr. 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/4627>. Acesso em: 4 de jun. 2019.
- [4] Araújo, K. A.; Fontoura, F. C.; Almeida, L. P. Migração, território e trabalho de mulheres latino-americanas. São Paulo: Ebook Chile: Território(s), gênero, trabajo y políticas públicas en América Latina, jan. 2017, p. 139-150. PDF. Disponível em: http://comunicacaoecultura.uniso.br/publicacoes/ebook_chile_2017.pdf. Acesso em: 18 out. 2019.
- [5] Bastos, F. H. C.; Mageste, L. Migração internacional qualificada e política migratória no Brasil (2000-2017). Conjuntura Austral, Porto Alegre, v. 9, n. 48, p. 72-97, out./dez. 2018.
- [6] Bauman, S. Estranhos à nossa porta. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017, 119 p. Título original: Stranger as our door.
- [7] Bógus, L.; Fabiano, M. L. O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios. Ponto e Vírgula, PUC SP, n. 18, p. 126-145. São Paulo: 2015.
- [8] Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010 de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms/panorama>. Acesso em: 09 de nov. 2018.
- [9] Brasil. Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de migração. Brasília: Governo Federal, mai. 2017. Disponível em: http://www.imprensa nacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887. Acesso em: 23 jan. 2019.
- [10] Casa Civil. Mais de mil venezuelanos passam pelo programa de interiorização. Central de conteúdos, Brasília, 28 de ago. 2018. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/central-de-conteudos/noticias/2018/agosto/mais-de-mil-venezuelanos-passam-pelo-processo-de-interiorizacao>. Acesso em: 29 de abr. 2019.
- [11] Cavalcanti, L. Imigração e mercado de trabalho no Brasil. Caracterização e questões teóricas. In: Cavalcanti, L.; Oliveira, A. T.; Tonhati, T. (Orgs.). A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais, cap. 1, p. 11-22, Brasília, 2014.
- [12] Costa, E. Após a crise migratória em Roraima, venezuelanos contam como é a vida em outros estados. G1 Roraima, Boa Vista, 24 de dez. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/12/24/apos-a-cri-se-migratoria-em-roraima-venezuelanos-contam-como-e-a-vida-em-outros-estados.ghtml>. Acesso em: 29 de abr. 2019.

- [13] Jardim, T. D. M. A lei migratória e a inovação de paradigmas. *Cadernos de Debates Refúgio, Migrações e Cidadania*, Brasília, v.12, n.12, p. 17-46, dez. 2017.
- [14] Kilimnik, Z. M.; Neto, S. P. S. & REIS, J. A. Empregabilidade e reinserção no mercado de trabalho: um estudo com profissionais com experiência internacional. *Gestão.org*, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, 2015. p 93-102, 2015. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/pdma/article/download/4438/2254>. Acesso em: 22 de fev. 2019.
- [15] Lane, S. T. M. Trabalho e classe social. In: *O que é psicologia social*. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, p. 55-66.
- [16] Martine, G. Globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *São Paulo em perspectiva*. v. 19. n. 3. 2005, jul/set, p. 3-22.
- [17] Milesi, R. & Lacerda, R (orgs.). Políticas públicas para las migraciones internacionales: migrantes y refugiados. Brasília: dez. 2007, 2 ed., 112 p.
- [18] Nolasco, C. Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias. Universidade de Coimbra, Oficina do CES, n. 434. Coimbra: 2016, 29 p.
- [19] Oliveira, M. G. A fronteira Brasil-Paraguai: principais fatores de tensão do período colonial até a atualidade. Dissertação (Dissertação em Geografia) – Departamento de Geografia, Universidade de Brasília. Brasília, p. 110. 2008.
- [20] Oliveira, V.; Brandão, I.; Costa, E. Protesto de brasileiros após morte de pintor exige expulsão de venezuelanos e fechamento da fronteira em Roraima. *G1 Roraima*, Boa Vista, 8 set. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2018/09/08/brasileiros-fazem-manifestacao-em-boa-vista-apos-morte-de-pintor-e-cobram-expulsao-de-venezuelanos.ghtml>. Acesso em: 24 de abr. 2019.
- [21] Patarra, N. L. Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 23-33, 2005.
- [22] Pereira, A. P. S. A imigração venezuelana em Roraima e o risco da explosão demográfica. *Estadão Política*, 20 de ago. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/a-imigracao-venezuelana-em-roraima-e-o-risco-da-explosao-demografica/>. Acesso em: 29 de abr. 2019.
- [23] Pérez, E. R. Empregabilidade: versões e implicações. Uma leitura desde a Psicologia Social. 2008. 183 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- [24] Rodríguez, R. Saiba tudo sobre o Pacto Global para Migração. *ONU News*, 8 de dez. 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/12/1650601>. Acesso em: 23 jan. 2019.
- [25] Rosa, R. C. Serviço Pastoral dos Migrantes da Arquidiocese de Campo Grande - MS. Desafios, conquistas e perspectivas. *REMHU - Revista Interdisciplinar Mobilidade Humana*, Brasília, v. 27, n. 55, p. 199-206, abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1980-85852019000100199&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 13 nov. 2019.
- [26] Souza, F. B.; Almeida, L. P. Migração de retorno: fator de conflitos pessoais e familiares. *Conflits en territoires hispanophones, lusophones et francophones*, Limoges, n. 6, p. 13-20, 2015.
- [27] Vendramini, C. R. A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético. *Revista Katál*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 239-260, mai/ago. 2018.
- [28] Vieira, A. R. Os desafios da Psicologia no contexto contemporâneo da migração e as políticas públicas no estado do Paraná. *Anais: I Seminário sobre Direitos Fundamentais e Democracia*. Curitiba: mar. 2016.

Capítulo 8

A participação do usuário na política de assistência social

Christiane Cruvinel Queiroz

Resumo: O artigo discute a importância da participação do usuário, enquanto titular de direito, na concretização da Política Nacional de Assistência Social. Adotou-se como procedimento metodológico a revisão bibliográfica e pesquisa documental na temática. Os resultados estão apresentados com a contextualização dos direitos sociais e a construção da Política Nacional de Assistência Social; configuração atual da participação do usuário nos espaços institucionais. Conclui-se que se trata de uma política pública de caráter social, edificada em contextos de lutas diante de governos conservadores e filiados ao aparato teórico neoliberal, o que evidencia a importância da ascensão dos titulares do direito sociassistencial, na condição de efetivos participantes do processo decisório de materialização da política nacional de assistência social.

Palavras-chave: Direitos Sociais; Assistência Social; Usuário.

1. INTRODUÇÃO

A Assistência Social, enquanto direito fundamental de caráter social, tem o seu marco histórico na promulgação da Constituição Federal em 1988. Antes, tal como nos ensina Mestriner (2011, p. 14) a “Assistência, filantropia e benemerência têm sido tratadas no Brasil como irmãs siamesas, substitutas uma da outra.”.

Concebida como um dos três eixos do sistema de proteção social brasileiro, ao lado da Previdência Social e da Saúde, a Assistência Social foi a última destas políticas a ser regulamentada no país, o que ocorreu somente no ano de 1993 com a publicação da Lei Orgânica da Assistência Social - Lei n. 9.472 (BRASIL, 1993), na atualidade alterada pela Lei 12.345/2011 (Brasil, 2011). É concebida como um direito do cidadão e dever do Estado; de caráter não contributivo; destinada a prover mínimos sociais para a garantia do atendimento às necessidades básicas do cidadão e se concretiza por intermédio de ações de iniciativa pública e da sociedade.

Ao mesmo tempo, por tratar-se de um direito social fundamental, sabemos que a sua materialização encontra-se a cargo do Estado, por meio de política pública de caráter social, entendida com suporte na definição formulada por Castro (2012, p. 1014) como sendo “[...] um conjunto de programas e ações do Estado que se concretizam na garantia da oferta de bens e serviços, nas transferências de renda e regulação de elementos do mercado”. E que devem ter como objetivos a “proteção social”²¹ e a “promoção social”²² para a concretização dos direitos sociais e de outras situações não incluídas nos direitos, mas que dizem respeito “às contingências, necessidades e riscos que afetam vários dos componentes das condições de vida da população, inclusive os relacionados à pobreza e à desigualdade.”

Quando adentramos no campo dos direitos sociais uma questão que se coloca é a capacidade dos sujeitos titulares destes direitos exigirem do Estado a satisfação de sua pretensão ou expectativa. E tal questionamento é ainda mais importante no campo da Assistência Social uma vez que, dependendo da forma como é regulamentado o direito socioassistencial, pode dificultar a consciência dos seus titulares de que se trata de um direito do cidadão e permanecer no campo da benesse, do favor, da ajuda emergencial.

Essa dificuldade na tomada de consciência dos direitos sociais, por parte dos seus titulares, torna-se mais evidente numa sociedade desigual de classes, na qual, segundo a observação de Barbalet (1989, p. 106) “[...] é possível que aqueles que mais precisam de serviços sociais se arrisquem a ser os que menos os recebem como direitos propriamente ditos”.

Também Marshall (1967, p. 207) advertia que a condição de desigualdade social constituía a principal barreira para a concepção do acesso às prestações sociais pela via do direito, porque diz o sociólogo “pode parecer a alguns um sinal de *status* e a outros um estigma de inferioridade”.

De forma que o campo das políticas públicas sociais, enquanto verdadeira arena de conflitos de interesses (PEREIRA, 2008, p. 90) ou espaço de disputa pelas formas de concretização dos direitos sociais, precisa ser ocupado pelos titulares desses direitos com vistas à criação de um “espaço de expansão da cidadania às classes subalternizadas” (Sposati, et al., 2014, p. 53). E será sobre a importância da participação do titular do direito à assistência social nestes espaços institucionalizados de disputas e conflitos de interesses, que trataremos a seguir.

2. A POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Os direitos sociais, como espécie dos direitos dos homens, são resultado de um processo histórico “nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não de todos de uma vez e nem de uma vez para todos”, como nos coloca Bobbio (2004, p. 5). Tem como uma de suas expressões²³ o resultado das lutas sociais em prol de uma vida mais digna e contra a opressão que se opunha à classe trabalhadora.

21 O pesquisador define como proteção social aquela manifestada por meio da seguridade social aos indivíduos em situação de dependência ou vulnerabilidade decorrentes: da incapacidade de autossuficiência em decorrência de fatores externos alheios a sua vontade; do ciclo de vida do indivíduo (crianças, idosos); e situações de risco como nos casos de acidentes.

22 O pesquisador define como promoção social aquela manifestada na expansão da oferta de bens e serviços sociais, como a escolarização e o acesso à saúde, para a “geração de igualdades, oportunidades e resultados para indivíduos e/ou grupos sociais” (Castro, 2012, p. 1015).

23 Boschetti, na obra Assistência Social e Trabalho no Capitalismo (2016, p. 45), coloca que se de um lado os direitos sociais foram capazes de “perturbar a lei geral da acumulação capitalista” – no sentido usado no texto como expressão das lutas de classes – por outro também serviu de instrumento da reprodução ampliada do capital.

Em síntese, “são direitos conquistados como limitações de correlativos poderes e pela defesa dos “mais fracos”, dos oprimidos, contra a lei do mais forte, que regia em sua ausência.” (Cademartori e Grubba, 2012, p. 712).

É certo que os direitos sociais sempre se pautaram como conquistas precárias, nunca universalizadas e, portanto, sujeitos a avanços e retrocessos. A normatividade de um direito social não quer dizer, em muitos casos, a sua pronta efetividade. Assim como nem todo direito tem seu conteúdo integralmente materializado por meio de uma política pública. Nesse sentido, Ferrajoli (2009, p. 51) nos coloca que há distinção entre a possibilidade de “realização técnica” e “realização política” dos direitos sociais. A realização técnica dos direitos sociais diz respeito com a prática de atos discricionários dos poderes públicos “[...] mediante prestações gratuitas, obrigatórias e inclusive automáticas: como o ensino público gratuito e obrigatório, a assistência médica também gratuita ou a renda mínima garantida.”²⁴.

Já a possibilidade de realização política, de que trata Ferrajoli (2009, p. 52), guarda relação com o fato de que os direitos sociais exigem a distribuição da riqueza socialmente produzida para que se materializem, o que pode se revelar “[...] incompatível com a lógica do mercado ou ao menos comporta limites a este.”²⁵.

O que se coloca em questão, principalmente no contexto atual de recrudescimento do ideário neoliberal, com o predomínio dos interesses do mercado financeirista que coloca os direitos sociais como custos sociais, é a possibilidade de luta pela manutenção dos direitos sociais duramente conquistados, na medida em que vivemos hoje com executores das políticas públicas sociais que são, na verdade, os seus próprios opositores.

Porque os direitos sociais impõem limites ou vínculos ao exercício do poder estatal e são capazes de promover o adensamento substancial da democracia é que se apresentam como direitos que não devem ser simplesmente concedidos, mas conquistados pelos indivíduos. Pisarello (2007, p. 122-123), quando nos apresenta uma alternativa para a reestruturação do sistema de garantias dos direitos sociais, evoca a importância dos seus destinatários em empreender uma nova luta social para a plena efetividade dos direitos sociais:

Assim, ainda que o papel das garantias políticas e institucionais seja essencial para dotar de eficácia os direitos civis, políticos e sociais, todo programa constitucional de garantias institucionais, por mais exaustivo que fosse, resultaria incompleto, irreal e, em última instância, fútil sem a existência de múltiplos espaços de pressão popular em condições de assegurá-los socialmente através dos poderes estatais, mas também além do Estado e, diante do caso, contra.

A reconstrução do sistema de garantias dos direitos sociais, a partir da ótica dos seus destinatários, é para Pisarello (2007) a medida necessária para superar o paradoxo inerente aos direitos sociais, consistente de um lado no caráter intrínseco dos direitos sociais de imposição de limites ou vínculos ao poder estatal – dada a dimensão substancial destes direitos – e de outro ter a sua tutela a cargo das próprias instituições públicas.

Pisarello (2007) nos aponta a necessidade de ampliação dos atores que atuam na tutela dos direitos sociais, por meio de uma participação mais efetiva dos destinatários dos direitos sociais que passa pela possibilidade, inclusive, de fiscalização e controle. Para tanto, demanda a criação de espaços para que os sujeitos destinatários dos direitos possam, de fato e por conta própria, atuar na defesa e na conquista de novos direitos. Como dito por Pisarello (2007, p. 112) “Não há direitos sem deveres, mas tampouco há sujeitos obrigados sem sujeitos capazes de obrigar”²⁶.

De modo que se torna necessário avançar na compreensão de que os direitos sociais não se limitam a direitos a prestações por parte do Estado (porque vinculados à noção de equidade e justiça social), mas também revelam-se como autênticos direitos de igual participação na sociedade e, em especial, na forma de concretização de uma determinada política pública, enquanto expressão da materialização dos direitos sociais.

3. A PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NA POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

24 Tradução livre da citação do autor: “[...] mediante prestaciones gratuitas, obligatorias e incluso automáticas: como la enseñanza pública gratuita y obligatoria, la asistencia sanitaria, asimismo gratuita o la renta mínima garantizada.”

25 Tradução própria da citação original: “[...] incompatible con la lógica del mercado o al menos comporta límites a éste.”

26 Tradução da citação do autor: “No hay derechos sin deberes, pero tampoco hay sujetos obligados sin sujetos capaces de obligar.”

A política pública da Assistência Social, tal como previsto na Política Nacional de Assistência Social – PNAS (Resolução CNAS n. 145/2004) está desenhada para a atuação em três eixos protetivos: proteção às fragilidades e vulnerabilidades próprias ao ciclo da vida, da convivência familiar e da dignidade humana e combate às suas violações, tal como elencados por Sposati (2009).

A PNAS/2004 traz a forma de operacionalização nas modalidades de atenção ao cidadão: a proteção social básica e a proteção social especial de alta e média complexidade; com objetivos, população-alvo e locais de ofertas distintos, preferencialmente em equipamentos públicos próprios e, secundariamente, pela rede privada sem fins lucrativos. Buscou-se, com tal configuração, nos termos observados por Sposati (2009, p. 42), romper com a “noção dos cidadãos como massa abstrata e os reconstrói a partir da realidade de suas vidas. Opera a partir de potencialidades, talentos, desejos, capacidades de cada um, dos grupos e segmentos sociais”.

Para a gestão da política foi concebido um inédito sistema nacional, de caráter público e descentralizado, com primazia do Estado e comando unitário de gestão da política em cada esfera governamental, além da previsão da participação da sociedade civil no planejamento e controle dessa política. Trata-se do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), previsto na Resolução n. 130/2005 do Conselho Nacional da Assistência Social, que aprovou a Norma Operacional Básica – NOB/SUAS-2005 (Brasil. CNAS, 2005).

A participação dos titulares do direito socioassistencial, assim como da sociedade civil, no planejamento e controle da execução da política está prevista nas instâncias de deliberação do SUAS, denominados de Conselhos de Assistência Social, vinculados ao órgão executor da política em cada esfera dos entes da federação, tal como previsto nos artigos 16 e seguintes da LOAS (Brasil, 2003).

Nos termos do artigo 17, § 4º. da LOAS (Brasil, 1993), os Conselhos da Assistência Social, nas três esferas de governo, figuram como espaços próprios de deliberação e controle social, com representatividade inclusive dos usuários. Os conselhos têm competência para acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, assim como os critérios de partilha dos recursos aplicados nas ações, programas, projetos e benefícios, além de zelar pela conformidade das diretrizes firmadas nas conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais.

Certamente os Conselhos podem e devem representar um espaço de garantia e quiçá expansão dos direitos sociais, com voz e voto acerca das deliberações da PNAS e com poder de interferir nas decisões políticas e nas disputas pela destinação dos recursos do fundo público. Na visão de Barbosa, Jaccoud e Beghin (2005, p. 78):

Com a ampliação e institucionalização dos espaços de participação social, buscava-se promover transparência na deliberação e na gestão, a visibilidade nas ações, e a democratização do sistema decisório. Busca-se ainda, permitir maior expressão e visibilidade das demandas sociais, provocando avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas.

No caso dos Conselhos Municipais de Assistência Social, os mesmos devem ser compostos por representantes do poder público, indicados pelo prefeito (em número de nove) e representantes da sociedade civil eleitos pelas entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social que representam as entidades sociais prestadoras de serviços, as entidades de defesa dos usuários e as entidades dos trabalhadores da área social (em número de nove), para um período de gestão de dois anos.

Cabe frisar que a participação do usuário, enquanto titular do direito a ser concretizado, não pode ser confundida com a representação das entidades assistenciais. Um dos desafios que se coloca à progressiva e efetiva participação do cidadão nos espaços oportunizados para a expressão das demandas sociais, para o debate democrático e deliberativo, é a persistência da sub-representação dos usuários nos conselhos municipais.

Uma das metas do Pacto de Aprimoramento do SUAS-2014/2017, fixadas na Resolução n. 18/2013 do Conselho Nacional de Assistência Social (Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social, 2013), firmado entre a União e os Municípios como estratégia para avançar na concretização da política de assistência social, consiste na previsão de representação da sociedade civil nos Conselhos Municipais de Assistência Social, com representantes dos usuários e trabalhadores do SUAS no processo decisório e de controle social da política socioassistencial.

O levantamento empírico nos dezoito municípios²⁷ que integram o Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná revelou que 30% dos municípios pesquisados, ao término do prazo de vigência do Pacto de Aprimoramento 2014/2017, não tinham cumprido a meta que assegura a presença do usuário na instância deliberativa e de controle social do SUAS. O Quadro 1 sintetiza tal descumprimento, além da configuração bem distinta adotada pelos entes municipais em relação ao número de usuários x número de trabalhadores nos respectivos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Quadro 1 – Pacto de Aprimoramento do SUAS. Meta 20. Municípios Pesquisados.

Municípios		Meta 20 – Composição da sociedade civil no Conselho Municipal de Assistência Social
O	Carambeí	3 – usuários 1 – trabalhador
T	Imbaú	4 – usuários 1 – trabalhador
E	Ipiranga	1 – usuário 1 – trabalhador
P	Ivaí	3 – usuários 1 – trabalhador
Q	Porto Amazonas	1 – usuário 1 – trabalhador
E	São João do Triunfo	0 – usuário 1 – trabalhador
O	Sengés	2 – usuários 0 – trabalhador
	Tibagi	4 – usuários 0 – trabalhador
I	Ventania	0 – usuário 0 – trabalhador
E	Arapoti	2 – usuários 0 – trabalhador
U	Jaguariaíva	2 – usuários 2 – trabalhador
N	Ortigueira	4 – usuários 0 – trabalhador
O	Palmeira	2 – usuários 2 – trabalhador
II	Piraí do Sul	2 – usuários 2 – trabalhador
	Reserva	3 – usuários 2 – trabalhador
Médio	Castro	3 – usuários 1 – trabalhador
	Telêmaco Borba	4 – usuários 2 – trabalhador
Grand e	Ponta Grossa	2 – usuários 2 – trabalhador

Fonte: Relatório de Programas e Ações do MDS. SAGI. 2016. Elaboração própria.

Com efeito, trata-se de uma meta que assegura a representação dos usuários no espaço de deliberação e controle social dos Conselhos Municipais de Assistência Social e, em decorrência, o reconhecimento do usuário como sujeito titular de direitos com possibilidade de expressar suas demandas a partir de sua

27 Arapoti, Carambeí, Castro, Imbaú, Ipiranga, Ivaí, Jaguariaíva, Ortigueira, Palmeira, Piraí do Sul, Ponta Grossa, Porto Amazonas, Reserva, São João do Triunfo, Sengés, Telêmaco Borba, Tibagi e Ventania

realidade cotidiana, bem como participar efetivamente no processo de controle social da política. Tal como afirmado por Couto et al. (2012, p. 272) “[...] dadas as condições históricas brasileiras de não participação, esse é um processo lento e gradual, permeado por conflitos, avanços e recuos, mas essencial ao avanço da democracia efetiva.”

Também é importante destacar que outros espaços democráticos e de tomada de decisões coletivas devem contar com a efetiva participação dos sujeitos titulares dos direitos socioassistenciais, como os fóruns, as conferências, as ouvidorias, enfim, espaços públicos que possibilitem a participação do usuário como sujeito titular de direitos.

Nesse sentido, mostrou-se relevante a criação do Fórum Nacional dos Usuários do Sistema Único da Assistência Social, em 2015, que elegeu como prioridade a instalação dos fóruns municipais e estaduais, como espaço de construção e fortalecimento da participação dos usuários e seus representantes no debate e controle social da política de Assistência Social.

Trata-se da possibilidade concreta do cidadão, enquanto sujeito de direito e com capacidade de decidir sobre este direito, interferir na concretização, na fiscalização da política pública e até apresentar novas demandas para que se insiram na agenda do Estado, tal como asseverado por Pisarello (2007) quando propõe a criação de novos espaços de garantia dos direitos sociais ocupados pelos próprios titulares destes direitos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Assistência Social foi concebida pela Constituição Federal de 1988 como uma política afiançadora de direitos sociais, sob os princípios da não-contributividade; da supremacia do atendimento das necessidades sociais sobre as exigências da rentabilidade econômica; da universalização e igualdade de direitos no acesso à política; do respeito à dignidade do cidadão demandatário e do controle social.

A possibilidade de assegurar a garantia do direito à Assistência Social, materializada por meio da oferta dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais tem se mostrado um árduo e contínuo desafio tanto para os operadores da área quanto para os cidadãos titulares deste direito, especialmente em tempos de governos conservadores e filiados ao aparato teórico neoliberal com seus esforços para desconfigurar os direitos sociais em sua dimensão universal. O direito fundamental à Assistência Social tem sido um destes alvos.

De modo que, na atualidade, de maneira ainda mais premente, a possibilidade de “realização política” dos direitos sociais, de que nos fala Pisarello (2007), revela-se na ascensão dos titulares dos direitos sociais, na condição de efetivos participantes do processo decisório de materialização dos direitos sociais.

Não obstante todos os avanços na construção da política de assistência social é fato que a representatividade e participação dos usuários da política – estes cada vez mais heterogêneos em tempos de desmonte dos direitos sociais – ainda não é uma realidade nas instâncias deliberativas, nos fóruns, nas ouvidorias e em outros espaços da política da Assistência Social. É preciso avançar nas possibilidades concretas do cidadão, enquanto sujeito de direito e com capacidade de decidir sobre este direito, interferir na concretização, na fiscalização da política pública e até na propositura de novas demandas

Somente a tomada de consciência por parte dos titulares dos direitos sociais e sua participação efetiva no processo decisório é que será possível contrapor-se ao processo cada vez mais recrudescedor de mercantilização dos direitos sociais, os quais têm sido tratados pelo capital como valor de troca e não valor de uso (Harvey, 2016), com a consequente restrição de acesso aos direitos sociais, em especial à parcela da população que não está inserida no campo de trabalho.

REFERÊNCIAS

- [1] Barbalet, J. M. A cidadania. Lisboa: Estampa, 1989. (Temas Ciências Sociais).
- [2] Barbosa da Silva, F.; Jaccoud, L.; Beghin, N. Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. In: Jaccoud, L. (Org.). Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo. Brasília: IPEA, 2005.
- [3] Bobbio, N. A era dos direitos. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 8a. impr. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- [4] Boschetti, I. Assistência social e trabalho no capitalismo. São Paulo: Cortez, 2016.

- [5] Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 130, de 15/07/2005. Aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- [6] Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 145, de 15/10/2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- [7] Brasil. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 18, de 15/07/2013. Dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite – CIT. 2013c. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2013-018-15-07-2013.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- [8] Brasil. Lei n. 8.742, de 07/12/1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 1 mar. 2018.
- [9] Cademartori, L. H. U. Grubba, L. S. O embasamento dos direitos humanos e sua relação com os direitos fundamentais a partir do diálogo garantista com a teoria da reinvenção dos direitos humanos. *Revista Direito GV*, v. 8, n. 2, p. 703/724, jul./dez. 2012.
- [10] Castro, J. A. de. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Revista Economia & Sociedade*, v. 21, n. esp., p. 1011-1042, dez. 2012.
- [11] Couto, B. R. et al. A implantação e implementação do Suas no Paraná e no Rio Grande do Sul: um movimento em processo. In: Couto, B. R. et al. (Org.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2012.
- [12] Ferrajoli, L. *Los fundamentos de los derechos fundamentales*. Madrid: Ed. Trotta, 2009.
- [13] Marshall, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- [14] Mestriner, M. L. *O Estado entre a filantropia e assistência social*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- [15] Pereira, P. A. P. A. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Boschetti, I.; Santos, S. M. de M. dos; Mioto, R. C. T. (Org.). *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008.
- [16] Pisarello, G. *Los derechos sociales y sus garantías: elementos para una reconstrucción*. Madrid: Editorial Trotta, 2007.
- [17] Sposati, A. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. In: *CONCEPÇÃO e gestão da proteção social não contributiva no Brasil*. Brasília: MDS/Unesco, 2009. p. 13-56.
- [18] Sposati, A. O.; Bonetti, D. A.; Yazbek, M.C.; Carvalho, M. do C. B. *Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

Capítulo 9

Serviço Social, território e desastres naturais: Caso de Itaperuçu-PR

Ana Carolina Pedroso de Almeida

Doriana Tetu Lamberg

Marcia dos Santos Rodrigues

Romulo Augusto Friedrich Sant'Ana

Simone Pereira Domingos

Resumo: O artigo pretende abordar o tornado que atingiu a cidade de Itaperuçu-PR, visando contribuir para uma aproximação do Serviço Social junto a esta temática de desastres naturais. Para tanto, apresenta-se o estudo de caso no evento descrito, buscando demonstrar a importância do profissional de Serviço Social nessas situações. Constatou-se, assim, que a presença do/a Assistente Social o torna um agente fundamental na garantia de direitos das famílias que sofreram perdas materiais, físicas e emocionais quando vítimas de desastres envolvendo o meio ambiente.

Palavras-chave: Serviço Social; Desastres; Direitos; Território

1. INTRODUÇÃO

Os desastres naturais são fenômenos geralmente inesperados, quando ocorridos, podem deixar vítimas fatais e muitos prejuízos materiais. O Serviço Social tem um papel primordial no trabalho nos territórios que são acometidos por tal fatalidade, pois os/as Assistentes Sociais possuem a responsabilidade de orientar a comunidade sobre como acessar as políticas públicas disponíveis para atendê-los. Perpassa por estes profissionais a captação de recursos para atender as necessidades básicas como: alimentação, água, abrigo provisório, material de limpeza, reconstrução das casas atingidas, liberação do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), aluguel social e auxílio funeral.

As consequências sociais de um desastre natural afetam todos os envolvidos: as pessoas, o território e os entes públicos. O território por ser o lugar onde as relações se realizam, é nele que as pessoas formam a comunidade, como salienta Santos (2006, p. 97), “o território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Por isso, as perdas sentimentais sobrepõem as materiais, é quando o desastre leva parte da história de vida das pessoas. Cabe ao poder público disponibilizar recursos humanos para atender a demanda do desastre natural.

Todavia, não se pretende com este trabalho realizar uma explanação de todas as questões que envolvem o Serviço Social em desastres naturais. Porém, os/as Assistentes Sociais que estão intervindo neste momento no Município de Itaperuçu/PR, pretendem relatar suas experiências para que outros/as técnicos/as tenham a oportunidade de se aproximar de uma temática que em nosso entendimento é pouco vislumbrada pelos profissionais do Serviço Social.

Para atender este propósito, utilizamos a metodologia qualitativa. Na busca dos dados necessários, as técnicas empregadas de investigação foram: pesquisa bibliográfica; pesquisa documental e entrevista exploratória. Sendo assim, os/as quatro Assistentes Sociais de Itaperuçu juntamente com a participação da Assistente Social que atua no município vizinho, consideraram realizar um estudo de caso em Itaperuçu devido o tornado ocorrido em 30 de novembro de 2018. A equipe técnica iniciou suas atividades em janeiro de 2019 para atender as famílias.

Os gestores de Itaperuçu, assim que receberam parte dos recursos do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS, deliberaram em conjunto com o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, a contratação da equipe técnica composta por: quatro Assistentes Sociais, dois administrativos e dois psicólogos.

Portanto, o trabalho do/a Assistente Social em desastres é, antes de tudo, necessário, mas ainda uma área que carece de maior expressividade da categoria.

2. CONCEITO DE TERRITÓRIO

Ao observar a literatura existente acerca de um determinado assunto que nos instigue a escrita, se faz necessário antes de tudo extrair conceitos, para tanto, tratar-se-á sobre o conceito de território:

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro. (Santos, 1994, p.15)

O Território é muito mais que o espaço geográfico, território são espaços de vida, de relações, de construção; segundo documento do Ministério do Desenvolvimento Social e combate à Fome (BRASIL, 2008), território são espaços de disputas, contradições e conflitos, de expectativas e de sonhos, que revelam os significados atribuídos pelos diferentes sujeitos.

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida sobre os quais ele influi. (Santos, 2006, p. 97).

O que distingue o território dos demais conceitos da geografia é o exercício do poder sobre determinada área. Território só é concebido a partir da relação de poder de um ator com o espaço.

O conceito de território ao longo dos anos sofreu modificações e ampliou-se. Neste artigo, trataremos no aspecto que tange as relações de poder, de identidade, de pertencimento e apropriação no espaço. Desta forma, se faz necessário contextualizar quando ocorreu o tornado na cidade de Itaperuçu-PR e também o processo de realocação dos/as moradores/as que tiveram perda total das residências, considerando que a temática ora proposta, incide também sobre os impactos no território.

3. (DES) CAMINHO DO TORNADO

No início da noite do dia 30 de novembro de 2018, tempestades foram observadas em várias cidades da Região Metropolitana de Curitiba. Uma delas se desenvolveu de forma disruptiva nas proximidades da área urbana do município de Itaperuçu e causou severo impacto em vários bairros daquela cidade, provocando destelhamento parcial ou total de residências e outras edificações, colapso de muros, quedas de postes, arremesso de veículos a certa distância, interrupção no fornecimento de energia elétrica, entre outras ocorrências. Houve o registro de óbito de dois adolescentes (de 14 e 17 anos) devido à queda de um muro ao qual essas pessoas buscaram abrigo em função deste fenômeno. (Simepar, 2018).

Segundo informações do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar), a partir de análises meteorológicas realizadas, informações obtidas pelo radar meteorológico de Teixeira Soares e com informações auxiliares veiculadas pela imprensa desde a ocorrência do evento, a conclusão é que o fenômeno que ocorreu em Itaperuçu é caracterizado como um TORNADO, que segundo a escala Fujita tradicional, a categoria é F1 (tornado com velocidades do vento estimadas entre 117 e 180 km/h).

Ainda de acordo com a Defesa Civil do Paraná, quatrocentos e quatorze residências foram afetadas, doze totalmente destruídas, além de danos em prédios públicos e dois óbitos. Já nos atendimentos realizados pela equipe técnica e prefeitura municipal, este número é muito maior.

Os principais bairros atingidos pelo Tornado foram: Butieirinho, Santa Maria, Centro e Jardim Itáu.

As residências totalmente destruídas se concentram na região do Centro e Santa Maria, onde as famílias foram para casa de outros familiares ou para outras residências através do benefício do aluguel social.

Para compreender o impacto deste desastre sobre a comunidade e/ou território, há que se esclarecer como ocorreu o processo de reconstrução da cidade. As condições de vulnerabilidade que se apresentam após um evento desta magnitude, resultam em precariedade (área de trabalho, saúde, renda e habitação), alterando o território.

4. SERVIÇO SOCIAL E SUA ATUAÇÃO EM DESASTRES

Desastres naturais vem ocorrendo cada vez com mais regularidade em nosso país, requerendo equipes de diferentes profissionais para atendimento imediato dos indivíduos afetados. Neste contexto insere-se o profissional de Serviço Social, que possui em suas atribuições e formação as habilidades necessárias para atender de forma ampla e efetiva, pautado pelo Projeto Ético Político da profissão.

No Código de Ética, em seu artigo 3º, consta que é dever do/a Assistente Social “participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.”

Dutra e Gonçalves (2016), apontam que os/as Assistentes Sociais no processo de atuação em situações de desastres, juntamente com outras políticas públicas, como Saúde e Segurança, vem desenvolvendo um trabalho secundário, onde “verifica-se que o papel atribuído, via de regra, é o de auxiliar nas ações emergenciais.” As autoras alertam que cerca de 76% dos Órgãos de Defesa Civil brasileiros, não tem Assistentes Sociais.

O que geralmente ocorre nas situações emergenciais é a contratação ou remanejamento de profissionais vindos de outras secretarias e órgãos. Dutra e Gonçalves ainda destacam que “estas formas de vinculação são determinantes das possibilidades interventivas dos profissionais, relativizando seu poder, autonomia e sua contribuição ao processo de gestão como um todo”, ou seja, implicando na qualidade da atuação que se faz assim, de forma inconstante, fragmentada e pontual.

Neste cenário que demanda respostas complexas e imediatas, Erra (2011) corrobora que o/a Assistente Social é coagido a “readaptar a sua metodologia e técnicas de intervenção face aos novos desafios teóricos, metodológicos e técnicos gerados pelas mudanças sociais frágeis das mediações e dos elos sociais”. Para tanto, revela-se a necessidade de ampliar as discussões da inserção e intervenção dos profissionais de Serviço Social nas situações de desastres, bem como a produção científica.

Avila, Mattedi e Silva (2017) evidenciam que a atuação e pesquisa do/a Assistente Social no âmbito socioambiental ainda é muito recente, “embora a centralidade da profissão na gestão da crise (pós-impacto dos desastres) já ocorra há mais tempo”, onde a intervenção é completamente voltada ao atendimento emergente da população afetada pelo evento.

No entanto, é imprescindível ponderar sobre o papel deste profissional guiado por princípios como a defesa da justiça social, enquanto compromete-se e viabiliza que estes indivíduos tenham seus direitos garantidos, acessando serviços básicos e políticas públicas de apoio, durante e após o desastre e seus desdobramentos, objetivando superar as desigualdades sociais abarcadas pelas situações de pobreza, fome, desemprego e outras. (CFESS, 2010).

Outro ponto que merece relevância na dinâmica destes atendimentos é referido por Carvalho (2009), elucidando que “desastres e catástrofes são ocorrências que atingem uma população de maioria saudável que passa a vivenciar na realidade uma situação repentina desorganizadora ou disruptiva que desestrutura sua vida, de forma violenta e traumatizante”. Por conseguinte, o autor ainda ressalta que estes indivíduos passam a vivenciar sentimentos de “insegurança, descrença e desamparo”, sendo vital aí a atuação dos assistentes sociais, sobretudo de uma equipe multidisciplinar, que possa desenvolver estratégias necessárias e efetivas de acolhimento e continuidade de ações, de forma a estabilizar suas vidas tanto materiais quanto emocionais. Erra (2011) denota que a intenção é que estes sujeitos saiam da situação de vulnerabilidade e risco, e retomem à vida que possuíam antes do acontecimento do desastre.

5. A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL NO ATENDIMENTO ÀS FAMÍLIAS AFETADAS PELO TORNADO NO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU

Em janeiro de 2019 foi realizada a primeira reunião da equipe técnica com a coordenação do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, Secretária Municipal de Assistência Social, Prefeito Municipal e técnicos de outras áreas, a fim de apresentar as demandas provenientes do tornado e a proposta de execução de atendimento. Esclarecemos ainda que o CREAS é o órgão responsável em atender a demanda de Serviço de Proteção em Situação de Calamidade Pública e de Emergência, tipificados nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Cabe destacar que os atendimentos socioemergenciais às famílias atingidas foram realizados, ainda no mês de novembro/dezembro – 2018, através de um multirão de pessoas composta de voluntários, funcionários de diversas secretarias, órgãos municipais e estaduais (defesa civil, Bombeiros, Polícia Militar e tantos outros), pessoas ligadas as igrejas.

Os primeiros atendimentos feitos pela equipe então contratada temporariamente, foram realizados ainda no mês de janeiro/19. O contato com a comunidade se deu por meio da entrega dos materiais de construção e móveis. Subsequente, iniciou-se a entrega de cestas básicas quando identificado a necessidade, e também os encaminhamos ao Serviço de Psicologia.

Nas entregas de materiais de construção e móveis é preenchido um registro onde consta a descrição da doação, neste documento é solicitado a assinatura do/a técnico/a Assistente Social que acompanha a entrega e também do usuário responsável pelo recebimento. Posteriormente é realizado um registro fotográfico o qual é anexado ao cadastro. Finalizando as entregas das famílias é elaborado um relatório final com as informações acima.

No dia 17 de janeiro de 2019, uma equipe composta por 4 Assistentes Sociais, 2 Psicólogos e 2 Auxiliares Administrativos iniciaram suas intervenções e suporte aos equipamentos socioassistenciais da cidade, contratados a partir da disponibilização do recurso supracitado. Salientamos que a contratação é de caráter temporário. Abaixo exemplificamos as atividades competentes a cada profissional:

Tabela 01: Atribuição de cada profissional

Assistentes Sociais	Acolhimento aos atingidos pelo tornado; Acompanhamento e fiscalização nas entregas dos materiais de construção e móveis, visando a normalização da vida das/dos atingidas/atingidos; Atuação na liberação do FGTS; Elaboração de Relatórios Sociais; Encaminhamentos das vítimas aos psicólogos, para acompanhamento; Encaminhamento para a Rede Socioassistencial do município; Fornecimento de cestas básicas;
Auxiliares Administrativos	Elaboração de Planilhas; Acompanhamento dos Formulários de Atendimento; Esclarecimento de Dúvidas das/dos usuários (as) Atuação na Liberação do FGTS; Suporte aos Assistentes Sociais;
Psicólogos	Suporte psicológico às vítimas do tornado.

Além destas competências anteriormente citadas, os técnicos atuam em conjunto com a rede de serviços públicos do Município: engenharia, licitação, e setor de compras; desenvolvendo um trabalho articulado, buscando com isso reduzir as mazelas causadas pelo tornado. Verificamos que os/as usuários/as aderiram parcialmente ao suporte psicológico ofertado, demandando estratégias de acolhimento e escuta ativa por parte dos/das Assistentes Sociais afim de sensibilizá-los sobre a importância de efetuar o acompanhamento com estes profissionais. Em relação ao recebimento de materiais de construção, eletrodomésticos e móveis, a adesão foi total.

6. BENEFÍCIOS E SERVIÇOS OFERTADOS ÀS FAMÍLIAS ATINGIDAS PELO TORNADO EM ITAPERUÇU, VIA ESTADO, MUNICÍPIO, DOAÇÕES DE INSTITUIÇÕES E TERCEIROS.

Com o advento do tornado em Itaperuçu uma força tarefa foi composta para poder auxiliar as famílias afetadas. Sendo assim, foi preciso realizar um levantamento por meio da lei para ver quais benefícios e serviços essas famílias teriam direito. Após reunião com o Conselho Estadual de Assistência Social - CEAS, com os dados quantitativos, foi liberado recurso de dois milhões de reais pelo Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS para compra de materiais de construção, móveis e eletrodomésticos de primeira necessidade, valor esse dividido em quatro vezes e liberado mediante comprovação de notas fiscais, ficha de entrega de materiais com a assinatura do usuário e relatórios de prestação de contas.

Nesse sentido a política Nacional de Assistência Social PNAS/2004 por meio da Lei orgânica da Assistência Social nos traz:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (Brasil, 2005, p. 31)

Tendo em vista a quantidade de residências que foram destruídas pela força do tornado e tiveram danificações pertinentes, algumas até com risco eminente de queda, muitas famílias foram para casa de familiares próximos, e consequentemente fizeram uso do benefício do aluguel social. O Decreto 6.307/07 prevê:

Art. 7º A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos: Parágrafo único. Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer: I - da falta de: c) domicílio; (...)

Com a saída temporária de suas casas, as famílias deixaram seus territórios, sendo realocadas em outros bairros no aguardo da reconstrução de suas residências.

No que diz respeito à alimentação, as famílias receberam doações de terceiros na figura de empresários, voluntários e pessoas em geral que se comoveram com a situação de calamidade que se instalou no município. Foram montados pontos de abastecimento de água para os primeiros dias, a fim de prover as necessidades básicas até a retomada dos serviços. Nesse momento também foram distribuídos lanches à população.

Nesse contexto uma Organização internacional encaminhou duzentas cestas básicas para suprir os itens de primeira necessidade.

Em consequência do tornado houveram dois óbitos, por esta razão foi concedido o benefício eventual para situação de morte:

O Decreto nº 6.307/2007 e a Resolução CNAS nº 212/2006, em seus artigos 4º, 8º e 9º, respectivamente, indicam quais ofertas contemplam o Benefício Eventual por situação de morte: As despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes; As necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros; e o ressarcimento, no caso de perdas e danos causados pela ausência do benefício eventual no momento em que ele se fez necessário. (Brasil, 2018, p. 24-25)

Outro benefício disponível é a antecipação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS que pode ser utilizado em algumas situações pelo trabalhador, uma delas é quando o mesmo passa por estado de calamidade pública. A decretação de calamidade pública deve ser reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional e a prefeitura deve entregar a Declaração de Áreas Afetadas à CEF. O trabalhador deve se habilitar na CEF e sendo comprovado que o usuário resida no território do ocorrido, esse valor o auxiliará para despesas, reforma e ou reconstrução da residência. O valor máximo de saque é de R\$ 6.220,00 reais e o trabalhador não poderá realizar outra retirada no período inferior a 12 meses.

A CEF por sua vez envia um técnico para a região do ocorrido e este faz o cadastro dos trabalhadores que deverão estar munidos dos seguintes documentos: Carteira de trabalho, CPF, RG, Cartão da caixa/cidadão ou, na ausência deste, ir até a agência no dia programado. Bem como, comprovante de endereço do mês anterior, atual, ou subsequente ao desastre. Para receber tal valor o trabalhador não poderá ter sido demitido por justa causa.

Em Itaperuçu foram atendidos um total de 1.035 pessoas e o trabalho do/a Assistente Social nesse contexto foi providenciar as declarações de residência.

No que se refere a rede de serviços, nossa maior demanda foram os encaminhamentos para a Psicologia, por meio de um formulário contendo informações básicas do usuário e o motivo pelo qual o fizemos.

Com a passagem do tornado em Itaperuçu/PR, o município teve diversos prejuízos nas estruturas do serviço público municipal e nas moradias de seus habitantes. No que tange a essas perdas e ao processo de (re)construção, evidenciou-se que o evento superou a capacidade de gestão do desastre pelo poder público municipal e que essas perdas também não poderiam ser custeadas pela administração local, sendo então necessário, a disponibilização de um recurso por parte do Governo do Estado do Paraná para minimizar os danos causados pelo tornado.

No que tange aos prejuízos relacionados as estruturas públicas de saúde, sabemos que o Hospital e Maternidade de Itaperuçu teve seu destelhamento total, o que ocasionou a paralisação dos atendimentos por 04 dias. Além disto, duas Unidades de saúde: Central que teve destelhamento parcial, bem como a Unidade de Saúde do Jardim Itaú. A Unidade de Saúde da Mulher, localizada no bairro Santa Maria, sofreu com destelhamento parcial e infiltrações. A Secretaria de Saúde sofreu com destelhamento parcial. Esses locais de atendimento de saúde pública ficaram sem prestar atendimento somente na segunda-feira 03/12/2018.

A passagem do tornado também gerou danos nas estruturas públicas de ensino, no Colégio Estadual José Pioli e na Escola Municipal João Apolinário Stresser, ambas com destelhamento parcial na estrutura. O tornado também danificou instalações públicas de uso comunitário, aqui neste ponto podemos citar os danos ocasionados no Ginásio Poliesportivo José Renato de Lara que ficou com sua capacidade de atendimento comprometida.

Com a passagem deste tornado, as famílias de Itaperuçu, além das perdas nos dispositivos públicos, também sofreram com perdas em suas unidades habitacionais, inicialmente foram 426 casas danificadas;

com destelhamento e comprometimento em suas estruturas. Organizamos esses estragos conforme os bairros²⁸:

- Santa Maria 116 residências (6 destruídas, 110 danificadas);
- Jardim Itau 152 residências (3 destruídas, 149 danificadas);
- Centro 112 residências (2 destruídas, 110 danificadas);
- Butieirinho 46 residências (45 danificadas, 01 destruída).

Além disto, uma residência sofreu com a queda parcial de um muro o que gerou a morte de dois adolescentes.

Estes fatores levaram o município a decretar estado de calamidade pública sob o nº. 269/2018 no dia 04 de Dezembro de 2018, posteriormente, em 13 de Dezembro de 2018 o Conselho Estadual de Assistência Social determinou o repasse de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para que Itaperuçu iniciasse atividades de recuperação das residências atingidas e disponibilizasse móveis de utilidade básica para a população, visto que os prejuízos foram para além das estruturas residenciais, pois, na maioria dos casos, evidenciou-se que após o destelhamento das casas houve uma grande chuva. Neste sentido, os esforços de reconstrução, inicialmente aconteceram no fornecimento de materiais de construção: viga, ripa, cimento, cal, areia e brita; e móveis de utilidade básica: fogão, geladeira, pia, balcão para pia, armário de cozinha, mesa, cama e guarda-roupas, buscando com isso, devolver um pouco de dignidade aos atingidos. Vale ressaltar que para o recebimento dos materiais, a Prefeitura de Itaperuçu realizou um levantamento dos municípes atingidos e por tratar-se de uma situação de calamidade pública, não aplicou o critério de renda para a obtenção dos materiais, compreendendo que a Assistência Social é de quem dela necessitar, conforme o disposto na Consituição Federal de 1988 em seu art 203.

7. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Percebemos a partir do desenvolvimento deste trabalho que, o profissional do Serviço Social torna-se um agente fundamental na garantia de direitos das famílias que sofrem perdas materiais, físicas e emocionais quando vítimas de desastres envolvendo o meio ambiente. Porém, neste âmbito persiste a emergência de superar as ações imediatas e pontuais, bem como as barreiras institucionais.

A intervenção do/a Assistente Social no contexto dos desastres exige avanço, aprofundamento acadêmico e científico, capacitações (o que contribuiria para técnicos mais preparados nesses eventos); elaboração de políticas públicas mais efetivas no atendimento destes indivíduos, visando seu atendimento efetivo e continuado.

Neste âmbito, os desastres naturais, na medida em que acontecem com mais frequência, surge a exigência de que não somente os profissionais, mas o Poder Público também esteja preparado para atuar nessas situações com base técnica e teórica, proporcionando recursos e capacitações para as equipes envolvidas. Faz-se necessário atentar para as relações interdisciplinares e intersetoriais, assim como a participação da sociedade no planejamento e execução das ações.

É fato que estes fenômenos impactam diretamente as vidas dos sujeitos em suas relações sociais e materiais, surgindo diversas situações devastadoras e complexas e com muito custo para serem revertidas, os territórios não estão ilesos de sofrerem com estas problemáticas. Neste cenário os profissionais de Serviço Social atuam objetivando reduzir os danos ocasionados pelas calamidades, amenizando o sofrimento humano nas esferas individuais, comunitárias e organizacionais, utilizando dos seus aportes teóricos, metodológicos, éticos e pedagógicos necessários para atuarem com efetividade nesta seara.

²⁸ Secretaria Municipal de Obras, Viação e Urbanismo / Secretaria Municipal de Saúde / Secretaria Municipal de Educação – Itaperuçu Pr.

REFERÊNCIAS

- [1] Avila, M. R. R.; Mattedi, M. A.; Silva, M. S. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 129, p. 343-365, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n129/0101-6628-ssoc-129-0343.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- [2] Brasil. Benefícios Eventuais no SUAS: orientações técnicas. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.
- [3] Brasil. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. - Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.
- [4] Brasil, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – art 203.
- [5] Brasil. Decreto nº 6.307/07 14 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6307.htm. Acesso em: 01 de abril de 2019.
- [6] Brasil. Diário Oficial da União nº. 243 – Reconhece o Estado de Calamidade Pública em Itaperuçu – 19 de Dezembro de 2018
- [7] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Capacita Suas SUAS: configurando os eixos de mudança. Brasília: Instituto de Estudos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008. v. 1.
- [8] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.
- [9] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, Reimpressão 2014.
- [10] Carvalho, J. A. (2009). Cartilha para Intervenção em Catástrofes. Associação Brasileira de Psiquiatria. Disponível em: <http://www.saude.sc.gov.br/index.php/documentos/atencao-basica/saude-mental/desastre-de-origem-natural/2961-cartilha-catastrofes-2009/file>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- [11] CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. Proposta do CFESS no Brasil para definição de Serviço Social. 2010. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf. Acesso em: 31 mar. 2019.
- [12] Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil apoia município de Itaperuçu após tornado. Disponível em: <http://www.defesacivil.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=2875&tit=Coordenadoria-Estadual-de-Protecao-e-Defesa-Civil-apoia-municipio-de-Itaperucu-apos-tornado>. Acesso em 28 mar. 2019.
- [13] Decreto Municipal nº. 269/2018 – Estado de Calamidade Pública em Itaperuçu – 04 de Dezembro de 2018.
- [14] Deliberação nº. 157/2018 – CEAS/PR – 13 de Dezembro de 2018.
- [15] Dutra, A. S.; Gonçalves, R. S. A atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil. Em Pauta: Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, n. 37, v. 14, p. 106-125, 2016.
- [16] Erra, S. A. R. A Intervenção do Serviço Social em Contexto de Catástrofe: Caso da Madeira 2010. Dissertação de Mestrado em Serviço Social. Instituto Superior Miguel Torga. Escola Superior de Altos Estudos. Coimbra, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ismt.pt/handle/123456789/159>. Acesso em: 31 mar. 2019.
- [17] Brasil – Formulário de Informações de Desastre – FIDE – 04 de Dezembro de 2018.
- [18] Santos, M.; Silveira, M. L. O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- [19] Santos, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- [20] SIMEPAR. Tornado no município de Itaperuçu. Disponível no site: <http://www.simepar.br/prognozweb/simepar/post/8909>. Acesso em: 28 de mar. 2019
- [21] Territorialização e desafios à capacidade de participação política. Gestão pública inclusiva: o caso da assistência social no Brasil. In: Congreso Internacional Del Clad Sobre La Reforma Del Estado y de la Administración Pública, 13. Buenos Aires, 2008.

Capítulo 10

Movimentos sociais, guerra de posição e contra hegemonia: Os povos tradicionais do Paraná e a democratização do poder político

Rosângela Bujokas de Siqueira

Danuta Estrufika Cantoia Luiz

Resumo: Este capítulo tem como objetivo discutir a contribuição dos movimentos sociais dos povos tradicionais no Paraná para a democratização do poder político, mediante ações contra hegemônicas. Trata-se de um estudo qualitativo, com pesquisas bibliográfica, documental e entrevistas com representantes dos movimentos sociais e um agente estatal. Discute a experiência de organização coletiva destes povos, como grupos sociais subalternos, que forjaram sua identidade coletiva e passaram a ocupar “posição” estratégica em espaços com protagonismo político. Ao contestarem aspectos do projeto hegemônico dominante, teceram relações contra hegemônicas e passaram a influenciar, processualmente e em pautas específicas, o poder político no Paraná.

Palavras-chave: Estado ampliado; Guerra de Posição; Movimentos Sociais; Povos Tradicionais.

1. INTRODUÇÃO

Em termos de garantia e efetivação dos direitos sociais e humanos, estamos vivendo um momento muito delicado na conjuntura nacional, em virtude da forte ascensão de uma agenda neoliberal e conservadora do governo Bolsonaro (PSL).

O viés de incentivo ao desenvolvimento econômico pela via da flexibilização de direitos (vide a proposta da reforma da previdência) e a fragilização na oferta de políticas sociais somam-se a estratégia de aniquilação dos grupos sociais subalternos, especialmente com a criminalização das lutas históricas dos movimentos sociais. Têm sido alvo dessa violência institucional grupos como: sem terra, sem teto, LGBTQI+, feministas, quilombolas, negros, indígenas, entre outros.

Diante deste cenário, cabe tanto as organizações de lutas populares quanto aos centros de produção de conhecimento científico debater as vias, as estratégias contra hegemônicas de enfrentamento da derrocada de direitos e da aniquilação da existência dos grupos sociais subalternos no país.

Partindo do posicionamento ético-político assumido pelo Serviço Social (nossa área de formação e atuação), em defesa de uma ordem societária mais justa e igualitária, e diante do atual momento político, este trabalho pretende contribuir para o debate acerca da importância da organização coletiva dos grupos sociais subalternos e de sua influência na democratização do poder político.

Toma-se como experiência empírica para este debate a organização dos povos e comunidades tradicionais do Paraná em movimentos sociais, e assim, o objetivo deste capítulo é discutir a contribuição dos movimentos sociais dos povos e comunidades tradicionais do Paraná para a democratização do poder político mediante ações contra hegemônicas.

A discussão aqui apresentada é parte do conhecimento sistematizado pelas autoras em pesquisa de doutoramento, realizada entre os anos de 2013 e 2017. Sobre os aspectos metodológicos, trata-se de um estudo de cunho qualitativo, que além das pesquisas bibliográfica e documental, contou também com entrevistas, realizadas em 2016, sendo, para fins deste trabalho: três representantes de movimentos sociais de povos e comunidades tradicionais do Paraná e um agente estatal do Ministério Público do Paraná, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Direitos Constitucionais (CAOP).

O capítulo está organizado em três seções. A primeira apresenta uma reflexão sobre a concepção de Estado ampliado na perspectiva gramsciana. A segunda contempla um debate sobre a estratégia política “guerra de posição” e a contribuição dos movimentos sociais para a democratização do poder político. Por fim, a terceira seção analisa a organização política dos povos e comunidades tradicionais no Paraná, enquanto grupos sociais subalternos, a estratégia da tomada de posições políticas e os acontecimentos que demarcam certa influência destes grupos no campo do poder político, como uma ação contra hegemônica.

2. ESTADO AMPLIADO EM GRAMSCI

A modernidade marca o período do debate acerca do papel do Estado e de sua relação com a sociedade civil. Neste momento histórico, contribuíram os pensadores denominados contratualistas, que entre os séculos XVI e XVIII, basicamente, afirmaram que a origem do Estado e/ou da sociedade estaria em uma espécie de contrato. De forma hipotética, estes pensadores apontaram que os indivíduos viveriam, naturalmente, sem poder e organização, que surgiriam depois a partir de um pacto firmado por eles, que estabeleceria as regras de convívio social e de subordinação política (RIBEIRO, 2004).

Embora difiram em certos pontos sobre o papel do Estado e de sua relação com a sociedade civil, os pensadores Hobbes (1588-1679), Locke (1632-1704) e Rousseau (1712-1778) foram decisivos para a organização do Estado moderno no ocidente. Os dois últimos, em especial, foram fundamentais para o debate dos direitos individuais (com Locke) e das polêmicas acerca da construção do arranjo democrático em sociedades divididas entre ricos e pobres (com Rousseau), sendo estes temas ainda presentes na forma de se construir o poder político contemporâneo.

Para Costa (2006), o debate acerca do Estado moderno expressa as contradições do contexto que lhe deu origem, ou seja, de uma sociedade marcada pelo potencial humanizador da liberdade individual, tendo a razão como guia para a ação humana, mas, ao mesmo tempo, dilacerada pelas lutas de classes e pelos antagonismos entre interesses individuais, expressos na legitimidade da propriedade privada, e interesses coletivos, com a defesa da ideia de justiça.

Nesse contexto, atravessado por antagonismos, ganha expressividade a denúncia do caráter de classe do Estado moderno, que sob a argumentação da defesa do interesse geral ofusca seus vínculos com os interesses da classe capitalista.

Coube a Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895) o importante papel de desvendar as contradições do Estado moderno e suas relações com os interesses da classe dominante. Os autores (2008) se atentaram para o fato de que cada etapa de desenvolvimento da burguesia foi acompanhada por um progresso político correspondente e, a partir da grande indústria e do mercado mundial, esta classe conquistou o domínio político no Estado representativo moderno. Com isso, denunciaram que “O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 2008, p. 47).

Segundo Coutinho (2008), esta primeira concepção classista de Estado formulada por Marx e Engels foi problematizada em obras posteriores, no entanto, respeitando o momento histórico vivenciado por estes autores, a concepção delineada no século XIX não era capaz, obviamente, de abarcar a complexidade dos “aparelhos de hegemonia” fomentada pelas experiências do século XX, como a proliferação dos meios de comunicação, a organização sindical, os partidos de massa, entre outras, evidenciando certa “socialização política”.

Portanto, no prisma do debate marxista, Gramsci (1891-1937) contribuiu com a tarefa histórica de desvelar o conteúdo do Estado moderno no complexo cenário do século XX.

Em seu contexto, a Itália no final da guerra, Gramsci viu a intensa luta entre partidos de esquerda e direita, que desembocou na vitória do fascismo em 1922 e na supressão de direitos políticos já conquistados. O pensador italiano acompanhou o refluxo do então movimento operário e a expansão dos ideais fascistas entre as diferentes classes. A partir disso, notou que o domínio da classe dominante era exercido através de certo consentimento sobre os quais se exercia a dominação (SIMIONATTO, 2009).

Por isso, ao Estado, com viés de classe, não cabia somente a função de resguardar o direito à propriedade privada pela via privilegiada da coerção, em sintonia com os interesses da classe capitalista, como outrora, mas cabia, também, a função de legitimar uma concepção de mundo, um projeto de sociedade, correspondente aos interesses do capital, enquanto o projeto hegemônico da modernidade.

Para consolidar esta visão de mundo, o Estado, a partir do ponto de vista da burguesia, seguia formulando suas concepções de direito, economia, educação, ética, etc, estabelecendo uma unidade jurídico-formal e estendendo-a, ideologicamente, de forma unitária, para toda a sociedade (SIMIONATTO, 2009).

Ao reconhecer essa especificidade, Gramsci situou a sociedade civil como espaço de disputa, responsável pela construção e disseminação de visões de mundo, inserindo-a como um dos momentos do Estado, já que muitas pautas formuladas no âmbito da sociedade civil podem vir a influenciar as decisões estatais e, assim, o campo do poder político.

Simionatto (2008) explica que, na interpretação gramsciana, entre a estrutura econômica e o Estado com sua legislação e coerção, está a sociedade civil, representada pelos “aparelhos privados de hegemonia”, como sindicatos, meios de comunicação, igrejas, associações culturais, entre outros.

Portanto, é justamente nessa relação do Estado com o conjunto de instituições da sociedade civil que reside a ideia de ampliação do fenômeno estatal. Em conjunto, as duas esferas formam o Estado em sentido amplo, definido esquematicamente como “[...] Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia couraçada de coerção” (GRAMSCI, 2000, p. 244).

Segundo Simionatto (2008), desta concepção de Estado ampliado decorre a tematização da sociedade civil, que refere-se ao alargamento da esfera pública, espaço de construção da hegemonia e de formação de sujeitos políticos coletivos. Ou seja, pondera a autora, a hegemonia é, ao mesmo tempo, direção ideopolítica da sociedade civil e combinação de força e consenso dos dominados mediante a disseminação de normas e valores, com grande incidência no terreno cultural.

A partir deste entendimento, na discussão de Gramsci, apresenta-se de maneira clara a função que a sociedade civil ocupa dentro do Estado: é o lugar onde se decide a hegemonia (SEMERARO, 1999). Assim sendo, na esfera da sociedade civil, as classes atuam para manter a ordem, na perspectiva da classe dominante, mas também para subvertê-la, na ótica dos dominados, dos grupos sociais subalternos.

A tomada de “posição” em lugares estratégicos para a construção da hegemonia se apresenta, portanto, como uma via importante para o poder político.

2.1. A “GUERRA DE POSIÇÃO” E A CONTRIBUIÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO

Quando identificamos o campo da sociedade civil como o espaço privilegiado de disputa pela hegemonia (SEMERARO, 1999) passamos a compreender que o processo revolucionário é um longo caminho a ser trilhado na sociedade civil, algo processual, em detrimento da tomada violenta do poder, com a abolição da propriedade privada burguesa (saída apontada por Marx e Engels, em 1848) (COUTINHO, 2008).

As bases da revolução devem ser construídas na sociedade civil, seguidas da ocupação de lugares estratégicos para a interferência nas relações de poder, como os parlamentos, por exemplo. “Essa nova estratégia para o Ocidente, que recebe nos *Cadernos* o nome de ‘guerra de posição’, traz a hegemonia e as alianças de classe como ideia fundamental [...]” (SIMIONATTO, 2004, p. 39).

O conceito de hegemonia é algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 1978). Disso decorre a importância dada por Gramsci ao papel dos intelectuais.

Cada grupo social cria para si, de um modo orgânico, camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, tanto no plano econômico, como também no social e político (GRAMSCI, 1978).

O intelectual deve fazer uma análise crítica sobre o lugar de sua fala. [...] estar ciente que há uma memória oficial hegemônica como uma memória coletiva dos “de baixo” na pirâmide social, uma memória a partir dos centros de poder como uma memória a partir dos oprimidos, uma memória intelectual hegemônica como uma memória de saberes historicamente subalternizados (SCHERER-WARREN, 2013, p. 06).

Portanto, ponderamos aqui que o intelectual não se apresenta como a figura do erudito, ou exclusivamente do domínio do saber científico, “livresco”, mas sim mediante o papel de construção e incorporação do saber, dos valores, das crenças e das concepções de mundo que orientam a vida em sociedade, construídos a partir da vivência das classes sociais e de suas disputas.

Nestes termos, podemos falar em intelectuais coletivos, enquanto aqueles espaços que constroem visões de mundo e forjam sujeitos políticos, como o caso dos movimentos sociais, por exemplo.

Os movimentos sociais caracterizam-se como ações sociopolíticas articuladas em certos cenários da conjuntura de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Estas ações se estruturam a partir de certos temas e problemas em conflitos e disputas. A dinâmica de mobilização e luta acaba gerando uma série de inovações na esfera pública e privada, o que contribui para a transformação de aspectos da sociedade civil e política (GOHN, 2007).

Existe consenso na literatura de que os movimentos sociais têm contribuído para a consolidação da cidadania a partir da conquista de direitos e da viabilização de espaços alternativos de participação social, inovando o campo das práticas democráticas e contribuindo para a transformação de práticas sociais e culturais conservadoras presentes na sociedade brasileira (GOHN, 2007; SCHERER-WARREN, 2013).

Para Grzybowski (1991), a irrupção das classes subalternas na arena política, pela via dos movimentos sociais, fomenta a reapropriação da cultura popular, sua elaboração crítica enquanto negação da cultura dominante e a incorporação de um novo saber obtido na luta.

Em suma, enquanto espaços de socialização política, os movimentos sociais permitem aos grupos sociais subalternos o aprendizado prático de como se unir, organizar, participar, negociar e lutar. Permitem, ainda, a elaboração da identidade social, a consciência de seus interesses, reivindicações e direitos, como também a apreensão crítica de seu mundo e de suas práticas sociais e culturais (GRZYBOWSKI, 1991).

A organização contra hegemônica dos grupos sociais subalternos em movimentos sociais pode viabilizar a contestação da hegemonia instituída, pois “sendo a realidade contraditória e a sociedade civil o espaço do antagonismo, pode-se encontrar brechas, pontos de cisão da hegemonia existente” (SCHLESENER, 2001, p. 29).

Ao focarmos nosso olhar na experiência de organização política dos grupos sociais subalternos em movimentos sociais podemos situar momentos marcantes na trajetória nacional, como as lutas pela reforma agrária (desde as ligas camponesas até a articulação dos trabalhadores sem terra), a luta do movimento feminista, dos povos indígenas e quilombolas (entre outros povos tradicionais), os levantes estudantis, as mobilizações contra a ditadura militar, entre tantos outros.

Semeraro (2009, p. 69-70) contribui com este debate ao afirmar que:

[...] a imposição da hegemonia elitista torna-se incapaz de universalizar os direitos, o que está levando a disseminar uma rede de novas subjetividades políticas em busca de uma outra forma de globalização. O Movimento dos Sem-Terra (MST) e dos Sem-Teto, a Via Campesina e o Zapatismo, a Comuna Urbana, O Movimento Negro Unificado (MNU), os movimentos dos índios, dos migrantes, das mulheres, as cooperativas populares, as associações dos pacifistas, do ambientalistas, a cultura *underground*, os levantes estudantis, inúmeras e diversas organizações da sociedade civil popular, etc, são expressões surpreendentes da “potência” popular que sinaliza a criação de uma outra sociedade e abre janelas extraordinárias para reinventar a política [...].

Ao se forjarem enquanto sujeitos políticos coletivos na sociedade civil, estes grupos sociais subalternos acenam para a possibilidade da tomada de “posição” na arena decisória e de debates políticos, ainda que sob tensões e disputas permanentes. Ocupar espaços de fomento da discussão política, de organização coletiva dos oprimidos e de mobilização na esfera pública são estratégias traçadas na sociedade civil, que podem impactar na sociedade política, ou seja, no âmbito das decisões estatais.

Neste sentido, a “guerra de posição” desloca o centro político pra o terreno da sociedade civil, já o Estado, para manter sua autoridade, precisa levar em conta a trama “privada” da sociedade civil em expansão (SEMERARO, 2001). Essa compreensão nos traz o entendimento de que as lutas sociais travadas pelos movimentos sociais dos grupos sociais subalternos são estratégias importantes para a demorização do poder político. A experiência dos povos e comunidades tradicionais do Paraná contribui para este debate.

2.2. OS MOVIMENTOS SOCIAIS DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO PARANÁ E A DEMOCRATIZAÇÃO DO PODER POLÍTICO PELA VIA DE AÇÕES CONTRA HEGEMÔNICAS

Os povos e comunidades tradicionais do Paraná podem ser identificados enquanto grupos sociais subalternos a partir da noção de que subalterno, em geral, designa a submissão de uma pessoa/grupo/classe a outras, não por incompetência, mas como parte do processo de dominação presente na sociedade, portanto, se relaciona com o Estado e com as relações de forças travadas no marco do capitalismo (SIMIONATTO, 2009).

Em consonância com o projeto de desenvolvimento econômico capitalista adotado em escala nacional, a trajetória de ocupação e dinamização econômica do território paranaense se deu pela via da exploração intensiva dos recursos naturais, da expropriação territorial dos povos tradicionais e camponeses, de forma violenta, inclusive, e pela concentração fundiária.

As contradições desse processo forjaram uma série de lutas sociais, como as protagonizadas pelos sem terra, posseiros, indígenas e quilombolas. Embora as lutas dos povos do campo venham ocorrendo com força desde os anos 1970, pelo menos, a organização política dos chamados povos e comunidades tradicionais é mais recente e ganha centralidade com a pauta socioambiental, que articula a preservação ambiental e a justiça social (SANTILLI e SANTILLI, 2009).

Junto disso, acompanhando certa dinâmica de valorização da agricultura familiar, ocorrida no final da década de 1990, com apoio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e com a agenda do governo Lula, posteriormente (SAHR e CUNHA, 2005), os povos tradicionais alçaram maior protagonismo no cenário nacional.

Por meio de um intenso processo de mapeamento social e de formação política, em parceria com o Projeto Nova Cartografia Social, da Universidade Federal do Amazonas, estes sujeitos contribuíram para a autoidentificação de diversos grupos sociais étnicos subalternos e inscreveram no marco jurídico formal do país sua autodefinição:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, s/p).

As lutas para preservar, ocupar e manter os chamados territórios tradicionais se apresentam como experiências contra hegemônicas, uma vez que contestam a lógica territorial capitalista, que concentra a propriedade privada, gera impactos ambientais intensos, com perda da sociobiodiversidade e, ainda, a violência no campo, como mostram inúmeros estudos e pesquisas (FERNANDES, 2008).

Nessa correlação de forças, os territórios capitalistas se consagraram como o modelo hegemônico de desenvolvimento, o que gerou a invisibilidade dos povos tradicionais no país e também no Paraná, no sentido de que, a história dos grupos sociais subalternos tende a ser apagada, desagregada (GRAMSCI, 1968).

Seguindo a movimentação nacional de valorização da agricultura familiar, somada as lutas sociambientais, os grupos sociais étnicos subalternos do Paraná passaram a tomar “posição” em lugares estratégicos e a “contar a história do povo” (*liderança do Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná, 2016*), pela ótica do oprimido, num importante movimento contra hegemônico.

No ano de 2005, o grupo dos chamados povos Faxinalenses tomou “posição” numa relação de parceria envolvendo universidades, pesquisadores e instituições de defesa dos direitos humanos. A partir disso, este grupo fortaleceu sua identidade coletiva, fundou o movimento Articulação dos Povos Faxinalenses, conquistou “posição” na, então, criada Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e passou a contestar estatísticas oficiais de órgãos estatais que atestavam a extinção dos faxinais no estado.

“Os outros grupos foram vendo as conquistas dos faxinalenses e aquilo ia chamando a atenção de todos” (Assessor da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, 2016).

Como esteio para a luta de diversos povos no Paraná, a representação faxinalense possui a identificar que: *“com a minha participação na Comissão Nacional, fui vendo que muitos povos que ali estavam também existiam no Paraná, como os quilombolas, indígenas... e outros...” (Liderança da Articulação dos Povos Faxinalenses, 2016).*

A partir disso um amplo movimento de mapeamento social e de articulação em rede foi sendo tecido no estado. *“Fomos vendo que a luta de muitos que tavam ali era a mesma, dos ilhéus, dos indígenas...” (liderança do Movimento dos Ilhéus do Rio Paraná, 2016).* E então, em maio de 2008, na cidade de Guarapuava, foi fundada a Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, como uma rede de movimentos sociais que articula uma diversidade de grupos sociais étnicos subalternos, a saber: Faxinalenses, Ilhéus, Quilombolas, Benzedeiras e Benzedores, Pescadores artesanais, Cipozeiros e Cipozeiras, Povos de terreiro e Indígenas.

[...] Vimos por meio desta carta manifestar nossa existência coletiva, organizada em grupos, associações e movimentos sociais em distintos territórios do Paraná e, no litoral norte de Santa Catarina [...]. [...] Nossos territórios estão sendo tomados por grileiros, fazendeiros e empresários inescrupulosos que, movidos por interesses privados, promovem “limpezas étnicas e ambientais” manipulando e associando-se a políticos, governos, juízes, promotores e meios de comunicação, tentando intimidar nossas lideranças por meio de ameaças, repressões, tentativas de homicídio e assassinatos encomendados. Por outro lado, ong’s e poderes públicos, mascarados com o discurso da preservação e conservação ambiental, nos negam os direitos constituídos “de ir e vir”, do “livre acesso aos nossos territórios e aos recursos naturais tradicionalmente utilizados” por nós, povos e comunidades tradicionais (REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, 2008, s/p).

“A Rede ensinou muita coisa pra gente, como se organizar, lutar...” (Liderança do Movimento dos Pescadores Artesanais, 2016) e protagonizou momentos marcantes na tomada de “posição”, deslocando, em diversos momentos, o centro político pra o terreno da sociedade civil, pressionando o Estado, que, em outros momentos, precisou levar em conta a trama “privada” da sociedade em expansão (SEMERARO, 2001).

Por meio de *“links inimagináveis”* (Assessor da Rede Puxirão, 2016), esta Rede de movimentos sociais logrou certa força social e aqui destacamos três momentos importantes desta tomada de “posição” que influenciaram o rumo das ações estatais em certo momento da conjuntura política: **1.** Criação do Grupo de Trabalho, com participação de representantes dos povos tradicionais do estado, com a finalidade de elaborar um anteprojeto de lei para a instituição de uma Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais no Paraná (Resolução nº 02/2011 SEJU/SERC-PR); **2.** Organização, pelos povos tradicionais, de um Seminário para discussão da implantação de Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Extrativistas no Paraná, inserindo no âmbito das agências ambientais a noção socioambiental, realizado em Querência do Norte, em 2011; **3.** Entrega de Carta Proposta ao, então secretário da Secretaria de Relações com a Comunidade (SERC), com formulações dos povos tradicionais para a composição de uma Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais, em Curitiba, também no ano de 2011.

A partir da articulação destes grupos sociais étnicos subalternos no estado e da organização de sua identidade social coletiva, conquistas importantes foram seladas, como, por exemplo: Cadeira no Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais; Criação de ARESURs (área especial de uso regulamentado), uma espécie de reserva extrativista, voltada para as áreas de faxinais; Reconhecimento por parte de órgãos ambientais da identidade tradicional de comunidades que vivem em áreas que foram regulamentadas como de preservação ambiental integral, reconsiderando a permanência destes povos; Declaração de interesse social, para fins de desapropriação, dos imóveis rurais abrangidos pelo território quilombola Invernada Paiol de Telha, no município de Reserva do Iguaçu; Reconhecimento formal dos ofícios tradicionais de cura (caso de leis municipais promulgadas nos municípios de Rebouças, São João do Triunfo e Irati), com a criação de carteiras de identificação que permitem as benzedeiras acessarem territórios que contenham plantas medicinais e desenvolverem práticas complementares de saúde junto ao sistema público de saúde; Criação do Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais (CPICT/PR), por meio da Lei 17.425/2012, de caráter paritário e deliberativo.

“O acesso aos direitos, uma educação diferenciada, reparação pela expropriação que tiveram, pelo racismo, etc, na minha opinião isso é uma forma de democracia. [...] Essa percepção ampliou as políticas públicas, numa concepção de uma sociedade mais igualitária, menos agressiva com o meio ambiente, menos agressiva com estes grupos. Isso eu vejo como a maior contribuição da Rede Puxirão!” (CAOP, MP/PR, Assessor Técnico, 2016).

A partir dessas reflexões, acenamos para o entendimento de que os processos de ruptura com a ordem dominante podem ser gerados processualmente, mediante a ocupação de espaços estratégicos e tensionamento da ordem estabelecida. Enquanto a “guerra de movimento” se refere à ocupação violenta do Estado, a assumir o Estado, a “guerra de posição” é a conquista, palmo a palmo, onde o Estado está presente, na sociedade toda (SEMERARO, 2009).

3. CONCLUSÃO

A Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais, como todo movimento social, avançou e também viveu recuos, no entanto, a experiência das tomadas de “posição”, palmo a palmo, indicam a capacidade de protagonismo dos grupos sociais subalternos quando, coletivamente, emergem na esfera pública e tensionam a sociedade política, ampliando políticas públicas e germinando novas formas de conceber a vida em sociedade. Ainda que, obviamente, não se trate de um projeto hegemônico, estas lutas sociais se entranham nos pontos de cisão da hegemonia existente e criam brechas para pensarmos em ações contra hegemônicas. No atual momento histórico, de retomada da extrema direita em várias partes do mundo, fortalecer um projeto popular pautado no respeito a diferença e na justiça social é um compromisso dos movimentos sociais populares e também dos espaços de produção do conhecimento científico.

REFERÊNCIAS

- [1] Brasil. Decreto n.º 6.040. 7 de fevereiro de 2007. Dispõe sobre a instituição da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
- [2] Carnoy, Martin. Estado e Teoria Política. 14ª. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2008.
- [3] Costa, Lucia Cortes da. Impasses do Estado Capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil. São Paulo: Cortez, 2006.
- [4] Coutinho, Carlos Nelson. A dualidade de poderes: Estado e revolução no pensamento marxista. In: COUTINHO, Carlos Nelson. Marxismo e Política: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 13-69.
- [5] Fernandes, Bernardo Mançano. Entrando nos Territórios do Território. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 273-301.
- [6] Gohn, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6ª. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- [7] Gramsci, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- [8] ____ Cadernos do Cárcere. v. 3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- [9] GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- [10] Grzybowski, Cândido. Caminhos e Descaminhos dos Movimentos Sociais no Campo. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.
- [11] Marx, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 2ª. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.
- [12] Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais. Carta Final do I Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais. Guarapuava, 2008. Impresso. Não publicado.
- [13] Ribeiro, Renato Janine. Hobbes: o medo e a esperança. In: WEFFORT, Francisco (org.). Os Clássicos da Política 1. 13ª. ed. São Paulo, Ática, 2004.
- [14] Sahr, Cicilian Luiza Löwen e CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. Revista Emancipação, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.
- [15] Santilli, Juliana e Santilli, Márcio. Desenvolvimento socioambiental: uma opção brasileira. In: PÁDUA, José Augusto (org.). Desenvolvimento, Justiça e Meio Ambiente. São Paulo: Peirópolis, 2009. p. 216-241.
- [16] Scherer-Warren, Ilse. Movimentos Sociais na América Latina: revisitando as teorias. Disponível em: <https://www.google.com.br/#q=movimentos+sociais+na+am%C3%A9rica+latina:+revisitando+as+teorias>. Acesso em: 19 set. 2013.
- [17] Schlesener, Anita Helena. Gramsci: hegemonia e cultura. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2001.
- [18] Semeraro, Giovanni. Gramsci e a Sociedade Civil: cultura e educação para a democracia. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- [19] ____ Libertação e Hegemonia: realizar a América Latina pelos movimentos populares. Aparecida, São Paulo: Ideias & Letras, 2009.
- [20] ____ Gramsci e os Movimentos Populares: uma leitura a partir do Caderno 25. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 35, n. 126, p. 61-76, jan./mar. 2014.
- [21] Simionatto, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- [22] ____ Estado e Democracia. In: COSTA. Lucia Cortes da (org.). Estado e Democracia: pluralidade de questões. Ponta Grossa: UEPG, 2008. p.13-34.
- [23] ____ Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. Revista Katálisis, Florianópolis, v. 12. n. 1, p. 41-49, jan./jun. 2009.

Capítulo 11

Projeto Grande Carajás: Relatos, memórias, resistências de comunidades expropriadas no entorno da Região dos Lagos de Tucuruí/PA

Ana Carolina Silva dos Anjos

Kenji Baia Alves

Resumo: O presente trabalho retrata os relatos de populações indígenas, reassentamento de população deslocada, perda de peixes e de outros recursos para residentes à jusante da barragem de Tucuruí, dentre os problemas mais citados em biografias pesquisadas. O estudo buscou assinalar elementos que trazem à tona sobre as grandes transformações instauradas durante o período desenvolvimentista de o governo militar, na vida dos atingidos e que reivindicam para si o uso, o acesso e a propriedade da terra; disputa política que carrega a mediação e representação desses seguimentos sociais vulneráveis. O método de abordagem é o dedutivo com pesquisa bibliográfica para realizar diversas contextualizações sobre a problemática dos movimentos sociais que aqui lutam pela terra.

Palavras-chave: Território; Conflitos; Movimentos sociais.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, o modelo de ocupação e desenvolvimento pensado e articulado para a Região Amazônica, gerou inúmeros problemas sociais relacionados a conflitos de terra. Em especial às regiões Sudeste e Sul do Pará, territórios que possuem histórico de conflitos agrário.

Com os lemas "Integrar para não entregar" e "Terra sem homens para homens sem terras", o Governo Militar marchou rumo a Amazônia com o intuito de colonizá-la de vez. A partir da descoberta de minério de ferro na Região de Carajás, Sudeste do Pará, o Brasil entrou para o mapa da mineração mundial. E com o objetivo de se explorar essa riqueza em larga escala, pôs-se em prática o plano de ocupar essa região. Detalhe, a região já era ocupada por índios e moradores que viviam em pequenos aglomerados.

Em 16 de junho de 1970, durante o governo ditatorial do Presidente Médici é assinado por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, O Programa de Integração Nacional (PIN). Um programa de cunho geopolítico que tinha como objetivo utilizar mão de obra nordestina ociosa devidos as secas de 1969 e 1970 que abalaram nordeste. Ele tinha como objetivo realizar a exploração integrada dos recursos minerais dessa província a qual é considerada a mais rica do mundo em minério de ferro, para beneficiamento e exportação de bauxita principalmente.

O Projeto Grande Carajás incluiu três grandes frentes integradas: um conjunto de projetos minero-metalúrgicos; um conjunto de projetos agropecuários e florestais; um grupo de projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens). De acordo com o Art. 2º do Decreto-Lei o projeto se compreendia em:

I. Serviços de infraestrutura:

- a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás – São Luís;
- b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
- c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
- d) outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
- e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;

II. Projetos que tenham por objetivo atividades de:

- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III. Outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região. (DECRETO-LEI Nº 1.813, 1980).

A dinâmica do capital levou à exploração de quantidades cada vez maiores de matérias-primas, todo o ciclo da mineração na Amazônia ganhou proporções a partir da região de Carajás. Em período recente, outras áreas do Pará e do Maranhão, como as regiões de Oriximiná, de Juruti Velho e entorno da Reserva Biológica do Gurupi, são cobiçadas e exploradas, de onde são retirados e exportados recursos minerais para os Estados Unidos, Europa, Japão, China e outros países.

A jazida mineral de Carajás é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia e abrange terras do Sudeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Além da exploração mineral, o Projeto Grande Carajás incluiu também a exploração de recursos agroflorestais, extrativistas, agropecuários, além do aproveitamento do potencial hidrelétrico de alguns rios amazônicos, caso do Tocantins, onde foi construída a hidrelétrica de Tucuruí para fornecer energia elétrica para as indústrias e dar viabilidade ao projeto.

"Ao instalar uma portaria ao pé da serra e planejar uma cidade asséptica em Parauapebas, a Companhia Vale do Rio Doce parecia ter a ilusão de poder isolar-se do mundo ao redor, que se adensava e ampliava como uma ameoba miserável. Mas este escopo disforme e caótico é perpassado diariamente pelos trens modernos de carregar minério. Nos dois pontos extremos de sua linha, a mina e o porto, ele está atualizado a sua época. No meio, os conflitos com os Índios, garimpeiros e posseiros sugerem que estamos pelo menos um século e meio atrasados. A atualização é econômica. O atraso é social. O Estado empolga-se com o primeiro e distribui migalhas ao segundo. A consequência é o permanente estado de tensão e sobressalto, que constantemente resulta em explosão". (Lúcio Flávio Pinto, O LI Beral, Belém, 4.10.86).²⁹

O trecho acima retrata bem o que houve na prática, construção de espaços para abrigar trabalhadores, concentração de terra e no outro extremo a violência no campo e nas cidades. Visto que a população no Estado do Pará cresceu absurdamente com o advento destes projetos.

2. IMPLANTAÇÃO DA BARRAGEM EM TUCURUÍ

Por volta de 1957 foram iniciados os primeiros estudos para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, com o objetivo de aproveitar o potencial energético do Rio Tocantins e principalmente para subsidiar a indústria de alumínio implementada pela Companhia Vale do Rio Doce, com seus pólos siderúrgicos situados em Barcarena, Marabá e Parauapebas, que consomem dois-terços da energia produzida em Tucuruí. Ela foi eleita para sediar a barragem devido aos rios sofrerem muitas quedas d'água o que tornava os rios inavegáveis, sendo assim propícios ao empreendimento, segundo estudos realizadas pela Eletronorte

Esse fato deu início a uma nova fase de expansão econômica local e regional e contribuiu para a consolidação da rede urbana regional, tendo em vista que a maioria dos novos municípios da região surgiu com o dinamismo econômico decorrente, em grande medida, da construção da usina em que confere-se profundas transformações sociais na "Região dos Lago de Tucuruí" a qual hoje é formada por 7 municípios (Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí),

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí meados dos anos 70 redesenhou não só o mapa na região como também a História local, fazendo com que os moradores tradicionais perdessem não só suas terras como também suas identidades.

"No período entre 79/80, no auge da construção, registrou-se a chegada de 55.531 migrantes atraídos pela possibilidade de trabalho e acesso a terra, acarretando um aumento populacional inesperado e fora dos padrões, perfazendo cerca de 110.0000 habitantes." (Rocha, 2003, pg. 05)

Passados quatro décadas, o sentimento de um indígena tradicional é este: *"Nunca conseguimos de volta o que tínhamos antes e até hoje, andando na beira do rio, continuam os impactos. A erosão provocada pela barragem levou cemitérios do nosso povo e continua comendo o nosso território"*. Mesmo as propostas e compensações feitas não são suficientes para apagar da memória tudo que se perdeu.

Os conflitos se acentuam e o itinerário não é difícil de prever. A aparente expansão econômica não significa "melhoria da qualidade de vida" da população que vive nesses locais em que foram inseridos os grandes projetos econômicos. Os desdobramentos desses projetos somados a outras iniciativas de desenvolvimentistas têm levado a acentuada exploração ambiental na região e aos conflitos pela terra.

3. SUJEITOS SOCIAIS EM PROCESSO DE RESISTÊNCIA TERRITORIAL

Com o início do desvio e barramento do rio Tocantins para construção da hidrelétrica de Tucuruí, em que houve deslocamento, remanejo, expropriação dos povos indígenas, colonos, moradores de ilhas, vilas e cidades a jusante, estimados na fase inicial em 70 mil pessoas. Os relatos coletados e retratados neste artigo, evidenciam as diferentes identidades e peculiaridades dos povos que aqui eram tidos como tradicionais como: os pescadores que dependiam da pesca dos rios, os pequenos agricultores, horticultores, indígenas de diversas etnias, entre os principais atores sociais.

²⁹ Fonte: Jornal O Liberal impresso (1986).

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (Santos, 1978, p. 171).

A decisão de explorar o minério nada tem a ver com os antepassados e nem com a população atual do território. Foi algo decidido fora, muito longe e sem consideração com a população que aqui vivia. Pior, foi concebido como projeto para fora, para extrair minério local e transformar em riqueza para interesses de externos.

Criou-se, isto sim, uma grande contradição entre a população do território e o Complexo Carajás, contradição que opõem a cidadania, em suas várias e também contraditórias formas de existência, contra Carajás como empresa da Vale e capitais associados, por ela arrastados para o território. Os capitais investidos no território visam unicamente à extração da reserva de recursos naturais de alto valor para o mercado globalizado. A cidadania olha seu bem comum, seu território, privatizado, enclausurado, destruído e exportado... Poluição, destruição ambiental e pobreza no seu rastro.

A luta pelo território compreende uma questão de pertencimento daqueles que tem uma identidade historicamente construída com aquela fração do território, como os indígenas, quilombolas. Lutam por seus territórios, mesmo que, pelo processo de expropriação, tenham saído ou estejam resistindo nele. De acordo com Oliveira (2008), “só pode pertencer a um território quem nele vive e quem nele construiu sua identidade com aquela fração do mundo”. Nem sempre os que lutam pelo território estão nessa fração, mas lutam seja para se manter ou retomar seu território.

“A apropriação do território pela Usina Hidroelétrica não tem se dado de forma espontânea ou casual, muito pelo contrário, em cada etapa de sua implantação, percebe-se a estruturação de um conjunto de ações e estratégias, cujo fim último tem sido estabelecer o máximo de controle sobre o território.” (Araújo, 2008, p.58).

A luta pelo trabalho no campo está diretamente vinculada aos trabalhadores (permanentes ou temporários) que têm vínculo empregatício formal ou informal, mas que não detêm a posse, nem o controle da terra ou propriedade ou dos meios de produção, mas sim da sua força de trabalho para capital e/ou proprietários de terras. Nesse bojo, podemos identificar: assalariados rurais, diaristas, tratoristas, peões, administradores, vaqueiros, garimpeiros, boia-fria.

4. RELATOS DOS EXPROPRIADOS: TRAJETÓRIAS DEFINIDAS PELO “REMANEJAMENTO”

A construção da barragem tem consequências até hoje aos modificaram suas vidas em detrimento da obra, que dispensa o seu reconhecimento legal, pois se materializou realmente, com todas as mazelas e problemas para a sociedade e para o meio ambiente. A característica mais importante desse processo é a disputa por território, pois, provocou os deslocamentos e reassentamentos forçados dos que viviam naquelas áreas atingidas pela construção da barragem, assim como intensificou a grilagem de terras na região expulsando milhares de famílias do campo, levando-as a migração forçada do campo para as cidades e para outros estados. Relatos como do Sr. José, nativo da região, que vivia da pesca para subsistência:

“Pra nós vir tratar da nossa situação com a Eletronorte foi um espanto, até em outros lugares ela chegou bem mansa pra nós, colocando todas possibilidades pra nós, dizendo que a barragem ia ser muito boa, nós ia ter um privilégio muito grande, nós ia receber uma casa de alvenaria, com quarto, garagem e tudo, casa boa e dentro de 90 dias estão saindo essas casa. Toda chance, logo com aquela rapidez, sem fazer anúncio. Aí o que eu fiz? Chamei a família e aí foi um ano, foi dois, foi seis, aí começamos a fazer reunião fazer greve com ela. Aí ela resolveu, depois que nós fizemos a reunião lá. (José Cunha de Souza, Tucuruí, Junho/2013)

Após anos de luta, mobilizações e espera a Eletronorte entrou em acordo com as populações atingidas e criou diversas cooperativas no total de 7, para os atingidos, sobretudo os pescadores que ficaram sem ter como pescar. Entretanto, conforme os relatos, permaneceram sem as devidas capacitações técnicas para poderem produzirem e trabalhar com o pescado produzido em cativeiros.

“Meu nome é Raimundo de Albuquerque de Almeida 64 anos de idade, cheguei aqui em Breu Branco em 1972, há 41 anos, e eu sou expropriado da barragem de Tucuruí. Pois bem aí essas terras, logo após nos anos 80 não foi favorável à nossa colheita, à nossa lavoura, então nós plantamos três anos e ninguém colhia nada. Resultado: além de não receber o apoio de capacitação, de informação, treinamento, nada nós tivemos, fomos jogados como se fosse bicho bruto. Então, nós não tivemos nada, a gente não produzia, tinha companheiro nosso que passou a passar fome porque a terra não produzia. Aí resultado: vendia a terra a qualquer preço. Nós ficamos desamparados. Surgiu essa outra etapa onde nós fizemos esse acampamento, debaixo desse plástico preto, que nem o Satanás quer ficar lá de baixo, lá que fomos ficar. Resultado: no final disso aí, nós conseguimos o apoio da Eletronorte no valor de R\$ 39.900,00. Por que a Eletronorte resolveu fazer essa proposta *pra* nós sair daqui de dentro. Resultado: essa cooperativa que foi fundada em cada município, nós o tivemos acompanhamento técnico, não tivemos capacitação, não tivemos acompanhamento *pra* fiscalização. Vai completar nove anos. O pior é que nossas cabeças estão todas velhas, estamos todos cansados. Eu gostaria que esse pronunciamento fosse transmitido *pra* aquele pessoal lá de Belo Monte que estão nas mãos da Eletronorte para ficarem sabendo. (Raimundo Albuquerque de Almeida, Breu Branco, Junho 2013).

Ao nos aprofundarmos mais sobre o assunto, as histórias se coadunam ao entendimento de que muitos dos expropriados foram ludibriados pela fala promessa do falso progresso, empreitados pela empresa, muitos perderam suas casas, modo de trabalhar e produção em razão das promessas não cumpridas, na prática tudo foi muito diferente do que era preconizados nos panfletos espalhados pela Eletronorte. Vide anexo.

“Meu nome é Manuel Venâncio Soares, maranhense de Bacabal, conhecido como Bacabal. Eu sou um dos líderes do movimento. Desde 83 que eu tô, eu fui *prá* Eletronorte, nunca larguei. Eu cheguei aqui na região em 3 de julho de 77, na região de Tucuruí, no começo da barragem, aí quando terminou eu saí. Trabalhei 12 anos na prefeitura, hoje em dia não estou trabalhando mais em nada. Aí quando a Eletronorte tirou nós de lá no nosso local porque nós morava na vila, no 11 (KM). A Eletronorte, quando foi *prá* tirar nós de lá, ela foi lá bateu fotos, pegou nosso nome e nós tinha que desocupar lá (...) e dizia: ‘A Eletronorte é seguinte, ela vai tirar vocês daqui, porque vai ser o lago, o lago vai encher toda a casa se vocês ficarem aqui vão morrer afogados’. Mas doutor, a gente não tem *pra* onde ir. ‘Não, mas a Eletronorte vai tirar vocês daqui e construir as casas’. Justamente ela botou nós ali por 90 dias no bairro Pimental, ali na beira da 7 da Setembro, passamos 90 dias de baixo de uma lona do Exército, aí começaram a construir as casas na COHAB, enganaram nós: ‘Essas casas aqui são *pra* vocês’. Depois que terminaram de construir as casas, não foram chamar nós, *pra* nós entrar dentro das casas, foi preciso nós invadir as casas, entremos de noite e quando foi de manhã mandaram até a polícia *pra* tirar nós (...). Até hoje a gente vem lutando, até nós conseguimos esses barracos aqui”. (Manuel Venâncio Soares, Breu Branco, Junho/2013)

5. MOVIMENTOS SOCIAIS DE RESISTENCIA

Com a construção da hidrelétrica de Tucuruí e os inúmeros problemas sociais surgido com seu advento; não restou outra saída para os moradores, que tiveram suas vidas alteradas pelo projeto, de se organizar em movimentos de cunho social que reivindicassem coletivamente, direitos aos quais não foram respeitados. Nesse contexto, em nível nacional, já havia um movimento que lutava por direitos dos atingidos por barragens. O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), movimento que surgiu no final dos anos 70, este de cunho social que surgia em plena ditadura militar reivindicando direitos em uma época onde direitos eram retirados.

Ao mesmo tempo em que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Consequência disso foi à expulsão de

milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terra. (Fonte MAB, 2011)³⁰

Tucuruí foi um dos primeiros locais de lutas por direitos dos que foram atingidos pelo barramento do Rio Tocantins, nesse período surge a CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), nesse primeiro momento a principal bandeira de luta era a indenização justa, queriam ser ressarcidos das perdas que vieram a ter com a construção da barragem. Num segundo momento se avançou pela luta por terra, terra por terra. Não se queria qualquer indenização, se queria também permanecer em suas terras. O movimento dos atingidos por barragem ganhou notoriedade e avançou em muitos aspectos.

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997 foi criada na Suíça a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens em nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões. (Fonte MAB, 2011)³¹

O Movimento dos Atingidos por Barragens é histórico e atuante, em que se faz necessário o debate e a luta por direitos que ao longo os anos vem sendo negado pelos órgãos competentes. No município de Tucuruí outra organização a Associação das Populações Atingidas pelas Obras do Rio Tocantins – APOVO mobilizam para reivindicar direitos até hoje não assegurados desde a implantação da hidrelétrica, bem como lutam para se defenderem de ações que não cessam por parte da Eletronorte que busca por todos os meios de se desvincular do passivo com os expropriados.

Os Assurinis, povo indígena que perdeu seu território para a construção da barragem, ao longo dos anos também vem reivindicando seus direitos que até hoje não foram respeitados pela Eletronorte.

A Eletronorte chegou a ser obrigada a fazer um pagamento mensal de R\$ 150 mil pela demora em oferecer medidas de compensação, a partir de 2012, mas depois conseguiu reverter os valores em medidas emergenciais. O representante da empresa, o advogado Bernardo Fosco, disse que ela não se nega a dialogar com o povo Assurini, mas admitiu que as incertezas provocadas pela crise econômica e a possível privatização da estatal dificultam o avanço das propostas de compensação. Tucuruí é a terceira maior usina do país em termos de capacidade instalada, com mais de 8 mil megawatts de potência, perdendo para Itaipu e Belo Monte. (Agência Envolverde Jornalismo 2018).³²

Apesar dos avanços, são notórios os riscos que os líderes desses movimentos assumem enquanto ativistas de causas sociais e coletivas. O Estado do Pará é o campeão nacional em assassinatos no campo envolvendo conflitos agrários, a maioria deles desdobramentos destes projetos que acirraram a luta pela terra. Recentemente a líder do MAB em Tucuruí, Dilma Ferreira da Silva, 45 anos foi assassinada no assentamento Salvador Allende, zona rural de Baião, no Pará. Mostrando que as tensões e conflitos continuam e que o Estado e a União sabedores desses conflitos não intervêm preventivamente. Anexo.

³⁰ disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>

³¹ disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>>

³² indígenas contam na justiça os danos causados pela usina de tucuruí. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/indigenas-contam-na-justica-os-danos-causados-pela-usina-de-tucurui/>

6. RESULTADOS

Projetos como Grande Carajás trouxeram para a região um modelo de ocupação e desenvolvimento nefasto para as comunidades tradicionais e o meio ambiente. Gerando um contexto conflituoso onde interesses estrangeiros se sobressaem sobre interesses locais e nacionais, deixando para trás um rasto de sofrimento e miséria.

O PGC acabou, mas apenas no campo legal, afinal, o projeto, enquanto ideia foi realizado, foram implementadas iniciativas econômicas em todas as áreas com impactos negativos em todos os aspectos; temos a siderurgia como um setor consolidado, com práticas produtivas plausíveis de questionamento, que além de promoverem expressivos números em desmatamentos, expropriaram milhares de pessoas que ali viviam nesse entorno das obras do Complexo de Carajás.

Tucuruí tem impactos severos, inclusive perda de floresta, deslocamento de povos indígenas e residentes ribeirinhos na área de submersão, eliminação da pesca a jusante, formação de criadouros para uma praga de mosquitos, e metilização de mercúrio, com consequências potenciais de saúde pública, sérias para a população local e para consumidores de peixe em centros urbanos como Belém. Destarte, a luta pela terra e mobilizações dos movimentos sociais se faz necessária para que seus direitos sejam respeitados e que o direito à moradia digna, prevaleça ante os grandes projetos instalados em comunidades sem a consulta prévia e estudos reais de impactos sejam previstos. Evitando-se assim, perdas de identidades, cultura e verdadeiros genocídios nas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

- [1] Indígenas contam na justiça os danos causados pela usina de tucuruí. Disponível em: <<http://envolverde.cartacapital.com.br/indigenas-contam-na-justica-os-danos-causados-pela-usina-de-tucuruí/>> acessado em 25 de março de 2019.
- [2] Oliveira, A.U. Território de quem? Revista Sem Terra. São Paulo, nº 46, ago/set 2008. fg b.
- [3] Pagnoccheschi, Bruno, Bernardo, Maristela. Política Ambiental no Brasil. In Steinberger, Maristela (org). Territórios, ambiente e políticas publicam espaciais. Brasília Paralelo15 e LGE editora, 2006.
- [4] Rocha, G. M. Demografia e cidades. 2009.
- [5] Santos, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.
- [6] <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del1813.htm> Acessado em 20 de março de 2019.
- [7] <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>> Acessado em 22 de março de 2019.
- [8] <<http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>> Acessado em 22 de março de 2019.
- [9] Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento. — Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. 3v.:il. Belém: Seplan, 2015. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/ppa_volume_i_atualizado_0.pdf> Acessado em 27 de março de 2019.
- [10] Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5020/1/Dissertacao_TerritoriosProtegidosEletronorte.pdf> Acessado em 29 de março 2019.

ANEXOS:

A- Mapa da Região do Lago

Fonte: Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento. — Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. 3v.:il. Belém: Seplan, 2015.
Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/ppa_volume_i_atualizado_0.pdf>
Acessado em 27 de março de 2019.

B- Folhetos da Eletronorte

Fonte: Folhetos soltos por helicóptero pela Eletronorte alegando que a hidrelétrica Tucuruí não teria praticamente nenhum impacto negativo.

C - Assembleia da Apovo

Fonte: Assembleia da APOVO com expropriados, ribeirinhos da jusante, moradores da Velha e Nova Matinha atingidos pelas eclusas, pescadores do pé-da-barragem, moradores atingidos pelo Linhão de Pacajá (representados pelo STR), moradores das ilhas de Jacundá atingidos pela cota 75 - Clube "Mesquitinha", Tucuruí, 17 de maio de 2018.

Disponível em: < <http://novacartografiasocial.com.br/mobilizacoes-em-tucuruí-expoem-pendencias-da-eletronorte-com-expropriados-da-usina-hidreletrica-de-tucuruí/> > Acessado em 30 de março de 2019.

D- Dilma Ferreira da Silva

Foto: Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB
Encontro Nacional de Mulheres do MAB, em Brasília (DF) 2011.

Capítulo 12

Ética e Serviço Social: Uma reflexão acerca dos onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993 em tempos de resistência

Adriano Pereira Basilo de Oliveira

Diego Augusto Rivas dos Santos

Erica Silva de Oliveira

Vaniele Soares da Cunha Copello

Resumo: Este artigo tem por objetivo propiciar uma discussão sobre a ética na contemporaneidade no âmbito do Serviço Social frente a onda conservadora que se infiltrou no Brasil. Sabemos, que o conhecimento acerca da ética é imprescindível na formação profissional das(os) Assistentes Sociais, pois cabe a este profissional, lutar para que as liberdades de ação e pensamento sejam asseguradas.

Palavras-chave: Ética; Moral; Assistente Social; Código de Ética.

1. INTRODUÇÃO

Esse estudo preliminar sobre Ética e Serviço Social na contemporaneidade surge a partir da necessidade de produzir conhecimento acerca do atual momento econômico, político, social e cultural vivenciado pela maioria dos brasileiros. Nosso objetivo é reforçar que a(o) Assistente Social é porta-voz de uma sociedade, sendo assim, deve lutar constantemente pelo aprofundamento da democracia e contra todo e qualquer tipo de violência, preconceito ou demais violações de direitos, conforme preconizado nos componentes legislativos da profissão. Nesta produção teórica, teremos como base para as reflexões os onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da(o) Assistente Social de 1993.

A produção teórica abaixo, é fruto de muitas inquietudes e indagações, resultantes do momento acalorado, onde algumas pessoas afirmam que vivenciamos uma verdadeira crise moral e ética. Tal pesquisa, visa estimular uma reflexão mais aprofundada sobre o real papel da(o) Assistente Social no cenário atual, de acordo com os princípios ético políticos preconizados em seu Código de Ética. Para atingir tais objetivos, utilizamos como metodologia, uma pesquisa exploratória de caráter bibliográfica, fruto de leituras e anotações, oriundas da vivência e experiência docente de ambos os autores deste estudo, durante algum tempo, lecionando a disciplina de Serviço Social e Ética Profissional, além de experiências empíricas e cotidianas, cujas situações contemporâneas nos colocam a refletir sobre ética a todo momento em diversas situações. As reflexões aqui propostas, encontram-se pautadas na teoria social crítica de Marx, contemplando as categorias: totalidade; historicidade e contradição.

2. ÉTICA E MORAL

Ética é o conjunto de valores e princípios que usamos para responder a três grandes questões da vida: (1) quero? (2) devo?; (3) posso? Nem tudo que eu quero eu posso; nem tudo que eu posso eu devo; e nem tudo que eu devo eu quero. Você tem paz de espírito quando aquilo que você quer é ao mesmo tempo o que você pode e o que você deve. (Cortella, Mario Sérgio³³. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI0ODIxMA/>. Acesso em: 26/02/19).

A palavra ética é utilizada cotidianamente pelos indivíduos, porém nem todos sabem explicar facilmente o seu significado. Para início de conversa, ética não se resume a ética profissional, pelo contrário, envolve uma discussão de base filosófica. Para abordarmos, o conceito de ética é imprescindível definir inicialmente o significado de valor e moral.

Pautadas no senso comum e de forma superficial surgem alguns significados para moral, como por exemplo, a moral geralmente atrelada a uma obrigação formal, onde, proibisse um comportamento contrário ao estipulado pelas normas dominantes. Caso, um indivíduo, comporte-se de forma diferente do padrão imposto pela sociedade, ele é visto como imoral.

A moral muita das vezes está associada a um conjunto de valores legitimados pela tradição e pelos costumes classificados como “corretos”, “justos” e “bons”. Podemos exemplificar, esse conceito de moral, quando algumas pessoas se mostram contrárias a adoção de crianças por casais homoafetivos. Isto ocorre, devido nas sociedades historicamente ter prevalecido um padrão heterossexual, onde somente casais formados por pessoas do sexo masculino unidas a uma outra do sexo feminino seriam “capazes” ou teriam o “direito” de adotar crianças, pois o padrão de família nuclear/conjugal³⁴ era o único reconhecido até pouco tempo como “aceitável” e “normal” pela sociedade.

³³ Mario Sergio Cortella (1954) é um filósofo, escritor e professor paranaense. É graduado em Filosofia pela Faculdade Nossa Senhora de Medianeira, mestre e doutor em Educação pela PUC-SP. Foi professor titular do Departamento de Teologia e Ciências da Religião e de pós-graduação em Educação da PUC-São Paulo, onde trabalhou de 1977 a 2012. Mario Sergio Cortella foi secretário Municipal de Educação de São Paulo, entre 1991 e 1992. Desde 1997 é professor convidado da Fundação Dom Cabral. Mario Sergio Cortella é autor de diversas obras no campo da Filosofia e da Educação.

Disponível em: https://www.pensador.com/autor/mario_sergio_cortella/biografia/. Acesso em: 26/02/19.

³⁴ Família nuclear é aquela composta de um homem e uma mulher que coabitam e mantêm um relacionamento sexual socialmente aprovado, tendo pelo menos um filho. (...) Na família nuclear tradicional (...) a esposa trabalha em casa sem ser remunerada, enquanto o marido trabalha fora de casa por um salário. CARNUT, Leonardo; FAQUIM, Juliana. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/4-CARNUT-Leonardo-FAQUIM-Juliana.pdf>. Acesso em: 27/02/2019.

Sendo assim, parece correto apontar que o modelo de família nuclear/conjugal se caracteriza como o “certo” e capaz de adotar crianças. Deste modo, as famílias que não se enquadram nos moldes tradicionais da família nuclear/conjugal são consideradas como famílias “desorganizadas” e ou “desestruturadas”³⁵, de acordo com o pensamento conservador. Quando existem ideias que se contrapõem a tradição cultural, até então predominante, e busca-se romper com essa idealização de modelo padrão, instaura-se um conflito moral.

Atualmente e de forma intensificada, o discurso sobre o resgate e a reatualização da moral e dos bons costumes volta à tona, cuja a moral assume uma função de normatizar, não possibilitando questionamentos as regras e hábitos vigentes, por meio de uma absolutização de valores.

De acordo com o pensamento crítico, presente na referência de Vasquez (2004), a moral representa um sistema de normas, princípios e valores que regulamenta as relações mútuas entre os indivíduos ou entre eles e a comunidade. Por este viés, a moral apresenta-se como uma dimensão da vida social prática construída historicamente, expressa de diversas formas e em diversos espaços. (escolha de valor).

O conceito de valor frequentemente está vinculado à noção de preferência ou de seleção. Os valores podem expressar sentimentos e o propósito de nossas vidas, tornando-se muitas das vezes a base de nossas lutas e compromissos. Temos como exemplo os valores: culturais; individuais e universais.

Segundo Vázquez (2004) a moral sempre existiu, pois todo ser humano possui a consciência moral, que o leva a distinguir o bem do mal no contexto em que vive, surgindo realmente quando o homem passou a fazer parte de agrupamentos, isto é, surgiu nas sociedades primitivas, nas primeiras tribos, ou seja, a moral atinge a grupos específicos e é dotada de um caráter histórico social.

Ainda sobre a moral, e debruçado nos estudos de Vázquez (2004) existem três aspectos fundamentais:

- a) Os princípios, valores ou normas validados por uma comunidade e/ou sociedade e adotados como modelos de comportamento não são eternos;
- b) O comportamento moral trata-se de uma conduta que tem consequências, tornando-se objeto de aprovação ou reprovação ou classificado como: bom ou ruim; certo ou errado.
- c) As ideias, normas e relações sociais nascem e se desenvolvem em correspondência com uma necessidade social.

Para Vázquez (2004), a moral também apresenta uma função social, ou seja, cabe a ela regulamentar as relações entre os seres sociais, contribuindo assim para manter e garantir uma determinada ordem social. O indivíduo se comporta moralmente no quadro de certas relações e condições sociais determinadas que ele não escolheu, e dentro de um sistema de princípio, valores e normas morais que não inventou, mas que recebe socialmente segundo o qual regula suas relações com os demais ou com a comunidade inteira.

Percebemos então, que formam-se aos poucos as ideias morais e os modelos de comportamento moral dos seres sociais. Os indivíduos agem de acordo com as normas aceitas por um grupo social ou por toda a sociedade/comunidade, sancionadas pela opinião e sustentadas pela fiscalização dos demais.

No nosso dia-a-dia, acabamos não fazendo uma distinção entre ética e moral, e até mesmo, de forma equivocada ou seguindo a lógica do senso comum, tratamos essas duas palavras como sinônimas. Mas, os pensadores e estudiosos fazem questão de apresentar e comprovar a distinção entre essas duas palavras.

Podemos dizer, a partir dos textos de Platão e Aristóteles, que a ética teria surgido com Sócrates, no Ocidente, denominada de ética ou filosofia moral. Para Sócrates, o conceito de ética iria além do senso comum da sua época, o corpo seria a prisão da alma, que é imutável e eterna. Existiria um “bem em si” próprios da sabedoria da alma e que podem ser rememorados pelo aprendizado. Segundo Sócrates, a ética investiga e explica as normas morais, pois leva o homem a agir não só por tradição, educação ou hábito, mas principalmente por convicção e inteligência. Vázquez (1998) aponta que a ética é teórica e reflexiva, enquanto a moral é eminentemente prática. Uma completa a outra, havendo um inter-relacionamento entre ambas, pois na ação humana, o conhecer e o agir são indissociáveis. Em síntese:

³⁵ Ressaltamos que o Assistente Social não se refere a uma família como “desorganizada” ou “desestruturada” apenas utilizamos essas terminologias para compreensão do conceito de moral pautado no pensamento conservador. O Assistente Social trabalha com o conceito de família no sentido plural, reconhecendo todos os arranjos familiares, as diversas tipologias e configurações.

- a) a moral é definida como o conjunto de normas, princípios, preceitos, costumes, valores que norteiam o comportamento do indivíduo no seu grupo social, sendo a moral normativa;
- b) enquanto a ética é definida como a teoria, o conhecimento ou a ciência do comportamento moral, que busca explicar, compreender, justificar e criticar a moral ou as morais de uma sociedade, sendo a ética filosófica e científica.
- c) Portanto, ética e moral, pela própria etimologia, diz respeito a uma realidade humana que é construída histórica e socialmente a partir das relações coletivas dos seres humanos nas sociedades onde nascem e vivem. (Vázquez, 1998).

Sabemos que nenhum indivíduo vive isolado, ou seja, para o ser humano: viver é conviver. É justamente na convivência, na vida social e comunitária, que o ser humano se descobre e se realiza enquanto um ser moral e ético. No pensamento de Vázquez (1998), é nas relações cotidianas dos indivíduos entre si que surgem problemas de ordem prática, envolvendo decisões e ações, com isso temos a gênese dos problemas e das indagações morais que nos leva as seguintes perguntas: O que devo fazer? Como agir em determinada situação? Como me comportar perante o outro? Diante da corrupção e das injustiças, o que fazer?

Os indivíduos se defrontam com a necessidade de pautar o seu comportamento por normas que julgam mais apropriadas ou mais dignas de serem cumpridas, sendo assim, não costumamos refletir e buscar os “porquês” de nossas escolhas e decisões. Acabamos agindo pela força do hábito, dos costumes e da tradição, tendendo a naturalizar a realidade social, política, econômica e cultural. Com isto, perdemos nossa capacidade crítica diante da realidade posta. Em outras palavras, não costumamos fazer ética, pois não fazemos uma análise crítica e reflexiva das situações que vivemos e dos fenômenos que nos rodeiam.

3. SERVIÇO SOCIAL E ÉTICA PROFISSIONAL: FUNDAMENTOS ONTOLÓGICOS

Neste item, iremos tratar das bases sócio históricas da constituição da ética, para isso, abordaremos os fundamentos ontológicos³⁶ do ser social.

A relação estabelecida entre homem e natureza é fundamental para a perpetuação da espécie humana. No plano ontológico, o ser humano produz e reproduz em relação a outras dimensões da vida humana como: comer, beber, ter onde morar, ter como se aquecer, dentre outras necessidades, na qual ele precisa realizar a atividade denominada como trabalho³⁷ para conseguir sobreviver. Isso significa que, sem a satisfação das necessidades humanas pelo processo denominado como trabalho, nenhuma outra atividade poderá ser realizada, por isso, compreendemos o trabalho como o eixo fundante do ser social.

Segundo Barroco (2008), os fundamentos ontológicos do ser social são a base de constituição das capacidades humanas que permitem ao homem se comportar eticamente. É no processo histórico de construção do ser social que são tecidas as possibilidades do homem se comportar como um ser ético: enquanto o animal se relaciona com a natureza a partir do instinto, o ser social passa a construir mediações, ampliando seu domínio sobre a natureza e sobre si mesmo. Ainda pautado na obra de Barroco (2008), a ética tem sua gênese na autoconstrução do ser social, ou seja, as capacidades essenciais do ser social são construídas por ele no seu processo de humanização.

Existem várias formas e tipos de condutas éticas, como, por exemplo, na política, na religião e na profissão, sendo esta última conduzida pelo código regulador das ações que determinam os modelos de condutas para seus membros. A ética profissional vem fornecer e esclarecer princípios, normas e diretrizes de comportamento moral específicos que devem ser ressaltados para melhor conduta da atuação profissional. A ética profissional representa a forma de mostrar a conduta adequada, como o profissional deve agir, respeitando a si mesmo e as outros.

³⁶ Ontologia é a ciência que estuda a natureza, a realidade e a existência do ser social, ou falarmos em fundamentos ontológicos, estamos nos referindo as bases e os princípios que possibilitam a existência do ser social.

³⁷ O conceito de trabalho é muito mais amplo do que a mera associação a venda da força de trabalho em troca de um salário, conforme ocorre no modo de produção capitalista. O trabalho compreende qualquer atividade realizada pelo ser social, cujo objetivo é a satisfação das suas necessidades básicas para garantir a sua sobrevivência, por meio de uma relação homem/natureza.

Quando nos referimos a um Código de Ética, estamos tratando de uma dimensão da ética profissional que remete o caráter normativo e jurídico que regulamenta uma profissão, no que concerne às implicações éticas de sua ação. E que não deve ser visto somente pelo seu caráter punitivo, mas como um instrumento privilegiado que permite à profissão expressar sua identidade ético – política a sociedade.

No que tange, a trajetória ética política do Serviço Social, observamos nas protoformas da profissão no Brasil, uma ética tradicional. A ética tradicional predominou no Serviço Social nas décadas de 1930, 1940 e 1950, expressam uma das perspectivas morais da sociedade burguesa: a moral conservadora em sua articulação com a cristã neotomista³⁸ e positivista³⁹. O primeiro Código de Ética das (os) Assistentes Sociais foi aprovado em 1947 e apresentava uma base filosófica direcionada à ação para a manutenção da estrutura social do Estado, permeado por valores abstratos, idealistas e universais, baseado no neotomismo, com os princípios da dignidade da pessoa humana e do bem comum. Este código apresentava como características: a negação da historicidade e a separação entre teoria e prática e ideologia e ciência. (Barroco, 2001).

Na década de 1960, presenciamos um momento de ruptura com os costumes e valores de ordem moral, até então vigentes, possibilitando novas alternativas e escolhas, tanto que Barroco (2001) aponta que vivenciamos neste período novos rumos direcionados para a construção de uma nova moralidade. Porém, o que se viu nos Códigos de Ética do Serviço Social de 1965 e 1975, foi a Reatualização da ética profissional tradicional conservadora, radicalmente contrário a qualquer transformação e defensor da ordem, hierarquia e disciplina, reforçando a integração harmônica ao desenvolvimento pela correção de desníveis e desajustes sociais.

Na década de 1980, presenciamos um processo de ruptura com a ética tradicional no âmbito do Serviço Social, conforme discorre Barroco (2001) permeada no âmbito político pelo conjunto de movimentos vinculados à luta pela democratização da sociedade que se expressaram na mobilização dos trabalhadores, no renascimento combativo das organizações sindicais, na revitalização de entidades representativas e dos movimentos de cunho popular, todos no embate pela incorporação, ampliação e garantia de direitos e consubstanciados nas discussões éticas contemporâneas. A liberdade, democracia, igualdade, justiça social, solidariedade e cidadania foram eleitos como valores, colocando na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais.

Barroco (2001) afirma que é nos marcos da busca da materialidade do compromisso ético-político profissional, ancorado em valores éticos progressistas e pressupostos teóricos fundados na teoria social-crítica e tradição marxista que se dá a aprovação Código de Ética de 1986, considerado por muitos “*divisor de águas*”, na ruptura ética e ideopolítica com o conservadorismo e com concepções éticas imutáveis e abstratas, idealistas e metafísicas de “bem comum” e “pessoa humana”, onde os valores eram tidos como universais e acima dos interesses de classe, superando, assim, a perspectiva a-histórica e acrítica presente no interior da profissão.

Porém, apesar dos avanços possibilitados pelo Código de Ética do Serviço Social de 1986, era notório a percepção de resquícios de uma visão estática e unilateral do ponto de vista teórico-filosófico que apresentava uma leitura idealista e voluntarista, no que tange ao potencial político da profissão se colocavam como alvo de críticas, principalmente por nele se explicitar uma vinculação profissional a uma determinada classe social – a classe trabalhadora e pela negação do pluralismo e, portanto, impondo uma urgente revisão. (Barroco, 2001).

Para Barroco (2001), na década de 1990, o debate entre Ética e Serviço Social, se fortalece e se ressignifica, pautado sobre uma reflexão ético-crítica, que assume valores libertários e democráticos com potencial de fortalecer uma Identidade Profissional articulada a um projeto societário democrático que coadunava com a construção de uma nova ordem societária, tendo por pilar a defesa intransigente de direitos e promoção do homem na sua condição humano-genérica.

³⁸ Neotomismo é uma corrente filosófica surgida no século XIX com o objetivo de reviver e atualizar a filosofia e a teologia de São Tomás de Aquino, o tomismo, a fim de atender aos problemas contemporâneos. O neotomismo afirma que a filosofia é a base da fé cristã. O neotomismo trazia para muitos intelectuais a possibilidade de conjugar fé e razão, tradição e modernidade, o que condizia com as expectativas de futuro da classe dominante. (SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. Positivismo X Neotomismo: Reflexões sobre práticas historiográficas no Brasil e na Argentina (1870-1940). Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

³⁹ O positivismo é uma das doutrinas filosóficas derivadas do iluminismo. Foi com Augusto Comte (1798-1857) que o positivismo se tornou uma escola filosófica. O positivismo apagava a fé em prol da razão e do empirismo. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.25/ANPUH.S25.0317.pdf>. Acesso em: 28/02/19.

Com isso, temos em 1993, a aprovação de um novo Código de Ética Profissional, que prevalece vigente até os dias atuais, expressando a maturidade teórica e intelectual adquirida pela profissão a partir das dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas assumidas pela categoria profissional frente às questões sociais e demandas impostas pela realidade brasileira. No próximo item, discutiremos acerca dos onze (11) Princípios Fundamentais do Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993 e os desafios para a sua materialização na contemporaneidade frente a onda ultraconservadora que atinge a sociedade brasileira.

4. OS ONZE (11) PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE ÉTICA DA (O) ASSISTENTE SOCIAL DE 1993 NA CONTEMPORANEIDADE: CONSERVADORISMO X RESISTÊNCIA

Em linhas gerais, Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993, visou superar a excessiva ideologização do Código de 1986 e reflete a maturidade teórica da profissão, reafirmando os valores fundamentados pautados na liberdade e justiça social, consolidado a partir da democracia; normatizou o exercício profissional, valorizando a dimensão técnico-operativa; ampliou a visão de compromisso dos profissionais com o usuário; empenhou-se na eliminação das formas de preconceito; desencadeou uma luta pela ampliação e consolidação da cidadania e pela garantia do acesso universal e igualitário dos serviços; e apresentou a defesa da participação popular.

A estrutura do Código de Ética de 1993 trata dos direitos; deveres; vedações das (os) Assistentes Sociais e dos onze (11) Princípios Fundamentais, que representam o arcabouço ideológico sobre o qual se elaborou o código e serão fruto das nossas próximas reflexões:

I – Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais → Ao reconhecer a liberdade como valor ético central, estamos reafirmando que os indivíduos devem ser livres na tomada das decisões. A liberdade consiste em poder fazer tudo aquilo que se deseja, desde que não prejudique outra pessoa, conforme expresso na Declaração dos Direitos dos Homens e Cidadão de 1789, documento culminante da Revolução Francesa.

Segundo Barroco e Terra (2012) a(o) Assistente Social na sua prática profissional, na relação que estabelece com os usuários atendidos pelo Serviço Social, com outros profissionais e com qualquer pessoa, deve pautar sua conduta no reconhecimento da liberdade e de suas possibilidades, eis que esse é o valor ético central. Aqui cabe um parêntese, pois a dita “liberdade” não se concretiza efetivamente em uma sociedade formada por duas classes antagônicas, como no caso do modo de produção capitalista, na medida que as escolhas são relativas, individualistas e alienadas. Além disso, a autonomia plena e a emancipação humana não são possíveis dentro do nosso atual sistema vigente, tendo em vista que emancipação política não é sinônimo de emancipação humana.

II – Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo → Cabe inicialmente, desconstruirmos a visão deturpada sobre direitos humanos, propagada para uma parcela da população e reproduzida por alguns veículos midiáticos. Direitos Humanos, corresponde ao direito de qualquer cidadão, independente de classe social, sexo, raça, ou qualquer outra diferença. Todos os indivíduos devem ter seus direitos respeitados, esta defesa deve ser feita pelas (os) Assistentes Sociais de todas as formas e em todas as circunstâncias. As condutas arbitrárias revelam-se na decisão individual e no abuso de poder e tais práticas devem ser condenadas, denunciadas e jamais praticadas pelo profissional de Serviço Social.

III – Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vista à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras → Exercer a sua cidadania, ser cidadão, constitui em pertencer a uma sociedade na qual exista o direito de expressão, participação e de ser compreendido. Ser cidadão, é poder gozar de direitos políticos, civis e sociais. Atualmente, não se pode entender e falar sobre cidadania sem mencionar anos de lutas para conquistar do que se denominou direitos fundamentais presentes na Constituição Federal de 1988. Esses direitos, são as bases para conquistar da cidadania política em um Estado Democrático de Direito, cabe a este Estado proteger juridicamente todos os direitos inerentes aos cidadãos. Sendo assim, os espaços de inserção dos Assistentes Sociais são propícios à realização de estratégias viabilizadoras de direitos e de acesso às políticas sociais. A atuação dos profissionais de Serviço Social, podem evitar que a cidadania fique restrita, a partir de ações que contribuam para a promoção do acesso integral aos direitos sociais.

IV – Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida → É imprescindível, compreendermos, que a chamada “democracia” sob a regência do capital é meramente formal, ou seja, não possibilita e não efetiva a participação de todas e todos na vida política, nem materializa a liberdade de expressão. Na ordem capitalista, igualdade de oportunidades para todos sem qualquer distinção, é uma falácia. Diante disto, cabe a(o) Assistente Social lutar cotidianamente por essa participação política, visando a socialização de toda a riqueza produzida, buscando amenizar e romper com a desigualdade social.

V – Posicionamento em favor da equidade e justiça social que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática → A(o) Assistente Social não pode se comportar de forma “neutra”, pelo contrário, o profissional desta área deve apresentar um posicionamento político a favor dos interesses históricos da classe trabalhadora e dos grupos sub representados, sempre buscando atenuar as desigualdades existentes, no que tange o acesso aos direitos sociais.

Para exemplificar essa situação, podemos citar o debate acerca da democratização do acesso ao ensino superior, no âmbito das universidades públicas e privadas, por intermédios das cotas raciais e sociais. Essas cotas, compreendidas como ações afirmativas têm por objetivo corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por fim a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais, como educação e emprego. Segundo Santos (2015), preciso resgatar a concepção de igualdade não como aplicação de regras de direitos iguais para todos, mas considerar que medidas específicas necessitam ser implementadas em função de situações diferenciadas de desenvolvimento de grupos historicamente discriminados, como os negros e pobres no Brasil, devemos falar em igualdade pensando nas especificidades.

Logo, existe na luta pelo reconhecimento da diferença, a luta pela igualdade, pela implementação de políticas universais, mas que caminhem lado a lado com políticas de ações afirmativas para a população negra e pobre. Nesse sentido, as políticas públicas e privadas deveriam sempre trabalhar no âmbito de garantir o acesso universal à educação e também respeitar as diferenças.

VI – Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças → Este princípio, rejeita qualquer conduta e atitude preconceituosa e discriminatória manifestada pela (o) Assistente Social em sua dimensão profissional. O respeito a diversidade e o incentivo às diferenças são componentes constitutivos na atuação profissional da (o) Assistente Social. O preconceito social, racial, sexual, dentre outros, vistos erroneamente por alguns indivíduos como “mimimi” ou vitimização devem ser combatidos. Qualquer manifestação pejorativa a alguém ou algum grupo social, seja fisicamente ou no âmbito digital deve ser rechaçada.

VII – Garantia do pluralismo através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual → Neste item, temos o respeito que deve ser praticado a outras correntes profissionais existentes, no sentido de reconhecimento do contraste dentro de um ambiente democrático, que deve zelar pelo diálogo e não pela imposição.

Além disso, temos um compromisso firmado da(o) Assistente Social com o aprimoramento intelectual contínuo, visando acompanhar as reformulações e atualizações para que possa prestar um serviço de qualidade a sua população usuária.

VIII – Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação – exploração de classe, etnia e identidade de gênero → Neste princípio, constatamos que o projeto profissional do Serviço Social brasileiro, consolidado no Projeto Ético Político, imprimir uma direção para atuação profissional diferente da proposta do atual projeto societário, que é capitalista. Por ser oposto ao atual projeto societário, o nosso projeto profissional propõe a construção de uma nova ordem societária, onde a emancipação humana não seja mais utópica e se torne real. Essa nova proposta societária supõe a erradicação de todos os processos de exploração, dominação, opressão e alienação.

IX – Articulação com os movimentos sociais de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores → Neste momento, evidenciamos a importância do Serviço Social se articular com outras categorias profissionais que partilhem dos mesmos ideais, valores e princípios que os presentes no Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro, tendo um compromisso com a luta da classe trabalhadora.

X – Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva de competência profissional → Este ponto aborda a responsabilidade das (os) Assistentes Sociais com os serviços prestados aos usuários, por intermédio de ações, orientações, encaminhamentos e dentre outras atividades. Trata-se de um compromisso ético e o aperfeiçoamento intelectual possibilita o conhecimento dos mecanismos e instrumentos necessários para atuar diante das expressões da questão social, buscando a efetivação do acesso e ampliação de direitos.

XI Exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de classe social, identidade de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física → Por fim, temos o princípio décimo primeiro que dialoga diretamente com o sexto, mas acrescenta que devemos respeitar e ser respeitado, no que tange a diversidade humana. Aqui, está visível que a(o) Assistente Social não pode atuar nem compactuar com práticas racistas; homofóbicas; misóginas; xenofóbicas; discriminatórias contra pessoas com deficiência; ou que sejamos, intolerantes a outros tipos de religião ou hábitos culturais. Em resumo, o respeito a todas as classes sociais e a pluralidade deve predominar.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em tela, apresenta um esforço preliminar, no sentido de articular o atual cenário político, econômico, social e cultural brasileiro, com os princípios e valores defendidos pela profissão de Serviço Social. Inicialmente, partimos de uma discussão teórica sobre a conceituação de moral e ética, para que a partir das diferenças existentes no significado dessas duas palavras, seja possível compreender, a partir do conhecimento científico, o que ocorre hoje no Brasil, através de uma perspectiva crítica de análise e de um olhar pautado na historicidade e na totalidade.

Nossa atual conjuntura, apresenta abertamente que vivemos em uma ameaça constante, fruto de uma ultra onda conservadora, de retrocessos, de utilização do ódio como instrumento político para obter hegemonia. É importante salientar, que nossa luta é coletiva, que nossa resistência é contra a instauração de um projeto fascista que deve ser combatido, através das lutas democráticas pela dignidade e em defesa dos direitos humanos.

Medidas extremistas e autoritárias, enfraquecem e inviabilizam as instituições democráticas; renunciam as liberdades individuais e impõem padrões normativos conservadores; que são antagônicos às conquistas da classe trabalhadora; disseminam ódio e desrespeito aos grupos sub representados e historicamente excluídos da sociedade.

Por isso, é nosso dever enquanto categoria profissional, lutar cotidianamente pela defesa intransigente dos direitos humanos, fortalecendo as lutas coletivas contra qualquer projeto de ordem racista, machista, LGBTfóbica, xenofóbica ou de qualquer direção que viole o direito de algum cidadão.

REFERÊNCIAS

- [1] Barroco, M. L. Ética Fundamentos sócio- históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social).
- [2] Ética e Serviço social – Fundamentos Ontológicos. São Paulo, Cortez, 2001.
- [3] Barroco, M. L & TERRA, Sylvia Helena. Código de Ética do/a Assistente Social Comentado. São Paulo: Cortez, 2012.
- [4] Braz, M. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In CRESS 7a. Região. Assistente Social: ética e direitos. Rio de Janeiro: CRESS/7a. Região, 2005.
- [5] Carnut, Leonardo; FAQUIM, Juliana. Conceitos de família e a tipologia familiar: aspectos teóricos para o trabalho da equipe de saúde bucal na estratégia de saúde da família. Disponível em: <http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2017/10/4-CARNUT-Leonardo-FAQUIM-Juliana.pdf>. Acesso em: 27/02/2019.
- [6] CFAS. Códigos de Ética Profissional do Assistente Social. Rio de Janeiro: CFAS, 1947, 1965, 1975, 1986.
- [7] CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS, 1993.
- [8] CFESS/ABEPSS, Serviço Social: Direitos e Competências Profissionais. Brasília, 2009.
- [9] Cortella, Mario Sérgio. Grifo nosso. Disponível em: <https://www.pensador.com/frase/MTI0ODIxMA/>. Acesso em: 26/02/19).
- [10] Santos, Diego A. Rivas. A questão da permanência de estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: um estudo do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO. Dissertação (mestrado) –Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social. Orientadora: Andreia Clapp Salvador, 2015.
- [11] Vázquez, Adolfo S. Ética. 2ª. d. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998 e 2004.

Capítulo 13

A precariedade do atendimento ao segurado nas agências da Previdência Social e a MP 871/2019

Patrícia Martins Garcia

Fernanda Julie Parra Fernandes Rufino

Zulmar Fachin

Maiara Ritiele de Queiroz

Diogo Oselame Pereira Boeira

Resumo: O presente trabalho objetiva estudar o direito do cidadão à seguridade social. Estabelece como problema de pesquisa o deficitário atendimento das agência da previdência social e a análise da Lei nº 13.846/201, decorrente da MP nº 871/2019, cujo conteúdo trouxe mudanças a serem implantadas no sistema atual.

A partir do método dedutivo, pesquisa bibliográfica, análise legislativa e jurisprudencial, o breve estudo conclui que as inovações legais relativas, sobretudo, à implantação do serviço digital “MEU INSS” poderão gerar ainda mais sobrecarga de trabalho aos servidores das agências da previdência social, refletindo, consequentemente, na dificuldade de acesso aos benefícios previdenciários. A morosidade de atendimento, por sua vez, fere diretamente a dignidade humana, diante da violação dos direitos sociais e fundamentais inatos à pessoa.

Palavras Chave: Seguridade social. Benefícios sociais. Atendimento. Previdencia Social. Segurado. Precariedade.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho realiza uma análise acerca da problemática envolvendo o direito ao acesso à seguridade social, face à precariedade enfrentada pelo sistema, em razão, principalmente, da falta de investimento do Poder Público nas agências da previdência social, as quais têm função relevante na preservação de direitos fundamentais dos segurados, como o direito à saúde, ao ser disponibilizado, por exemplo, o auxílio doença. Além disso, outro fator crítico refere-se ao risco de agravamento dessa situação diante das ações previstas na Medida Provisória (MP) 871/2019, que dispõe sobre mudanças a serem implantadas no sistema atual, as quais acarretarão na sobrecarga de trabalho aos servidores das agências da previdência social e, consequentemente, refletirão na dificuldade de acesso aos benefícios previdenciários pelos segurados.

2. O DIREITO À SEGURIDADE SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Os direitos fundamentais do homem encontram-se positivados em diversas Constituições de Estados Democráticos de Direito. No Brasil, os direitos fundamentais, garantidores da dignidade da pessoa humana, estão dispostos no texto constitucional de 1988, como o direito à vida, à liberdade e à saúde e, ainda estão previstas diversas garantias institucionais, como um sistema de seguridade social (SARLET, 2012, p. 182.), o qual compreende ações advindas do Poder Público e da sociedade, baseadas em princípios, como a universalidade da cobertura e do atendimento, a fim de assegurar os direitos à vida, à previdência e à assistência social da pessoa (CF, art.194).

Nesse sentido, as prestações pecuniárias advindas da seguridade social e direcionadas aos cidadãos por direito, como auxílios e pensões, têm papel fundamental para a efetivação da dignidade do segurado. Por fim, a previsão de direitos dos homens, apesar de ser fato importante, não preserva por si só a dignidade da pessoa humana, necessitando de ações efetivas para a concretização desses direitos (BOBBIO, 1986, p. 63).

3. A PRECARIEDADE NO ATENDIMENTO DO SEGURADO NAS AGÊNCIAS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E A MEDIDA PROVISÓRIA 871/2019

O acesso do segurado aos benefícios da seguridade social, hodiernamente, enfrenta uma crise, fato este relacionado à dificuldade no atendimento aos segurados nas agências da previdência social. Assim, verifica-se que o problema geralmente reside principalmente na má prestação do serviço ocasionada pela sobrecarga dos funcionários, devido à falta de investimentos públicos, como na contratação de servidores. Tal fato acarreta o acúmulo de pedidos de benefícios, demandam mais tempo para serem atendidos e gera prejuízos diretos ao segurado.

A fim de amenizar o problema relacionado à falta de servidores nas agências, no ano de 2018, foi implantado o serviço digital “MEU INSS”, que tem por objetivo facilitar o acesso dos segurados às informações do seu cadastro junto à previdência social por meio da internet, visando agilizar o processo burocrático das agências e, consequentemente, diminuir o tempo entre o pedido do benefício e sua efetivação. No entanto, ao verificar-se na prática, a implementação do sistema não apresentou a melhora almejada, principalmente, ao se analisar a dificuldade encontrada por segurados com pouca familiaridade no acesso à internet, por exemplo, segurados analfabetos ou que apresentam algum tipo de deficiência, fatos que levaram a Defensoria Pública da União à protocolar, no mesmo ano, uma ação civil em face do Instituto Nacional do Seguro Social, a fim de providenciasses mudanças para sanar essa problemática (ação cível nº 2018/001-0603).

Destarte, o segurado ao comparecer na agência da Previdência Social, a fim de obter informações, é orientado a criar uma senha via internet, para ter acesso aos dados. Nota-se, que essa etapa é responsabilidade do segurado, ficando à mercê do êxito desse procedimento para obter informações imprescindíveis à efetivação do seu benefício, o que contraria o disposto no artigo 194, inciso I da Constituição Federal, que dispõe sobre o princípio da Universalidade da Cobertura e do Atendimento da Seguridade e prevê a proteção social do segurado e seus dependentes, o qual deverá alcançar todos os eventos cuja reparação seja premente, a fim de manter a subsistência de quem dela necessita. (CASTRO; LAZZARI, 2016, p. 46). Em outras palavras, a falta de investimentos do Poder Público e a informatização do serviço - sem o devido apoio ao segurado - têm dificultado o acesso à benefícios essenciais para a manutenção da sua dignidade e, acima de tudo, contrariando o texto constitucional.

Além disso, foi editada a Medida Provisória de nº 871/2019, que entrou em vigor no dia 18 de janeiro de 2019, instituindo ações relacionadas à previdência social, como o Programa Especial para Análise de Benefícios com indícios de irregularidades e o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, os quais expõem diversos objetivos positivos em relação ao sistema de previdência social. Porém, ao se analisar o quadro crítico já instalado nesse setor, infelizmente, há a possibilidade da Medida Provisória acentuar as dificuldades do acesso do segurado a benefícios essenciais à sua subsistência, fato decorrente da sobrecarga de atividades dos poucos servidores das agências previdenciárias.

A título de exemplo, citam-se dispositivos da Medida Provisória que dispõem sobre a análise de todos os benefícios previdenciários com indícios de irregularidades, bem como a revisão de todos os benefícios por incapacidade (auxílio doença e aposentadoria por invalidez), independente da idade do segurado ou, ainda, se há ação judicial transitada em julgado em relação ao benefício. Desse modo, certamente, o processo de efetivação de tais medidas, apesar do intuito positivo, agravará a problemática já existente em relação à precariedade nos atendimentos prestados nas agências de todo país, pois além das atividades ordinárias, os servidores terão que realizar a execução do plano disposto na MP.

Por fim, apesar das mudanças propostas pela Medida Provisória fundamentarem-se na geração de economia para o estado, são notórias as injustiças que ocorrerão para a concretização dessas ações sem o prévio investimento do Poder Público, fato que não é aceitável, já que as prestações do Estado devem ocorrer de forma justa, além de alcançarem a finalidade social para a qual foram criadas (PERA JUNIOR, 2017, p. 97), garantindo, desse forma, a dignidade da pessoa humana do segurado.

4.CONCLUSÃO

A partir dos elementos pontuados foi possível constatar que o disposto na Constituição Federal sobre a proteção social do segurado, para que possa garantir a sua subsistência ou de quem dela necessite e, principalmente, tenha sua dignidade preservada, não está sendo efetivado, devido ao quadro crítico em que as agências da previdência social se encontram.

O enfrentamento dessa realidade poderá, ainda, ser agravado face às ações previstas na Medida Provisória nº 879/2019, que, embora demonstrem uma tentativa de gerar celeridade aos procedimentos, gerarão, de igual forma, diversas barreiras aos cidadãos que não contam com a devida aptidão para o acesso à internet, culminando, no acúmulo de tarefas aos servidores existentes, face à ausência de investimento material pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

- [1] Bobbio, Norberto. Era dos direitos. São Paulo: Paz Terra e Política, 1986.
- [2] Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- [3] Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 mar. 2019.
- [4] Brasil. Medida provisória nº 879/2019, de 01 de janeiro de 2019. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm. Acesso em: 04 mar. 2019.
- [5] Castro, Carlos Alberto Pereira; Lazzari, Joao Batista. Direito Previdenciario. Rio de Janeiro: Forense, 2016.
- [6] Pera Junior, Ernani Jose. Da tensão entre a reforma previdenciária e a cláusula de vedação ao retrocesso social: da dignidade da pessoa humana enquanto valor de equalização. Maringá: IDDM, 2017.
- [7] Sarlet, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. 11. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Capítulo 14

Avaliação acerca do controle social e participação no Sistema Único de Assistência Social – SUAS

Lúcia Elizabeth Moura Rodrigues

Anelize Felício Felipe

Lívia Maria Sales de Sousa

Diego Mendelson Nobre Carvalho

Leiriane de Araújo Silva

Resumo: Atualmente, há desafios que se apresentam no Estado de direitos e na luta por sua efetivação, acerca da participação social, como estratégia de combate a negação de direitos e a construção de Políticas Públicas mais justas e democráticas atendendo aos anseios da sociedade. Tendo em vista que inúmeros obstáculos perpassam o processo do controle social, realizaremos uma empreitada a fim de fornecer maior amplitude e embasamento teórico para as discussões sobre controle social, participação e efetividade. Portanto, percebe-se que os conselhos de assistência social encontram-se fragilizados devido várias atecnias, compreensões equivocadas acerca do controle social, frágil participação, dentre outros.

Palavras-chave: Participação; Controle Social; Efetividade

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, um dos grandes desafios que se apresenta no âmbito do Estado Democrático de Direitos e na luta por sua efetivação, diz respeito à participação social, como estratégia de combate a negação de direitos e a construção de Políticas Públicas mais justas e democráticas atendendo aos anseios da sociedade. Contudo, inúmeros obstáculos perpassam o processo do controle social, sendo necessário realizar um resgate histórico a fim de entendermos melhor a conjuntura vivenciada.

O controle social adquiriu força jurídica no Brasil com a publicação da Constituição Federal de 1988, a qual estabeleceu a descentralização e a participação popular como marcos no processo de elaboração das políticas públicas, particularmente nos campos das políticas sociais e urbanas, consagrando, assim, uma conjuntura favorável à participação da sociedade nos processos de tomada das decisões políticas fundamentais ao bem-estar da população.

Cunha (2003) define controle social como “a capacidade que tem a sociedade organizada de intervir nas políticas públicas, interagindo com o Estado na definição de prioridades e na elaboração dos planos de ação do município, estado ou do governo federal”. Sendo assim, o controle social nada mais é que uma forma de distribuição do poder de decisão sobre as políticas públicas entre o Estado e a sociedade. Assim, a sociedade passa a interagir com o Estado e participa ativamente da definição, elaboração e acompanhamento das prioridades e políticas a serem implementadas pelos entes administrativos.

Na perspectiva de direitos, a Constituição Federal de 1988 – CF/88 ao indicar a transferência da execução de diversas políticas públicas para a gestão dos municípios e introduzir em seu texto constitucional diversas formas participativas de gestão e controle, nas áreas da saúde, educação, assistência social, políticas urbanas e meio ambiente - garantiu o direito à participação popular na definição das políticas públicas, bem como no acompanhamento das ações do Estado.

2. DESENVOLVIMENTO

Participação e efetividade nas políticas públicas

A concepção de cidadania desenvolvida há mais de 50 anos continua a se revelar como de vanguarda para as democracias contemporâneas como a do Brasil, pois tem por intento resgatar valores prioritários consagrados no pacto social fundamental celebrado entre Estados democráticos e seus cidadãos, no sentido que o poder político legítimo está consubstanciado na vontade e no agir conjunto dos cidadãos, que expressam sua liberdade de associação, opinião, debates e manifestação no espaço público, a fim de participar das decisões de Governo e fiscalizar seu exercício em prol da sociedade. Cidadania é o direito a ter direitos.

Com essa compreensão, De Masi (2000) argumenta que tais pressupostos estão transformando as Instituições e não podem deixar de influir também na estrutura e funções do Estado. Assim, o estado contemporâneo migraria sua forma de gerenciar a coisa pública: do modelo tradicional, autoritário, para um modelo descentralizado e voltado para a justiça participativa. McLagan e Nel (2000) referem-se aos dias atuais como a nova era da participação com o desafio de emocionar e envolver pessoas elevando a questão da participação ao nível da opção social e filosófica. Para esses autores.

A era da participação demanda uma mudança no que pensamos ser. Os Seres humanos não são completamente racionais: não somos unidades cujo comportamento pode ser previsto por teorias econômicas. Não somos fenômenos de causa e efeitos. A crença de que podemos construir uma mudança na organização do esforço humano, torna-se em si mesma, uma interferência na condição da participação. (McLAGAN e NEL, 2000, p.36).

As demandas por participação, em todas as dimensões (na família, no trabalho, no aparato institucional ou nos governos), estão se ampliando. As pessoas, as organizações e até mesmo, os países que num passado recente permaneciam relativamente isolados agora se encontram frente a frente por meio da televisão, do telefone celular, da internet, assim, o acesso à informação elimina fronteiras e favorece a participação das pessoas, abrindo horizontes para que cada um faça suas escolhas, conseqüentemente, uma maior independência exige uma participação ativa. Os relacionamentos globais dependem da participação efetiva o que vem contribuindo sobremaneira para a queda do autoritarismo.

Em se tratando da participação popular no domínio das políticas públicas brasileiras, há desde a década de 1980, no contexto das lutas pela abertura democrática, um clima nacional favorável à participação e na mesma proporção contrária ao autoritarismo. Na Política Nacional de Assistência Social - PNAS (2004), a

participação popular constitui-se ao lado da descentralização, da responsabilidade do Estado e da centralidade na família, uma diretriz assumida em observância aos determinantes da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (1993).

Diferente dos modelos e experiências de assistência social que antecedem a LOAS, a diretriz em torno da participação da sociedade civil, constitui-se um fator determinante para consolidação da assistência social como política pública. Destaca-se que em cada esfera de governo, o Estado é o responsável por sua gestão (LOAS, art. 5º inciso III). A ideia de participação está associada ao protagonismo conforme Campos “participar na condição de definidor de prioridades; de elaborador de políticas; de normalizador de critérios de acesso e de fiscalizador das ações do governo nesta área” (2007, p.95).

A partir dessa concepção entende-se que o objetivo principal dessa participação não seria assumir responsabilidades do Estado, mas dar visibilidade às demandas das parcelas excluídas e incorporá-las à agenda do governo. Com esse entendimento, participar é dialogar, é dar expressão às reivindicações da sociedade civil, é investir na construção de uma sociedade democrática (CAMPOS, 2007, p.94).

O direito do cidadão não fica, portanto, restrito à escolha, por meio do voto, dos seus representantes, abrangendo, ainda, o direito de acompanhar de perto, durante todo o mandato, como esse poder delegado está sendo exercido, supervisionando e avaliando a tomada das decisões administrativas. Embora o responsável pela gestão dos recursos tenha o dever de aplicá-los de acordo com a lei que estabelece a finalidade de cada item, promovendo, assim, o bem-estar de todos, a malversação dos recursos públicos, têm, cada vez mais, causado prejuízos ostensivos aos destinatários desses recursos: os cidadãos.

Nesse contexto, as ideias de participação e controle social, intimamente relacionadas, tornam-se importantes instrumentos, capazes de incrementar o trabalho desses dirigentes e gestores, melhorando, conseqüentemente, seus resultados. É através da participação na gestão pública que os cidadãos poderão intervir na tomada da decisão administrativa, seja instruindo a Administração para que adote medidas que atendam verdadeiramente ao interesse público, seja exercendo o controle sobre a ação do Estado, exigindo que os gestores públicos prestem contas de suas atuações.

Historicamente, o Brasil se transformou ao longo do século XX de um país de baixa propensão associativa e poucas formas de participação da população de baixa renda (AVRITZER, 2007), em um dos países com o maior número de práticas participativas. Com a promulgação da CF/88 foi dada a partida para a formação de uma vasta institucionalidade participativa que inclui conselhos, orçamentos participativos (OPs) e planos diretores municipais, entre outras formas de participação (AVRITZER, 2009). A participação política no Brasil tem experimentado um crescimento constante desde a democratização.

Nos últimos oito anos, estas formas de participação, cuja presença era fundamentalmente local, expandiram-se para o plano nacional, durante o governo Lula. Esse conjunto de fenômenos aponta na direção da presença de formas ampliadas de participação na democracia brasileira. No entanto, se tal literatura tem a seu favor a presença de experiências de participação em diversas partes do Brasil, ela também necessita mostrar o papel das formas de participação na operacionalidade da democracia. Essa é a possível origem do assim chamado “problema da efetividade” que tem despertado, crescentemente, a atenção dos estudiosos da área de participação (TATAGIBA, 2002; AVRITZER, 2007).

Dois são os motivos principais pelos quais a questão da efetividade tem atraído a atenção desses pesquisadores: o primeiro deles é uma crescente associação entre participação e políticas públicas, bastante específicas do caso brasileiro. As formas de participação no Brasil democrático foram se disseminando em áreas como saúde, assistência social e políticas urbanas e as formas de deliberação foram sendo crescentemente relacionadas às decisões em relação a estas políticas.

Neste sentido, a capacidade destas deliberações de se tornarem efetivas adquiriu centralidade entre os pesquisadores da área de participação. Em segundo lugar, passou a haver uma preocupação de caráter mais teórico em relação ao tema da deliberação. A maior parte da bibliografia internacional sobre o assunto passou a estar preocupada com as características da democracia deliberativa e aí também se disseminou uma preocupação com a efetividade da deliberação (DRYZEK, 2000). Assim, passou-se a trabalhar cada vez mais no Brasil e no exterior com o tema da efetividade.

No caso brasileiro a existência de uma gama bastante grande de estudos sobre a participação, apoiados em diversas tradições teóricas, gerou um problema adicional. Como homogeneizar ou ao menos estabelecer algum nível de comparabilidade entre os estudos existentes sobre efetividade participativa? (AVRITZER, 2007, 2010). Estes estudos passaram a envolver a tentativa de identificar empiricamente elementos deliberativos em algumas das instituições participativas (IPs) mais importantes existentes no Brasil.

Assim, algumas tentativas de identificar os elementos deliberativos em diversos conselhos foram realizadas por diferentes pesquisadores (ABERS; KECK, 2008; AVRITZER, 2007, 2010).

Ao mesmo tempo, outras tentativas de colocar em questão os elementos deliberativos dos conselhos, ou aspectos desta teoria, têm se apresentado no Brasil (LAVALLE, 2006). Esta introdução tem dois objetivos: o primeiro deles é reenfocar a discussão sobre deliberação a partir das suas origens teórico-analíticas, tentando sistematizar as diversas fontes deste debate.

Iremos realizar tal empreitada com o intuito de fornecer uma amplitude maior e embasamento teórico para as discussões sobre participação, deliberação e efetividade. O segundo objetivo desta introdução é analisar as diversas metodologias existentes, propondo formas mais unificadas de agregação destas metodologias.

A visão geral que irá permear o texto aborda certa tendência nos estudos empíricos na área de participação de adoção de um conjunto de proposições comuns e de avançarem no rumo de uma mesma preocupação metodológica, qual seja, a de avaliar a efetividade participativa pelos seus resultados.

Sabemos que existem hoje no Brasil dezenas de milhares de instituições que utilizam a participação social de alguma forma (AVRITZER, 2010). Estas instituições estão localizadas nos diferentes níveis de governo (nacional, estadual e local), nas diferentes políticas públicas e em diferentes contextos políticos e regionais – cidades governadas por partidos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT), e cidades governadas por coalizões de tipos diferentes.

Pensar o problema da efetividade significa conseguir estabelecer algum tipo de comparabilidade sobre resultados produzidos por estas instituições. Essa tarefa é ainda mais difícil já que a participação, por implicar tanto um elemento valorativo quanto um elemento político. O elemento valorativo evidentemente que não pode constituir muito mais do que um ponto genérico de partida para se analisar a participação. Assim, governos que anunciam a participação unicamente por esta constituir uma proposta do seu campo político sabem que ela não terá à final efetividade alguma.

No entanto, uma vez que superamos a dicotomia valores versus políticas, continuamos com o problema da efetividade, ainda que posto de uma forma mais estreita. Esse problema implica pensar que comparativamente temos um conjunto de governos comprometidos com a participação, devido a um conjunto de motivos contextuais, políticos, administrativos e temáticos. Este constitui o campo do debate atual sobre efetividade da participação.

A política de Assistência Social e o Controle Social no Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A promulgação da LOAS em 1993 estabeleceu os princípios da descentralização e da participação da sociedade. A sustentação da estrutura organizacional desta como política pública fundou-se em dois grandes eixos: redefinição entre o poder público central e os poderes públicos locais; recomposição da relação entre Estado e sociedade, envolvendo o papel das entidades não governamentais prestadoras de Assistência Social e, o papel dos Conselhos, Conferências e Fóruns.

Um desses espaços refere-se aos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal e do Distrito Federal, constituindo-se num espaço de democracia participativa com a participação direta da sociedade, por meio de representantes de usuários, de trabalhadores da área e de entidades assistenciais no processo de formulação, fiscalização e controle da política assistencial.

Em algumas situações, os Conselhos foram criados para cumprimento dos critérios para o recebimento de recursos. Em outros casos, a demora para a implementação dos Conselhos é justificada pelo desconhecimento da sociedade civil e do próprio governo sobre a importância desta instância deliberativa e dos preceitos da LOAS.

É neste sentido que a mobilização e a participação popular tornam-se indispensáveis. Campos (2007) assevera que o Controle Social pode ser abordado sob diferentes perspectivas, seja nas sociedades modernas ou contemporâneas, e se apresenta sob dois modelos que se polarizam. O primeiro inclui o controle que o Estado exerce sobre os cidadãos e, o segundo, está relacionado ao controle que os cidadãos exercem sobre o Estado.

Para o mesmo, os Conselhos devem ser espaços de disputas e defesas intransigentes, transparentes e permanentes da política pública não contributiva de Seguridade Social, cabendo a ele, o acompanhamento e a defesa das deliberações das Conferências e dos pactos assumidos para a construção efetiva de uma política de Estado. A dimensão política do Controle Social está relacionada à dinâmica e ao compromisso

que os Conselhos de Assistência Social alcançam, tornando-se necessário o aprofundamento do debate, a realização de uma leitura local, estadual e também da instância em nível nacional.

É essencial que o funcionamento do conselho siga o princípio da paridade. Com ele é possível trazer para dentro dos debates e decisões do conselho os vários agentes envolvidos na política de assistência social. É esperado que os conselheiros governamentais indicados pelo gestor (secretário de assistência social ou equivalente) sejam capazes de trazer para os demais conselheiros, informações claras e atualizadas sobre as diretrizes e que diga qual é a posição do governo nos assuntos em pauta.

Quanto aos conselheiros da sociedade civil espera-se que não usem o espaço do conselho para defender os interesses das entidades que representam, mas que sejam capazes de trazer as contribuições dos segmentos que representam em favor da política pública, alimentadas também pelos debates e discussões próprias da sociedade civil, como os fóruns, movimentos sociais, etc.

Com a participação forte de ambos, governo e sociedade civil, os conselhos podem, de fato, compartilhar informações e decisões. Só assim a paridade numérica terá a força que lhe deu origem. Ou seja, que o poder político esteja distribuído entre conselheiros para que os direitos das pessoas que demandam proteção social sejam garantidos.

Outra forma de participação corresponde às Conferências Nacional, Estadual e Municipal, a serem realizadas a cada dois anos para avaliar a política, e também, para orientar a construção participativa da agenda a ser implementada pelos governos nos anos seguintes. Os Fóruns constituem-se outro espaço de articulação de entidades da sociedade civil que tem como objetivos, acompanhar o desenvolvimento da política; identificar os entraves à sua efetivação e, construir coletivamente, estratégias de defesa do direito à assistência para evitar o esvaziamento do que é público, seja pela desconsideração das propostas e deliberação dos Conselhos e Fóruns públicos de controle.

Para o entendimento de Controle Social, deve-se levar em conta duas dimensões. A primeira é a *accountability*, ou seja, a prestação de contas conforme parâmetros estabelecidos socialmente em espaços públicos próprios. A segunda consiste na responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme os procedimentos estabelecidos nas leis e padrões éticos vigentes.

É importante considerar a democracia representativa, em que o cidadão é dotado de um conjunto de direitos civis, políticos e sociais, e possui autonomia para realizar escolhas e eleger governantes, sem o poder de intervir diretamente no processo decisório dos governantes que elegeram. Já a democracia participacionista defende que o povo é fonte de poder e autoridade, e deve participar da gestão do bem público, influenciando na escolha das ações prioritárias, fiscalizando o desenvolvimento destas e, a utilização dos recursos por parte do governo.

Por força legal e política, desde a promulgação da LOAS, os Conselhos de Assistência Social vêm sendo implantados em todo país, tendo prerrogativa para deliberar, normatizar e fiscalizar os assuntos próprios desta política, assegurando em sua composição, um lugar para os usuários. Contudo, os mesmos têm enfrentado algumas dificuldades para realizarem efetivamente o Controle Social - não só o Conselho Nacional de Assistência Social como também, os Estaduais e Municipais - em relação a vários fatores, dentre eles, o enfrentamento da resistência governamental para implantação e reconhecimento dos Conselhos como espaço institucional e legítimo para o exercício do Controle Social.

Os conselhos gestores não estão localizados em um vácuo organizacional. Embora uma de suas características básicas seja a de instituições que congregam a participação de atores do Estado e da sociedade civil, estes colegiados geralmente estão inseridos no organograma da administração pública, nos diversos níveis de governo. Os conselhos gestores de políticas públicas, especificamente, tendem a ser vinculados ao Poder Executivo. Assim sendo, é esperado que os atores e organizações governamentais detenham alto grau de poder nessas instâncias.

Uma tendência à concentração de poder no segmento governamental é notada por boa parte da literatura especializada sobre o tema. Na busca por minorar essa concentração de poder, os analistas frequentemente pregam a necessidade da paridade numérica entre conselheiros governamentais e a sociedade civil e de um desenho institucional que tenha mecanismos de limitação do poder governamental, como eleições livres para conselheiros e/ou eleições para a presidência (ou instância similar).

Essas preocupações têm fundamento, mas são insuficientes para promover uma distribuição de poder igualitária entre os diversos atores. Não se trata apenas de paridade ou de eleições livres, mas, sobretudo, de uma análise sobre quem tem voz e influência nas decisões. Exemplos de desigualdades de poder que

não podem ser mitigadas pelo desenho institucional é a questão do (não) domínio da linguagem técnica e dos conhecimentos especializados necessários para a deliberação em políticas públicas.

A utilização da linguagem técnica enquanto manifestação de poder é um aspecto que pode contribuir para que o fórum participativo não cumpra seus objetivos originais. Wendhausen e Caponi (2002, p. 1.625), pois a linguagem técnica utilizada pelos representantes governamentais contribui para que a relação estabelecida no conselho seja uma relação de dominação, pois, por meio da linguagem técnica, de palavras de ordem e de termos contundentes, “se consegue o silêncio da maioria dos conselheiros”. Nesse contexto, “o que se constata aí é a velha prática de técnicos falando para leigos, ou o que poderia ser pior, o uso instrumental de um espaço que se pretendia ‘democrático’, para legitimar ações governamentais e não para ‘controlá-las’ e ‘avaliá-las’” (WENDHAUSEN; CAPONI, 2002, p. 1.625).

Em alguns fóruns participativos, está presente a figura das câmaras técnicas e similares, que teriam a função de traduzir as questões técnicas em linguagem palatável, no sentido de tornar possível a deliberação informada do conselho como um todo. Entretanto, este expediente não é universal nos fóruns participativos, estando mais presente nos conselhos gestores maiores e/ou mais bem estruturados. Ademais, mesmo em conselhos grandes e estruturados, as câmaras técnicas, por vezes, não superam adequadamente o abismo da linguagem e do conhecimento técnico. Sem uma adequada capacitação dos conselheiros, o domínio governamental permanece e a câmara técnica passa a ser mais uma instância em que o governo exerce sua dominação sobre o processo político e decisório do conselho (FONSECA; BURSZTYN; MOURA, 2012).

Nesse sentido, é preciso aperfeiçoar as estratégias metodológicas para análise dos resultados empíricos da participação em duas direções. Em primeiro lugar, é importante atentar para os efeitos das IPs em termos da qualidade do processo de tomada de decisão – legitimidade interna (input legitimacy). Em segundo lugar, é necessário desenvolver técnicas que possam dar conta do “produto do processo”, ou seja, da legitimidade externa (output legitimacy), no que se refere aos impactos da representação dos atores da sociedade civil no sistema político.

É importante destacar que os conselhos têm sido considerados como iniciativas concretas da jovem democracia brasileira de valorização dos canais de reflexão coletiva com possibilidade de esclarecimento dos cidadãos, aumento do controle dos políticos e da burocracia do Estado e de aprimoramento da implementação de políticas públicas.

Como características deliberativas dos conselhos, é possível destacar: são espaços de articulação entre Estado e sociedade, nos quais as decisões sobre políticas públicas podem envolver um processo de discussão e busca de acordos públicos a partir da inclusão de diferentes segmentos da sociedade diretamente envolvidos com as políticas em questão. Como observa Tatagiba (2002), os conselhos possuem três características inovadoras: são espaços de composição plural e paritária, são públicos e dialógicos e com capacidade deliberativa. Os conselhos de políticas, portanto, oferecem características centrais do processo deliberativo, o que possibilita que a participação dos diferentes atores nesses espaços seja analisada a partir da lente da teoria deliberativa.

À luz de alguns requisitos considerados importantes para o sucesso deliberativo, elencaram-se os elementos que estariam diretamente relacionados com a prática deliberativa dos conselhos e com os objetivos para os quais essas instituições foram criadas. Dentre a variedade de elementos já discutidos pela literatura para o processo decisório de políticas públicas nos conselhos, destacamos a presença de: I) debates face a face; II) igualdade na apresentação de razões; III) ausência de coerção; IV) interatividade e reciprocidade de discurso; V) discordância entre os participantes; VI) publicidade; VII) informação ampliada sobre os assuntos; e VIII) conclusividade – em termos de decisões coletivas voltadas para o grupo ou sociedade em geral.

3.RESULTADOS E CONCLUSÕES

Falar de controle social numa conjuntura onde todas as políticas públicas, inclusive do sistema de seguridade social, estão sendo atacadas de forma grotesca, particularmente a política de assistência social, é minimamente recorrer ao contraditório, pois quando se fala de pobreza, cidadania, estado democrático de direitos e justiça social, essa temática não condiz com o que a sociedade assiste nos dias atuais diante as medidas neoconservadoras e destrutivas do atual governo. Trouxe nesse trabalho os mais diversificados sinônimos de controle de políticas públicas e isso parece ser pertinente haja vista que abrem espaço para várias interpretações, inclusive de interesse pessoal e que nem todos os controles, tanto internos como externos, estão cumprindo com seu verdadeiro objetivo.

Percebe-se que essa postura se deve ao ranço da política coronelista instituída desde 1891 com a carta branca e trocas de favores, ainda tão visíveis e materializadas em nossa sociedade, com o retorno em progressão geométrica do ultra neoconservadorismo. Quanto à participação, prevista na CF/88 e na política de assistência social, esta se encontra ainda em fase de construção, fala-se muito e entende-se pouco. Particularmente quando se fala da participação da maioria, nos remetemos aos usuários da política de assistência social, que são os menos favorecidos, os que estão na invisibilidade, que nem sequer tiveram direitos a saber que tem direitos, muito menos acesso a educação, seja pelo analfabetismo, ou pelas barreiras longitudinais e/ou arquitetônicas que os impedem.

O Brasil enquanto país continental, com uma extensa área territorial não só de terras, mas de milhões de pessoas que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza, com mais de treze milhões de desempregados, mais quatro milhões na economia informal e outra parcela de pessoas idosas, crianças e adolescentes destituídos de seus direitos, um país que se encontra no segundo lugar no que tange a violência, drogadições e doenças já erradicadas que retornam com a fome e proteções desgarantidas.

Como falar de participação, ou como exigir dessas famílias participação, se sequer têm suas necessidades primárias para sobrevivência garantidas? Isso implica exatamente na participação enquanto cidadania, tanto no acesso as políticas de direitos, assim como participar de forma efetiva no controle destas, ou seja, nos conselhos e/ou outras formas de defesa de direitos.

Diante de tal responsabilidade, percebe-se que os conselhos de assistência social encontram-se fragilizados por uma série de atecnias, incompreensões acerca do controle social, despolitização de conselheiros, frágil participação, responsabilidades e compromisso, fazem suas escolhas sem perceber que ele é um agente público e que hoje assume responsabilidades, podendo até responder judicialmente enquanto tal, dificuldades de acesso, falta de entendimento da política de assistência pelos usuários, linguagens técnicas não decodificadas, o que acirra ainda mais o entendimento não só dos usuários, como dos demais conselheiros com aprovações desarticuladas do conteúdo em pauta.

Infelizmente, mal se discutiu a temática de consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS na Conferência de 2015 e como um toque de mágica, a sociedade assiste o inesperado impeachment de um governo que reservava recursos para investimento nas políticas sociais, e dentro do sistema de seguridade social, o SUAS, único que não tinha vinculação orçamentária na receita líquida da União, logo foi uma das políticas que mais sofreu as diversas formas de precarizações, inclusive risco de ser extinta, jamais vista nos últimos anos.

Outra problemática é efetivar a paridade e representatividade nos municípios de pequeno porte I e II haja vista que estes não possuem entidades, conselhos profissionais e/ou sindicatos para indicar a representação da sociedade civil. Vale dizer também que, os municípios sem cofinanciamento federal, somados ao descredenciamento de famílias do programa bolsa família que estão acontecendo sem descumprimentos de condicionalidades, e arrecadação do fundo de participação desses municípios, inferior á arrecadação dos programas de transferência de renda e crise econômica, estão relegados a uma nova classe social, a de miseráveis e extremos miseráveis, o que parece impossível deter somente com cofinanciamento municipal.

Então, vale ressaltar que o controle social, exercido pelos conselhos de assistência social enquanto guardiões dessa política, tem hoje o grande desafio de retomar sua formatação de acordo com as exigências da LOAS, sob pena de retorno do damismo, benemerência e política do favor.

E por último, se os municípios e estados não superarem as exigências dos achados do Tribunal de Contas da União - TCU, com o acórdão 2404 de 2017, implementarem um ciclo de capacitação para conselheiros, corre-se o risco de estarmos caminhando na direção das intenções permeadas de intencionalidades do atual governo com cortes nos dois maiores programas de transferência de renda, Programa Bolsa Família - PBF e Benefício de prestação Continuada - BPC, corte de 50% do orçamento para 2019 também para programas e projetos de ações continuadas, assim esse programa de proteção social que modificou tantas vidas, caminha para se afogar nessa onda neoconservadora e voltar a ser uma política de governo, deixando o controle social vazio de significado de forma drástica.

REFERÊNCIAS

- [1] Abers, R. N., Keck, M. E. (2008). Representando a diversidade: estado, sociedade e “relações fecundas” nos conselhos gestores. *Cad. Crh*, 21(52), 99-112. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-4979&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 10 de janeiro, 2013.
- [2] Avritzer, L. Efetividade deliberativa: estudo comparado de conselhos municipais de assistência social (1997/2006). Belo Horizonte. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Minas Gerais, 2009.
- [3] _____. Inclusão social e política: o desafio deliberativo dos conselhos municipais de assistência social. In: Avritzer, L. (Org.). *A dinâmica da participação social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 93-128.
- [4] _____. *Sociedade civil, instituições participativas e representação: da autorização à Legitimidade da ação*. Dados, Rio de Janeiro, v. 50, p. 443-464, 2007.
- [5] Brasil. Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 2003. Lei Orgânica da Assistência Social – Loas. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742compilado.htm. Acessado em: 05 de dezembro de 2018.
- [6] _____. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Resolução 145/2004. Brasília: Cnas, 2004.
- [7] Campos, E. B. *Assistência Social: do descontrole ao controle social*. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, v. 26, n. 88, p. 101-121, jul. 2007.
- [8] _____. O protagonismo do usuário da assistência social na implementação e controle social do Suas. IN *Caderno de textos: subsídios para debates: participação e controle social do Suas / Conselho Nacional de Assistência Social, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*. – Brasília, DF: Cnas, MDS, 2009.
- [9] Cunha, S. S. *O Controle Social e seus Instrumentos*. Salvador, 2003. Disponível em: <http://socialiris.org/imagem/boletim/arq493428c8bc3db.pdf>. Acesso em: 29 de dezembro de 2018.
- [10] De Masi, Domênico. *Ócio Criativo*. Entrevista a Maria Serena Palieri. 3. ed. Sextante, 2000.
- [11] Dryzek, J. *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestation*. Oxford, Oxford University Press. 2000
- [12] Fonseca, Igor Ferraz da; Bursztyn, Marcel e Moura, Adriana Maria Magalhães de. Conhecimentos técnicos, políticas públicas e participação: o caso do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama). *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2012, vol.20, n.42, pp.183-198. ISSN 0104-4478. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782012000200013> Acesso em: 24 de março de 2018.
- [13] Habermas, Jürgen. (2003). *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2 ed. Rio de Janeiro, 2003.
- [14] Lavalle, Adrián Gurza; Houtzager, Peter; Castello, Graziela. (2006a). Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, Vol.67, n.67, p. 49-103, 2006.
- [15] _____. (2006b). Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol.21, n.60, p. 43-66.
- [16] Mclagan e Nel. *Administração, Participação*. MC Lagan, Patricia & Nel, Christo. “A nova era da participação”. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- [17] Wendhausen, A; Caponi, S. O diálogo e a participação em um conselho de saúde em Santa Catarina, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v.18, n.6, p. 1621-1628, 2002.
- [18] Tatagiba, L. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In: Dagnino, E. (Org.). *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

Capítulo 15

O ensino domiciliar frente à liberdade da autoridade parental e a efetivação da dignidade da pessoa infantojuvenil

Patrícia Martins Garcia

Thiago Cesar Giazzi

Cleide Aparecida Gomes Rodrigues Fermentão

Fernanda Julie Parra Fernandes Rufino

Evelly Salvador Miranda

Resumo: A liberdade e a autonomia das crianças são intrinsecamente ligadas a forma como ocorre seu desenvolvimento. O presente estudo aborda, de forma crítica, o ensino domiciliar, partindo do pressuposto que crianças são sujeitos vulneráveis e que necessitam da coabitação com seus semelhantes para alcançarem um desenvolvimento pleno, facilitado e complementado pelas diretrizes educacionais. Conclui que a mitigação do ensino tradicional cercearia os atributos de liberdade e construção pessoal, tuteladas pela dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: Ensino domiciliar; Autonomia infanto-juvenil; Dignidade.

1. EDUCAÇÃO DOMICILIAR OU HOMESCHOOLING

O modelo de educação domiciliar ou *homeschooling* estudado existe desde meados de 1960 e 1970, oriundo das críticas quanto ao modelo tradicional de educação escolar nos Estados Unidos, por razões de ordem religiosa, valorativas, de dificuldade de deslocamento ou ausência de vagas (ALEXANDRE, 2016, p. 22).

Das espécies de educação domiciliar tem-se a escola em casa, que “consiste em sentido básico na transposição da rotina escolar para a casa, os pais adotam livros didáticos, fazem avaliações e registros.” A educação natural, por sua vez, centrada na escolha da criança, “não obedece a uma lógica única” formal. E a instrução diferenciada que utiliza diversas práticas de ensino e de avaliação, como a instrução flexível (de acordo com as necessidades da criança), a clássica (filosófica, em busca da sabedoria sobre as coisas mais importantes e universais) e a inteligência múltipla (pautada na crença de que todos são inteligentes a seu modo e cada ser encontrará seu ponto forte e fraco (AGUIAR, 2017, p. 61-65).

A Lei nº 9.394/96 dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) e estabelece que o ensino será ministrado mediante a coexistência de instituições públicas e privadas em estabelecimentos oficiais, fracionando as etapas de ensino da educação básica obrigatória (pré-escola, ensino fundamental e médio). Ainda, prevê como única forma de educação domiciliar, a situação da criança submetida à internação médica. Assim, a educação domiciliar não possui espaço permissivo na legislação Brasileira, até o momento.

Inobstante à ausência de regulamentação, há demanda de algumas famílias que insistem na adoção do modelo de educação domiciliar, buscando tal tutela no Judiciário, por alegarem possuir aptidão para educar seus filhos fora da ambiental escolar formal. Em especial, cita-se o Recurso Extraordinário nº 888815, com repercussão geral conhecida, oriundo do Mandado de Segurança impetrado pelos pais de uma criança de 11 anos em face da Secretária de Educação de Canela/RS, que recusou o pedido de concessão de ensino domiciliar, tendo o Juízo da Comarca do TJRS ratificado a decisão da Secretaria.

O Supremo Tribunal Federal negou provimento ao RE e, embora o acórdão ainda não tenha sido publicado, extraí-se do informativo constante do *site* do STF que houve discordância por parte dos Ministros em relação à constitucionalidade do ensino domiciliar. Entre os argumentos, destaca-se o favorável entendimento no sentido de que este ensino preserva os valores e proteção do desenvolvimento da criança, todavia carece de regulamentação legal para que passe a vigorar, bem como o entendimento em contraponto, no sentido de que o ensino domiciliar é inconstitucional, sobretudo porque vai de encontro ao dever parental de matricular os filhos em estabelecimento oficial de ensino, como função socializadora e construtiva disposta como ônus à família e à sociedade.

2. PROTEÇÃO INFANTOJUVENIL E AUTORIDADE PARENTAL

O sistema jurídico de proteção infantojuvenil consubstanciado principalmente na Constituição Federal e na Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pauta-se na efetivação dos princípios da proteção integral, da prioridade absoluta e do melhor interesse, direcionados à atuação dos sujeitos responsáveis pelas crianças e adolescentes, presumidamente vulneráveis e que se encontram em fase peculiar de desenvolvimento.

A função dos detentores da autoridade parental corresponde à elevação da condição humana⁴⁰ das crianças e adolescentes inseridas em seu núcleo familiar. Há fiscalização e atribuição de responsabilidade, já que são eles “os defensores legais e os protetores naturais dos filhos, os titulares e depositários dessa específica autoridade” (LÔBO, 2011, p. 298). Em se tratando do dever de prestar educação, além de ser incumbência familiar, é previsto como dever do Estado, em colaboração com a sociedade, direcionando a promoção do pleno desenvolvimento infantojuvenil, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (artigos 53, ECA, 205, CF e 2º, LDB). Em caso de não atendimento, os detentores poderão, inclusive, responder pelo crime de abandono intelectual (art. 55, ECA e art. 6º, LDB) e demais sanções administrativas.

⁴⁰ “Os homens são seres condicionados: tudo aquilo com o qual eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência” (ARENDT, 2009, p. 17).

3. AUTONOMIA INFANTOJUVENIL E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Toda criança necessita de condições de dignidade que lhe proporcionem um desenvolvimento pleno, saudável e livre, correspondentes à singularidade de cada pessoa, dotada de razão e autonomia (KANT, 2007, p. 77). Esta consubstancia-se na liberdade, na igualdade, na integridade psicofísica e na solidariedade (MORAES, 2017, p. 85).

Ademais a inserção da criança no ambiente escolar é explicada pela Psicologia. Carl Jung (2013, p. 62-63) ao estudar a formação da personalidade infantil destaca as fases etárias do desenvolvimento e afirma que na idade escolar é iniciado o processo de individualização infantil perante à figura dos pais. Nesta etapa, torna-se salutar a desconexão do vínculo unicamente familiar, para a afirmação da personalidade infantil, proporcionada pela expansão de suas convicções, seus atos e formas de sociabilidade determinantes aos agir futuro.

Logo, sendo a criança um indivíduo vulnerável, ainda carente de um desenvolvimento completo, tem-se que, o direito à educação corresponde a um direito fundamental, subjetivo e indisponível, não podendo a liberalidade dos detentores da autoridade parental direcionar caminhos minimizadores do desenvolvimento da personalidade infantojuvenil, sob o risco de ferimento direto ao princípio da dignidade da pessoa humana, já que este conjuga os elementos cruciais de autonomia e relacionamento social.

Na ponderação a ser realizada, tem-se que os princípios do melhor interesse, da proteção integral e da prioridade absoluta foram elegidos pela própria sociedade representada na Constituinte, vinculando, assim o Poder Público e os detentores de autoridade parental para a condução do desenvolvimento de crianças e adolescentes, já que estes ainda não possuem ciência das possibilidades existentes e dos prejuízos que poderão incorrer face à omissão educacional.

4. CONCLUSÃO

Conclui-se que, em atendimento ao princípio da dignidade da pessoa humana, a criança e o adolescente são titulares de um livre e pleno desenvolvimento e, portanto, a adoção do ensino domiciliar ou *homeschooling*, na forma como registrada por parte dos Ministros no julgamento do RE 888815, poderá ofuscar a formação de sua personalidade. Assim, políticas públicas direcionadas ao campo educacional deverão se pautar no fortalecimento da rede nacional de ensino tradicional, conforme, inclusive o entendimento da psicologia acerca dos fatores essenciais para cada fase etária.

REFERÊNCIAS

- [1] Aguiar, Alexandre Magno Fernandes Moreira. O direito à educação domiciliar. Brasília, DF: Monergismo, 2017.
- [2] Alexandre, Manoel Morais De Oliveira Neto. Quem tem medo do homeschooling? O fenômeno no Brasil e no mundo. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2016.
- [3] Arendt, Hannah. A condição humana. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- [4] Brasil. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- [5] Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 04 mar. 2019.
- [6] _____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 04 mar. 2019.
- [7] _____. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 04 mar. 2019.
- [8] Kant, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. Tradução de Paulo Quintela. Lisboa: Edições 70, 2007.
- [9] Lôbo, Paulo. Direito Civil: Famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

- [10] Aguiar, Alexandre Magno Fernandes Moreira. O direito à educação domiciliar. Brasília, DF: Monergismo, 2017.
- [11] Jung, Carl Gustav. O desenvolvimento da personalidade. 14. ed. Tradução de Frei Valdemar do Amaral. Petrópolis: Vozes, 2013.
- [12] Supremo Tribunal Federal. Notícias: STF nega recurso que pedia reconhecimento de direito a ensino domiciliar. Brasília, 12 set. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=389496&caixaBusca=N>. Acesso em: 10 jan. 2019.

Capítulo 16

A (in) visibilidade entre saúde e trabalho no Serviço Público Federal

Selma de Melo Barbosa

Resumo: Este artigo pretende esboçar, em linhas gerais, sobre o conceito de saúde do trabalhador como um processo dialético de saúde-doença, trazendo para a centralidade do debate a categoria processo de trabalho a partir das contribuições da Saúde Coletiva. Para isso, iremos utilizar como procedimento metodológico: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e a legislação voltada para a saúde do trabalhador no âmbito do Regime Jurídico Único.

Palavras-chave: Saúde do trabalhador, servidor público federal, trabalho.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a temática “saúde e trabalho” somente começou a ser objeto de política pública a partir da pressão dos trabalhadores, por meio de greve, no início do século XX, forçando o Estado a estabelecer medidas voltadas para o/a trabalhador (a) e aos seus dependentes por meio das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) e, posteriormente com os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). A emergência do sistema de proteção social brasileiro nos anos 1930 se dá em uma conjuntura fortemente marcada pelo processo de industrialização do país e constituição do Estado Moderno, com caráter intervencionista e centralizador (FLEURY, 2004). Significa dizer que o Estado redefine seu papel e passa, a partir de então, a intervir sobre as questões sociais originadas do próprio processo de industrialização, num contexto de fortalecimento do movimento operário, em face da agudização das expressões da questão social.

A Saúde do Trabalhador apresenta-se como uma área de luta, diferenciando-se da Medicina do Trabalho e da Saúde Ocupacional. Sua principal característica é utilizar como categoria o processo de trabalho ao analisar a relação entre saúde e trabalho, ao mesmo tempo em que se busca valorizar o saber e a experiência do trabalhador sobre seu próprio ofício, entendendo-o como sujeito ativo do processo saúde-doença e não, simplesmente, como objeto de atenção à saúde. Ou seja, a Saúde do Trabalhador⁴¹ é entendida como um campo de práticas e saberes, na qual enfatiza a participação social dos atores envolvidos. O Movimento pela Reforma Sanitária⁴² trouxe para a arena política, dentre outras discussões, a temática voltada para a Saúde do Trabalhador.

Toda essa dinâmica traz um novo papel do Estado na mediação das relações entre capital e trabalho, com o surgimento do sistema brasileiro de atenção à saúde dos trabalhadores, com caráter eminentemente privado, ligado ao capital e ancorado na rede da medicina do trabalho. As características desse modelo são a centralidade na figura do médico, a visão biológica, individual e unicausal das doenças e acidentes do trabalho. Segundo Lacaz (2013, p. 223) “a abordagem das relações de trabalho e saúde/doença na Saúde Ocupacional parte da ideia cartesiana do corpo como máquina”. No âmbito do Serviço Público Federal, foi estabelecida a Política de Atenção à Saúde e Segurança no Trabalho - PASS e instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor - SIASS⁴³. Tal política contempla os eixos de promoção e vigilância à saúde, assistência e perícia, além disso, as ações devem ser pautadas pelos princípios da integralidade e universalidade em consonância com o perfil epidemiológico dentre outros. Mas observamos que na prática isso não acontece.

Destarte, a área da Saúde do Trabalhador no Brasil, como política pública foi sendo construída nas diferentes correlações de forças entre capital, trabalho e Estado.

Para o desenvolvimento deste estudo, como categoria analítica de partida, utilizaremos a saúde do trabalhador, por ser um campo que tem grande interface com a saúde coletiva, trazendo a contribuição da epidemiologia como um campo de saber interdisciplinar que faz a relação entre os processos de trabalho, doenças e agravos e o referencial teórico acerca da determinação social do processo saúde-doença no qual Laurell (1982, p. 16) nos coloca a necessidade de se construir uma interpretação do processo saúde-doença, tendo como eixo o seu caráter histórico-social. E para problematizar a saúde do trabalhador buscaremos um embasamento teórico sobre a constituição do Estado na sociedade capitalista, entendendo este como uma expressão das relações de classe, como aponta Poulantzas (1978). Traremos também as contribuições dos clássicos da teoria social: Durkheim (2008), Weber (2004) e Marx (1997). Também não podemos nos furtar da contribuição do conceito de Estado Ampliado de Gramsci (1991). E em torno da polêmica discussão sobre a existência ou não de uma teoria marxiana do Estado nos apoiaremos em Bobbio (1979).

⁴¹ A Portaria nº 3.908 que estabelece os procedimentos para orientar e instrumentalizar as ações e serviços de saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde só foi publicada em 1998.

⁴² Forte influência da Reforma Sanitária Italiana com a vinda de Giovanni Berlinguer ao Brasil em 1978, promovendo um intercâmbio entre técnicos e sindicalistas brasileiros e italianos que ajudou a propagar o Movimento Operário Italiano (MOI) que tinha como bandeira a luta dos trabalhadores contra a insalubridade nos ambientes de trabalho (LACAZ, 2013).

⁴³ Decreto 6.833, de 29 de abril de 2009.

2. A RELAÇÃO ENTRE SAÚDE E TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Com a intensificação do trabalho proporcionada pelo taylorismo-fordismo na década de 1960 o tema “saúde e trabalho” ganhou maior dimensão através dos questionamentos apresentados pelo movimento estudantil/operário de 1968 como “saúde não se vende” ou “saúde não tem preço” (HELOANI, 2013). E o serviço público no Brasil desde a década de 1990 do século XX vem passando por uma reestruturação, ocasionando a diminuição da intervenção do Estado e o aperfeiçoamento da noção de eficiência. Esse movimento ficou conhecido como “Nova Gestão Pública” nos países desenvolvidos, que rapidamente avançou para os demais países (PAULA, 2005), preconizando uma redefinição do papel do Estado e a implantação de mecanismos de gestão oriundos da iniciativa privada na administração pública. Com a aplicação dessa lógica gerencial no serviço público, muitos trabalhadores têm a sua saúde acometida por algum agravo relacionado ao trabalho (assédio moral, Lesões por Esforço Repetitivo / Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho – LER/DORT, “Síndrome de Burnout”⁴⁴).

Os novos métodos de gestão do trabalho, inspirados no toyotismo, aprisionam os trabalhadores às normas e políticas da empresa através do slogan “vista a camisa” ou “você é nosso colaborador”. Assim, o toyotismo age em duas direções: na reorganização / precarização dos processos de trabalho e no caráter subjetivo desse trabalhador para que ele não se reconheça enquanto classe e sim, como colaborador.

Mas o desafio é resgatar o que nos une enquanto classe trabalhadora para que possamos desconstruir o discurso que busca nos separar e nos colocar uns contra os outros. Nas palavras de Gramsci, realizar o “momento catártico”, ou seja, a possibilidade da passagem do particular ao universal, da necessidade à liberdade ou nas palavras de Marx “classe em si” a “classe para si” ou segundo Lênin “elevação da consciência sindicalista à consciência político-universal” (COUTINHO, 2011).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este resumo expandido procurou esboçar, em linhas gerais, sobre a investigação do objeto de pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. A pesquisa em curso pretende apreender o conceito de saúde do trabalhador como um processo dialético saúde-doença, mediante a categoria processo de trabalho a partir das contribuições da Saúde Coletiva. Para isso, iremos utilizar como procedimento metodológico: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de campo e a legislação sobre a saúde do trabalhador no âmbito do Regime Jurídico Único.

REFERÊNCIAS

- [1] BRASIL. Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009. Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal – SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6833.htm> Acesso em 28 de outubro de 2018.
- [2] _____. Portaria Normativa nº 3, de 25 de março de 2013. Institui as diretrizes gerais de promoção da saúde do servidor público federais, que visam orientar os órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.
- [3] COUTINHO, Carlos Nelson. De Rousseau a Gramsci: ensaios da teoria política. São Paulo: Boitempo, 2011.
- [4] DE PAULA, Ana Paula Paes. Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.
- [5] FLEURY, Sônia. A Seguridade Social Inconclusa. In: ROCHA, Denise; BERNARDO, Maristela. (Org.). A era FHC e o Governo Lula: transição? Brasília: INESC, 2004. Disponível em: <http://app.ebape.fgv.br/comum/arq/pp/peep/cap_liv/seguridade_social.pdf> Acesso em: 28 de outubro de 2018.
- [6] HELOANI, Roberto. Assédio Laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza e NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). O avesso do Trabalho III. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

⁴⁴ A Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional refere-se a um tipo de estresse diretamente relacionado ao trabalho, sobretudo aquele que envolve o contato constante com outras pessoas. Algumas de suas características: insônia, ansiedade, irritabilidade, exaustão emocional e falta de motivação para o trabalho.

[7] LACAZ, Francisco Antonio de Castro. O Campo Saúde do Trabalhador: Epistemologia, Desafios e Lacunas. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza e NAVARRO, Vera Lúcia (orgs.). O avesso do Trabalho III. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

[8] LAURELL, Asa Cristina. La salud-enfermedad como processo social. Revista Latinoamericana de Salud, México, 2, 1982, p. 7-25. Trad. E. D. Nunes. Disponível em: <
<https://docs.google.com/file/d/0B3SHdXQ3A0AyaDRnTHpqWW13QIE/edit>> . Acesso em 29 de outubro de 2018.

[9] NARDI, Caetano; RAMMINGER, Tatiana. Saúde do Trabalhador: um não olhar sobre o servidor público. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 58, n. 2, p. 213-226, abril/maio. 2007.

Capítulo 17

Pequenos Estados insulares e apatridia

Aguida Caetano da Silva

Giovanna Feilstrecker Balani

Yenifer Micaela Fank Barbosa

Resumo: O presente artigo teve o objetivo de estudar a situação relativa a nacionalidade das populações de pequenos Estados insulares em risco de perda do território, e a possibilidade de geração de apátridas. Assim, foi lançado mão do Método Dedutivo de pesquisa, tendo como objeto a nacionalidade de nativos de pequenos países insulares e o como problema de pesquisa a possibilidade de apatridia. Se concluiu que, com base no princípio da continuidade do Estado, no direito humano à nacionalidade e no Pacto Global para Migração a perda o território não retira o direito fundamental à tutela de seu Estado. Tendo a presente pesquisa atingido os objetivos propostos.

Palavras-Chave : Estados Insulares; Apatridia; Nacionalidade;

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC),⁴⁵ com a elevação do nível do mar decorrente do processo de aquecimento global existem Estados Insulares que encontram-se em grave risco de a perda da capacidade de habitação humana de seus territórios por conta do aumento do nível do mar, em poucas dezenas de anos. Como é o caso, por exemplo, das Maldivas, Kiribati e Ilhas Marshall. Assim, surge a necessidade de discussão, em esfera internacional, a respeito dos desdobramentos desta situação. Uma vez que, trata-se da perda de territórios de Estados soberanos e a possibilidade do surgimento de apátridas decorrentes da referida situação ambiental.

Desta forma, o presente trabalho tem como Objetivo Geral estudar a situação da nacionalidade das populações de pequenos Estados insulares que correm o risco da perda de seu território. Em seguida, os objetivos específicos serão: (I) discutir a respeito os elementos que constituem o Estado, bem como a respeito da nacionalidade e apatridia; (II) relatar a situação dos países insulares que encontram-se em processo de perda de território, assim como possibilidade de apatridia originada desta situação; e por fim, (III) analisar as possibilidades da cooperação comunidade internacional para lidar com a situação das referidas populações.

Além disso, foi aplicado o Método Dedutivo de pesquisa, através da análise de documentos normativos e de produções científicas de três dos sítios eletrônicos utilizados exclusivamente para a divulgação de trabalhos científicos, para fins de referencial teórico. Quais sejam, o Catálogo de Teses & Dissertações da Capes⁴⁶, o Google Acadêmico⁴⁷ e o Scielo⁴⁸. Será observado ainda que, em pesquisa nos sítios eletrônicos supra mencionados, não foram encontrados pesquisas a respeito do tema em específico. Sendo que, utilizou-se das palavras chaves (“Estados insulares”, “Imersão”, “Apatridia”, “Nacionalidade”) elencada, a fim de encontrarmos o assunto específico. Restando assim, a pesquisa insatisfatória. Daí a relevância do estudo. Desse modo, o Objeto de Pesquisa é a nacionalidade de populações dos pequenos países insulares. Sendo que, não foi estabelecido de maneira fechada os limites temporais do Estudo, pela impossibilidade. Uma vez que, o problema de pesquisa refere-se a questão da possibilidade de apatridia futura desses nacionais. Nesse sentido, tendo delimitado o objeto de pesquisa e o problema, formulou-se a hipótese: quando ocorrida a perda de um dos elementos que compõem o Estado, a nacionalidade é posta em cheque, devendo o povo daquele país ser inserido em outro território como apátrida, uma vez que não possui reconhecimento pelo novo estado como nacional.

2. ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ESTADO

O primeiro tópico busca cumprir com o primeiro dos objetivos específico propostos. Neste sentido, irá discutir a respeito dos elementos que constituem o Estado, bem como a respeito da nacionalidade e apatridia, para que se possa gerar referencial para a discussão principal proposta.

2.1 ESTADO

O Estado é uma pessoa jurídica de direito público internacional, entidade autônoma e soberana. No entanto, conforme aponta Dalmo de Abreu Dallari, muito tem se debatido quanto aos elementos que são necessários para que se constitua um Estado. Mas, hoje se é defendido pela maior parte da doutrina internacional a necessidade da constituição de quatro elementos, para que se origine um Estado soberano. Sendo eles o (I) povo, o (II) território, um (III) governo autônomo e independente, e a (IV) finalidade.

Neste sentido, pode-se dizer que o Estado é uma instituição soberana que organiza e governa determinado povo, em determinado território. Conquanto, o Estado é uma organização lógica e política, com evidente densidade cultural carregada de reflexos jurídicos.

Neste sentido, faz-se necessário conceituar elementos tão importante. Mas, antes, ressaltando-se, conforme pontua ARAÚJO (1995. p. 110), que “não é demais esclarecer que é impossível confundir o Estado com a nação. Perfeitamente identificáveis, nação e Estado são, por isso mesmo, uniformes, não se confundem”. Enquanto um Estado é uma entidade política e geopolítica, uma nação é a reunião de pessoas

⁴⁵ Tradução do termo em inglês Intergovernmental Panel on Climate Change. Trata-se instituição criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1988, em conjunto com a Organização Meteorológica Mundial (OMM).

⁴⁶ Refere-se ao Sítio Eletrônico: <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>

⁴⁷ Refere-se ao Sítio Eletrônico: <https://scholar.google.com.br/>

⁴⁸ Refere-se ao Sítio Eletrônico: <http://www.scielo.org/php/index.php>

nascidas no mesmo lugar a ele vinculadas, e possuidoras de identidade: mesma raça, língua, costume, religião, cultura, história, objetivos (BOSON, 1994, p. 222).

Por sua vez, (I) povo, para CAVARZERE (1995, p. 142), é “a multidão de pessoas humanas que, reunida sob o império de leis justas, por uma mútua amizade, e para o bem comum de sua existência humana, constitui uma sociedade política ou um corpo político”. Povo seria, então, o conjunto de indivíduos que compõem o Estado. Já para o jurista alemão Peter Häberle (2005, p. 13), povo seria “um elemento pluralista para a interpretação que se faz presente de forma legitimadora no processo constitucional: como partido político, como opinião científica, como grupo de interesse, como cidadão”. Dessa forma, para o autor a diversificação do povo resulta em diferentes posições políticas e ideológicas em um país.

Já o (II) território é uma parte do solo que foi delimitada e está sob a posse de um Estado. Também sendo elemento de conexão de uma sociedade, pois é nesse território que as pessoas assumiram sua identidade política, social, econômica, cultural e a livre circulação dentro desse espaço geográfico. Para Hans Kelsen (2005, p. 299-314), o território são os limites físicos da área geográfica onde irá ocorrer a validade do ordenamento jurídico nacional.

Por sua vez, (III) o governo autônomo e independente, reconhecido como soberano é “aquele capaz de decidir de modo definitivo dentro do território estatal, não admitindo a ingerência de nenhuma outra autoridade exterior, bem como de participar da arena internacional de conduzir sua política externa sem a intromissão de terceiros Estados” (MAZZUOLI, p. 438). Já Sahid Maluf (2017, p. 60), define soberania como “uma autoridade superior que não pode ser limitada por nenhum outro poder”.

Por fim, a (IV) finalidade está ligada a ideia de garantir à sociedade a ordem, o bem estar social, a justiça social, além da busca por assegurar o progresso da sociedade, a defesa do território e do povo. Segundo DALLARI (2011, p. 95-96), em síntese a finalidade do Estado, objetiva que os indivíduos e demais sociedades possam atingir seus próprios propósitos particulares.

Importante destacar que parte da doutrina, a exemplo de Valério de Oliveira Mazzuoli e Fábio Henrique Rodrigues de Moraes Fiorenza (2013), defendem que o desaparecimento de um dos elementos acaba por se extinguir o Estado. Consequentemente, os nacionais antes tutelados por aquele Estado, agora terão que ser por outro que o suceda, sob pena de tornarem-se apátridas.

No entanto, como aponta MALUF (2017, p. 54) a ausência do território não gera consequentemente a extinção da nação. Já que, como alega o autor, nação existe como realidade sociológica. Um bom exemplo, seria a nação judaica que por dois mil anos sobreviveu sem um território.

Entretanto, as formas mais comuns de extinção de um Estado são: (a) a fusão, (b) a anexação ou incorporação de um Estado no outro, (c) a divisão ou desmembramento (hipótese na qual se dá origem a um novo Estado) Sendo que existem, inclusive, instrumentos internacionais que tratam das relações jurídicas quando ocorrem estes processos. Tais como as Convenções de Viena, de 1978 e 1983, sobre Sucessão de Estados. No entanto, a extinção decorrente da perda de território pelo aumento do nível do mar é discussão nova, na esfera internacional (FIORENZA e MAZZUOLI, 2013).

2.2 NACIONALIDADE E APATRIDIA

Ao se desenvolver o instituto da nacionalidade, vale lembrar que refere-se a nação. E desta maneira, conforme pontua ACCÍOLY cabe ao direito interno de cada Estado a fixação normas que regem sua nacionalidade. Portanto, cabe ao Estado definir quais são os seus nacionais. No entanto, ainda segundo ACCÍOLY “para que tais regras sejam reconhecidas pelos outros Estados, é necessário que elas se achem de acordo com o direito internacional

público, convencional ou costumeiro, e com os princípios de direito geralmente admitidos nesta matéria” (1996, p. 321).

Ademais, percebe-se a necessidade de união da nacionalidade nas duas esferas, nacional e internacional. Neste sentido, para o Direito Internacional, tem a nacionalidade importância, porque “faz com que determinadas normas internacionais sejam ou não aplicadas ao indivíduo. A nacionalidade vai determinar qual Estado cabe à proteção diplomática do indivíduo.” (MELLO, 2002, p. 954-955).

Neste sentido, a nacionalidade que define quem são os cidadãos de um determinado Estado. Assim, existe entre Estado e o nacional, uma ligação, que é ao mesmo tempo fundamentalmente jurídica, e também afetiva, psicológica e moral. Um levando a coexistência do outro, não podendo o Estado existir sem seus

componentes humanos básicos e perdendo o homem muito de seu sentido de vida com o desaparecimento da instituição estatal.

Por sua vez, o termo “apatridia”, quer dizer a ausência de uma pátria, muito provavelmente vem do francês *apatridie*, vocábulo que começou a ser utilizado pelos franceses apenas a partir da Primeira Guerra, em substituição aos termos alemães antes muito difundidos: *Heimatlosigkeit* e, posteriormente, *Staatslosigkeit*. Preferiu-se também a fórmula “sem pátria” em oposição à opção italiana “sem polis” ou *apolidia*, já que a pátria havia há muito tempo superado os limites da polis (VICHNIAC, 1933, p. 119-245).

Teoricamente, a apatridia significa a inexistência do vínculo jurídico de nacionalidade, ou seja, a ausência de conexão formal entre uma pessoa e um Estado qualquer, e conforme consta de relatório formulado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em 2011, foi reconhecida pela primeira vez como um problema mundial na primeira metade do século XX.

Sendo que, ainda segundo o ACNUR (2011), a apatridia está normalmente associada a períodos de mudanças profundas nas relações internacionais, podendo ocorrer como resultado de: (I) disputas entre Estados sobre a identidade jurídica dos indivíduos; pela (II) sucessão de Estados; pela (III) marginalização prolongada de grupos específicos dentro de uma sociedade; ou (IV) quando um Estado soberano priva grupos ou indivíduos da sua nacionalidade. (2011, p.06).

Ao longo dos anos, com a aceitação da ausência de um vínculo formal de nacionalidade, ocorre a perda da capacidade política e perda da cidadania, resultando dessa forma a apatridia. Pois, o indivíduo encontra-se sem a proteção de qualquer Estado, não sendo capaz de exercer plenamente seus direitos. Neste mesmo sentido, Hannah.

Arendt (2007, p. 330) entende que a pessoa que não pode agir também não pode atualizar sua capacidade de fala, ou, ainda que fale, sua opinião será simplesmente desconsiderada. Em última análise, ela perde justamente aquilo que lhe faz pessoa humana, que é a condição de sujeito jurídico, político e moral, “o direito a ter direitos”.

Assim, sem nacionalidade, o indivíduo não desfruta de cidadania, ou seja, não tem o direito a atuar na polis⁴⁹. Sendo privados de sua nacionalidade, o apátrida não tem direito de ficar nem de sair; não tem liberdade de escolher o seu trabalho, de professar a sua fé, de expressar sua opinião; não tem liberdade de agir nem responsabilidade por seus atos. Ele não tem, na verdade, sequer direito a agir e a ter sua opinião considerada dentro da sociedade em que vive. Assim, perdendo a autonomia e a subjetividade jurídica, ele acaba perdendo a própria subjetividade enquanto tal e se transformando gradativamente em objeto. Isto é, segundo ARENDT (2007, p. 330) a morte da pessoa jurídica é um passo para a morte da pessoa humana..

3. ESTADOS INSULARES: PERDA DE TERRITÓRIOS E APATRIDIA

Por sua vez, este tópico busca cumprir com o segundo objetivo específico. Ou seja, relatar a situação dos Países insulares que encontram-se em processo de perda de território, assim como a apatridia originada desta situação. Para tanto, é necessário antes entender os motivos da perda que são apontados pela ciência, como o aumento do nível do mar. Bem como as consequências advindas desta situação.

3.1 AQUECIMENTO GLOBAL E AUMENTO DO NÍVEL DO MAR

Desde o início da aferição da temperatura global média da terra, ocorrida em 1880, tem se observado elevações anuais da temperatura em relação à média do século XX. Isto se justifica pelo considerável aumento da liberação de dióxido de carbono promovidas em diversas atividades humanas. O que acaba por gerar o que se chamou de “efeito estufa”. Neste sentido, diversos estudos demonstram o aumento do nível do mar, apontando que isso ocorre por conta do derretimento das calotas polares em decorrência do processo de aquecimento global, observados desde a Revolução Industrial (IPCC, 2019).

Muito embora as causas das mudanças climáticas sejam controversas entre os pesquisadores, a preocupação com a situação é justificável. Sendo inclusive reconhecida pela ONU, que hoje conta com a participação de cerca de 193 países, já que, está problemática afetará todo e qualquer parte do planeta, de alguma maneira. (LAZZARI, 2015, p. 27).

⁴⁹ No sentido de um espaço político para construção de uma sociedade democrática (MATOS, 2008, p. 75).

da Inglaterra, e o Chefe de Governo é nomeado pelo primeiro-ministro, em consulta com o Parlamento (BRAGA e LANZA, 2016, p. 140).

Em Tuvalu residem mais de 11.000 pessoas, que são, em regra, pescadores ou agricultores de subsistência (MADALENO, 2012, p. 493). Nesse sentido, possui uma economia pouco expressiva, desenvolvida com base na pesca, e ainda de acordo com. Braga e Lanza (2016, p. 140) nos fundos fiduciários de ajuda internacional, na venda do domínio da Internet e no turismo.

Braga e Lanza (2016, p. 140) apontam que entre os problemas climáticos mais graves que afetam Tuvalu estão a salinização das fontes de água potável e das terras férteis, a intensificação de tornados, e a elevação do nível do mar. Consequentemente o país sofre a fragmentação do ambiente por meio do desmonte de sua economia, principalmente em decorrência do desmonte do modelo cooperativo de produção de alimentos. Além disso, os autores destacam que o país sofre a acentuação da dependência em relação a outros países e a perda de território em razão do avanço das águas do mar “o que, por conseguinte, mina a efetividade da política no sentido de garantir a cidadania e a soberania nacional”.

Vitola (2007) citada por Braga e Lanza (2016) ao pontuar que existe previsão de que nas próximas quatro ou cinco décadas Tuvalu desapareça com o aumento do nível do mar, acrescenta que é uma ironia que permeia o país. Já que o pequeno estado insular contribui de modo insignificante para o aquecimento global e, por conseguinte, para a mudança climática. Ademais, em 2002, Tuvalu “chamou atenção internacional com a ameaça de processar os Estados Unidos e a Austrália devido ao alto índice de emissão de gases do efeito estufa lançado na atmosfera por eles” (LAZZARI, 2015, p. 12).

Kiribati, por sua vez, é um país formado por 33 ilhas localizada ao centro do Oceano Pacífico. Possui fronteira marítima com as Ilhas Marshall, a noroeste; com as ilhas Howland, Baker, e Espórades, a norte ; com a Polinésia Francesa, a sudeste; com as Ilhas Cook, Toquelau, e Tuvalu, a sul; e com Nauru, a oeste. Esse país tem uma população menor que 120 mil habitantes. Pertenceu às Ilhas Gilbert, na qual era antiga colônia britânica, tendo conquistado independência em 1979. E, segundo Bianca Dall'asta Lazzari (2015), o país possui hoje sua principal ilha, Tarawa, densamente ocupada. Além de estar em situação de considerável degradação ambiental.

Além disso, o Estado de Kiribati também possui economia fragilizada, baseada na agricultura e na pesca, com escassez de trabalhadores qualificados, tendo infraestrutura fraca, além de encontrar-se em afastamento dos mercados internacionais. “Dentre os Estados ameaçados a uma eventual aniquilação, Kiribati possui praticamente nenhuma capacidade de migração interna no longo-prazo devido à falta de terras de grandes altitudes” (MCADAM, 2012, p. 125 apud LAZZARI, 2015, p. 13).

Dessa forma, a previsão para essas sociedades é de grandes desequilíbrios em suas economias, em decorrência da alteração das atividades que geram renda para essas populações, e apenas posteriormente virá as crises humanitárias relacionadas diretamente com a inviabilidade de permanência no território.

Neste sentido, o que se tem afirmado é que ocorrerá, num primeiro momento, o elevado número de deslocamento forçado em razão de questões ligadas à crise econômica gerada pelas mudanças climáticas. Ademais, conforme destaca Marina Rocchi Martins Mattar (2012), às pessoas expostas a estas situações nem sempre conseguem deixar o local que vivem. Sendo que as que costumam ficar são geralmente aquelas com menor condições sócio-econômicas e que em regra possuem menos instrução ou estão em situação precária de saúde.

3.3 MIGRAÇÃO FORÇADA E APATRIDIA POR MARGINALIZAÇÃO

Considerando o exposto, quanto aos pequenos Estados insulares, pode-se observar que tratam-se de países com pequenos territórios, com economias limitadas ao cultivo da terra e da pesca, de populações com baixo grau de instrução e de geopolíticas pouco expressivas no cenário internacional. O que põe consideravelmente em risco a continuidade destes Estados quando em decorrência da perda de seu território, existindo consequentemente a possibilidade a ocorrência de apatridia, originada desta situação. Uma vez que os nacionais desses Estados, ao serem submetidos desordenadamente a migrações forçadas, podem estar sujeitos a prolongadas marginalizações em outros Estados.

Isso porque, conforme já supra citado, o ACNUR já constatou que a perpetuação, no tempo, de gerações de grupos minoritários sem a devida regularização de suas cidadanias gera longos períodos de exclusão. Consequentemente, gera a apatridia desses grupos (ONU news, 2017). Não obstante que, 75% (setenta e cinco por cento) dos apátridas do mundo são de grupos minoritários marginalizados mundo afora.

Assim, pode-se constatar que a migração climática forçada dessas populações dos pequenos Estados insulares, se não planejada, trará severas consequências com o decorrer do tempo. Dessa forma, faz-se necessário a urgente coordenação de políticas internacionais na resolução conjunta dessa problemática. Isso porque, além de não darem causa a perda de seus territórios, somando-se ao direito a continuação de seus Estados, a perpetuação de suas nacionalidades deve ser enfrentada como uma questão de um direito humano ao pertencimento.

4. COOPERAÇÃO ENTRE ESTADOS EM RELAÇÃO À APATRIDIA

Por fim, o presente tópico busca analisar as possibilidades da cooperação da comunidade internacional para lidar com a situação dos nacionais de pequenos Estados insulares, através de processos migratórios ordenados e a manutenção dos Estados originários. Uma vez que essa situação pode pôr em questionamento a manutenção da própria nacionalidade dessas populações.

4.1 MIGRAÇÃO

Evidentemente que o processo migratório das populações dos pequenos Estados insulares ocorrerá, mais cedo ou mais tarde. Uma vez que a manutenção de seus modos de vida será brutalmente destruído e impossibilitado. No entanto, na história da humanidade a migração sempre se mostrou presente, desde a pré-história até a idade contemporânea sendo, inclusive, questão ininterrupta. Alterando-se apenas o fluxo migratório, ou seja, a quantidade de deslocamento das pessoas de um lugar para outro, pois essa depende do momento econômico, político e social.

A discussão e a preocupação em nível internacional sobre a migração não é algo novo. Em 1951 nasceu a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados, em consequências da Segunda Guerra Mundial. Essa convenção foi relevante para a comunidade internacional, pois se levou em conta os direitos humanos dos migrantes, que na maioria das vezes se encontra em situações degradantes. Assim, através da Convenção de 1951, foi possível traçar uma cooperação e conscientização dos países membros (VENTURA, 2018).

Sendo que em 19 de dezembro de 2018 foi assinado em Assembleia Geral da ONU, por 160 países membros, um novo acordo que ficou conhecido por *Pacto Global para Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares*. Esse novo tratado pretende promover a cooperação internacional para a discussão e encontrar possíveis soluções para as questões migratórias, sempre levando em conta a dimensão da complexidade do assunto. Por esse motivo, o Pacto Global para *Migração* se baseia em princípios norteadores, como por exemplo, a universalidade dos direitos humanos e soberania nacional. (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Além disso, o documento já levanta questões que devem ser passíveis de debate como a gestão de fronteiras, entrada clandestina, tráfico de seres humanos, documentação de migrantes e arrecadação de fundos. Mas, importante destacar que como esse tratado foi firmado recentemente, ainda não é possível traçar qual será seu alcance e como os países que assinaram irão se comportar perante tal compromisso (COMISSÃO EUROPEIA, 2018).

Assim, é evidente o avanço que *Pacto Global para Migração* poderá trazer para a comunidade internacional, já que, é inegável reconhecer que o fluxo migratório nesta situação irá acontecer. Uma vez que, conforme anuncia Mirian Ventura (2018) os fluxos migratórios contemporâneos “têm sido mais numerosos, rápidos, diversificados e complexos do que no passado, atingindo todos os continentes, classes sociais, gêneros, etnias/raças, gerações”.

Por isso é incontestável a importância do Pacto Global para Migração pois, questões como essa dos pequenos Estados insulares, como o mundo irá lidar com esses problemas e com esses indivíduos que migram pelos mais diversos motivos, irão surgir e serão cada dia mais tangíveis. Assim, os demais integrantes do Pacto devem ater-se ao auxílio dessas populações para uma migração segura, digna, e em conjunto. Ou seja, um processo migratório que garantisse o alocamento desses povos em um território próprio, ainda que temporário. Isso garantiria a segurança e dos indivíduos, bem como manteria o sentimento de identificação cultural e pertencimento.

4.2 MANUTENÇÃO DO STATUS DE ESTADO E DA NACIONALIDADE

Conforme já citado anteriormente, para a formação de um Estado é necessário a junção de todos os seus elementos. No entanto, quando um dos elementos constitutivos do Estado chega a faltar não necessariamente esse deixa de existir. Pois há a consideração da comunidade Internacional pela primazia do princípio da continuidade do Estado.

Assim, de acordo com FIORENZA e MAZZUOLI (2013, p. 287) é possível que os Estados ameaçados se valham de alternativas para manter as suas existências mesmo na falta de um território habitável, como utilizar a figura do governo em exílio. Desse modo, poderiam reivindicar perante a sociedade internacional, ainda que fossem habitar outro território soberano, a manutenção do status de Estado. Isso feito para que pudessem continuar usufruindo das vantagens de sua existência no plano jurídico internacional. Assim como “manter assento nas Nações Unidas e continuar conferindo aos seus antigos habitantes a manutenção de suas nacionalidades” e dos direitos inerentes a ela.

Desta forma, não é mais possível a comunidade internacional se esquivar do debate e das tentativas de resolução do problema relativo a perda de territórios dos pequenos países insulares. Ademais, a questão não deve ser enfrentada, necessariamente, como o fim desses Estados. Já que, esse processo está ocorrendo de maneira involuntária.

Assim, é essencial que a comunidade internacional, além de buscar em conjunto com os Estados originários a solução para tal questão, ainda reconheça a existência desses Estados, ainda que esses venham a encontrar-se sem território. Isto porque, garante-se a possibilidade de manutenção da nacionalidade de todos os indivíduos que vierem a se encontrar nesta situação. Além de possibilitar processo posterior para de obtenção de novo território.

Do contrário, indivíduos que migraram desamparados e em condições de incertezas, aos poucos serão colocados em um status de apátrida, situação essa que é inadequadas à vida digna desses seres humanos. Visto que, a nacionalidade fornece às pessoas um senso de identidade, e é fundamental para a participação integral na sociedade.

Nesse sentido, é importante lembrar que a nacionalidade é um direito humano, conforme consta no art. 15, inciso II, da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que dispõe que “todo indivíduo tem direito a uma nacionalidade”. Pois, em regra, a ausência de nacionalidade impõe a exclusão dos indivíduos dos processos políticos, além de causar dificuldades em várias outras áreas da vida humana, como viajar e ter acesso à educação e à saúde. Impede as pessoas de realizarem seu potencial e pode ter severas repercussões para a coesão social e a estabilidade; podendo inclusive causar tensões nas comunidades e deslocamentos (ACNUR, 2010).

Por essa razão, o Pacto Global para Migrações deve ser levado adiante com responsabilidade e seriedade. Uma vez que, trata-se de um instrumento que cria um espaço para discussões e pode ser uma alternativa para evitar a ocorrência de apatridia. Pois, possibilita a busca por soluções para as questões que cercam a migração ambiental forçada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que Estado é constituído de quatro elementos, sendo eles o povo, o território, um governo autônomo e independente, e a finalidade. Tendo entendido, alguns doutrinadores que a perda de um deles resulta na extinção do Estado. Sendo assim, em um primeiro momento a possibilidade de perda do território poderia gerar o que se chama de apatridia, por conta da perda de um dos requisitos do Estado. Ademais, observou-se em seguida que esta hipótese poderia ser aplicada aos nacionais de pequenos países insulares.

No entanto, com o aprofundamento dos estudos se verificou que com base no princípio internacional da continuidade do Estado, a simples perda de território não deve gerar a presunção automática do desaparecimento da figura formal do Estado.

Mas, o que pode vir a ocorrer com as populações de pequenos Estados insulares é a apatridia por marginalização. Dado o fato de possuírem economias limitadas ao cultivo da terra e da pesca, de serem populações com baixo grau de instrução e de possuírem uma geopolítica pouco expressivas no cenário internacional.

Em contrapartida, deve-se considerar o direito humano à nacionalidade e, agora, o mais novo *Pacto Global para Migração*. Assim, a perda do território não deve retirar de nenhuma pessoa o direito fundamental à

tutela de seu Estado. Sendo assim, a comunidade internacional deve esforçar-se para promover um processo migratório ordenado, criar espaços para discussões e, priorizar a manutenção de suas nacionalidades.

Desta forma, a presente pesquisa atingiu os objetivos propostos não afastando, portanto, o reconhecimento de que novas pesquisas possam aperfeiçoar o estudo sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- [1] Fiorenza, Valério de Oliveira; Mazzuoli, Fábio Henrique Rodrigues de Moraes. O desaparecimento de micro-Estados insulares pela elevação do nível do marReDiLP – Revista do Direito de Língua Portuguesa, n.º 2 (julho / dezembro de 2013): 275-300
- [2] Mazzuoli, Valério de Oliveira. Curso de direito internacional público. 5. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Ed. RT, 2011.
- [3] Accioly, Hildebrando e Silva, Geraldo Eulálio do Nascimento e. Manual de direito internacional público. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 1996. 537 p.
- [4] Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Nacionalidade e Apatridia: Manual para Parlamentares. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2011/Nacionalidade_e_Apatridia_-_Manual_para_parlamentares>, último acesso em 05/03/2019. p. 6.
- [5] Arendt, Hannah. Origens do Totalitarismo. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 330
- [6] Araújo, Luis Ivani de Amorim. Direito Internacional Público. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 364 p.
- [7] Boson, Gerson de Britto Mello. Direito Internacional Público: o Estado em direito das gentes. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. 364 p.
- [8] Braga; Patricia Benedita Aparecida; LANZA, Fabio. Tuvaluanos desassistidos globalmente em face da Mudança Climática: Documentos Oficiais, Direitos Humanos e o “não futuro”? Ambiente & Sociedade n São Paulo v. XIX, n. 4 n p. 139-156 n out-dez. 2016 . Disponível em < http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n4/pt_1809-4422-asoc-19-04-00179.pdf >
- [9] Cavarzere, Thelma Thais. Direito Internacional da Pessoa Humana: a Circulação Internacional de Pessoas. Rio de Janeiro: Renovar, 1995. 275 p.
- [10] Del” Olmo, Florisbal de Souza. Direito Internacional Privado: abordagens fundamentais, legislação, jurisprudência. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 259 p.
- [11] Guimarães, Francisco Xavier da Silva. Nacionalidade-aquisição, perda e reacquirição. Rio de Janeiro: Forense, 1995. 159 p
- [12] Roque, Sebastião José. Direito Internacional Privado. Rio de Janeiro: Forense, 1992. 111p.
- [13] _____. Direito internacional público. São Paulo: Hemus, 1997. 272 p. MELLO, Celso D. de Albuquerque. Curso De Direito Internacional Público. 14. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- [14] Intergovernmental Panel On Climate Change, Global warming of 1.5°C. Revised on January 2019 by the IPCC, Switzerland, 2019
- [15] Mattar, Marina Rocchi Martins. Migrações Ambientais, Direitos Humanos e o caso dos pequenos países insulares. Trabalho Apresentado ao Instituto de Relações Internacionais da USP para obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais, São Paulo/ SP, 2012
- [16] Lazzari, Bianca Dall’asta . O aumento do nível do mar e o caso dos microestados insulares: possíveis soluções no direito internacional. Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da UFSC, para a obtenção do grau de Bacharelado, Florianópolis, 2015
- [17] Madaleno, Isabel Maria. O povo que mede forças com a morte: os ilhéus de Tuvalu, no Pacífico Sul, e a subida das águas do mar. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Ciências Humanas, v. 7, n. 2, p. 493-508, maio-agosto, 2012
- [18] Matos, Olgaria, C.F. Ethos e amizade: A morada do homem. Psicanálise e Cultura, São Paulo, 2008, 31(46), 75-79
- [19] The Intergovernmental Panel on Climate Change. Impacts of 1.5°C of Global Warming on Natural and Human Systems. Disponível em < https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/2/2019/06/SR15_Chapter3_Low_Res.pdf > Último Acesso em Janeiro de 2020

- [20] The Intergovernmental Panel on Climate Change. The Ocean and Cryosphere in a Changing Climate. 2019 Disponível em < https://www.cop25.cl/wp-content/uploads/2019/09/SROCC_FinalDraft_FullReport.pdf > Último Acesso em Janeiro de 2019
- [21] Un, General Assembly. Universal Declaration of Human Rights. Paris, 1948. Disponível em < <https://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> > último acesso em 31 de março de 2019.
- [22] Kelsen, Hans. Teoria geral do Direito e do Estado. Trad. de Luis Carlos Borges. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 299-314
- [23] Maluf, Sahid. Teoria geral do Estado. 34 ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 20-60.
- [24] Haberle, Peter. Asociedadeabertadosintérpretesdaconstituição- considerações do ponto de vista nacional-Estatal constitucional e regional Europeu, bem como sobre o desenvolvimento do direito internacional. Brasília, 2005, Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/viewFile/1292/758>. Acesso: 26 de jan. 2019.
- [25] Dallari, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 30 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 95-96.

Capítulo 18

Câncer oral condições socioeconômicas e fatores associados: Uma revisão integrativa⁵¹

Jadna Silva Franco

Cyntia Natyelle Fernandes Sobrinho

Fabiana da Silva Sousa

José Vinicius de Moura Bezerra

Layane Aiala de Sousa Lopes

Rafael Bezerra dos Santos

Nelson Jorge Carvalho Batista

Resumo : A pesquisa estuda a influência da condição socioeconômica, fatores associados, e a prevenção do câncer bucal, tendo como objetivo de buscar evidências sobre as condições socioeconômicas, fatores associados e prevenção do câncer bucal. Trata-se de uma revisão integrativa com busca na MEDLINE e LILACS via BVS, usando os descritores Neoplasias Bucais, Fatores Socioeconômicos e Prevenção, com seleção de estudos completos dos últimos 5 anos e exclusão de textos repetidos e sem relevância, resultando em 16 artigos. Os estudos foram publicados principalmente em 2014, em inglês, na MEDLINE. As evidências mostraram associação entre as baixas condições socioeconômicas, pouco conhecimento, desigualdades e difícil acesso à assistência à saúde, e fatores de risco como tabagismo, alcoolismo e infecção por HPV, que podem culminar no câncer de boca. A educação em saúde foi descrita como principal forma de prevenção e enfrentamento à doença, havendo necessidade de ações de profissionais, capacitação destes para orientar e cuidar dos pacientes, e ações governamentais para combate às desigualdades socioeconômicas.

Palavras-Chave: Neoplasias Bucais. Fatores Socioeconômicos. Prevenção.

⁵¹Trabalho apresentado no Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade (CBCS 2019), promovido pelo Centro Universitário Santo Agostinho, de 03 a 05 de outubro de 2019, em Teresina-PI.

1. INTRODUÇÃO

O câncer bucal pode ser definido como a neoplasia maligna mais comum da cabeça e pescoço, no qual a maior parte dos indivíduos que apresentam a patologia pode vir a óbito em um período de aproximadamente cinco anos após seu diagnóstico. O câncer oral foi descrito como a neoplasia maligna que se encontra entre as três primeiras de alta incidência e ainda o sexto tipo de tumor mais frequentem âmbito mundial (FERREIRA *et al.*, 2016).

O câncer bucal pode manifestar-se de diversas formas. Geralmente, em sua fase inicial, apresenta-se assintomático, na forma de lesões leucoplásicas, eritoplásicas e leucoeritoplásicas. Úlceras exofíticas ou endofíticas caracterizam a principal forma de lesão fundamental para o diagnóstico clínico. Em sua forma avançada, pode manifestar-se sintomático, com uma base extensa e presença de massa consistente e nodular. As áreas anatômicas acometidas são as regiões dos lábios, cavidade oral (mucosa jugal, gengivas, palato duro, língua e assoalho), orofaringe (amígdalas, palato mole e base de língua), trigonoretromolar, valécula, loja tonsilar, tonsilas palatinas e paredes posterior e laterais da orofaringe (SOUZA *et al.*, 2017).

O Brasil é o terceiro país no mundo com maior índice de câncer de boca. Este tipo de câncer ainda é uma doença pouco conhecida em relação aos outros tipos de neoplasias, apresentando geralmente seu diagnóstico tardio. O câncer bucal representa 5% de todas as neoplasias malignas. Em todo o mundo, 300.000 casos de câncer bucal ocorrem anualmente, sendo responsáveis por quase 130.000 mortes a cada ano. No Brasil, a doença apresenta 14.000 novos casos por ano, matando mais de 4.000 brasileiros a cada ano. Segundo a Organização Mundial da Saúde, cerca de 90% dos pacientes diagnosticados com câncer de boca são fumantes (NUNES *et al.*, 2018).

Dentre os fatores que podem contribuir para a incidência da doença está a dieta, a baixa renda, a escolaridade e as infecções pelo Human papillomavirus (HPV), além do sinergismo constatado mediante consumo concomitante de tabaco e álcool, são fatores de risco para os diversos tipos de câncer bucal. Alguns fatores predis põem o surgimento do câncer de boca, tais como: o hospedeiro (idade, sexo, raça, herança genética, estado nutricional e de saúde geral); os fatores extrínsecos, como o consumo (alimentos, medicamentos), o ambiente ocupacional (ação de produtos químicos), o ambiente cultural (estilo e hábitos de vida, tabagismo e etilismo) e a condição socioeconômica (renda, moradia, escolaridade) (BEZERRA; ALMEIDA; COSTA, 2016).

Dessa forma, evidencia-se que o câncer bucal tem impacto importante na qualidade de vida dos pacientes. Segundo Armelino *et al.* (2018) estratégias de detecção precoce do câncer bucal reduzem sua incidência e mortalidade, nesse sentido, é primordial a participação do cirurgião dentista nas ações de prevenção e diagnóstico precoce, sendo estes os profissionais mais capacitados a informar a população e a seus pacientes sobre a doença.

Tendo em vista a importância desse tema, pelas repercussões que pode representar para a vida do indivíduo, realizou-se esta pesquisa com objetivo de buscar evidências sobre as condições socioeconômicas, fatores associados e prevenção do câncer bucal.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de revisão integrativa da literatura, que consiste em um método sequencial de pesquisa em seis etapas inter-relacionadas entre si, que são: definição da questão norteadora, busca e seleção dos estudos, extração de dados de estudos, avaliação crítica dos estudos, síntese dos resultados da revisão e apresentação da revisão (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2019).

Assim, o estudo foi realizado a partir da questão norteadora: A condição socioeconômica e outros fatores associados podem apresentar risco para o câncer bucal?

A coleta de dados da pesquisa se deu no mês de agosto de 2019, com busca no banco de dados *online* da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), onde estão indexadas as bases de dados da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

Os descritores selecionados a partir do DeCS (Descritores em Ciências da Saúde) foram: Neoplasias Bucais, Fatores Socioeconômicos e Prevenção. A partir desses descritores formulou-se duas estratégias de busca: (1) tw:(neoplasias bucais AND fatores socioeconômicos) AND (fulltext:("1") AND year_cluster:("2016" OR "2014" OR "2015" OR "2017" OR "2018")); e (2) tw:(neoplasias bucais AND prevenção) AND (fulltext:("1") AND mj:("Conhecimentos, Atitudes e Prática em Saúde") AND year_cluster: ("2015" OR

"2016" OR "2014" OR "2017" OR "2018"))). Resultaram 29 estudos na primeira estratégia e 13 na segunda. Foram excluídos textos incompletos, sem relevância e repetidos, com seleção de 6 e 10 artigos nas estratégias, respectivamente.

Após a seleção, os estudos foram analisados por meio de leitura completa de seus conteúdos e extração dos pontos relevantes para discussão, abordando os fatores relacionados ao câncer bucal e a prevenção.

O artigo foi apresentado no CBCS - Congresso Brasileiro Ciência e Sociedade, com o tema: Inovação, Diversidade e Sustentabilidade. Contribuiu para aproximar a sociedade das práticas científicas contemporâneas, como também cooperar para a divulgação científica. Evento promovido e sediado no Centro Universitário Santo Agostinho de 3 a 5 de outubro de 2019, em Teresina, Piauí, Brasil.

Figura 1 – Fluxograma com resultados das buscas nas bases de dados.

Fonte: Fluxograma das etapas da revisão integrativa recomendada pela PRISMA. Biblioteca Virtual em Saúde (MEDLINE, LILACS, 2019).

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Quadro 1 estão dispostos os 16 estudos escolhidos mediante a busca e seleção nas bases de dados MEDLINE E LILACS, organizados segundo o título, autores, idioma, ano e base de dados em que foram publicados.

Quadro 1 – Caracterização dos estudos de acordo com título, autor, idioma, ano e base de dados. Teresina, Piauí. 2019.

TÍTULO	AUTOR	IDIOMA	ANO	BASE DE DADOS
Knowledge and Attitudes About Oral Cancer Among Dental Students After Bologna Plan Implementation.	María Inés Frola; Rocío Barrios.	Inglês	2017	MEDLINE
Evaluation of the Level of Knowledge of Oral Cancer Among High School Students.	Hamit Sirri Keten; Oguz Isik; Numan Guvenc; Ozgur Ersoy; Mustafa Celik.	Inglês	2017	MEDLINE
Knowledge of oral cancer among the community served during the stomatological lesion prevention campaign conducted at Universidad Catolica de Santiago de Guayaquil - Ecuador	Karla Cruz Moreira; Fuad Huamán Garaicoa; Gabriela Bem.	Inglês	2017	LILACS
Knowledge of oral cancer risk factors amongst high-risk Australians: findings from the LESIONS programme.	Dost, F; Do, L; Farah, C S.	Inglês	2016	MEDLINE
Assessing Oral Cancer Knowledge Among Undergraduate Dental Students in Kuwait University.	Joseph Bobby; Sundaram, Devipriya; Ellepola, Arjuna .	Inglês	2015	MEDLINE
Assessing oral cancer knowledge in Romanian undergraduate dental students.	Dumitrescu; Ibric; Cioranu pote-V.	Inglês	2014	MEDLINE
Knowledge and attitudes of Saudi dental undergraduates on oral cancer.	Omar Kujan; Ibrahim Alzoghbi; Saleh Azzeghaiby; Altamimi, Alsakran Mohammed; BasseTarakji; Salah Hanounah; Idress, Majdy; Alenzi, Faris; Iqbal, Mazhar; Taifour, Shahama.	Inglês	2014	MEDLINE
Knowledge of oral cancer, preventive attitudes, and behaviors of primary care physicians in Turkey.	Tanriover, Ozlem; Hidiroglu, Seyhan; Save, Dilsad; Akan, Hulya; Ay, Pinar; Karavus, Melda; Hayran, Osman	Inglês	2014	MEDLINE
Awareness about oral cancer among dental postgraduate students in the State of Andhra Pradesh, India.	Ramaswamy; Uday Ginpally; Sreenivasulu; Kumar Praveen; Khaitan Tanya; Geethika	Inglês	2014	MEDLINE
Impact of academic and continuing education on oral cancer knowledge, attitude and practice among dentists in north-western Italy.	Monica Pentenero; Andrea Chiecchio; Sergio Gandolfo.	Inglês	2014	MEDLINE
Spatial analysis of the death associated factors due oral cancer in Brazil: an ecological study.	Gisele Pedroso Moi; Ageo Mário Cândido Silva; Noemi Dreyer Galvão; Marcelo de Castro Meneghim; Antonio Carlos Pereira.	Inglês	2018	MEDLINE
Desigualdades sociais na sobrevivência de câncer de boca e orofaringe em São Paulo	Felipe Fagundes Soares.	Português	2018	LILACS
Is social inequality related to different patient concerns in routine oral cancer follow-up clinics?	Sarah Allen; Derek Lowe; Harris Rebecca; Steve Brown; Simon Rogers.	Inglês	2017	MEDLINE
Factors associated with lip and oral cavity cancer / Fatores associados ao câncer de lábio e cavidade oral	Isabella Lima Arrais Ribeiro; Júlia Julliêta de Medeiros; Larycia Vicente Rodrigues, Ana Maria Gondim Valença; Eufrásio de Andrade Lima Neto.	Inglês	2015	LILACS
Sociodemographic differences in the incidence of oropharyngeal and oral cavity squamous cell cancers in New Zealand	Carol Chelimo; J Mark Elwood	Inglês	2015	MEDLINE
Determinantes sociais de saúde e a ocorrência de câncer oral: uma revisão sistemática de literatura	Joana Dourado Martins; Jarielle Mascarenhas Oliveira Andrade; Valéria Souza Freitas; Tânia Maria de Araújo.	Português	2014	LILACS

Fonte: Biblioteca Virtual em Saúde (MEDLINE, LILACS).

Dos estudos, 14 (87,5%) foram publicados em idioma inglês. Em relação ao ano, 6 artigos (37,5%) foram publicados em 2014. 12 estudos (75%) foram publicados na MEDLINE. Evidencia-se assim a preferência dos autores por publicações em base de dados internacional no idioma inglês, bem como a diminuição da quantidade de estudos em anos mais recentes, com apenas um artigo em 2018. A discussão dos estudos foi organizada em duas categorias: Condições socioeconômicas e fatores associados; e Enfrentamento e prevenção do câncer de boca.

4.CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E FATORES ASSOCIADOS

Nesta categoria foram selecionados 7 estudos. A literatura apontou que o câncer de boca está entre os dez tipos de câncer mais comuns e a sétima causa de morte mais frequente no mundo, com uma incidência que aumenta com a idade. A condição socioeconômica, e mais precisamente as desigualdades socioeconômicas que atingem grande contingente populacional, é apontada como um importante fator para o aumento da incidência e mortalidade do câncer. Cerca de 80% dos casos de câncer bucal acontece em países do ocidente, e estão associados a problemas atrelados à menor posição socioeconômica e uso de tabaco e ao consumo de álcool, além da dieta pobre desempenha um papel relevante na etiologia dessa patologia (MOI *et al.*, 2018).

O problema da desigualdade é sério, atinge a maior parte da população, e tem persistido através dos anos. Pesquisas mostram que existe relação entre a desigualdade social, menor escolaridade e trabalho manual, ao maior risco de câncer de boca, bem como a uma menor taxa de sobrevivência após diagnóstico da doença. Indo mais afundo nos problemas sociais, esses dados mostraram maior relação na parcela populacional de cor da pele preta/parda, devido à interação que ela possui com a menor posição socioeconômica. Ou seja, as evidências têm apontado para o fato de que os segmentos sociais menos favorecidos apresentaram menor taxa de sobrevivência após a doença, principalmente pretos e pardos, que muitas vezes acabam ocupando profissões de menor prestígio e baixa escolaridade (SOARES, 2018).

Para Allen *et al.* (2017) pessoas com menor formação socioeconômica eram mais propensas a desenvolver câncer de cabeça e pescoço. O problema é maior em razão de que essas pessoas menos favorecidas muitas vezes apresentarem hábitos como tabagismo e consumo de álcool. Corroborando o que já foi descrito, os autores destacam o fato de que pessoas mais carentes apresentam piores taxas de sobrevivência e menor qualidade de vida relacionada à saúde.

O estudo de Ribeiro *et al.* (2015) traz dados importantes para problematizar a questão. Segundo os autores, dos 6,4 milhões de neoplasias malignas diagnosticadas em todo o mundo, cerca de 10% estão localizadas na boca. Em território nacional, no ano de 2012 as estimativas foram de ocorrência de 14.170 novos casos de câncer de boca, 9.990 afetando homens e 4.180 mulheres. Esses altos índices estão associados direta ou indiretamente ao tabagismo, consumo de álcool, exposição ao sol, infecções virais, ocorrências prévias de câncer na região da cabeça ou pescoço e condições socioeconômicas.

Em estudo realizado por Chelimo e Elwood (2015), os autores citam outro problema relevante relacionada à desinformação quanto aos comportamentos sexuais, que geram consequências como a infecção por HPV, vírus responsável por considerável número de casos de câncer oral. Dessa forma, os comportamentos sexuais orais têm sido associados à prevalência de infecções orais por HPV.

Pessoas que vivem em menor condição socioeconômica apresentam situações de vida de precariedade em muitos casos, com problemas como a marginalização social, privação, a própria exclusão social a que muitos são submetidos, que gera uma situação de falta de acesso às oportunidades oferecidas pela sociedade aos seus membros, com falta de recursos em diferentes níveis, incluindo o ambiental, cultural, econômico, político e social, não raramente sendo cumulativa, ou seja, compreendendo vários deles ou mesmo todos, e que acabam sofrendo com doenças, por não receberem orientações preventivas e tratamento quando necessário (MARTINS *et al.*, 2014).

O câncer bucal consiste sobretudo pelo surgimento de lesões na boca que não cicatrizam relacionadas a ausência de sintomas dolorosos, porém em estágios mais avançados a dor pode ocorrer em cerca de 40% dos pacientes, via de regra quando alcançam um tamanho clínico considerável. A dor pode variar de um leve desconforto a dores excruciantes em casos avançados, especialmente na língua. Outros sintomas comumente encontrados incluem a dor de ouvido, sangramento, mobilidade dos dentes, dificuldade para respirar, dificuldade para engolir, dificuldade para falar, trismo muscular e parestesia, todos em fases mais avançadas da doença. O diagnóstico em estágios precoces é extremamente relevante, pois, além da chance de cura, a terapia tem baixo custo. Após esta etapa, as células tumorais continuarão a multiplicares,

gerando o rompimento da camada basal, adentrando-se no tecido conjuntivo e nos vasos sanguíneos, o que culmina em carcinoma invasivo (SOARES; PEREIRA, 2018).

5. ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE BOCA

Nesta categoria foram selecionados 9 estudos. O maior meio para enfrentar o câncer de boca é por meio da educação em saúde, que pode favorecer a redução de muitos dos fatores de risco que causam a doença, mesmo nas populações menos favorecidas.

Em estudo realizado por Cruz-Moreira, Huamán-Garaicoa e Mena (2017) foi verificado que 61% dos entrevistados indicaram conhecer a existência de câncer bucal, mas aproximadamente 56,1% ignoraram o aparecimento de manchas brancas com potencial de malignidade. 50,7% disseram desconhecer que os nódulos pudessem ser um câncer bucal. E impressionantes 81,8% relataram jamais ter realizado um teste de prevenção de câncer bucal. Esses dados expõem uma realidade de falta de conhecimentos que pode culminar no aparecimento e progressão de um câncer bucal.

Em pesquisa realizada por Keten *et al.* (2017) verificou-se que estudantes do ensino médio tinham níveis insuficientes de conhecimento sobre o câncer de boca, sem conhecer a doença e seus riscos. Nessa linha Kujanet *et al.* (2014), Dumitrescu, Ibric e Ibric-Cioranu (2014) e Frola e Barrios (2017) apontam para a necessidade de melhoria do ensino sobre o câncer de boca, principalmente a alunos do curso de odontologia, abordando temas como fatores de risco para câncer bucal e realização de exames orais de rotina. Joseph, Sundaram e Ellepola (2015) fortalecem essa necessidade ao destacar que os programas de ensino devem dar mais ênfase a temas sobre sinais e fatores de risco precoces do câncer de boca, realização de exames orais de rotina, encaminhamento para biópsia e tratamento precoce adequado de lesões orais suspeitas.

Dost, Do e Farah (2016) abordam a importância do trabalho preventivo na atenção primária, com ações voltadas para modificação do comportamento em saúde por meio da educação em saúde, por se tratar de uma abordagem simples e viável e pode atuar como uma guia para triagem das mucosas, uma vez que o aumento do nível de conhecimento está relacionado a maior chance de realização de triagem.

Segundo Tanriover *et al.* (2014), os médicos da atenção primária precisam treinados para perguntar a seus pacientes sobre comportamentos de alto risco, realizar aconselhamento e educação sobre a cessação do abuso de álcool e tabaco e estimular a realização de exames orais.

Para Ramaswamy *et al.* (2014), muitos aspectos, como sinais clínicos de câncer bucal, protocolo de tratamento, encaminhamentos e complicações pós-tratamento, precisam ser aprimorados.

Ao cirurgião dentista é de fundamental importância discutir, orientar e incentivar a prevenção do câncer bucal, como também é essencial o interesse dos pacientes, pôr em prática hábitos saudáveis quanto o repúdio ao tabagismo e consumo regular de bebidas, que são os principais fatores de risco; podem ajudar a reduzir incidência da enfermidade. Ademais, uma boa alimentação, higiene bucal adequada, evitar exposição solar sem uso de proteção e usar preservativo durante a prática do sexo oral, são medidas necessárias apontadas pelo instituto nacional de câncer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foram encontradas evidências que relacionam a ocorrência do câncer de boca com a condição socioeconômica menos favorável da população, que leva a problemas como a falta de conhecimentos, orientação e ausência de assistência em saúde, tanto preventiva como terapêutica. Fatores associados a essa condição desfavorável foram observados, como tabagismo e etilismo, bem como a infecção por HPV.

A educação em saúde é apontada por autores como a melhor forma de enfrentar e prevenir o problema, sendo necessário que a questão, seja melhor trabalhada entre profissionais e ainda na graduação. Dessa forma, salienta-se a necessidade de que profissionais como o cirurgião-dentista trabalhe no desenvolvimento de estratégias educativas em conjunto da comunidade, visando informar à população sobre a importância do autoexame bucal, além de orientar sobre fatores predisponentes, minimizando os riscos que levam o desenvolvimento da patologia.

Assim, conclui-se que o profissional tem o dever de aperfeiçoar suas habilidades técnico-científicas e na capacidade de percepção das necessidades do paciente de modo a proporcionar serviço com qualidade

possibilitando o bem-estar, pressupondo um cuidado que focalize as dimensões físicas, psicológicas, sociais.

É necessário ainda que hajam, ações de combate à desigualdade social por parte das autoridades em âmbito municipal, estadual e federal, com vista a reduzir problemas relacionados não só ao câncer de boca, mas a inúmeros outros problemas de saúde.

REFERÊNCIAS

- [1] Allen, S. *et al.* Is social inequality related to different patient concerns in routine oral cancer follow-up clinics?. *European Archives of Oto-Rhino-Laryngology*, v. 274, n. 1, p. 451-459, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs00405-016-4208-x>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [2] Armelim, A. M. L. *et al.* Perfil epidemiológico dos pacientes atendidos no centro de especialidades odontológicas de Fernandópolis-SP com diagnóstico de câncer bucal. *Archives of health investigation*, v. 7, 2018. Disponível em: <http://archhealthinvestigation.com.br/ArcHI/article/view/3761>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- [3] Bezerra, T. A; Almeida, A.V.S; Costa, K.N.F.M. Relato de experiência: estratégia de prevenção do câncer de boca no município de campina grande, Paraíba. *Revista de APS*, v. 19, n. 4, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/aps/article/download/15820/8254>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- [4] Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Saúde chama atenção para a Semana Nacional de Prevenção do Câncer Bucal. 2018. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/44603-ministerio-da-saude-chama-atencao-para-a-semana-nacional-de-prevencao-do-cancer-bucal>. Acesso em: 05 set. 2019.
- [5] Chelimo, C.; Elwood, J. M. Sociodemographic differences in the incidence of oropharyngeal and oral cavity squamous cell cancers in New Zealand. *Australian and New Zealand journal of public health*, v. 39, n. 2, p. 162-167, 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1753-6405.12352>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [6] Cruz-Moreira, K.; Huamán-Garaicoa, F.; Mena, G. Knowledge of oral cancer among the community served during the stomatological lesion prevention campaign conducted at Universidad Católica de Santiago de Guayaquil-Ecuador. *Acta Odontológica Latinoamericana*, v. 30, n. 3, p. 113-117, 2017. Disponível em: http://actaodontologicalat.com/wp-content/uploads/2018/04/AOL-3-2017_Final.pdf. Acesso em: 06 set. 2019.
- [7] Dost, F.; do, L.; Farah, C. S. Knowledge of oral cancer risk factors amongst high-risk Australians: findings from the LESIONS programme. *Australian dental journal*, v. 61, n. 4, p. 432-439, 2016. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/adj.12408>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [8] Dumitrescu, A. L.; Ibric, S.; Ibric-Cioranu, V. Assessing oral cancer knowledge in Romanian undergraduate dental students. *Journal of Cancer Education*, v. 29, n. 3, p. 506-513, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13187-014-0659-1>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [9] Ferreira, S. M. S. *et al.* Desenho como possível veículo de descrição das percepções e conhecimentos sobre câncer bucal de um grupo de indivíduos sem formação educacional formal em Maceió, Alagoas - Brasil. *Sau. & Transf. Soc*, v.7, n.2, p.123-133, 2016. Disponível em: <http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeettransformacao/article/download/3721/4554>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- [10] Frola, M. I.; Barrios, R. Knowledge and attitudes about oral cancer among dental students after Bologna Plan implementation. *Journal of Cancer Education*, v. 32, n. 3, p. 634-639, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13187-016-0990-9>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [11] Joseph, B. K.; Sundaram, D. B.; Ellepola, A. NB. Assessing oral cancer knowledge among undergraduate dental students in Kuwait University. *Journal of Cancer Education*, v. 30, n. 3, p. 415-420, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13187-014-0734-7>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [12] Keten, H. S. *et al.* Evaluation of the Level of Knowledge of Oral Cancer Among High School Students. *Journal of Cancer Education*, v. 32, n. 1, p. 79-84, 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13187-015-0936-7>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [13] Kujan, O. *et al.* Knowledge and attitudes of Saudi dental undergraduates on oral cancer. *Journal of Cancer Education*, v. 29, n. 4, p. 735-738, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13187-014-0647-5>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [14] Martins, J. *et al.* Determinantes sociais de saúde e a ocorrência de câncer oral: uma revisão sistemática de literatura. *Revista de Salud Pública*, v. 16, p. 786-798, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0124-00642014000500013&script=sci_abstract. Acesso em: 06 set. 2019.
- [15] MOI, G. P. *et al.* Spatial analysis of the death associated factors due oral cancer in Brazil: an ecological study. *BMC Oral Health*, v. 18, n. 1, p. 14, 2018. Disponível em: <https://bmcoralhealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12903-018-0473-y>. Acesso em: 06 set. 2019.

- [16] Nunes, M. S. *et al.* Epidemiological profile of the population assisted in an oral cancer tracking program: sociodemographic characteristics, life habits, and clinical conditions. *Unimontes Científica*, p. 384-391, 2018. Disponível em: <http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/download/792/488>. Acesso em: 04 abr. 2019.
- [17] Pentenero, M.; Chiecchio, A.; Gandolfo, S. Impact of academic and continuing education on oral cancer knowledge, attitude and practice among dentists in north-western Italy. *Journal of Cancer Education*, v. 29, n. 1, p. 151-157, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s13187-013-0562-1>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [18] Ramaswamy, P. *et al.* Awareness about oral cancer among dental postgraduate students in the State of Andhra Pradesh, India. *Journal of Cancer Education*, v. 29, n. 4, p. 665-668, 2014. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007%2Fs13187-014-0620-3>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [19] Ribeiro, I. L. A. *et al.* Factors associated with lip and oral cavity cancer. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, p. 618-629, 2015. Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S1415-790X2015000300618&script=sci_arttext. Acesso em: 06 set. 2019.
- [20] Soares, A. C. S; Pereira, C. N. Associação do HPV e o Câncer Bucal. *Revista Ciências e Odontologia*, v. 2, n. 2, p. 22-27, 2018. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/RCO/article/download/364/293>. Acesso em: 05 set. 2019.
- [21] Soares, F. F. Desigualdades sociais na sobrevida de câncer de boca e orofaringe em São Paulo. 2018. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências) - Universidade de São Paulo, SP. 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-23042018-091300/publico/FelipeFagundesSoaresORIGINAL.pdf>. Acesso em: 06 set. 2019.
- [22] Souza, G. T. *et al.* Conhecimento de estudantes de Odontologia sobre os fatores de risco para o câncer bucal. *Arq Odontol*, n. 53, p.12, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/arquiosemodontologia/article/download/3732/2488/>. Acesso em: 30 abr. 2019.
- [23] Tanriover, O. *et al.* Knowledge of oral cancer, preventive attitudes, and behaviors of primary care physicians in Turkey. *European Journal of Cancer Prevention*, v. 23, n. 5, p. 464-468, 2014. Disponível em: https://journals.lww.com/eurjcancerprev/Abstract/2014/09000/Knowledge_of_oral_cancer,_preventive_attitudes,17.aspx. Acesso em: 06 set. 2019.

Capítulo 19

A exclusão social de pessoas com transtornos mentais

Daniele Eying

Maria Fátima Balestrin

Resumo: O trabalho aborda a política de saúde mental no Brasil, cujo objetivo foi refletir sobre exclusão social de pessoas com transtorno mental. A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica sobre estudos publicados relacionados ao tema. O artigo discute como base teórica sobre a política de saúde no Brasil, a saúde mental e a seguridade social; traz como conteúdos da temática a reforma psiquiátrica e a exclusão social de pessoas com transtornos mentais. Os resultados demonstram vários determinantes da exclusão e a necessidade de buscar formas de romper com o estigma social da pessoa com transtorno mental, bem como, as possibilidades de inclusão a partir das perspectivas da política de saúde mental. Conclui-se que a exclusão de pessoas com transtorno mental afeta suas relações sociais, no que se refere à dimensão econômica, cultural, familiar, impedindo profundamente o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Saúde; Saúde Mental; Seguridade Social; Exclusão Social.

1. INTRODUÇÃO

O tema exclusão social de pessoas com transtorno mental é resultado do processo de Estágio Curricular do Curso de Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) II no Município de Guarapuava-PR. Através do convívio com profissionais e usuários identificou-se processos de exclusão ainda tão presente na sociedade e vivenciados por essa parcela da população, o que instigou à reflexão sobre o tema, como uma forma de compreender as consequências da exclusão, bem como, as possibilidades de um processo de inclusão desses sujeitos a partir do novo desenho das políticas públicas, em especial da Política de Saúde Mental no Brasil.

Antes de se efetivar a Política de Saúde Mental ou de se consolidarem leis que protegeriam as pessoas com deficiência intelectual, pôde-se refletir historicamente como estes sujeitos eram tratados na sociedade, e como foram excluídos do convívio social.

O confinamento dos indivíduos não se tratava de oferecer suporte aos doentes mentais, mas sim de mantê-los afastados da sociedade, que os assemelhava à “vagabundagem” e à pobreza. As pessoas com transtornos mentais tiveram sua cidadania e sua identidade retiradas e foram por séculos silenciados.

É o ano de 1986 que surge um modelo diferente do que vinha sendo utilizado na atenção à saúde mental com a criação do primeiro Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) em São Paulo para atender a população em sofrimento mental com intenção de oferecer atendimento diferenciado do modelo manicomial, oferecendo serviços de acolhimento, mediante atividades, seja em grupo ou individualmente, e com a participação da família no tratamento.

A implantação do CAPS foi um avanço no tratamento do deficiente intelectual, pois, além de fornecer atendimento com consultas especializadas e medicação adequada, acontece num processo de ressocialização dos indivíduos. O trabalho no CAPS exige uma equipe em sintonia que se transcenda e proporcione qualidade de vida, garantia de direitos, acesso adequado ao tratamento de seu usuário e, consequentemente, que atinja uma melhora em seu quadro de sofrimento psíquico, promovendo um processo inclusivo.

A exclusão é um impedimento, uma barreira, uma fronteira elaborada socialmente em relações de poder, que dividem os grupos, tanto no que se refere às condições de vida como na percepção de si mesmos como sujeitos históricos. Nesse sentido, o processo de inclusão deve ir além do tratamento medicamentoso, são necessárias políticas públicas de inclusão que proporcionem o fortalecimento dos vínculos familiares para possibilitar a construção de um novo projeto de vida.

Partindo do exposto, a pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, tendo como fonte de informações estudos analíticos anteriores de outros pesquisadores publicados em livros, artigos, teses, etc., objetivando refletir sobre a exclusão do doente mental na sociedade.

2. A POLÍTICA DE SAÚDE NO BRASIL, SAÚDE MENTAL E SEGURIDADE SOCIAL

No Brasil Colônia (1500-1822) a saúde pública não era tratada de forma organizada e direcionada à população, foi somente com a chegada da família real que surge à ideia de estrutura sanitária, pois as más condições higiênicas proliferavam e, da mesma forma, as epidemias, como a febre amarela, malária, e a peste bubônica, entre outras.

Conforme Miranda-Sá Jr (2007, p.156):

A assistência aos doentes no Brasil colonial era extremamente precária. A maior parte dos cuidados era prestada por curandeiros de todos os matizes, inclusive sacerdotes católicos (especialmente os jesuítas). Os médicos formados eram raríssimos, e mesmo os cirurgiões e barbeiros licenciados dificilmente eram encontrados, a não ser nos centros maiores, e serviam principalmente as pessoas importantes.

Naquele período não haviam especialistas em psiquiatria, e os hospitais da Irmandade da Santa Casa abrigavam, mais do que tratavam os enfermos. “Os hospitais, até o século XVIII confundiam-se com albergues para pessoas doentes que não tivessem quem delas cuidasse”. (MIRANDA-SÁ JR, 2007, p. 156).

No final do século XVIII e início do XIX, com o avanço do conhecimento científico e da consciência social, a medicina começou a tomar a forma atual, processo que teve como influência a Revolução Francesa (1789-1799), no plano político, e os avanços científicos relacionados com a Revolução Industrial, no plano econômico. “Foi quando a assistência aos doentes mentais se tornou médica. Surgiu na França, com a reforma patrocinada por Pinel e instituída por Esquirol, e que serviu de modelo para as transformações na assistência psiquiátrica de todo o mundo ocidental”. (MIRANDA-SÁ JR, 2007, p.156).

Com a mudança da corte portuguesa ao Brasil (1808) deu-se início ao processo de urbanização do Rio de Janeiro e, por outro lado, criou, ampliou e expôs novos problemas sanitários. Um dos problemas dizia respeito aos enfermos psiquiátricos, que, segundo Miranda-Sá Jr (2007, p. 156), “[...] se eram inoperantes nas pequenas comunidades rurais, tornavam-se visíveis e perturbadores no meio urbano. Cuidar deles se transformou em um ônus difícil de ser suportado até pelas famílias, tanto no plano objetivo como no subjetivo”.

Quanto à saúde mental, por meio do Decreto n. 82/1841 foi fundado no Rio de Janeiro o Hospício Dom Pedro II, inaugurado em 1852, e renomeado mais tarde Hospício Nacional de Alienados, marco institucional da assistência psiquiátrica brasileira. Assim, “O Brasil se tornou o primeiro país da América Latina a fundar um grande manicômio com base no alienismo francês, o qual manteve a tradição asilar de abrigar desviantes de todos os tipos, regidos sob a égide das mais diversas intervenções e arbitrariedades”. (GUIMARÃES *et al*, 2013, p. 362).

Aponta Miranda-Sá Jr (2007, p.157) que o hospício do Rio de Janeiro “[...] já nasceu moderno, pois seguiu o recém-instituído modelo francês e serviu de paradigma para os demais que o seguiram. [...] O Hospício do Rio hoje é utilizado como Reitoria da UFRJ. Trata-se de um palácio mais suntuoso que qualquer outro da época [...]”. Comenta ainda o autor que coisa semelhante aconteceu nas províncias, ou seja, muitos desses hospitais eram palácios para a época.

A partir desse evento foram construídos em todo o país vários asilos e manicômios. Portanto, ao longo dos anos, “[...] a assistência psiquiátrica esteve atrelada ao tratamento restrito ao interior dos grandes hospícios, com internação prolongada e manutenção da segregação do portador de transtorno mental do espaço familiar e social. O foco de atenção não era a pessoa, mas a doença”. Além de serem marginalizados e desprovidos de autonomia, não sendo vistos como indivíduos ativos no tratamento do transtorno mental (GUIMARÃES *et al*, 2013, p. 362).

Entre os anos 1920 e 1930, deu-se o primeiro esforço de reforma psiquiátrica, quando foram diferenciados os serviços de psicóticos agudos dos crônicos, sendo instituído um serviço aberto para tratamento em regime de pensão livre, um sistema de educação especial e um serviço de saúde mental. (TUNDIS, 1997).

Mas, à medida que a falta de remédios específicos para os enfermos psiquiátricos continuava, agrava-se o processo de degradação da assistência psiquiátrica pública no Brasil, a qual só poderia ser evitada com a descoberta dos fármacos psicotrópicos, que possibilitaram o efetivo enfrentamento das enfermidades mentais. (MIRANDA-SÁ JR, 2007, p. 157), pois existiam poucos medicamentos para o tratamento psiquiátrico e os disponíveis tinham potencial de ação insuficiente para minimizar os sintomas decorrentes do transtorno mental. (GUIMARÃES *et al*, 2013).

Conforme Miranda-Sá Jr (2007), tal avanço implicou outro problema: a assistência psiquiátrica pública se dividiu em duas: a assistência patrocinada pelo Estado e aquela mantida pela previdência social pública, que se multiplicou movida única ou predominantemente pela busca de lucro. O doente mental se transformou em uma fonte de lucro para empresários que viviam dessa condição. No plano da assistência pública direta, a tônica do enfrentamento desse problema residiu na tentativa de ambulatorização do tratamento. (MIRANDA-SÁ JR, 2007).

Sobre o contexto econômico desse período, segundo Polignano (2005, p. 8), entre 1922 a 1930, sucederam-se crises econômicas e políticas em que se conjugaram fatores de ordem interna e externa, e que tiveram como efeito a diminuição do poder das oligarquias agrárias. “A crise de 1929 imobilizou temporariamente o setor agrário-exportador, redefinindo a organização do estado, que vai imprimir novos caminhos a vida nacional”. Assim é que a crise do café vai propor um novo padrão de uso do poder no Brasil.

A Revolução 1930, comandada por Getúlio Vargas, segundo Braga (2013), rompe com a “política do café com leite”, entre São Paulo e Minas Gerais, que sucessivamente elegiam o Presidente da República. Com isso, emergiu um novo regime que traria profundas mudanças na estrutura do Estado que objetivavam promover a expansão do sistema econômico estabelecendo-se uma nova legislação que ordenasse a efetivação dessas mudanças. Foi criado o “Ministério do Trabalho” o da “Indústria e Comércio” e o “Ministério da Educação e Saúde”. A área da saúde assumiu um papel de relevância na estratégia de combater o federalismo, que impossibilitava ou dificultava a ação efetiva do governo federal nos Estados.

No que se refere à previdência social nesse período, segundo Polignano (2005), a política do Estado pretendeu estender a todas as categorias do operariado urbano organizado os benefícios da previdência. Com isso, em 1933 as CAP's (criadas em 1923) e organizadas por empresas, são substituídas pelos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP's) que eram organizados por categoria profissional (marítimos, comerciários, bancários, etc). Os IAP's, além de servir como importante mecanismo de controle social tinha, até meados da década de 50, papel fundamental no desenvolvimento econômico deste período, como “instrumento de captação de poupança forçada”, através de seu regime de capitalização.

O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) foi o primeiro governo eleito com diretrizes estabelecidas para a área de saúde, inclusive a doença mental. Em seu programa de governo para a área da saúde determinou que sua principal diretriz para a área de combate à doença mental teria como objetivo a “descentralização da assistência psiquiátrica no Brasil, a fim de evitar o encaminhamento de doentes mentais de vários pontos do país às principais organizações hospitalares, saturando sua capacidade...”. (KUBITSCHKE, 1955 *apud* BRAGA, 2013, p.3)

O período que se iniciou em 1964, Governo Militar, tinha como característica as políticas públicas centralizadoras e a forte repressão às liberdades individuais e aos movimentos sociais. Os IAPs foram substituídos por um único instituto, o INPS (criado em 1966), o que significou uma uniformização dos benefícios, numa Previdência Social concentrada e num crescimento da demanda por serviços médicos em proporções muito superiores à capacidade de atendimento disponível nos hospitais e ambulatórios dos antigos Institutos de Previdência. Com a criação do INPS houve um crescimento de estabelecimentos hospitalares privados conveniados com este órgão. (BALESTRIN, 2006).

Conforme Geraldles (1992), com a criação do INPS, a cobertura assistencial, até então executada por profissionais concursados, passou a ser realizada através da contratação de serviços de terceiros. A contratação de serviços privados pelo Estado veio a estimular o crescimento e a expansão do setor privado, fortalecendo o caráter de lucratividade do setor de saúde, onde a intervenção do Estado, através da previdência Social, provocou o fortalecimento de um sistema médico e industrial monopolista, acumulando capital na indústria farmacêutica e dos equipamentos médicos.

Esse modelo assistencial, por determinações estruturais impostas pela estratégia de desenvolvimento capitalista no país, fazia parte de um conjunto de políticas sociais compensatórias, necessárias para a legitimação política do surto de crescimento econômico que caracterizou o período denominado de “milagre econômico”. Conforme Balestrin (2006), a partir de 1974, findo o período de expansão econômica, iniciou-se o processo de transição democrática do regime autoritário para um pacto estruturado na definição de um novo padrão de desenvolvimento. Este pacto deveria combinar crescimento com distribuição, e implicava a elaboração de nova constituição e a explicitação de outro padrão de política social.

A sociedade brasileira passou a viver num contexto de debates, por parte de setores de oposição ao Regime Militar, na busca de propostas políticas que se centravam na redefinição das políticas sociais, entendendo estas como indicadoras de um processo redistributivo de renda e como caminho para universalização de benefícios para toda a população. (GERSCHMAN, 1995).

No que se refere à saúde mental e o movimento sanitário, em meados da década de 1970, começaram a surgir algumas experiências isoladas, contrapondo-se ao modelo asilar, inspiradas na comunidade terapêutica, na psicoterapia institucional e na psicoterapia preventiva, permitindo novas ações na assistência psiquiátrica. Nessa época, foram observados discretos investimentos em comunidades terapêuticas, hospitais-dias e centros de saúde mental. Os investimentos, no entanto, foram esporádicos, pouco significativos e, alguns, pouco duradouros. (AMARANTE, 1995 *apud* FONTE, 2012).

Fonte (2012) aponta que na década de 1970, a discussão acerca da necessidade de humanização do tratamento do doente mental se deu no momento em que diversos setores da sociedade brasileira se mobilizaram em torno da redemocratização do país. A Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP), em ações políticas para defender médicos que haviam sido presos e torturados, proporcionou no cotidiano profissional, discussões éticas acerca dos direitos humanos e da necessidade de ampliação dos direitos individuais no país.

Apelos para que "ninguém fosse submetido à tortura, a tratamento ou castigo cruel, desumano e degradante" e nem "arbitrariamente preso, detido ou exilado" foram estendidos para a condição de opressão do doente mental nos manicômios e sua humilhação moral na sociedade em geral. (FIRMINO, 1982 *apud* FONTE, 2012, p. 5).

Entretanto, ainda não estava muito claro qual deveria ser o modelo de cuidado e nem havia uma proposta estruturada da intervenção clínica, isso começaria acontecer na década de 1980, mais efetivamente com a reforma psiquiátrica no final dos anos 1980.

Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, a qual traz no Art. 199, que a saúde é como resultante de políticas sociais e econômicas, como direito de cidadania e dever do Estado, como parte da seguridade social e cujas ações e serviços devem ser providos por um sistema único de saúde organizado segundo as seguintes diretrizes: descentralização, comando único em cada esfera do governo, atendimento integral e participação comunitária. Ao mesmo tempo, abriu-se espaço para a atuação privada, ou seja, de forma complementar, autônoma, consagrando a liberdade da iniciativa privada (BRASIL, 1988). Estava criado constitucionalmente o Sistema Único de Saúde (SUS) e com ele o modelo de saúde plural vigente.

Para viabilizar o previsto na Constituição, foram criadas as leis 8.080/1990 e a Lei 8.142/90, que dispõem respectivamente sobre a organização dos serviços e a participação da sociedade.

Como observamos, o SUS é uma conquista da sociedade brasileira que tomou forma a partir do movimento de democratização da década de 1980. Ele não representa uma proposta apresentada por grupos de interesses dentro da cultura nacional de planos mágicos, mas é algo que vinha sendo discutido amplamente na sociedade há longo tempo e que em determinado momento, no Congresso Nacional, adquiriu institucionalidade. (MENDES, 1996).

O SUS é um sistema de saúde que está em constante evolução, segue a doutrina e os mesmos princípios organizacionais em todo o país, sob a responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, ele é um sistema formado por um conjunto de unidades, serviços e ações que tem finalidades em comum atividades de promoção, proteção e recuperação da saúde.

2.1. A REFORMA PSIQUIÁTRICA

Há que se considerar que desde aproximadamente 1978, o modelo de atenção em saúde mental no Brasil vem sofrendo um redirecionamento influenciado pelo Movimento da Reforma Psiquiátrica.

No entanto, conforme Foucault (1978) há muitos séculos a humanidade convive com a loucura, e antes desse tema se tornar médico, o "louco" habitou o imaginário popular de diversas formas, eram vistos como pessoas que conheciam a magia, outrora era motivo de piada e, muitas das vezes, "possuídos" por demônios. Desde então, as pessoas com transtornos mentais foram se tornando marginalizadas, pois não se "enquadravam" no padrão moral vigente da época.

A internação era vista de forma oposta a de uma prisão, mas, a partir do momento que a loucura era assimilada à pobreza e à "vagabundagem" surgem novas significações, assim, uma pessoa que não correspondia a um padrão moral vigente da época era confinada, principalmente com a ascensão do capitalismo, a dita "boa" sociedade queria esconder os problemas que estavam surgindo com esse novo sistema organizacional. Foi a partir da segunda metade do século XX que se inicia uma radical transformação no tratamento de doentes mentais. (FOUCAULT, 1978).

Conforme Amarante (1995), depois de um longo contexto e de variados processos de contestação e de intervenção na área psiquiátrica, é apenas no ano de 1971 que o psiquiatra Franco Basaglia inicia um processo de desmonte dos manicômios, levando em consideração o contexto histórico e o novo espaço em que já se encontrava inserida a doença mental e o tema da loucura.

A experiência de Basaglia teve grande influência no movimento de psiquiatria democrática, mesmo ele não participando deste movimento, propõe uma revogação na lei psiquiátrica em vigor desde 1904, o novo projeto de lei colocado em referendo inspira-se fundamentalmente em suas ideias, assim em 13 de maio de 1978, é criada a lei Basaglia na Itália. (AMARANTE, 1995).

Explica Arbex (2013) que Franco Basaglia implantou um movimento que se inicia na Itália e começa a repercutir o mundo, e muito particularmente no Brasil. Assim, inicia-se o movimento de luta – antimanicomial, que surge marcado pela ideia de defesa dos direitos humanos, e do resgate de cidadania dessas pessoas que há séculos foram hostilizadas e maltratadas. Aliado a essa luta nasce o movimento da reforma psiquiátrica que começou a denunciar manicômios e instituições que faziam o uso da violência para com os doentes mentais, a reforma propõe a construção de uma rede de serviços que libertem os doentes mentais que garanta sua cidadania e que preserve a sua dignidade.

Assim, “A ideologia psiquiátrica teria nascido para tornar possível classificar como doente mental, todo aquele comportamento inadaptable aos limites da sociedade burguesa”. (TUNDIS, 1997, p.12).

Foi com muita luta e participação popular, seja de usuários, doentes mentais, família, trabalhadores da área de saúde ou a própria sociedade em geral, que possibilitou a concretização da Lei n. 10.216 de 06 de abril de 2001, assim, reafirmando legalmente os direitos humanos e também civis da pessoa em sofrimento mental. A reabilitação psicossocial tem como princípio da cidadania, “[...] reabilitar não se reduz a repor mais ou menos bem uma perda, e sim a reconstruir as possibilidades de trocas. [...] por maiores que sejam suas limitações, trata-se de considerar aí como prevalente a dimensão da vida”. (SOUZA, 2006, p.71).

Sendo assim, as práticas voltadas para a reabilitação psicossocial devem oferecer a possibilidade dos usuários retomarem o controle da sua vida, é ampliar a rede de trocas de afetos e informações dos usuários na sociedade: família, vizinhos, trabalho, rede de saúde e de assistência. O movimento da Reforma Psiquiátrica, segundo Fonseca e Jeager (2015, p.26), ao romper com a centralidade do manicômio, se propôs a produzir novos conceitos, novas funções e novas percepções da loucura. “Trata-se de rupturas que fazem parte da formação e da concepção do SUS à medida que propõe um conjunto de transformações relacionadas aos modos de cuidar da saúde humana”.

Até chegar se chegar a estas mudanças o caminho percorrido foi árduo, mas, o processo iniciado com a reforma psiquiátrica ainda é atual, embora os avanços nesta área no Brasil sejam inegáveis, a luta para viabilizar tais direitos continua diante das situações de condições sócias econômicas adversas.

Todavia, a existência de legislação de saúde mental representa um mecanismo importante para garantir a atenção e o tratamento adequados e apropriados, a proteção dos direitos humanos de pessoas com transtornos mentais e a promoção da saúde mental das populações, mas não garante em si mesma o respeito e proteção dos direitos humanos.

3. EXCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL

Quando se aborda a exclusão social, percebe-se que o termo é utilizado nas mais variadas áreas de conhecimento e nem sempre é preciso ou definido. Coloca Xiberras, (1993 *apud* Vaz, 2002), que excluídos seriam todos aqueles rejeitados dos nossos valores.

Para Sawaia (2008, p. 9),

A exclusão é um processo complexo e multifacetado, uma configuração de dimensões materiais, políticas, relacionais e subjetivas [...], não é uma coisa ou um estado, é um processo que envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros. Não tem uma única forma e não é uma falha do sistema, devendo ser combatida como algo que perturba a ordem social, ao contrário, ele é produto do funcionamento do sistema.

No Brasil, a exclusão social está presente desde a época da colônia, em função da adoção de uma estrutura escravagista, que se reproduziu e permanece até hoje, embora com um grau menor e de maneira menos ostensiva.

Entretanto, passou a ganhar destaque no país na década de 1970 com o crescimento econômico oriundo do período ditatorial brasileiro. “Com a escalada rumo à industrialização, houve uma intensificação do padrão social excludente, fruto do capitalismo dependente, sustentador do ‘milagre econômico’”. (BORBA; LIMA, 2011. p 224).

Nessa direção, ao se pensar na lógica capitalista em que a diferença de classes é inerente a esse sistema, a questão econômica é uma das formas de exclusão social. Lopes (2006, p. 124) relata sua concepção de exclusão social e aponta que o fenômeno costuma ser relacionado a um plano de causalidade complexo e multidimensional, diferenciando-se da concepção de pobreza, sobretudo porque exclusão social “[...] é uma condição produzida na emergência do neoliberalismo, caracterizada pela estratégia de sobre-determinação constante dos termos que fundam e reproduzem os jogos contemporâneos entre mercado, trabalho, Estados, poder e desejos”.

Portanto, neste contexto, segundo Faleiros (2006), a exclusão é definida como negação da cidadania, da garantia de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia, entre outros. É um processo dialético e histórico, decorrente da exploração e da dominação, com vantagens para uns e desvantagens para outros. Neste sentido, a inclusão se apresentaria como proposta contrária aos princípios do neoliberalismo. Sendo assim, a inclusão e a exclusão se referem às dinâmicas de expulsão ou de inserção nas esferas socialmente reconhecidas.

Os autores Borba e Lima (2011). Justificam essa permanência de fatores clássicos de exclusão na sociedade contemporânea pelo afastamento das propostas políticas de bem-estar, o que proporciona situações de vulnerabilidade social que fragilizam a sociedade. Este tipo de vulnerabilidade provoca a exclusão social e o combate às situações de vulnerabilidade é uma função essencial do Estado, sendo os programas de intervenções intitulados de inclusão social.

3.1. CONSEQUÊNCIAS DA EXCLUSÃO PARA PESSOAS COM TRANSTORNO MENTAL

A pessoa com transtorno mental vem sendo excluído da sociedade desde antes do advento do sistema capitalista de produção, sistema este que fortaleceu o processo de exclusão. A estigmatização do “doente mental” prevaleceu por longo tempo, e ainda está presente na sociedade atual, o dito “louco”, por vezes, não é inserido no convívio social e nem ao mercado de trabalho e, inúmeras vezes, banalizado pelos demais.

Desse modo, além do sujeito sofrer as consequências da não inserção no mercado de trabalho, é representado como alguém com algum problema que foge do padrão de normalidade socialmente aceito.

Os prejuízos causados pelos processos de exclusão social nos condicionamentos que estruturam a vida coletiva afeta, sobretudo, “[...] o escopo de representações que se formou institucionalmente em torno da grande contradição moderna entre autonomia e liberdade, que define o estatuto do sujeito”. (LOPES, 2006, p 127).

Desse modo, “[...] Atribuir ao louco o estatuto social de enfermo garantiu-lhe o direito à assistência e ao tratamento sob a proteção do Estado, mas [como consequência] autorizou também a sua exclusão social e a destituição da cidadania plena”.

A pessoa com transtorno mental sofre a exclusão social por questões morais, pois, segundo Luca (2007, p. 3), “A justificativa para a exclusão social do doente mental é, quase sempre, a necessidade de ensinar a eles regras e condições de convívio social ou de proteger os ‘normais’ de ações insanas”.

3.2. A POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DA PESSOA COM TRANSTORNO MENTAL

A necessidade de se sentir pertencente a um grupo é inerente ao ser humano. Desde que este começou a formar uma comunidade, existe o desejo de viver em sociedade com seu semelhante. Não nos reconhecemos sós e isolados. Para que a inclusão do portador de transtorno mental se efetive é preciso, além de romper com o preconceito, criar ações que efetivem sua cidadania, e que assegurem seus direitos já garantidos por lei.

Sabe-se que é preciso avançar nas políticas de inclusão social, pois, conforme Lopes (2006, p.22), a inclusão “[...] são as políticas sociais contemporâneas que priorizam, equivocadamente, atingir os excluídos que estão no limite das privações através de programas focalizados que sustentam rótulos de ‘inclusão social’”.

Conforme Faleiros (2006, p. 11), ampliam-se as experiências de solidariedade fundadas no dom, na reciprocidade. O Estado também usa o discurso da solidariedade para propagandear políticas de mínimos sociais para não comprometer as exigências do mercado e para aliviar a pobreza sem reduzir a desigualdade. “A solidariedade só se constrói com liberdade e igualdade e não como caridade do mais forte diante dos vulnerabilizados. É na sustentabilidade de si e do coletivo que a solidariedade se arquiteta como direito e autonomia na cidadania inclusiva”.

Ao analisar o escopo da exclusão social em uma perspectiva política, afirma que é necessário requalificar o Estado para garantir o direito dos sujeitos excluídos viverem em sociedade.

A inclusão e a cidadania são processos complexos, históricos, diversificados, de mobilidade, de redução da desigualdade, da polarização, da assimetria, das formas desiguais de implicação dos sujeitos, e de afirmação da identidade, da segurança, do trabalho, da efetivação dos direitos, da criação de oportunidades, da formação de conhecimentos, competências e habilidade, do fortalecimento dos laços sociais, do respeito, da vida digna, de justiça, do empoderamento, do acesso a ativos e à renda, do respeito à diversidade, à cultura e à vida social e comunitária. (FALEIROS, 2006, p. 12).

Finalizando, partilhamos do pensamento de Candido et al (2012) o qual compreende que é a sociedade a instituição suprema que pode atribuir sentido maior à vida cotidiana, promovendo um espaço para a expressão plena da liberdade, entender que todos podem contribuir para a redução do estigma é requisito fundamental para haver atitudes positivas em relação à minimização do preconceito existente.

4. RESULTADOS E CONCLUSÕES

No que se refere à exclusão, esta sempre esteve presente no desenvolvimento da sociedade em diferentes perspectivas, é um tema complexo e nos mostra como as pessoas são afastadas de várias instâncias da vida em sociedade, no caso dos doentes mentais são pessoas que sempre sofreram com esse processo excludente, são pessoas que tiveram sua cidadania negada, suas vozes foram silenciadas e assim, sua condição de ser humano foi rebaixada.

Pode-se destacar que a exclusão é um processo evolutivo e se expande no modelo neoliberal, no caso do Brasil, um país marcado pela estrutura escravagista onde a exclusão sempre esteve presente e se fortalece no período ditatorial, com a evolução da industrialização esse processo se solidifica. A pessoa com doença mental sente a exclusão e sente-se rejeitada, desencadeando reações negativas em sua vida e, com isso, dificultando até mesmo seu progresso no tratamento ao qual é submetido.

Para viabilizar um processo de inclusão de pessoas com transtorno mental são essenciais ações que busquem a autonomia, na perspectiva da possibilidade da capacidade do sujeito, que efetivem sua cidadania, e que assegure seus direitos já garantidos por lei, o que pode vir a minimizar o preconceito enraizado culturalmente, permitindo o retorno ao convívio social. É preciso que se consolide diariamente a inclusão das pessoas em sofrimento psíquico, e que o preconceito com essa parte da população seja superado.

REFERÊNCIAS

- [1] Amarante, Paulo Duarte de Carvalho. Novos Sujeitos, Novos Direitos: O debate em torno da reforma psiquiátrica. Cad. Saúde Públ., Rio de Janeiro, 11 (3): 491-494, jul./set, 1995.
- [2] Arbex, Daniela. Holocausto brasileiro. 1. Ed. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- [3] Balestrin, Maria Fátima. A política de saúde no município de Ponta Grossa a partir da constitucionalização do SUS. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas. UEPG, 2006.

- [4] Borba, Andreilcy Alvino. LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e União Europeia. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n106/n106a03.pdf>. Acesso em: 11 de outubro de 2017.
- [5] Braga, André Luiz de Carvalho. O Serviço Nacional de Doenças Mentais no Governo JK: a expansão da Assistência Psiquiátrica para todo o Brasil. Disponível em: http://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338477418_Arquivo_TextocompletoparaaANPUH2012.pdf. Acesso em 12 de agosto 2017.
- [6] Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- [7] Candido, Maria Rosilene. Et al Conceitos e preconceitos sobre transtornos mentais: um debate necessário. *SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog.* (Ed. port.) vol.8 no.3 Ribeirão Preto dez. 2012. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-69762012000300002&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 24 de outubro de 2017.
- [8] Faleiros, Vicente de Paula. Inclusão Social e Cidadania. 32ª International Conference on Social Welfare. Brasília: 2006. Disponível em: http://www.icsw.org/images/docs/Events/2006_Brazil/17_07_PDF/vicente_faleiros.pdf. Acesso em: 11 de outubro de 2017.
- [9] Fonseca, Tania Mara Calli. Jaeger, Regina Longaray. A psiquiatrização da vida: arranjos da loucura, hoje. In BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde Mental / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015. 548 p. : il. (Caderno Humaniza SUS ; v. 5). Disponível em: Acesso em: 12 de agosto de 2017.
- [10] Fonte, Eliane Maria Monteiro da. Da institucionalização da loucura à reforma psiquiátrica: as sete vidas da agenda pública em saúde mental no Brasil. *PPS - Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE*. v. 1, n. 18, 2012.
- [11] Foucault, Michel. História da loucura na idade clássica. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- [12] Geraldles, P. C. A saúde coletiva de todos nós. Rio de Janeiro: Revinter, 1992.
- [13] Gerschman, S. A democracia inconclusa: um estudo da reforma sanitária brasileira. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.
- [14] Guimaraes, Andréa Noeremberg. et al. Tratamento em saúde mental no modelo manicomial (1960 a 2000): histórias narradas por profissionais de enfermagem. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2013 Abr-Jun; 22(2): 361-9. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n2/v22n2a12.pdf>. Acesso em: 06 de setembro de 2017.
- [15] Lopes José Rogério. Exclusão social, privações e vulnerabilidade: uma análise dos novos condicionamentos sociais. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 123-135, jan./mar. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_09.pdf. Acesso em: 22 de agosto de 2017.
- [16] Luca, Bruna Lira de. Et al. Construção cultural de doença mental e justificativas para a exclusão do doente mental; 2007. Disponível em: <https://psicopauta.wordpress.com/2007/08/07/a-loucura-e-exclusao-social-dos-doentes/>. Acesso em: 14 de outubro de 2017.
- [17] Mendes, Eugenio Vilaça. Uma agenda para a saúde. São Paulo: Hucitec, 1996.
- [18] Miranda-Sá JR, Luiz Salvador de. Breve histórico da psiquiatria no Brasil: do período colonial à atualidade. *Rev Psiquiatr RS*. 2007;29(2). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rprs/v29n2/v29n2a05.pdf>. Acesso em: 27 de maio de 2017.
- [19] Polignano, Marcus Vinícius. História das políticas de saúde no Brasil: Uma pequena revisão. 2005. Disponível em: http://www.medicina.ufmg.br/dmps/internato/saude_no_brasil.rtf. Acesso em: 07 de julho de 2017.
- [20] Souza, M. E. Atenção em Saúde Mental. 1ª Ed. Belo Horizonte. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, 2006.
- [21] Tundis, Silvério Almeida. Cidadania e loucura Políticas de saúde mental no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1997.
- [22] Vaz, Angela Maria Giovanetti. Exclusão social: novos e velhos dilemas. *Emancipação*, 2(1): 105-127, 2002.

Capítulo 20

O contexto violento do Estado Capitalista e o Bullying

Giovanna Back Franco

Resumo: O sistema de produção capitalista, extremamente injusto e desigual, gera inúmeros conflitos sociais. A contradição é inerente a ele. Para sua propagação depende do Estado capitalista, o qual, a partir de mediações e regulamentações institucionais, garante o controle ideológico e social, perpetuando os conflitos e a consequente violência em relação ao semelhante que, no capitalismo, passa a ser apenas um concorrente, perdendo sua humanidade. Esse fenômeno pode ser observado em todos os âmbitos da sociedade contemporânea, mas se analisara nesse artigo, especificamente, a violência no ambiente escolar, também conhecida como Bullying.

Palavras-Chave: Capitalismo. Estado. Violência. Bullying.

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo, na mesma dinâmica de progresso, traz consigo a decadência, a concentração da riqueza e a pobreza e, acima de tudo, a violência.

Mas, a profunda interferência nas relações sociais só é possível devido à aliança imprescindível entre Estado e capital, em uma simbiose entre o público e o privado.

O Estado, como instituição da sociedade capitalista, realiza os interesses gerais do capital, mediando as relações sociais e perpetuando as contradições inerentes ao sistema, através de seus instrumentos repressivos e institucionalizados.

Somado a isso, órgãos de propaganda de circulação em massa, auxiliam na alienação geral com mitos da necessidade de salvação do sistema, através da universalização de questões particulares.

Resultado disso é a alienação social e o individualismo, sendo o outro ser humano um concorrente a ser aniquilado, ou seja, a violência em grandes proporções, a qual, a longo prazo, poderá ser o fim da humanidade.

Assim sendo, não há dúvida de que os fluxos contraditórios do capitalismo levarão o homem à ruína quando até o próximo passa a ser mercadoria, num modo de produção desumano e que reforça desigualdades.

Inclusive o atual Papa, Jorge Mario Bergoglio, mais conhecido como Papa Francisco, alertou recentemente para o perigo do que chamou de “Globalização da Indiferença” pautada no individualismo e no egoísmo, ambos fomentados pelos grupos hegemônicos em busca da alienação social.

Nos termos do autor húngaro, Mészáros, a solução para o futuro está na mudança sistêmica radical em que as categorias (capital, Estado e trabalho) devem se alterar eventualmente a fim de que o capital não subordine às demais.

Para ele, não adiantaria apenas eliminar o Estado, mas superar a relação capital-trabalho no intuito de que hajam alterações totalizadoras e não meramente parciais, pois a crise do sistema é estrutural.

Ou seja, sem o Estado capitalista, o modo de produção capitalista não sobrevive, visto que aquele sustenta este. Com a morte daquele, será possível a igualitária promoção de justiça social.

É importante considerar, nesse contexto, que a violência social se reflete em todos os âmbitos da vida do indivíduo, a exemplo do ambiente escolar.

Desse modo, poder-se-ia dizer que o Bullying (violência escolar) é um reflexo da sociedade capitalista, desigual e injusta, fomentadora do individualismo.

Vive-se na lógica da exclusão, formando sujeitos ideologicamente violentos, reproduzindo a violência institucional de um Estado que promove o capital, não a justiça social, perpétua do a cultura da violência.

Ademais, a estrutura escolar exprime a estrutura social capitalista, enviando a ausência de postura crítica à escola, em relação ao preconceito e à discriminação.

Sujeitos alienados e individualistas são frutos do perverso sistema capitalista, mantido pelo Estado supostamente democrático, e atores da violência corriqueira.

2. NOÇÕES GERAIS

O homem capitalista, visto a partir de uma visão hobbesiana, nasce egoísta e busca a satisfação de suas necessidades a partir da dominação de seu semelhante.

A fim de evitar a guerra de todos contra todos, nessa tentativa de dominação recíproca, cede parte de sua liberdade ao Estado, por intermédio de um Pacto Social. O poder do Estado passa a ser justificado para manutenção da paz social.

O Estado, através de suas instituições, busca, na realidade, preservar a totalidade do sistema construído pela burguesia por meio da regulação das relações sociais e econômicas (através da lei) e do uso exclusivo do poder da violência (coerção e imposição).

Com o fracasso do comunismo, no início dos anos 1990, prosperou a hegemonia mundial das leis de livre mercado e a importância do papel do Estado em uma sociedade liberal democrática, não sem muitas divergências entre os integrantes da classe dominante.

Nesse contexto, foi possível observar a presença do Estado em diversas áreas da vida nacional, como seguridade social, regulamentação de setores produtivos, preservação ambiental, composição de investimentos, prestação de serviços públicos, estabelecimento de padrões educacionais e profunda desigualdade na distribuição de renda.

Além disso, é visível a busca da instituição de um governo mundial, comandado pelos Estados Unidos, com uma política agressiva de degradação ambiental, massacre dos povos, desvalorização do trabalho, perda de valores da humanidade e da vida social.

Enganam-se aqueles que acreditam que acabou a época dos impérios. Hodiernamente, segundo István Mészáros (2003), vive-se outra fase do imperialismo, o Imperialismo Global Hegemônico, em que os Estados Unidos da América exercem a política de conquista da supremacia internacional, a partir da retórica capitalista, repetida como um mantra pelos poderes hegemônicos, de liberdade para todos.

No final do século XIX e início do século XX, houve a intensificação das competições na arena mundial e a maturação de um sistema capitalista verdadeiramente internacional, tendo os Estados Unidos como centro hegemônico.

Sendo o capitalismo uma atroz forma de produção e o Estado seu gestor e executor, na “era da globalização”, a sociedade passa a ser, cada vez mais, comandada pelos instrumentos do poder hegemônico, desprovidos de ética.

É nesse contexto, sob o predomínio do liberalismo, que a “fábrica capitalista” produz tensões e contradições que produzem e reproduzem a cultura da violência, a exemplo do bonapartismo no século XIX, do Estado Nazista da Alemanha em meados do século XX ou da ideologia funcionalista norte-americana dos direitos humanos (sendo que os Estados Unidos se recusam à submissão ao Direito Internacional, tendo como principal exemplo o Tribunal Penal Internacional, para julgamento de crimes contra a humanidade).

3.0 SISTEMA CAPITALISTA

Trata-se de um sistema de produção econômica e reprodução social baseada na legitimidade dos bens privados e na irrestrita liberdade comercial, que visa lucro a partir da mais-valia resultante do trabalho e que, em seu auge, tem sido responsável por crises globais.

Procura reter a ordem existente, apesar dos antagonismos de um sistema injusto de produção e de troca, através do controle social metabólico, com auxílio de órgãos de propaganda de circulação em massa e o mito da necessidade geral de “salvar o sistema”.

Para manutenção do sistema, são necessárias a ampla sistematização e a normalização das relações sociais, a partir de um discurso isonômico. “Todos são iguais perante às leis”, “mas devem ser desiguais em relação aos rendimentos, à habitação, à justiça para poderem ter acesso a esses direitos” (FALEIROS, 1980, P. 44) (sendo a defendida universalidade discriminatória).

A partir da deslegitimação de direitos fundamentais, a realidade se torna coisificada, o controle fica mais rígido e o mundo mais áspero, com as relações pessoais mais artificiais e o crescimento da violência. Para combater estas, novas medidas restritivas são implementadas, com maior criminalização das relações sociais, gerando um círculo vicioso.

O modelo capitalista reforça, continuamente, a exclusão, a pauperização e a violação de direitos fundamentais, ou seja, a violência sistêmica, através de duros mecanismos de controle sociais, mitificados na cultura popular como esperanças de uma sociedade melhor, mais justa e mais fraterna.

Como maior colaborador, tem-se o Estado capitalista, superestrutura mediadora por excelência das contradições inerentes ao capitalismo, responsável pela manutenção do funcionamento das instituições e do capitalismo, por meio de regulações, conforme pregava Max Weber.

Estas regulações devem transformar o particular em universal, de modo que todos devem seguir a mesma ideologia, supostamente benéfica à maioria, mas que apenas mantém o sistema pelas classes hegemônicas.

Afinal, a manutenção do sistema garante a manutenção da ordem política e vice-versa, sendo imprescindível a internalização de ideologias, da regulação social e do controle social para garantia da totalidade.

Mesmo que para tanto seja necessário o sacrifício de alguns, haja vista que para a ideologia liberal, é preciso expurgar e expor aqueles que desafiam as leis, como forma de educação dos demais e internalização de ideologias. É o chamado controle social ou ideológico.

É preciso considerar que o sistema capitalista é contraditório por natureza, entretanto os desentendimentos dentro da mesma classe não podem implodi-la. As contradições devem se alinhar, visto que se não o fizerem, a estrutura do sistema rompe, havendo perda do controle e consequente alteração da ordem social.

As profundas contradições e os antagonismos do sistema, manifestados na crise estrutural global, são suicidas, tendo gigantesco potencial de autodestruição da humanidade.

3.1.O PAPEL DO ESTADO CAPITALISTA

A partir do século XVI, com a ascensão da classe burguesa, entende-se por Estado a instituição fundamentada em prescrições sociais e jurídicas que tem o dever de regulamentar a vida em sociedade, sendo a forma máxima de organização humana, como ensina o jurista Norberto Bobbio (1999)

Sem dúvida alguma, é considerado o monopólio da força e do poder, tanto econômico e político quanto ideológico e legal. Este último é fundamental para consecução de sua finalidade suprema: regimantar a vida em sociedade através das leis (“governo das leis”)

Bobbio defende, destarte, que é melhor o governo das leis ao governo dos homens, pois aquele é desprovido de paixões e se baseia na racionalidade, sem olvidar das leis naturais.

Não se pode perder de vista que o Estado, através de sua política, representa a luta de classes, mas estas não são blocos monolíticos, tendo conflitos internos que também devem ser mediados pelo Estado.

Em suma, o Estado capitalista tem como função primordial o controle da sociedade através de normas criadas pelos seus “braços”, denominados instituições.

Objetiva o controle social a partir da ideologia hegemônica, afinal, é o efeito psicológico que mantém a sociedade por intermédio de um processo de consciência social e de educação.

É fato notório que apenas com os arranjos institucionais do Estado é que foi possível a ascensão do sistema capitalista à hegemonia mundial. As obras de gestão do Estado, estruturas de assistência e serviços essenciais, além de financiamentos e juros são apenas alguns dos exemplos da união de desígnios entre ambos.

Assim, o Estado é mediador das relações sociais por excelência. Realiza mediações com a classe trabalhadora, com o auxílio das instituições (representações econômicas e políticas), tendo como fio condutor as determinações do capital.

Embora aparente ser um governo de todos, alegando representar a sociedade como um todo, incluindo as minorias sociais, o Estado segue a direção oposta ao limitar o poder contra hegemônico, ao precarizar o trabalho (aquele que ontologicamente produz riqueza e sem o qual o capital não sobrevive) ou ao manter as desigualdades sociais.

Com a “nobre causa” de salvar o sistema, a principal resposta encontrada pelas classes dominantes é a intervenção governamental. O que significa a “injeção” de dinheiro público para salvar o capital privado, ou seja, somas astronômicas que submetem a massa trabalhadora a esforços fiscais crescentes, em uma suposta igualitária divisão do custo.

Seria, em outras palavras, a nacionalização da bancarrota capitalista, apesar do defendido livre mercado, sendo que os contribuintes não obtêm nada com as grandes somas investidas em ativos capitalistas fracassados.

A principal estratégia é a transferência desses ativos para o controle do Estado a fim de que sejam revigorados, por intermédio de tributação, para serem posteriormente privatizados, no devido momento.

Isso gera dívidas públicas perenes, com altos custos e condições abusivas, que geram escravidão econômica, interferência política, apropriação de recursos e privatizações de patrimônio público, conforme ensina Maria Lúcia Fatorelli (2013).

O dinheiro público, oriundo da riqueza socialmente produzida através do trabalho humano, muitas vezes não segue seu destino devido, como a promoção de direitos fundamentais e a distribuição de riqueza. É destinado ao setor privado mediante parcerias público-privadas.

Estas realizam administração privada com o dinheiro público, haja vista a necessidade da dilatação do Estado na busca de eficiência, conforme os ditames da ideologia liberal.

O Estado dito eficiente, segundo Vicente de Paula Faleiros (1980), é supostamente neutro (quando árbitro), se utiliza da miséria e do terrorismo (anomalias) para estabilização do sistema, classifica seus nacionais de acordo com a renda (os desfavorecidos e os privilegiados), estabelece parâmetros mínimos, evita a universalização por meio de políticas sociais focalizadas e institucionaliza conflitos.

Este Estado mantém problemas crônicos e questões contraditórias, mantendo a desigualdade, visto que esta é o pressuposto fundamental do capitalismo.

A partir da desigualdade, é possível a orquestração do jogo capitalista, que privilegia os rentistas, e a destinação de recursos, frutos de juros e espoliações, para investimentos em áreas sensíveis do capital, como isenções fiscais.

O Estado tem papel essencial na defesa dos interesses capitalistas e na reprodução do sistema capitalista em escala ampliada. Afinal, quem salva o capitalismo de suas crises estruturais é o Estado.

Este realiza mediações constantemente, através de uma democracia minimamente participativa, para manutenção da hegemonia, limitando as políticas sociais (responsáveis pela distribuição da riqueza) e transformando tanto o homem em mercadoria, quanto a sociedade em mercado.

A sociedade é submetida à destruição causada pela simbiose entre o Estado e o capital, administrada por práticas corruptas e antidemocráticas.

Como afirma Mézaros (2003), o papel do Estado capitalista, no mundo parasitário das finanças, é fundamentalmente importante e potencialmente catastrófico, pois o Estado é o legitimador “democrático” da institucionalização da fraudulência.

Nunca foi possível ao certo definir onde terminava o capital e começava o Estado, ainda que ideologicamente houvesse a defesa de uma separação absoluta.

4.A CULTURA DA VIOLÊNCIA

Nos últimos séculos da história da humanidade, houve um incremento do cenário da violência, das mais variadas formas, quer por conflitos étnicos ou religiosos, quer por terrorismo ou por narcotráfico. São vastas as possíveis formas de violência na atualidade, incluindo os jogos das forças político-econômicas.

Conforme destaca Ianni (2002, p. 10), a ideia é:

O Mercantilismo, o Colonialismo, o Imperialismo e o Globalismo podem ser vistos inclusive como processos histórico-sociais, ou geo-históricos, nos quais florescem e reflorescem as mais diversas formas e técnicas de violência. São formas e técnicas de violência que atingem indivíduos e coletividades, povos e nações, tribos e reinos. Essa é uma história de diásporas e de holocaustos das mais diversas proporções, envolvendo indivíduos e coletividades, em todas as partes do mundo.

Parece algo intrínseco à organização social moderna e à defesa da propriedade privada, desde o primeiro homem que cercou seu terreno e disse: “isto é meu”, como ensina Rousseau, até as mais sofisticadas técnicas de ampliação da capacidade produtiva e de concentração de capital.

A sociedade burguesa, por seu turno, busca justificar a realidade violenta e altamente competitiva, devido à acirrada concorrência entre grupos capitalistas para domínio do mercado, e a garantia da coesão social, por meio de um sistema repressivo e de dominação ideológica.

Para tanto, a estratégia é a promoção da alienação social e o incitamento ao individualismo e à rivalidade. O ser humano deixa de ser visto como companheiro ou semelhante para ser visto como concorrente.

A sobrevivência na sociedade capitalista depende, portanto, do aniquilamento do concorrente, através da violência, a qual se tornou, inclusive, um mercado em ascensão.

Milhões são gastos diariamente para financiamento do tráfico e da indústria armamentista, para lavagem de dinheiro em paraísos fiscais, para manutenção dos atos corruptos ou para promoção de guerras em busca de riquezas, sem que se considerem as consequências sociais e humanas.

A cultura da violência é mantida e propagada em virtude da forma pela qual o Estado se organiza, com sua ideologia burguesa, fervorosamente defendida pela grande mídia - “espaço privilegiado do sistema para aprisionar as pessoas na mais-valia ideológica” (SILVA, 2013).

No século atual, a violência pode ser justificada também pela globalização dos processos econômicos e pela mundialização das novas questões sociais (SANTOS, 2002), profundamente marcada pela desigualdade social em todas as dimensões (saúde, habitação, trabalho, educação, segurança, informação, conhecimento e participação política).

Deve se dar destaque ao fato que ela se tornou visivelmente espetacularizada pelas grandes mídias, com a dramatização dos fatos “de maneira a produzir o extraordinário do mundo ordinário” (SANTOS, 2002).

O fato é que ela se deve à fragmentação social e à ode ao individualismo que dá origem à “multidão solitária” (IANNI, 1996) em um processo de massificação e de rompimento da consciência coletiva de integração social.

Além disso, na busca de estimular a competição, incute-se o medo do outro. Afinal de contas, o natural do homem não é a competição, mas a cooperação, pois aquela parte da lógica da exclusão, com o único objetivo de consolidação de um pequeno grupo no poder.

Nesse contexto, a violência é algo natural, fruto apenas da maldade humana, sem qualquer relação com a “política da competição”.

De braços dados com a política do medo, surge a lógica invertida de justiça, a partir do discurso ideológico midiático: já que a sociedade é refém de uma violência sem solução, deve fazer a justiça com as próprias mãos, em especial com relação aqueles que foram rotulados como delinquentes.

O “inimigo” povoa o imaginário humano e ganha formas pelos discursos hegemônicos, retirando qualquer resquício de humanidade dos indivíduos, na busca da “higienização social” daqueles que não compartilham da produção capitalista, quer por opção, quer por condicionantes econômicas ou políticas.

Comparando o capitalismo a uma imensa e complexa fábrica, Octavio Ianni revela que, por essa influência direta ou indireta nas condições de vida e nas perspectivas individuais e coletivas, enquanto os benefícios são compartilhados por poucos, os prejuízos o são por muitos (IANNI, 2004).

As artimanhas ideológicas perpetuadas pelos capitalistas encobrem as desigualdades e dão força para a propagação desse acontecimento que deveria ser excepcional: a violência, sempre com alegações racionais e humanitárias.

No desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, pululam diversidades e desigualdades, além de formas de alienação e técnicas de dominação e repressão, não sem falsos discursos democráticos e de cidadania.

Destaca-se, ainda que com a potencialização do trabalho necessário, a fim de promover o consumo e a acumulação da riqueza, resta maior tempo disponível, visto que menos força humana é necessária para aumentar a produtividade.

Contudo, o tempo livre, que deveria ser socializado, é controlado e comercializado pelo capital, inclusive através da produção destrutiva, o que resulta no incremento da violência social.

Em termos práticos, portanto, a violência seria o reflexo das contradições sociais e da manifestação da luta de classes, a partir da natureza vil e desumanizante do capitalismo, mas também resistência à ordem imposta pelos poderes instituídos pelo Estado.

5.VIOLÊNCIA ESCOLAR OU BULLYING

Várias são as formas de violência perpetradas na atual sociedade, pelos motivos dantes analisados, abrangendo inúmeras esferas sociais. Dentre estas, destaca-se a escolar, também conhecida como Bullying.

Para muitos especialistas, é uma forma de assédio moral, caracterizado por condutas repetitivas e prolongadas de conteúdo ofensivo e/ou humilhante que tem como finalidade a exclusão de determinado indivíduo ou grupo de indivíduos do ambiente social.

Inicia-se, frequentemente, pela recusa de uma diferença e manifesta-se por comportamentos no limite da discriminação.

A conclusão sobre o fenômeno é unânime entre os especialistas (CALHAU, 2009, p. 76):

O fenômeno Bullying estimula a delinquência e induz a outras formas de violência explícita, produzindo, em larga escala, cidadãos estressados, deprimidos, com baixa autoestima, capacidade de autoaceitação e resistência à frustração, reduzida capacidade de autoafirmação e autoexpressão, além de propiciar o desenvolvimento de sintomatologias de estresse, de doenças psicossomáticas, de transtornos mentais e de psicopatias graves. Tem, como agravante, interferência drástica no processo de aprendizagem e de socialização, que estende suas consequências para o resto da vida, podendo chegar a um desfecho trágico.

É um assunto que vem tendo sua discussão ampliada ao longo dos anos em razão dos efeitos maléficos e destrutivos aos cidadãos em desenvolvimento de sua personalidade, mas poucas vezes se considera o violento contexto social.

O Bullying, como qualquer fenômeno social, está intrinsecamente relacionado à realidade dos indivíduos e a fatores particulares que agem em conjunto (NESELO, 2014). A violência sofrida nos mais variados âmbitos também se expressa no ambiente escolar.

É importante destacar a multiplicidade de fatores em que o indivíduo se insere, de modo que existe uma relação de causa e efeito entre a parte e o todo.

A valorização do individualismo, no sistema capitalista, é um campo favorável para o desenvolvimento do Bullying. A dificuldade em lidar com a diferença é a chave dos conflitos e das ações desrespeitosas.

Os danos podem ser ainda maiores e mais nefastos quando o Bullying é praticado na modalidade Cyberbullying ou Bullying digital, desenvolvido a partir da globalização e da popularização da internet (engrenagens do atual sistema capitalista), no início do século XXI.

Teoricamente, a partir do hodierno modelo de Estado Democrático de Direito, adotado por grande parte das nações, seria possível o desenvolvimento de uma sociedade livre e solidária, em que o povo é adequadamente representado e tem garantido seus direitos fundamentais.

Entretanto, como cediço, o Estado capitalista media relações a partir do capital e não do bem social, no intuito de manter o sistema e o poder.

Para o capitalismo, não há direito e sim mera pretensão de direito, sempre a depender da ordem jurídica estabelecida, a qual se molda aos interesses do capital. Este financia as instituições e a manutenção da estrutura socioeconômica e política, desde que gere lucro.

O próprio sistema escolar reproduz a estrutura capitalista, de hierarquia e desigualdade de poder. Visivelmente repressiva, está pautada na disciplina e na aprendizagem acrítica e alienadora.

A dinâmica da sala era sempre a mesma e envolvia correção, explicação, inquietação, resolução em grupos e, novamente, correção, e assim por diante, em um ciclo contínuo, que não favoreceu a criatividade e a reflexão diante dos conhecimentos, mas sim a repetição monótona de uma rotina desmotivadora (TORO, 2010, p. 130)

Isso porque é extremamente complexo e indesejável a construção de um sistema educacional com postura crítica reflexiva, diante do contexto sociocultural existente com relações rígidas e que desconsideram vínculos.

Conforme ensina May (1972), “quando o vínculo entre os seres humanos é destruído, significa que foram desfeitas e desorganizadas as possibilidades de comunicação, e entram em cena a agressão e a violência”, quer na sala de aula, quer na realidade social.

Ou seja, quando ausente uma postura ativa e questionadora, não há a construção de relações reveladoras e autênticas, dando margem a alternativas violentas e destrutivas.

É preciso uma análise radical da educação típica que impõe aos indivíduos um modelo de ser e agir, mantendo a sociedade administrada, e torna desnecessária a reflexão e a emancipação dos indivíduos.

A educação voltada à independência intelectual:

(...) embora amplamente reconhecida como discurso, é em sua face verdadeira um projeto subversivo, pois visa a desmascarar a cultura dominante teoricamente democrática que promove a heteronomia sob o rótulo de autonomia, limitando o pensamento e a experiência ao invés de promover sua ampliação (MARCUSE, 2001).

Como uma forma de violência, o Bullying é uma questão social a ser estudada no âmbito da educação a fim de se desenvolver alternativas viáveis para seu enfrentamento e solução.

Nesse sentido, não bastaria a criminalização da conduta ilícita, seria fundamental a discussão sobre o respeito à diferença, com uma postura crítica, em uma detida análise sobre o contexto social.

É essencial, sem dúvida, o fortalecimento de determinados valores da sociedade, como o repúdio ao preconceito e à discriminação, na busca da efetivação da dignidade humana.

Outra alternativa possível seria a realização de políticas sociais de prevenção e combate ao Bullying, mas não as mesmas políticas focalizadas de sempre que não passam de gestão estatal da força de trabalho e manutenção da ordem social (FALEIROS, 1980).

Ao contrário, deve haver amplas políticas de saúde e de educação para minimizar ou erradicar os nefastos efeitos da violência escolar, haja vista as políticas sociais deverem ser a repartição da riqueza socialmente produzida.

Para tanto, precisa-se que o Estado seja efetivamente Democrático de Direito e legítima representação dos interesses da sociedade, não do capital.

Tal violência é apenas reflexo da sociedade engessada por uma ciência instrumentalizada que busca a adaptação das pessoas para a manutenção de uma ordem social desigual.

Essa ciência tipifica a violência e a trata como natural, na busca de controlá-la. No entanto, mascarada sob o rótulo da ciência, passa a exercer poder sobre o indivíduo e se torna incontrolável (ANTUNES, 2008).

O Bullying, portanto, tem origem na violência institucional, derivada da estruturação da sociedade de classes e do processo de exploração do homem pelo homem.

Resultado disso é a produção de sujeitos ideologicamente violentos, que consomem e reproduzem violência, tornando a escola terreno fértil para a propagação do Bullying.

6.CONCLUSÃO

A violência é uma realidade arraigada ao contexto atual, com números cada vez mais expressivos, sendo que a origem do problema pode ser legada à organização social moderna e à defesa da propriedade privada.

Pilares do sistema de produção capitalista que precisaram ser reorganizados durante o período Moderno e depois mantidos por uma grande estrutura de poder político, econômico e ideológico.

Assim, para a consecução do capitalismo, desenvolvido pela classe burguesa ascendente, a criação do Estado de cunho liberal, a partir do contrato social, foi necessária.

O Estado tem como função primordial a regulação social, a partir de suas instituições e regulamentações normativas, e consequente manutenção do sistema.

Ele é, então, uma superestrutura mediadora que se move com base nos interesses do capital. Ambos estabelecem uma simbiose com o objetivo de “salvar o sistema”, garantindo a consecução dos interesses da classe hegemônica e mitigando os direitos fundamentais dos indivíduos que deveria proteger.

Ou seja, com discurso humanista, de liberdade e igualdade (meramente formal) para todos, o sistema, financiado e perpetuado pelo Estado capitalista, esconde seus conflitos e contradições inerentes, transformando o homem em mercadoria.

A partir da lógica competitiva e concorrencial, o capitalismo estimula a violência entre os indivíduos enquanto realiza o desenvolvimento produtivo alienante e opressor.

Fator importante para o fomento do individualismo e da rivalidade é a alienação social promovida e propagada pelos órgãos de circulação em massa, estabelecidos na ideologia burguesa e em sua lógica de exclusão.

Com a política do medo e da exterminação do inimigo, justifica o injustificável: a violência, a partir de um sistema repressivo e assentado na dominação ideológica para manutenção de um pequeno grupo no poder.

Sem dúvida alguma, a violência é fruto das desigualdades sociais, dos problemas sociais oriundos da organização social capitalista, de modo que apenas a mudança da ordem social, com reformas nas bases materiais concretas, seria a resposta para esse problema.

No tocante ao Bullying, é importante identificá-lo como mais uma forma de violência, elemento social significativo na realidade contemporânea, decorrente de relações de expropriação de poder, de repressão e de ruptura do diálogo.

As alternativas possíveis em relação ao fenômeno devem estar lastreadas em princípios como a tolerância e o respeito, além da busca do desenvolvimento interpessoal.

Necessário se faz que para o estudo da violência escolar seja realizada uma análise dialética, entre o indivíduo e a sociedade, visto que a barbárie é a condição de existência da própria sociedade capitalista.

REFERÊNCIAS

- [1] Adorno, Theodor. W. (2003). Educação e emancipação. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra. (Original publicado em 1971).
- [2] Antunes, Deborah Christina; Zuin, Antônio Álvaro Soares. Do bullying ao preconceito: os desafios da barbárie à educação. *Psicologia e Sociedade*. n. 20, p. 33-42, São Carlos. 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/3093/309326454004/>. Acesso em: 10/07/2017.
- [3] Bobbio, Norberto. Estado, governo, sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- [4] Faleiros, Vicente de Paula. A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistência sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1980. p. 44.
- [5] Fatorelli, Maria Lúcia. Auditoria cidadã da dívida: experiências e métodos. Brasília: Inove Editora, 2013.
- [6] Ianni, Octavio. A era do globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- [7] ____ A violência na sociedade contemporânea. *Estudos de Sociologia*, Araraquara. n.12, p-7-28, 2002.
- [8] ____ Capitalismo, violência e terrorismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- [9] Marcuse, Herbert. Comentários para uma redefinição da cultura. In H. Marcuse. *Cultura e psicanálise*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2001. (Original publicado em 1965).
- [10] May, Rollo. Poder e inocência: uma análise das fontes de violência. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- [11] Mészáros, István. O século XXI: socialismo ou barbárie. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. 1ª Ed., São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2003.
- [12] Santos, José Vicente Tavares. Microfísica da violência: uma questão social mundial. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 54, n. 1, p.22-24, Set. 2002. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252002000100017&script=sci_arttext>. Acesso em: 09 jul. 2017.
- [13] Silva, Ludovico. Mais-valia ideológica. Florianópolis: Editora Insular, 2013.
- [14] Toro, Giovana Vidotto Roman; Neves, Anamaria Silva; Rezende, Paula Cristina Medeiros. Bullying, o exercício da violência no contexto escolar: reflexões sobre um sintoma social. *Psicologia: Teoria e Prática*. p. 123-137. 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1938/193814418011/>. Acesso em: 10/07/2017.

Capítulo 21

A negritude no contexto escolar: Narrativas de docentes da EEM Deputado Ubiratan Diniz Aguiar sobre a questão do preconceito racial

Diego Matos Araújo

David Sousa Garcês

Valeska Denise Sousa Garcês

José Airton Almeida Uchoa

Sarah Regina Santos Oliveira

Érika Almeida Chaves

Resumo: O presente estudo buscou analisar a questão do preconceito racial no contexto escolar. Não podemos negar a complexidade da temática abordada, pois no Brasil, historicamente, houve uma profunda relação conflituosa entre as diversas matrizes raciais e culturais que criaram o povo brasileiro. Foi utilizada à pesquisa descritiva e um questionário semiestruturado no intuito de buscar observar se os atores sociais da escola em epígrafe sofrem com a questão do preconceito racial. Contudo, o estudo nos proporciona uma arena de discussão no tocante a temátoca levantada, assim como nos auxilia compreender os anseios e desejos dos atores envolvidos.

Palavras-chave: Contexto Escolar; Preconceito Racial; Professores; Sala de Aula.

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira em geral segundo estudiosos como Cavalleiro (2003), Santos (2005), Alexandre (2006), Pinho (2004), Silva (2008) entre outros, afirmam que a escola, tal qual a sociedade brasileira, é impregnada de racismo, estabelecendo-se como espaço de disseminação da discriminação contra a população negra de nosso país, fato esse provado em documentos e livros que compõe a história do Brasil.

O preconceito racial bem como a ideia da mestiçagem como meio para estragar, degenerar a “boa” raça, não é filho da contemporaneidade do Brasil, mas foi historicamente construída pelo pensamento racial da elite intelectual brasileira, desde os tempos do processo de escravidão onde no ideário da elite europeia (leia-se portuguesa), a cor negra sempre foi considerada como sinônimo de degeneração, inferioridade, podendo proporcionar instabilidade mental quando emotiva ao cruzar, por exemplo, brancos com negros, como acreditava Joseph Artur Conde Gobineau, criando até os dias atuais o estigma de povo degenerado sofrido por esta população (MUNANGA, 2009, MARÍLIA, 2012). De acordo com Amaro (2005) “nem sempre o trajeto de discriminação e exclusão que arrasta os negros à assistência é conhecido pelos atores institucionais, responsáveis pelo seu atendimento” (AMARO, 2005; p.67).

Não podemos negar a complexidade da temática abordada, pois no Brasil, historicamente, houve uma profunda relação conflituosa entre as diversas matrizes raciais e culturais que criaram o povo brasileiro. Os conflitos das matrizes raciais que construíram a nação fica evidente na obra do pesquisador Darcy Ribeiro – O povo Brasileiro. Darcy fazendo uma reconstrução de nossa história descreve a gestação do Brasil e dos brasileiros como povo. Enfatiza a união ocorrida entre portugueses, índios e negros, matrizes étnicas do brasileiro, criando segundo Darcy uma etnia nacional única, um só “povo incorporado” (RIBEIRO, 1995).

No Brasil, no âmbito às relações raciais, a sociedade brasileira sempre viveu uma dicotomia partindo de duas correntes de estudos das relações raciais: a primeira corrente teórica fundamentou-se no mito da democracia racial que, segundo Maria Aparecida Teixeira (1992), a democracia racial defendia a ideia que “[...] não temos preconceito racial no Brasil, aqui não temos discriminação racial” (TEIXEIRA, 1992, p. 21), tendo no Brasil o sociólogo Gilberto Freyre, considerado por muitos estudiosos uns dos divulgadores mais imponentes do mito da democracia racial país a fora por meio da obra *Casa-Grande e Senzala* (1933), ao afirmar que, a nação foi formada por três “raças”, a negra, branca e indígena, transformava a mestiçagem em um valor positivo, propondo uma ideia de harmonia entre as raças, a apologia à mestiçagem no qual temos como exemplo a citar uma das figuras históricas mais polêmicas pela sua ideologia, Arthur de Gobineau (1853) quando diz que “a mestiçagem criava um povo degenerado, porque não conserva, nas suas veias, o mesmo sangue original que sucessivas misturas fizeram, gradualmente, modificar seu valor; em outras palavras... não tem conservado a mesma raça dos seus fundadores” (GOBINEAU, 1853, p.24), defendendo ambos os pensamentos a inexistência de racismo.

A segunda corrente fundamentou-se no racismo que, na concepção de Munanga (2000), o define como “[...] uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural” (MUNANGA, 2000, p. 24); e a Desigualdade Racial, muito presente na sociedade brasileira visualizada claramente e de gravíssimas consequências para a população chamada minoria que são totalmente desprivilegiadas, negando a esse grupo o direito constitucional e natural de insuflar de suas oportunidades sociais, econômicas, culturais e políticas, ressignificando o processo de cidadania.

Segundo Heringer e Ferreira (2009):

Diante de uma sociedade em que ser branco(a) é a “norma”, ou seja, a noção hegemonicamente estabelecida e legitimada indica que a brancura é associada a uma situação de privilégio, lidamos com talvez um dos mais importantes pilares de sustentação do racismo no Brasil: o silêncio. Silêncio este, tão bem conhecido de negros, mulatos, morenos, afrodescendentes ou quaisquer outras denominações atribuídas à tonalidade da pele – que sofrem ao longo das suas vidas com as consequências do racismo, da discriminação, do preconceito, da segregação, da suspeita. (HERINGER e FERREIRA, 2009, p. 260).

O ato de silenciar não é uma prerrogativa apenas de alguns setores da sociedade brasileira. Este silêncio está fortemente presente na instituição formal; a escola, sendo ela um instrumento reprodutor do processo de discriminação racial.

Nesse contexto, Santos (2005) diz sobre a discriminação racial:

[...] reproduz-se em vários contextos sociais das relações entre negros e brancos. Nesse contexto a escola não se encontra isenta dessas reproduções. Muito embora ela não seja meramente reprodutora de tais relações, acaba por refletir as tramas sociais existentes no espaço macro da sociedade (SANTOS, 2005, p. 14).

Santomé (1995) analisando a escola como reprodutora da discriminação racial, reflete sobre a relação entre currículo escolar e culturas negadas e silenciadas. De acordo com o autor:

[...] quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção à arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas. As culturas ou vozes dos grupos sociais minoritários e/ou marginalizados que não dispõem de estruturas importantes de poder continuam ser silenciadas, quando não estereotipadas e deformadas, para anular suas possibilidades de reação (SANTOMÉ, 1995, p. 163).

Silva Júnior (2002) apud Gomes (2008) esclarece que a população negra com baixa escolaridade é mais presente nos segmentos da estratificação social com baixa renda, resulta de uma combinação perfeita para interferir na vida escolar de seus pares, onde se percebe constantemente deixarem de estudar muito precocemente para tentar trabalhar, ou de forma melancólica, fazer ambas as atividades.

[...] a exclusão escolar de crianças na idade própria configura uma forma perversa de exclusão social, pois nega o direito elementar de cidadania, reproduzindo o círculo da pobreza e da marginalidade e alienando milhões de brasileiros de qualquer perspectiva de futuro (SILVA JÚNIOR, 2002 apud GOMES, 2008, p.38).

Partindo dessa perspectiva é que se faz necessário à realização de uma pesquisa para se identificar, a partir dos discursos/narrativas dos professores da E.E.M. Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar, do município de Capistrano-CE, a existência ou ausência de manifestações de preconceito racial exercidas por parte dos atores sociais ora envolvidos no respectivo espaço educacional.

O interesse em realizar a respectiva investigação, partiu das inquietações pessoais, profissionais e sociais de ambos os autores que realizaram o referido estudo, no tocante a temática em questão, onde a referida pesquisa foi realizada na Escola da Rede Estadual de Ensino Médio Deputado Ubiratan Diniz Aguiar, do município de Capistrano no Estado do Ceará, onde um dos pesquisadores atua como professor desde 1999 e na escola pesquisada desde 2000, onde foi observado o “chão de escola”, de forma empírica.

Com isso, para se realizar essa investigação, optamos por discutir a negritude no cenário social brasileiro, alguns conceitos fundamentais para a construção do debate sobre as relações raciais no Brasil, e a ideologia do branqueamento/branquitude da população brasileira; assim como observar e compreender os discursos e narrativas dos docentes da respectiva instituição de ensino médio em questão, no tocante a relatos que tratam sobre as questões de preconceitos vividos ou vivenciados por estudantes, professores e funcionários.

Tomamos como base para a construção do referencial teórico o pensamento de vários autores como, por exemplo: Nascimento (1978), Hasenbalg (1979), Skidmore (1989), Taussig (1993, 1999), Karasch (2000), Schwarcz (2001), Gomes (2005b), Schaefer (2006), e Júnior (2010) os quais nos serviram de norteamto para o desenvolvimento e análises dos resultados demonstrados pela pesquisa.

Contudo, é interessante relatar que, a história do racismo, discriminação, hierarquização da sociedade brasileira e preconceito sempre fizeram parte do cotidiano da vida da população afrodescendente em nosso país, refletindo-se ainda mais na vida de homens, mulheres e crianças de posições desprestigiadas social e economicamente, transformando a diversidade em desigualdade, operando em uma escola de valores que legitima a subalternidade da população negra, situação que, considerando mais de 500 anos de existência, desde a colônia até aos dias atuais, pouco se alterou.

2.METODOLOGIA

A pesquisa realizou-se na Instituição Pública Educacional; E.E.M. Deputado Ubiratan Diniz de Aguiar, no município de Capistrano-CE, pertencente a 8ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE 08 com Sede na cidade de Baturité-Ce, onde foram analisados os discursos/narrativas de 5 professores (sendo 3 de História e 2 de Língua portuguesa) a partir da aplicação de um questionário semiestruturado e de conversas informais junto aos atores sociais ora entrevistados, no intuito de se observar se na escola em epígrafe há manifestações de preconceitos racial.

Dito isto, é interessante frisar que, existem várias formas de classificar as pesquisas. De acordo com Copper e Schindler (2006) o estudo através de pesquisa pode ser classificado em: Informativo, Descritivo, Explanatório e Preditivos.

Nesse sentido, a referida pesquisa é descritiva, pois observa, registra e descreve fatos ou fenômenos de uma determinada realidade sem manipulá-los. Procura conhecer e entender as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos que ocorrem na sociedade.

Conforme Gil (2009) relata em seus estudos que a pesquisa descritiva tem como objetivo principal:

[...] a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de variações variáveis (...) entre as pesquisas descritivas, salientam-se aquelas que têm o objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde física e mental, etc. (Gil, 2009, p.42).

Nesse sentido, também foi adotado a abordagem qualitativa, haja vista que, a mesma, de acordo com Blattmann (2001) apud Godoy (1995) enfoca que “a pesquisa qualitativa surge de questões ou focos de interesses amplos, e que se delinham de acordo com o desenvolvimento do estudo. Envolve a obtenção de dados descritos sobre o ambiente da pesquisa, sujeitos, e processos interativos pelo contato direto sobre a situação estudada, com o intuito de compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, isto é, dos partícipes da situação em estudo.” (BLATTMANN, 2001 apud GODOY, 1995, p.12).

Portanto, a pesquisa foi realizada em caráter primordial, de campo, onde teve como objetivo central a descrição dos discursos/narrativas dos professores⁵² de História e Literatura visando estabelecer a relação entre as variáveis estudadas.

3.RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Relatório de Desenvolvimento Humano: “Racismo, Pobreza e Violência” – (2005), instrumentalizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2005), afirma que o longo período que os africanos foram máquinas de trabalho e produto mercantil de grande valor econômico e desprovido de condições humanas, foi o responsável pelo aprofundamento das desigualdades e da violência sofrida pelos afrodescendentes negros na sociedade brasileira. Estima-se que tenha chegado ao nosso continente, entre os séculos XVI e XIX, dez milhões de cativos africanos e o Brasil, último país a abolir a escravidão, depois de Cuba (1866), Estados Unidos (1865), Equador, Colômbia e Venezuela (1821) e Haiti (1804), configurou-se como o maior destinatário desta mão de obra, cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro (REIS, 2000). A antropóloga Schwarcz (2001) narra que no decurso daquilo que ela nomeia por moderna recriação do cativo humano, cerca de um terço da população da África deixou o seu continente na diáspora compulsória rumo às Américas.

De acordo com Hasenbalg (1979), o número de quase quatro milhões de africanos, representando quarenta por cento do fluxo total dos escravos no Atlântico ao longo dos quase quatro séculos de escravidão, distribuiu-se da seguinte maneira: de 1451 a 1500: 50.000 escravos; de 1601 a 1700: 560.000 escravos; de 1701 a 1810: 1.891.400 escravos, e de 1810 a 1870: 1.145.000 escravos. Esses dados

⁵² Os requisitos para a escolha destes participantes da pesquisa foram professores que lecionem as disciplinas mencionadas, as quais segundo a legislação (Lei 10.639/03) são disciplinas obrigatórias quanto à abordagem da temática inerente ao nosso objeto de investigação o que, mostra-se importante para esta pesquisa, a inclusão de professores que já trabalhem com a educação das relações étnico-raciais, que concordem em participar da pesquisa e apresentem disponibilidade para a realização das entrevistas, já que o universo de professores (as) que já trabalham com o tema ainda é bastante restrito.

retratam que no início da colonização brasileira, o número de pessoas escravizadas era superior à população de origem europeia. Em 1700, quando a população do país estava em torno de 300.000 pessoas, 200.000 eram escravas. No início do século XIX, período em que a dinâmica populacional chegou a girar em torno de pouco mais de três milhões de pessoas, estimava-se que a metade era de escravos, sendo um terço de pessoas brancas e meio milhão representava a população negra livre (HASENBALG, 1979).

Os dados não deixam dúvidas quanto à participação dos africanos e dos seus descendentes na formação do povo brasileiro. Podemos até presumir que, o Brasil não seria a nação tal qual a conhecemos sem o protagonismo da negritude. Essa assertiva fica evidente na obra *Tecnologia Africana na Formação Brasileira*, do prof. Dr. Henrique Cunha Junior (2010) que reflete a grande contribuição negro-africana na formação do Brasil. Segundo Junior (2010), importantes conquistas na matemática, como a geometria e a teoria de sistemas dinâmicos, na astronomia e mesmo na medicina foram realizados na África e difundidos para todo o mundo. Isso não foi diferente no Brasil. As culturas africanas transplantadas para o Brasil como as experiências agrícolas, uso das plantas medicinais, cultura do gado, couro, criação das sandálias, bolsas de couro, profissionalização dos marceneiros, carpinteiros, ferreiros, oleiros, artistas, professores e construtores existentes no Rio de Janeiro no século XIX (JUNIOR, 2010 apud KARASCH, 2000, SILVA, 2000) tiveram forte impacto na construção social, cultura e econômica do Brasil. Também os africanos introduziram no Brasil forma de tecelagem para fabricar panos para roupas como para outras utilidades, conhecimento em construção, química do sabão, criação de instrumentos musicais e suas influências na língua portuguesa introduzindo inúmeras palavras dos dialetos bantus bem como uma forte influência religiosa como o candomblé e outras religiões no Brasil. Essa reflexão traz uma constatação que a presença do negro como ator, criador e transformador da história e da cultura brasileira sempre foi negada na história oficial do Brasil.

Dito isto, é interessante relatar que, a questão da formação da identidade do ser negro no Brasil também vem marcada historicamente por muitas lutas, onde podemos constatar que houve um bloqueamento em relação a essa formação identitária junto ao negro em nosso país, fato esse que se decorreu devido à ideologia do branqueamento/branquitude do povo brasileiro.

Essa ideologia de pensamento racial da elite intelectual brasileira acredita que o “problema” étnico-racial do Brasil poderia ser resolvido pela lógica da aplicação do processo da miscigenação. Tinha-se a convicção de que o sangue “branco” iria purificar o sangue primitivo, “africano”, permitindo a exclusão física destes e a formação gradativa de um povo homogêneo: “branco” e “civilizado”. Essa concepção justifica a legitimidade do processo imigratório dos europeus para o Brasil, iniciado em 1818, e mais explícita, a partir da República em 1889.

A teoria brasileira do “branqueamento”(...) [é] aceita pela maior parte da elite brasileira nos anos que vão de 1889 a 1914, era peculiar ao Brasil (...) baseava-se na presunção branca, às vezes, pelo uso dos eufemismos “raça mais adiantada” e menos adiantada” e pelo fato de ficar em aberto a questão de ser a inferioridade inata. À suposição inicial, juntavam-se mais duas. Primeiro – a população negra diminuía progressivamente em relação à branca por motivos que incluíam a suposta taxa de natalidade mais baixa, a maior incidência de doenças e a desorganização social. Segundo – a miscigenação produzia “naturalmente” uma população mais clara, em parte porque o *gene* branco era mais forte e em parte porque as pessoas procurassem parceiros mais claros que elas. (SKIDMORE, 1989, p.81).

O ideário do branqueamento proposto pela elite brasileira argumentava entre outras coisas, a integração da negrura via incorporação dos valores brancos. Nesse sentido para assimilação de tal argumento, a elite intelectual do Brasil teve disseminado que não existiam diferenças raciais no Brasil e que a população vivia de forma harmônica, sem conflitos, onde, esse pensamento contribuiu para desenvolver, no branco, um complexo de superioridade e, no negro, em contraposição, um complexo de inferioridade. Chamamos a isto democracia racial.

De acordo com Abdias do Nascimento (1978):

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o 'maior motivo de orgulho nacional' [...]. No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado

qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, pp.41 e 92).

É interessante ressaltar que, em pleno século XXI, no plano psicológico de muitos brasileiros ainda persiste esse ideal de branqueamento, onde o mesmo ainda continua atuando até os dias de hoje, e é o responsável pela imagem depreciativa que os negros ainda mantêm sobre si. Assim, a identidade da negritude foi construída sob a égide da inferioridade e da negação de sua cor e grupo que pertença.

Esses fatos contribuíram bastante para o desenvolvimento de uma “cultura racista” e preconceituosa junto aos negros no Brasil, onde essa é bastante disseminada por uma significativa parcela da população brasileira.

Nesse sentido, podemos observar de acordo com o estudo de Taussig (1993, 1999), que a questão do preconceito remete ao “conhecimento do outro”, visto com uma forma de construção do outro. Nessa perspectiva, o preconceito caracteriza-se então pelo conteúdo de uma:

[...] atitude interior (no sentido interno) de um sujeito que viola os atributos e os qualificativos em relação ao outro sujeito, estabelecendo o funcionamento cognitivo e os contatos perceptivos de forma equivocada, cindida e traumática; portanto, pondo sempre à prova (ou derrotando) as capacidades e os recursos simbólicos do outro (TAUSSIG, 1999, p. 159).

De acordo com SCHAEFER, (2006), o Preconceito:

[...] é a manifestação de uma atitude negativa contra toda uma categoria de pessoas, geralmente minorias étnicas ou raciais. Se você se ressentir porque seu colega é bagunceiro, você não é necessariamente preconceituoso. Mas, se você estereotipa (marca social) seu colega imediatamente com base em características, como raça, etnia ou religião, isso será uma forma de preconceito. O preconceito tende a estabelecer definições falsas de indivíduos e grupos (SCHAEFER, 2006, p. 245).

Já com relação ao preconceito racial no Brasil, podemos perceber que o mesmo é muitas vezes negado por causa do mito da “democracia racial” estabelecida no país, demonstradas por brincadeiras, piadas, opiniões contrárias e violentas ao debate inter-racial, dentre outros. Esses comportamentos são observados no dia a dia abaixo:

O preconceito é um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principalmente a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta fatos que o contestem, trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos. Ele inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (GOMES 2005b, p. 54).

Partindo desse viés e observando os relatos, discursos/narrativas acerca do preconceito racial dentro do contexto escolar por parte dos docentes ora investigados, resolvemos expor os seguintes posicionamentos dos mesmos no tocante à temática em questão conforme a tabela 1 abaixo:

Podemos constatar na fala dos professores investigados que 100% (05 professores) atestam que se defrontaram com tensões racistas no ambiente escolar, tanto dentro de sala de aula, como no interior da escola, com brincadeiras e piadas discriminatórias como expõe o P “5” *Sim, às vezes vejo formas de preconceito na escola que é demonstrado nos corredores. Particularmente eu nunca presenciei na sala de aula. Já nos corredores já ouvi a seguinte expressão uma vez: O cara está lascado, além de ser pobre é negro feio também [...]*; P “2” *Sim. Comentários como, todo negro é burro, pois precisa de cotas para estudar nas Federais [...]*; P “1” *Sim. Casos de brincadeiras típicas de preconceito com a expressão neguinho ou fumo de macumba [...], etc.*

Tabela 1 - Preconceito racial no cotidiano escolar

Identificação Dos Professores	Excerto de Depoimentos (ED)
P - 1	"Sim. Casos de brincadeiras típicas de preconceito com a expressão neguinho ou fumo de macumba. Procurei conversar mostrando que essas brincadeiras são atitudes de preconceito disfarçado".
P - 2	"Sim. Comentários como, todo negro é burro, pois precisa de cotas para estudar nas Federais [...]".
P - 3	Sim. As vezes presenciamos brincadeiras que denotam racismo como por exemplo, até em atividades esportivas quando dizem palavrões esterotipando a população negra [...].
P - 4	"Sim. Nem sempre, mas acontece [...]".
P - 5	"Sim, as vezes vejo formas de preconceito na escola que é demonstrado nos corredores. Particularmente eu nunca presenciei na sala de aula. Já nos corredores já ouvi a seguinte expressão uma vez: O cara está lascado, além de ser pobre é negro feio também [...]".

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Com relação à escola como espaço de tensão racial Silva (2014) reflete:

A escola é um espaço em que ocorre a socialização dos sujeitos no qual estes, estabelecem diferentes relações, quer sejam educativas ou culturais. Tais diferenças constituem-se em conflitos muitas vezes preconceituosos e discriminatórios. Então, devido às diferenças existentes em cada indivíduo o espaço escolar torna-se um local de tensão racial fazendo com que os mesmos produzam conceitos e práticas discriminatórias com os que ali estão inseridos (SILVA, 2014, p. 2).

Justamente por ser a escola um espaço de socialização dos sujeitos, assim como responsável pela formação identitária dos atores sociais que ora a frequentam, é que devemos realizar a desconstrução de qualquer forma de preconceito dentro do contexto escolar, inclusive o racial.

Partindo dessa perspectiva, podemos observar de acordo com a tabela 2, os discursos/narrativas dos professores entrevistados, onde, os mesmos, elencaram suas respostas baseados tanto em suas experiências profissionais, assim como utilizaram de arcabouço o texto da Lei 10.639/03, para poder demonstrar sua opinião no tocante à desconstrução do preconceito racial dentro da comunidade escolar, a saber:

Tabela 2 - Efetivação da lei 10.639/03 e a desconstrução do preconceito racial.

Identificação dos Professores	Excerto de Depoimentos (ED)
P - 1	"Sim. A base do preconceito é a ignorância. Com a introdução de saberes sobre a cultura Africana e afrobrasileira em sala de aula, abre-se um campo para o debate e a quebra de preconceitos e estereótipos"
P - 2	"Se trabalhar conforme determina a lei sim. Do contrário não ajudará na desconstrução do preconceito racial, e muito menos afirmará a identidade negra".
P - 3	"Sim, pois a aprovação da lei nos conscientiza a resgatar o histórico e a importância do negro para sociedade brasileira"
P - 4	"Sim. A lei vem de certa forma para mostrar uma outra parte da história da identidade negra"
P - 5	"Sem sombra de dúvidas sim. As orientações de Lei 10.639 vem como uma base legal e social no sentido de contribuir para uma mudança de ideologia racista, preconceituosa e fortalecimento da identidade negra".

Fonte: Dados da Pesquisa (2016).

Os dados do quadro dizem que 100% (05 professores) concordam que a lei pode ajudar na desconstrução do preconceito racial ao passo que 0% (00 professor) não concorda que lei pode ajudar na desconstrução do preconceito racial.

É interessante ressaltar que, as falas desses docentes, mais que demonstram que a escola ora analisada enfrenta significativos casos de preconceito racial, que por sua vez, podem ser demonstrados tanto dentro, quanto nas imediações da sala de aula.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo buscou compreender e identificar a partir dos discursos/narrativas dos professores de História e Literatura da escola da Rede Estadual de Ensino Médio de uma cidade do sertão cearense, se a referida comunidade escolar enfrentava casos de preconceito racial junto aos seus docentes, discentes e profissionais técnico-administrativos.

A compreensão se deu a partir de conversas informais e da aplicação de um questionário semiestruturado junto aos professores que se propuseram a contribuir com a mesma, onde, pode-se observar os desejos e anseios dos atores sociais ora envolvidos no tocante ao debate da questão que trata sobre preconceito racial dentro da escola.

Nessa perspectiva, podemos relatar que 100% (05 professores) atestam que se defrontaram com tensões racistas no ambiente escola tanto dentro de sala de aula como no interior da escola com brincadeiras e piadas discriminatórias como expõe.

Por fim, conclui-se que, mesmo os professores trabalhando em sala de aula a temática pesquisada; tendo professores e alunos acesso e uso a materiais que valorizam a História e Cultura africana na sala de multimeios; apesar de todos os professores entrevistados conhecerem o texto da Lei 10.639/03; que na escola investigada, na visão dos professores, há sim formas de preconceito racial exercidas por distintos atores sociais que a frequentam, onde, essas formas devem ter um tratamento diferenciado em seu enfrentamento para que essa questão não venha a contribuir com a continuidade de uma “cultura racista” e preconceituosa que atravessam séculos em um país magnificamente miscigenado.

REFERÊNCIAS

- [1] Alexandre, I. J. Relações raciais: o explícito e o implícito nas interações entre alunos em uma escola pública. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2006.
- [2] Amaro, Sarita. A Questão Racial na Assistência Social: um debate emergente. In: Revista Serviço Social & Sociedade, nº 81. São Paulo: Cortez, 2005.
- [3] Blattmann, Ursula. Modelo de Gestão da Informação Digital On-line em Bibliotecas Acadêmicas na educação à distância: biblioteca virtual. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<http://teses.eps.ufcs.br/defesa/pdf/2916.pdf>> Acesso em: 28 jan. 2016; 13:29.
- [4] Cavalleiro, E. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. São Paulo: Contexto, 2003.
- [5] Freyre, Gilberto. Casa grande & senzala. 13. ed. Brasília/DF: EdUnB, 2005.
- [6] _____. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- [7] GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Editora Atlas 2006 – 2009.
- [8] Gobineau, Arthur de. Essai sur l'inégalité des races humaines. Paris: Librairie de Firmin Didit Frères, 1853 In: Munanga, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed- Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- [9] Gomes, N. L. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10639/2003. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- [10] Hasenbalg, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- [11] Heringer, R; Ferreira, R. Análise das principais políticas de inclusão de estudantes negros no ensino superior no Brasil no período de 2001 a 2008. In: Marilene de Paula e Rosana Heringer. (Org.). Caminhos Convergentes - Estado e sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil. 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung & Actionaid Brasil, 2009, v., p. 137-194.
- [12] Junior, Henrique Cunha, 1952 - Tecnologia africana na formação brasileira / Henrique Cunha Junior. - Rio de Janeiro : Ceap, 2010.
- [13] Munanga, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil identidade nacional versus identidade negra. 4. Ed- Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

- [14] _____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia IN: Brandão, A. A. P. (Org) Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileiro. Niterói: Eduff, 2000.
- [15] Nascimento, Abdias do. Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- [16] Pinho, V. A. DE. Relações raciais no cotidiano escolar: Percepções de professores de Educação Física sobre alunos negros. Dissertação de Mestrado. Cuiabá: UFMT/IE, 2004.
- [17] Pnud-Brasil. Relatório de Desenvolvimento Humano – Brasil 2005. Racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.
- [18] Reis, J.J. A presença negra: encontros e conflitos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE Geografia e Estatística. *Brasil: 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro, 2000.
- [19] Ribeiro, D. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.
- [20] Santomé, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1995. p. 159-189.
- [21] Santos, Â. M. dos. Vozes e silêncio do cotidiano escolar: análise das relações raciais entre alunos negros e não-negros em duas escolas públicas no município de Cáceres-MT. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, 2005.
- [22] Santos, Sales A. dos. A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639-2003. Brasília: MEC: Secad, 2005, p. 21-37.
- [23] Schneidler, Alberto. “Mistificações da ciência”. Revista História Viva Temas Brasileiros. N. 3. São Paulo: Duetto Editorial, 2006.
- [24] Silva JR., Hédio. Igualdade DIREITO DE IGUALDADE RACIAL. , 1º ed., São Paulo, Juarez de Oliveira, 2002.
- [25] Silva, Teresa Cristina. Tecendo olhares educativos sobre o racismo e a discriminação no contexto escolar: reflexões no ensino fundamental I. Disponível http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/Modalidade_1datahora_11_08_2014_21_14_20_idinscrito_573_ca9a4bc40bd3f29cfabaa2a5492504ec.pdf. Acesso em maio de 2016.
- [26] Skidmore, Thomas E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- [27] Taussig, Michael. Xamanismo, colonialismo e homem selvagem: um estudo sobre terror e cura. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- [28] Taussig, Michael. *Mimesis and Alterity*. New York and London: Routledge, 1993.
- [29] Teixeira, Maria Aparecida Silva Bento. Resgatando a minha bisavó: discriminação racial no trabalho e resistência na voz dos trabalhadores negros. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, 1992, 135 p. (Dissertação, Mestrado em Psicologia Social).

Capítulo 22

Política de Assistência Social e os serviços socioassistenciais para pessoa idosa

Luanne Maria da Costa Martins

Dalila Pereira Machado

Emanuelle Gomes dos Santos

Maria do Rosário de Fátima e Silva

Solange Maria Teixeira

Sthefany Francisca de Alencar Tito

Tamires Leticia Cardoso da Silva

Resumo: Este trabalho tem como objetivo apresentar uma discussão teórica sobre a temática do envelhecimento, destacando suas múltiplas e complexas dimensões, destacando ainda, as principais políticas na área da assistência social e os serviços socioassistenciais voltadas para este mesmo público, abordando as tentativas de desmonte dessas conquistas no cenário contemporâneo brasileiro, com o avanço das reformas neoliberais.

Palavras-chave: Envelhecimento; Política de Assistência Social; Serviços socioassistenciais.

1. INTRODUÇÃO

O processo de envelhecimento, como uma temática de estudos vem sendo bastante discutido atualmente, em um cenário onde essa população etária cresce rapidamente e os países buscam, novas formas de proteção social e principalmente desenvolver novas formas de sistemas de aposentadorias, uma vez que as estatísticas apontam para cada vez mais um aumento na expectativa de vida das pessoas.

O envelhecimento pode ser compreendido como um processo biológico, mas também social, cultural e psicológico. Assim, é um fenômeno social universal que possui interligações com os âmbitos psicológico, social e econômico, ou seja, o modo como os seres humanos envelhecem e vivem a velhice é variada conforme suas condições de vida, trabalho, e a realidade de cada país, desenvolvimento destes e também as suas particularidades quanto ao tratamento dado as pessoas idosas.

Nesta perspectiva, deve ser considerada as inúmeras determinações que, marcam a vida de uma pessoa e como estas determinações impactam a longo prazo na velhice dela. Um determinante no que diz respeito às diferenças no modo de envelhecer são as divisões de classes e seus subgrupos ou frações, que se soma a outros demarcadores como o gênero, a raça/etnia, que demarcam situações de exploração e opressão na sociedade capitalista e são geradores de desigualdades sociais ao longo da trajetória de vida das pessoas.

O foco do estudo é a proteção social oferecida pela assistência social, com um mapeamento dos principais serviços socioassistenciais que se dirigem para a população idosa, especialmente os que dessa política necessitam. Analisando seu futuro numa conjuntura de desmonte acelerado das políticas sociais.

2. METODOLOGIA

Este artigo é resultante de um estudo teórico, com base na literatura e nos documentos da política de assistência social. Pretende ser arcabouço teórico de uma pesquisa maior que ainda prevê um estudo de campo, junto a profissionais que implementam os serviços socioassistenciais e pessoas idosas, no município de Teresina- PI.

3. ENVELHECIMENTO: PROCESSO BIOPSIKOSSOCIAL MARCADOS POR DIFERENÇAS, DESIGUALDADES E ELEMENTOS COMUNS

Contemporaneamente, o tema envelhecimento vem sendo bastante pautado em todo o mundo. O Brasil é um país no qual a expectativa de vida tem aumentado, passando por transformações em sua pirâmide demográfica com o expresso envelhecimento populacional.

Dentre muitas definições de envelhecimento, temos esta que enuncia que O envelhecimento é um processo que pode ser compreendido como sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte. (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2003, p.30).

Pode-se perceber a prevalência de uma visão biológica do envelhecimento, ligada a decadência, sem fazer qualquer relação às condições de vida das pessoas, a sua realidade material que pode apressar, antecipar, ou retardar, conter seus efeitos, dentre outros. É verdade que a pessoa idosa passa por transformações naturais como perda de peso, as bochechas se enrugam, os cabelos ficam grisalhos, o nariz se alarga, há uma redução da mobilidade, o olfato e o paladar diminuem e entre outros, que são confundidos com as limitações dadas nessa faixa etária. Mas, não se discute que o ritmo desse processo, o modo como ele atinge as pessoas, as consequências que promove, os modos como se vivencia, experimenta e vive-se esse processo é variável.

O status da velhice é determinado socialmente; as velhices e o envelhecimento são plurais, mas com certas homogeneidades geradas pelas vivências comuns de vida. É para a classe trabalhadora, especialmente os mais pobres, que incide os estigmas, preconceitos e mitos. Sendo assim, a visão muito restrita e homogênea sobre esse processo impede compreendê-lo de uma forma ampla.

Outra limitação nas análises do envelhecimento é sua definição pela cronologia.

Indubitavelmente quando se fala em envelhecer, majoritariamente é levado em conta somente uma das idades em que envolve a velhice, ou seja, a idade cronológica. Segundo Debert (2004, p.46),

[...] as idades cronológicas, baseados em um sistema de datação, estão ausentes na maioria das cidades não-ocidentais e são, nas cidades ocidentais, um mecanismo básico na atribuição de status (maioridade legal), de definições de papéis ocupacionais (entrada no mercado de trabalho), de formulações de demandas sócias (direito à aposentadoria).

Porém, é importante destacar que a cronologia não é determinante no modo de envelhecer, visto que o envelhecimento é um processo complexo no qual o ser humano vivência e que envolve na sua determinação processos múltiplos. No entanto, as outras idades desse processo, como a idade biológica, psicológica e social são vivenciadas de formas distintas por cada indivíduo, isto é, de maneira individual, mas também socialmente, reproduzindo desigualdades que distingue as condições de vida de cada um ou grupos de pessoas.

Isto posto, o processo de envelhecimento é heterogêneo, embora se tenha certas universalizações. É marcado por características intrínsecas de cada sujeito e de aspectos socioculturais como classe social, gênero, raça/etnia e questões de vivência na cidade ou no campo.

Tanto ao longo da história como hoje em dia, a luta de classes determina a maneira pela qual um homem é surpreendido pela velhice; um abismo separa o velho escravo e o velho eupátrida, um antigo operário que vive de pensão miserável e um Onassis. A diferenciação das velhices individuais tem ainda outras causas; saúde, família etc. Mas são duas categorias de velhos (uma extremamente vasta, e outra reduzida a uma pequena minoria) que a oposição entre explorados e exploradores cria. (BEAUVOIR, 1990, p.17)

Obviamente, por exemplo, o envelhecer de um idoso pobre é diferente do de um idoso rico, pois este tem mais condições para diminuir os impactos deletérios do envelhecimento, de tratar dos problemas de saúde mais prevalentes, estão menos susceptíveis a abandono, maus-tratos, negligências e discriminações que embora aconteçam, todavia em menor grau. Estudos apontam que quanto maior for os níveis de vulnerabilidades (físicas, de renda, gênero, cor, idade, grau de dependência, dentre outros) de um ser, maiores são as probabilidades de experimento da violência, e quando se refere aos idosos, é de cunho doméstico e a maioria das vezes é cometida por seus próprios familiares.

Ademais, reflexo das desigualdades sociais, e das oportunidades diferenciadas entre as classes, e seus subgrupos, está a nível educacional, grande parte dos idosos pobres não concluíram seus estudos, tendo uma baixa escolaridade. Assim como também o não acesso aos serviços de saúde de boa qualidade, às atividades de cultura e lazer, contribuindo para uma péssima qualidade de vida dessas pessoas. Outra questão a se destacar, é o fato de que a maioria desses idosos de baixa renda sustentam suas famílias com uma aposentadoria miserável, pois majoritariamente moram com seus filhos e netos, tendo que arcar com todas as despesas. Já para os idosos de condições financeiras melhores, o cenário é outro, a maioria tem acesso a planos de saúde, uma boa alimentação, uma boa escolaridade e assim deve-se ter ingressado em bons empregos (tendo uma boa aposentadoria), ou foram profissionais liberais autônomos, ou pequenos a grandes empresários, que tem como arcar com os custos de um envelhecimento ativo, saudável, com boa qualidade de vida.

Outro ponto a salientar, é o teor racial ou étnico e o envelhecimento, uma vez que tais temáticas estão interligadas entre si. Ao se falar em raça/etnia, “trata-se de uma importante dimensão da estratificação social que se relaciona de maneira complexa com a classe social, refletindo principalmente a distribuição de poder entre os grupos raciais no interior de uma dada sociedade” (BARATA, 2009, p.58). Nesse viés, certamente, a posição que os indivíduos ocupam podem influenciar diretamente no nível de bem-estar deles, assim a população negra sofre grande desvantagem social frente aos demais. Os dados apontam menores níveis de acesso ao trabalho, educação, saúde, saneamento básico enfim, aos direitos sociais quando se comparado com os brancos. Se essas pessoas negras são também mulheres e pobres as desigualdades de acesso ao trabalho, os bens e serviços de uma sociedade são ainda maiores.

Dessa forma, todos esses aspectos influenciam no modo de envelhecer das pessoas de pele negra, e o não reconhecimento dessas desigualdades e desse racismo existente dificulta sua vida, e os impede de terem um envelhecimento ativo, saudável e prazeroso. Sob a ótica do gênero, tanto o homem quanto a mulher sofrem perdas, preconceitos e estereótipos, todavia as formas como enfrentam e vivem a velhice são distintas.

Conforme verifica-se, as relações de gênero, como construções sociais de dominação e subordinação, têm resultado, historicamente, em experiências e trajetórias diferenciadas para o homem e para a mulher, particularmente para as mulheres idosas de hoje, as quais vivenciaram a expectativa obrigatória de uma feminilidade marcada pela obediência, pelo conformismo e pelas desigualdades, além de uma

apropriação social do seu corpo expresso no controle familiar e na medicalização das funções reprodutivas” (FERNANDES, 2009, p.419).

É notória que a trajetória da mulher sempre foi marcada pela desigualdade em relação ao homem, a submissão, a domesticidade, a dificuldade de ter uma formação e de acessar o mercado de trabalho, entre outros. Já os homens com mais “poder” e liberdade, com mais forte e variada parceria sexual, chefe e provedor da família. Assim, os homens velhos pobres da classe trabalhadora ficam mais “inaptos” para o trabalho, pois o sistema capitalista vê o idoso como improdutivo, excluindo-o do mercado de trabalho. Entretanto, para os idosos da classe dominante nunca estão inaptos para comandarem suas propriedades, empresas, grades negócios, para participarem da vida política, casarem-se novamente, viajar, projetos novos de vida, dentre outros. Já a mulher velha, para algumas é uma fase de libertação de certos controles societários; para outras, em uma sociedade que aprecia a juventude, isso acaba afetando a autoestima, sentem incomodadas com as marcas da velhice e recorrem a procedimentos estéticos (aquelas que possuem condições financeiras).

Por último, sobre a vivência no campo e na cidade, o envelhecimento nesses dois espaços é totalmente diferente. Os idosos da zona rural estão em mais desvantagens do que na zona urbana, pois vivem em uma realidade de pobreza, não tem maior acesso à educação e saúde de qualidade, vivem muitas vezes em condições precárias e isolados geograficamente.

Destarte, todas as questões supracitadas, elucidam que o envelhecimento é um processo biopsicossocial, complexo, heterogêneo, individual e grupal.

Os trabalhadores que compõem o exército dos excluídos, que tem condições de trabalho mais não são absorvidos, os informais, os autônomos em condições de precariedade, que foram repelidos do mercado formal de trabalho, embora contribuam para rebaixar o preço da força de trabalho empregada, com certeza, com uma trajetória incerta vai contribuir para acelerar as intempéries do envelhecimento, aparecimento de doenças agravadas pelas dificuldades no acesso aos serviços de saúde, à renda, à habitação digna vai repercutir no envelhecimento biológico e psicológico. Mas, será que as políticas sociais são pensadas para lidar com essas diferenças?

4. A PROTEÇÃO SOCIAL NO CAPITALISMO: PAPEL DAS POLÍTICAS SOCIAIS.

O Modo de Produção Capitalista, é um processo revolucionário, caracterizado pelo desenvolvimento das forças produtivas ligado à expansão de grandes indústrias que acentuou a acumulação capitalista, tendo como gênese o continente europeu em meados do século XVIII. Mudam-se todas as formas de produção até então vigentes, e tem-se no centro de tudo isso, as consequências advindas deste mesmo processo, que são as expressões da questão social.

É nesse cenário de inquietações conflituosas por parte das classes sociais, na

qual se tornaram protagonistas e constituíram suas identidades políticas, que o Estado passa a assumir o papel de principal disseminador de políticas sociais, que agem em resposta a estas mesmas expressões, gerando os chamados sistemas de proteção social que beneficiaram a classe trabalhadora, com acesso a segurança social.

Na realidade brasileira, cabe destacar que houve um processo de industrialização tardio em relação com outras nações, mas que a proteção social também esteve interligada com o processo de expansão do capital, para enfrentamento da pobreza extrema e manutenção do capital, através de políticas como trabalhistas, previdenciárias e assistenciais.

Vale ressaltar que esse processo de formação do sistema de proteção social brasileiro, avança com a CF/88 com base nos direitos sociais, justiça e equidade social. Mas, que sofre revés a partir de 1990 com as reformas neoliberais, tem uma trégua nos governos petistas e retornam com maior força, desde 2016, com a lógica da redução dos gastos sociais. É importante descartar que,

As despesas de manutenção da regulação do mercado colocam em crise, também, a política social. Mas a política social é uma estratégia política e econômica fato do qual decorre uma *crise de legitimação política articulada à queda dos gastos na área social*, já que o suporte dos benefícios e serviços sociais tornou-se decisivo para a vida cotidiana de milhões de famílias, e as políticas e os direitos sociais foram também uma conquista dos trabalhadores [...] (BEHRING, 2009, p. 21)

Essa lógica está em consonância com a lógica do capital, no seu modelo de acumulação flexível/financeirizado e neoliberal, e com as propostas de reformas que emergiram com o declínio do

Welfare State. Assim, contribuindo para a implementação de políticas cada vez mais seletivas, focalizantes, que não atendem à demanda da população e não favorecem a autonomia do cidadão, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade social, que muito depende destas mesmas políticas.

Em relação à política de Assistência Social, dirigidas aos mais vulneráveis, a parcela da classe trabalhadora excluída das relações formais de trabalho, passa a ganhar mais ênfase a partir da implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no ano de 2005. Desta maneira, a assistência social passa a organizar-se em um sistema descentralizado e também participativo, tendo como uma das principais finalidades, uma gestão compartilhada e financiamento das ações pelos três entes federados, com o controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social dos municípios, Estados e União.

Os serviços da assistência social no SUAS são organizadas em dois tipos de proteção: básica e especial, sendo esta última, subdividida em média e alta complexidade, com as medidas protetivas cabíveis em cada situação. Um dos princípios da proteção básica é “prestar os serviços de fortalecimento de vínculos, de pertencimento a família e a comunidade através do desenvolvimento de trabalhos em rede que garantam as profissões essenciais à sobrevivência e o acesso às demais políticas públicas” (PAIVA, 2013, p.98).

A Proteção Social Especial diferencia-se da básica por estar direcionada tanto às famílias, como também indivíduos que tiveram seus direitos violados. “Trata-se da proteção direcionada para indivíduos e grupos excluídos, o que não implica necessariamente na ausência de renda, apesar de que a pobreza pode se agravar a gerar condições de exclusão social [...]” (PAIVA, 2013, p. 99). A proteção social de alta complexidade envolve serviços dos quais possuem a finalidade de garantir a proteção de maneira integral a quem dele usufruir, podendo retirar dos seus núcleos familiares tais indivíduos, para instituições de acolhimento permanente ou provisoriamente.

A proteção social revela um capítulo importantíssimo na história da defesa e efetivação de direitos. Pensar uma sociedade mais justa, é conseguir enxergar suas inúmeras complexidades, e consequentemente, como os indivíduos estão atreladas à estas. A pessoa idosa carece de maiores cuidados por serem pessoas que necessitam de atenção, para não se tornarem somente uma massa de estatísticas. É preciso reconhecer que entre os idosos há diversas populações diferenciadas de pessoas idosas, com demandas diferenciadas que precisam ser atendidas.

5. A PROTEÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO BRASIL VOLTADA À PESSOA IDOSA

O mapeamento dos serviços socioassistenciais dirigidos para as pessoas idosas de baixa renda, são:

Quadro 1- Serviços da Proteção Básica:

NOME DO SERVIÇO:	PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família)
USUÁRIOS:	- Famílias beneficiárias de programas de transferência de renda e benefícios assistenciais e que atendem critérios de elegibilidade a tais programas e benefícios ainda não contemplados; -Famílias em situação de vulnerabilidade em decorrência de dificuldades vivenciadas por algum de seus membros e também, pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e risco social.
OBJETIVOS:	- Fortalecer a função protetiva da família; -Prevenir a ruptura de vínculos familiares e comunitários; promover acesso a benefícios, programas de transferência de renda e serviços socioassistenciais; - Promover acesso aos demais serviços setoriais, e apoiar famílias que possuem, dentre seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados.

NOME DO SERVIÇO: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.	
USUÁRIOS:	<ul style="list-style-type: none"> - Idosos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada - Idosos de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda - Idosos com vivências de isolamento social por ausência de acesso a serviços e oportunidades de convívio familiares e comunitário e cujas necessidades, interesses e disponibilidade indiquem a inclusão no serviço.
OBJETIVOS:	<ul style="list-style-type: none"> - Contribuir para o processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; - Assegurar espaço de encontro para os idosos e encontros intergeracionais de modo a promover a sua convivência familiar e comunitária; - Detectar necessidades e motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; - Propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolher e decidir, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários.

NOME DO SERVIÇO Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas Com Deficiência e Idosas	
USUÁRIOS	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade sócia pela fragilização e pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais, - Prevenir confinamento de idosos e/ou PCD's, identificar situações de dependência. - Colaborar com redes inclusivas no território - Prevenir o abrigo institucional com vistas a promover a sua inclusão social. - Sensibilizar os grupos comunitários sobre direitos e necessidades de inclusão de pessoas com deficiência e pessoas idosas buscando a desconstrução de mitos e preconceitos; - Desenvolver estratégias para estimular e potencializar recursos das PCD's, e pessoas idosas, de suas famílias e comunidade no processo de habilitação, reabilitação e inclusão social; - Oferecer as possibilidades de desenvolvimento de habilidades e potencialidades, a defesa de direitos e o estímulo a participação cidadã; - Incluir usuários e familiares no sistema de proteção social e serviços públicos, conforme necessidades, inclusive pela indicação de acesso a benefícios e programas de transferência de renda; - Contribuir para resgatar e preservar a integridade e a melhoria de qualidade de vida dos usuários; - Contribuir para a construção de contextos inclusivos.

Fonte: elaboração das autoras com base em BRASIL (2009).

Quadro 2: Serviços da Proteção Social de Média Complexidade

NOME DO SERVIÇO Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas Com Deficiência, Idosas e suas Famílias.	
USUÁRIOS	Pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e família.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência e idosas com dependência, seus cuidadores e suas famílias; - Desenvolver ações especializadas para superação das situações violadoras de direitos que contribuem para intensificação da dependência; - Prevenir o abandono e a segurança dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; - Promover acessos a benefícios, programa de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais é do Sistema de Garantia de Direitos; - Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar é cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção; - Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, etc., conforme necessidades; - Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes/prolongados.

Serviço Especializado em Abordagem social	
NOME DO SERVIÇO	
USUÁRIOS	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Construir o processo de saída das ruas e possibilitar condições de acesso a rede de serviços e a benefícios assistenciais; - Identificar famílias e indivíduos com direitos violados, a natureza das violações, as condições em que vivem, etc. - Promover ações de sensibilização para divulgação do trabalho realizado, direitos e necessidades de inclusão social e estabelecimento de parcerias; - Promover ações para reinserção familiar e comunitária.

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.	
NOME DO SERVIÇO	
USUÁRIOS	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Possibilitar condições de acolhida na rede socioassistencial; - Contribuir para a construção de novos projetos de vida, respeitando as escolhas dos usuários e as especificidades do atendimento; - Contribuir para restaurar e preservar a integridade e a autonomia da população em situação de rua; - Promover ações para a reinserção familiar e/ou comunidade.

Fonte: elaboração das autoras com base em BRASIL (2009).

Quadro 3- Serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Serviço de acolhimento institucional	
SERVIÇOS	
USUÁRIOS	Idosos
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Incentivar o desenvolvimento do protagonismo e de capacidades para a realização de atividades; - Desenvolver condições para a independência e o auto- cuidado; - Promover o acesso à renda; - Promover a convivência mista entre os residentes de diversos graus de dependência
UNIDADE	<ul style="list-style-type: none"> - Casa lar; - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos)

Serviço de Acolhimento em Repúblicas	
NOME DO SERVIÇO	
USUÁRIOS	Idosos que tenham capacidade de gestão coletiva da moradia e condições de desenvolver, de forma independente as atividades da vida diária, mesmo que requeiram o uso de equipamentos de autoajuda.
OBJETIVOS	<ul style="list-style-type: none"> - Proteger os usuários preservando suas condições de autonomia e independência; - Preparar os usuários para alcance da autossustentação; - Promover o restabelecimento de vínculos comunitários, familiares e/ou sociais. - Promover o acesso à rede de políticas públicas.

Fonte: elaboração das autoras com base em BRASIL (2009).

Os quadros mostram que os serviços socioassistenciais dirigidos às pessoas idosas em situação de vulnerabilidade foram tipificados, normatizados e preveem proteção preventiva e, a especial em caso de violação de direitos. Um avanço para a sociedade brasileira, mas que ainda muito distante de se efetivar concretamente. A título de exemplo os serviços em domicílio ainda são raramente implementados pelos municípios brasileiros, assim como as repúblicas e outros, mostrando um hiato entre o normativo e a implementação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os serviços socioassistenciais, baseados nos critérios de equidade se dirigem para os mais vulneráveis, com vistas a reduzir desigualdades sociais quando articuladas às políticas universais. O avanço do neoliberalismo ortodoxo no Brasil, pós 2016, tem deixado os pesquisadores com questionamentos sobre o futuro da proteção social capitalista. A política de redução de gastos públicos congelou o orçamento das políticas sociais por 20 anos. Nos anos de 2018 e 2019 o orçamento da política de Assistência Social sofreu cortes consideráveis, chegando a 50% do que era recebido antes em 2018. Assim, o caminho

das políticas sociais no neoliberalismo tem sido focalização/seletividade, descentralização e privatização, o que nos leva a concluir que a assistência social não vai ser uma política universalizada, sendo seu destino a seletividade dos pobres dentre os mais pobres, deixando os vulneráveis a sua própria sorte ou infortúnio.

REFERÊNCIAS

- [1] BEAUVOIR, Simone. *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- [2] BARATA, Rita Barradas. *Como e por que as desigualdades sociais fazem mal a saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009.
- [3] BRASIL. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília: CNAS, 2009.
- [5] BEHRING, E. R. *fundamentos de Política Social*. In Ana Elizabete Mota... [et al.], (Orgs). Serviço Social e Saúde: formação e Trabalho Profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez; Brasília< DF: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2009. p. 1-27.
- [6] DEBERT, Guita Grin. *A reinvenção da velhice: socialização e processo de privatização do envelhecimento*. 1.ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2004.
- [7] FERNANDES, M.G. *Problematizando o corpo e a sexualidade de mulheres idosas: o olhar de gênero e geração*. Revista de Enfermagem, Rio de Janeiro UERJ, p. 419, 17(3), 2009.
- [8] ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. Guia Clínica para Atención Primaria a las Personas Mayores. 3. ed. Washington, DC, 2003.
- [9] PAIVA, Ariane Rego. *A Consolidação de uma nova institucionalidade para a assistência social: o SUAS, seus avanços e desafios*. In: (org.) João Bôsco Hora Góis: Questão Social e proteção social. Imo's Gráfica e Editora, Rio de Janeiro, 2013.
- [10] TEIXEIRA, S. M. Envelhecimento do trabalhador na sociedade capitalista In:____. Envelhecimento na sociabilidade do capital. Campinas: Papel Social, 2017

Capítulo 23

BPC Idoso: Garantia de mínimos sociais? Uma análise a partir do olhar dos profissionais dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS de Ponta Grossa/PR

Tânia de Fátima Oliveira

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues

Resumo: O presente projeto de pesquisa tem como objetivo analisar se o Benefício de Proteção Continuada (BPC), destinado ao idoso, garante as condições sociais mínimas aos seus beneficiários. Sendo assim, para respaldar a investigação, a partir do olhar profissional dos técnicos da área de Serviço Social dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) de Ponta Grossa/PR e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), buscou-se demonstrar as potencialidades e limitações do benefício enquanto política pública de garantia de mínimos sociais e levantar o número de benefícios requeridos pelos CRAS no ano de 2017. A pesquisa foi realizada no presente ano e teve uma natureza exploratória e uma abordagem quanti-qualitativa. Como instrumento para coleta de dados foram aplicados questionários mistos, os quais, pela análise do conteúdo, levaram a algumas considerações, dentre elas que: dez dos onze entrevistados acreditam que o benefício garante os mínimos sociais; apenas três CRAS realizam acompanhamento do processo de requerimento até a decisão final do benefício; destacaram-se como potencialidades dos benefício a melhoria de qualidade de vida e empoderamento/autonomia e, como limitações o critério de renda como um fator excludente e o fato do valor do benefício não suprir as necessidades da família.

Palavras-chave: Idoso; Proteção social; Assistência Social; Mínimos sociais.

1. INTRODUÇÃO

Uma das maiores conquistas do século XX foi o aumento da expectativa de vida. Resultante de avanços na área da saúde e da transição demográfica o que antes era um privilégio de poucos, agora é uma equação possível, inclusive nos países subdesenvolvidos.

Segundo Maria Lúcia Vieira, gerente da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), entre 2012 e 2017, a quantidade de idosos cresceu em todas as unidades da federação. Em 2012 a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões e manteve a tendência de envelhecimento nos últimos anos, ganhando 4,8 milhões de idosos, superando a marca dos 30,2 milhões em 2017. (IBGE – PNAD Contínua - características dos moradores e domicílios, 2018).

O estudo da gerontologia (ciência que se dedica ao processo de envelhecimento) permite um olhar de valorização desse ganho. Contudo, revela que o envelhecimento populacional se tornou um grande desafio, demandando do governo respostas nas diferentes áreas para tentar garantir melhores condições de vida aos idosos.

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) configura-se uma dessas respostas. É um direito constitucionalmente garantido, porém para acessá-lo a família deve enquadrar-se numa série de critérios que, muitas vezes, mais excluem do que os incluem socialmente.

Temos acompanhado a conjuntura política atual, onde há a refração de direitos e desestruturação dos sistemas de proteção, portanto faz-se necessário aprofundar os conhecimentos e analisar a temática proposta, visando contribuir para que as necessidades e interesses dos sujeitos de direitos adquiram visibilidade na cena pública e possam, de fato, ser reconhecidos.

Fruto de vivências profissionais adquiridas enquanto trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e da dedicação no estudo da Gerontologia, suscitou o interesse de investigar sobre essa política de proteção social, buscando analisar se o benefício assistencial ao idoso garante os mínimos sociais aos seus beneficiários, sendo o objetivo geral deste trabalho.

Isto posto, o presente estudo apresentou como temática o BPC, com um olhar direcionado à pessoa idosa. Os objetivos específicos foram o levantamento quantitativo do número de benefícios requeridos em 2017 e o apontamento das potencialidades e limitações do referido benefício enquanto provedor de melhores condições de vida.

A pesquisa deu-se a partir do olhar dos técnicos de referência dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do município de Ponta Grossa/PR (assistente sociais e/ou psicólogos), profissionais que atuam e acompanham a realidade dos usuários da política de assistência social.

Desta forma, foram aplicados questionários com dez técnicos de referência dos CRAS e com uma assistente social do INSS⁵³. Ambos os questionários contaram com questões mistas (abertas e fechadas), sendo que o primeiro, aplicado aos técnicos dos CRAS contou com oito questões e o segundo, aplicado à técnica do INSS, com quatro questões.

A intencionalidade está em analisar se o benefício é capaz de garantir os mínimos sociais aos seus beneficiários, a partir dos técnicos que os atendem / acompanham durante o requerimento e após a decisão final.

No que se refere à forma de abordagem do problema, a pesquisa é de natureza quanti-qualitativa. O caminho utilizado para alcançar os objetivos da pesquisa foi o da pesquisa exploratória, os dados foram coletados através da pesquisa bibliográfica, documental e através da aplicação de questionários. Os dados foram tabulados e analisados através da análise de conteúdo e discutidos através da orientação teórica a partir da lógica dialética.

O texto está organizado em quatro partes. A primeira apresenta uma revisão de literatura, onde são apresentados dados sobre o envelhecimento no Brasil e um breve resgate histórico do Estado e proteção social no Brasil; na segunda consta um estudo sobre o Benefício de Prestação Continuada e os mínimos sociais e uma amostra quantitativa do BPC idoso no município de Ponta Grossa, na sequência são apresentados os resultados e por fim as considerações finais.

⁵³ Não foi enviado questionário à Unidade Móvel, uma vez que o trabalho desenvolvido é de busca ativa e atendimento às famílias e, quando necessário acompanhamento encaminha ao CRAS de referência da família.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. DADOS SOBRE O ENVELHECIMENTO NO BRASIL

A partir dos estudos durante o curso de Gerontologia, verificou-se que no século XX, quando ocorreram mudanças demográfica e epidemiológicas que resultaram num fenômeno nunca antes experimentado no mundo e vem crescendo cada vez mais.

Segundo o IBGE – PNAD Contínua (2018) a população brasileira vem mantendo a tendência de envelhecimento dos últimos anos. De 2012 a 2017 ganhou 4,8 milhões de idosos, tendo superado a marca dos 30,2 milhões em 2017. (IBGE – PNAD Contínua, 2018).

Em 2012, a população com 60 anos ou mais era de 25,4 milhões, tendo crescido 18% nesse grupo etário e tem se tornado cada vez mais representativo no Brasil. A projeção de população idosa do IBGE aponta que em 2060, um quarto da população (25,5%) deverá ter mais de 65 anos. (IBGE, 2018).

Vale destacar que essa é uma tendência de envelhecimento da população nos últimos anos pode ser observada em todo o globo. Ela decorre tanto do aumento da expectativa de vida pela melhoria nas condições de saúde quanto pela questão da taxa de fecundidade, pois o número médio de filhos por mulher vem caindo.

No início da era do envelhecimento populacional, havia uma segregação desse segmento populacional, visto como improdutivo, muitas vezes, sendo retirado do convívio de sua família e inserido nos, então denominados, asilos.

Muitos avanços ocorreram, desde então, como pode-se perceber na cobertura previdenciária daqueles idosos considerados incapacitados. Na década de 1970, especificamente em dezembro de 1974, através da Lei n. 6.179, foi garantida aos idosos o Renda Mensal Vitalícia (RMV), meio salário mínimo vigente. Este era um amparo previdenciário para idosos com mais de 70 anos ou, definitivamente, incapacitados para o trabalho e que não exercessem atividade remunerada. Com critérios próprios, configurava-se um seguro social, uma vez que somente aqueles ligados ao Instituto Nacional de Previdência Social, podem recebê-la.

A medida provisória n. 1.599.39 de 11/12/1997, posteriormente transformada em Lei n. 9.720 em 30/11/1998 alterou o Art. 38 da Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07/12/1993), ficando a idade de 67 anos para acesso ao BPC Idoso.

Posteriormente, com o Estatuto do Idoso, Lei n. 10.741 de 03/10/2003 a idade para requerer o benefício passa a ser de 65 anos e estabelece ainda que um BPC já concedido a um idoso não será computado na renda familiar para conceder o benefício a outro idoso que viva sobre o mesmo teto.

Com a Constituição Federal Brasileira de 1988, fica proibido a fixação de benefícios com valores inferiores ao salário mínimo, Veras e Oliveira (2018, p. 1931) assinalam que a

A garantia dos direitos dos idosos na Constituição Federal está expressa em diversos artigos, versando sobre irredutibilidade dos salários de aposentadoria e pensões, garantia do amparo pelos filhos, gratuidade nos transportes coletivos e benefício de um salário-mínimo para aqueles sem condições de sustento. A influência das diretrizes e orientações internacionais na Constituição Federal são evidentes.

A carta magna garante aos idosos com 65 anos ou mais e pessoas com deficiência, incapacitadas de prover sua manutenção, um salário mínimo. Nas próximas seções será tratado, especificamente, sobre esse benefício, que foi chamado de Benefício de Prestação Continuada, uma política pública para garantia de mínimos sociais.

2.2. BREVE RESGATE HISTÓRICO DO ESTADO E PROTEÇÃO SOCIAL NO BRASIL

No Brasil, país com histórico de Estado Mínimo, a Assistência Social se institucionalizou, enquanto estratégia de minimização das expressões da questão social, resultantes das contradições capital/trabalho. Estas passam a ser política pública de proteção social, não contributiva, com *status* de direito social, representando dever do Estado e composição de seguridade social através da Constituição Federal (CF) em 1988. Juntamente com a Saúde e Previdência Social visam “[...] garantir direitos na perspectiva de contribuir para que os cidadãos tenham a possibilidade de terem garantidas melhores condições de vida”. (Souza, 2014, p. 07).

Diante deste entendimento, destaca-se que a Política Nacional de Assistência Social pretende garantir a proteção social daqueles que dela necessitarem. Cabe pontuar que em relação ao público alvo da Política de Assistência Social, em seu artigo 203, a CF dispõe

A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: (...)

V – a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (Brasil, 1988).

Esse benefício configura-se então como um direito constitucional garantido pela Política de Assistência Social e destina-se àqueles que, por alguma razão, encontram-se desprotegidos da cobertura previdenciária. A estes, resta a assistência social, que pode ser acessada através de seus benefícios e serviços socioassistenciais.

A Assistência Social, no Brasil, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais está organizada por níveis de complexidade e contempla as seguintes proteções: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE). A PSB atua através de serviços programas e projetos que visam prevenir situações de vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já a PSE, através de serviços, programas e projetos, visa a reconstrução de vínculos familiares e comunitários rompidos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento de situações de violação de direitos. (Brasil, 2009b).

Como instrumento da PSB, o CRAS caracteriza-se:

[...] como uma unidade pública estatal descentralizada da PNAS, atuando como principal porta de entrada do SUAS, dada sua capilaridade nos territórios é responsável pela organização e oferta dos serviços nas áreas de vulnerabilidade e risco social no contexto comunitário, possibilitando que as famílias e indivíduos acessem à rede de proteção social (Brasil, 2016, p. 35)

Configura-se como um dos canais pelo qual o potencial beneficiário do BPC pode requerê-lo. Parte-se do pressuposto que o requerente e suas respectivas famílias são usuários da política de assistência social e deve lhes ser assegurado atendimento integral, com encaminhamento a serviços da rede socioassistencial, quando necessário.

Nesse sentido, destaca-se que as atividades de recepção, identificação, oferta de informações e encaminhamentos realizados nos CRAS, as quais visam a garantia do direito de acesso às políticas públicas, como forma de garantir o atendimento de qualidade ao requerente e ao beneficiário do BPC e sua família.

O CRAS tem como atribuição a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família que consiste.

[...] no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso a direitos e o usufruto deles e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. (BRASIL, 2016 – Caderno de orientações).

As ações de atenção e acompanhamento dos beneficiários do BPC pressupõem reconhecê-los como segmentos populacionais com graus de risco e vulnerabilidade social variados. Considera as características do ciclo de vida do idoso, da deficiência e do grau de incapacidade da pessoa com deficiência, bem como as características das famílias e da região onde vivem ambos os segmentos.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB/RH do SUAS (2012), documento que representa um avanço na profissionalização da assistência social, para garantia de serviços de qualidade aos usuários do SUAS, o CRAS deve ter uma Equipe de Referência para execução dos serviços socioassistenciais. Em sua composição estão os técnicos de referência, profissionais de nível superior, podendo ser assistentes sociais e psicólogos.

Uma das atribuições do técnico de referência é “[...] conhecer as situações de vulnerabilidade social e de risco das famílias beneficiárias de transferência de renda (BPC, PBF e outras) e as potencialidades do território de abrangência do CRAS.” (Brasil, 2016, p. 26)

De acordo com o Decreto n. 8.805/2016, que altera o regulamento do BPC, “[...] o requerimento do benefício deve ser realizado pelos canais de atendimento da Previdência Social ou por outros canais [...]” (Brasil, 2016). Este mesmo decreto estabelece como requisito para concessão, manutenção e revisão do benefício a inscrição no Cadastro de pessoa Física (CPF) e no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

Com a intenção de que o serviço de cadastramento fosse disponibilizado mais próximo ao local da residência das famílias, seguindo o princípio da territorialização, no ano de 2015, o município de Ponta Grossa descentralizou a oferta deste serviço para os CRAS.

O município de Ponta Grossa conta atualmente com dez CRAS e uma Unidade Móvel para atendimento das famílias.

2.3. O BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E OS MÍNIMOS SOCIAIS

Anteriormente ao BPC, existiu o Programa Renda Mensal Vitalícia, benefício previdenciário que vigorou de 1975 a 1996. Com a regulamentação da LOAS pela Lei 8.742/93, o benefício ficou conhecido como Benefício de Prestação Continuada. Este foi efetivado somente no ano de 1996, sob a responsabilidade do Governo Federal, operacionalizado pelo INSS.

Em seu artigo 2º, inciso V, a referida lei propõe a garantia do BPC para a pessoa com deficiência e para o idoso que se encontre em situação de pobreza. Vale pontuar que o BPC integra a Proteção Social Básica, garantia afiançada da assistência social, modalidade provisão do SUAS, sendo operacionalizada pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). (Brasil, 1993).

Além da LOAS, o BPC é regulamentado pelas Lei nº 12.435/2011 e nº 12.470/2011, que alteram dispositivos da LOAS; e pelos Decretos nº 6.214/2007, 6.564/2008 e 8.805/2016.

A LOAS vem, então, regulamentar a assistência social, bem como regras e critérios para a concretização dos direitos garantidos pela CF. Deve-se destacar que sua regulamentação se deu diante da ofensiva neoliberal, de minimização e desresponsabilização pelo Estado, expressou um caráter altamente seletivo, na medida em que, para receber um salário mínimo mensal, seus beneficiários precisam comprovar quando idoso, que possui 65 (sessenta e cinco) anos ou mais. Para a pessoa com deficiência, a comprovação é de que se encontra incapacitada para o trabalho e para a vida independente e, ambos, que não possuem condições de prover o próprio sustento, nem o ter provido por sua família. A renda per capita não pode ultrapassar 1/4 (um quarto) do salário mínimo vigente. Apesar de excludente, o benefício tem uma característica diferente das ações da assistência social, é reclamável.

A LOAS traz, em seu artigo 1º, que a política de assistência social, “[...] política não contributiva provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (Brasil, 1993, p.6, grifos meus).

Essa demanda de mínimos sociais / necessidades básicas foi inserida na agenda política nos anos 1990, porém a LOAS não estabelece um conceito ou um limiar entre mínimos e básicos.

Há diferentes correntes de pensamento que teorizam acerca das necessidades sociais, algumas as identificando como “estados subjetivos” e ou como um fenômeno objetivo. (Barbosa, 2003, 60).

Sposati (1997, *apud* BARBOSA, 2003) discute o tema a partir do processo de inclusão- exclusão social e defende que mínimos sociais deve ser um padrão mínimo de inclusão, ou seja, mínimo social é a linha divisória entre incluídos e excluídos socialmente. Com base em sua metodologia (construída junto ao Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP), um mapa de inclusão/exclusão, há “quatro grandes grupos ou utopias: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade, entendidos como um conjunto de necessidades de um incluído.” (Barbosa, 2003, p. 62).

Segundo Sposati (1997, p. 40) como “mínimos de subsistência” e assume resposta isolada e emergencial aos efeitos da pobreza absoluta. O BPC configura-se como o primeiro mínimo social garantido constitucionalmente aos brasileiros.

2.4. BPC NO MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

Com base na pesquisa realizada em agosto de 2017, na Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI), unidade do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), responsável pelas ações de gestão da informação, monitoramento, avaliação e capacitação de agentes sociais, atualmente o município de Ponta Grossa conta com o seguinte quantitativo de BPCs:

Tabela 1: Levantamento quantitativo de beneficiários BPC PcD e Idoso no município de Ponta Grossa - 2017

Beneficiários	
PCD	2.802
Idosos	1.957
Total	4.759

Fonte: SAGI - Relatório de Programas e Ações do MDS, 2017.

A partir dos dados levantados (Agosto/2017), junto a SAGI, considera-se importante perceber se há mudanças significativas nas condições de vida dos usuários, principalmente na conjuntura política brasileira atual. Tem-se acompanhado a votação de reformas nas áreas trabalhistas, congelamento dos investimentos nas áreas da saúde, educação, segundo o trâmite da Emenda Constitucional 95/2016, e cortes nos investimentos na área de assistência social. Mais recentemente, está em discussão a reforma da Previdência Social, o projeto de lei que prevê a Proposta de Emenda à Constituição 287/2016, visa alterar a idade mínima para requerimento do BPC idoso de 65 para 70 anos, além de prever a fixação do valor do benefício em lei, em substituição à atual previsão de um salário mínimo.

O texto traz em seu corpo a justificativa de que a idade mínima para os benefícios assistenciais tem diminuído ao longo do tempo, apesar do aumento de expectativa de sobrevida dos idosos. Segundo o IBGE, na década de 1970, quando a idade para acesso ao benefício era de 70 anos a expectativa de sobrevida era de 8,5 anos de vida para idosos com 65 anos ou mais. Em 2016 chegava a 18,4 anos a expectativa de sobrevida de vida. (PEC 287-A/2016, p. 29).

Observa-se que o BPC é um benefício assistencial e não previdenciário, pois é garantido a pessoa incapaz de prover suas necessidades, que deverá comprovar sua condição de necessitado durante o pleito. O idoso que pleiteia o benefício já se encontra vulnerável de diferentes formas devido a sua história de vida, a mudança no critério de idade viria a penalizar aqueles que mais necessitam da assistência do Estado.

3. METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo definiu-se a modalidade de pesquisa exploratória, visando a aproximação empírica da realidade social dos entrevistados. Segundo Gil (2008) esse tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar uma visão geral, aproximativa acerca de um determinado fato.

A abordagem da pesquisa será de natureza qualitativa, sendo que este modelo permite ampliar o conhecimento a respeito de um determinado fenômeno e objeto.

A pesquisa envolveu levantamentos bibliográficos e documentais, somados a pesquisa de campo quantitativa e qualitativa, pois segundo Câmara (2013, p. 180) “a utilização de procedimentos mistos em pesquisas sociais é bastante usual, pois permite a apreensão do fenômeno e do objeto de estudo por prismas, por vezes, distintos”.

Como instrumento para coleta de dados, foram aplicados questionários semiestruturados para dez profissionais dos CRAS. Foi solicitado que o técnico de referência, ou seja, aquele que atua diretamente no processo de requerimento do benefício respondesse. A assistente social da agência do INSS para qual foi aplicado o questionário foi escolhida pela autora, devido sua atuação em defesa da profissão e autonomia dentro do INSS.

O objetivo foi levantar sobre a operacionalização e olhar em relação a garantia ou não dos mínimos sociais através do referido benefício. Para tanto, o questionário que foi aplicado nos meses de setembro e outubro, constituiu-se em uma série ordenada de perguntas que permitiram obter informações relacionadas à problemática da pesquisa, contendo questões abertas através das quais os participantes puderam expor suas opiniões e, fechadas nas quais escolheram as respostas com base nas opções ofertadas. (Zanella, 2009, p.110 a 113).

Os participantes da pesquisa responderam questões quanti-qualitativas referente ao número de famílias atendidas, a composição das equipes, ao número de benefícios requeridos no ano de 2017, e em relação ao acompanhamento no processo do benefício, agendamento e recurso, garantia de mínimos sociais e potencialidades e limitações do amparo social ao idoso.

As questões abertas contidas no questionário possibilitaram um momento de reflexão aos participantes os quais puderam mencionar quais aspectos da vida do beneficiário apresentam melhorias após o deferimento do idoso, as razões que impossibilitam a realização do acompanhamento e qual o potencial do benefício na garantia de melhores condições de vida e quais as dificuldades para tal. Permitindo uma análise qualitativa em relação ao objeto de estudo.

No processo de análise e interpretação dos dados buscou-se relacioná-los/articulá-los com o problema apresentado, com os objetivos propostos, oportunizando reflexões e considerações que serão descritas nos resultados e considerações finais deste trabalho de conclusão de curso.

Além das abordagens de pesquisa selecionadas, foi utilizada uma orientação teórica a partir da lógica dialética, visando ampliar o olhar sobre a temática. De acordo com Richardson (1999) esse tipo de abordagem permite um reconhecimento da especificidade histórica e da construção social das relações e dos fenômenos, vendo o mundo social e material em constante movimento, permitindo ultrapassar o senso comum, revelando relações sociais e econômicas, bem como “estruturas opressivas ocultas”, para tanto foi utilizada a análise de conteúdo enquanto método de organização e análise de dados. Segundo Cavalcante, Calixto e Pinheiro (2014, p. 13) a análise de conteúdos possui entre suas características que:

Primeiramente, aceita-se que o seu foco seja qualificar as vivências do sujeito, bem como suas percepções sobre determinado objeto e seus fenômenos (Bardin, 1977). Entretanto, a análise de conteúdo também pode ser utilizada para o aprofundamento de estudos quantitativos, e, portanto tem uma visão matemática dessa abordagem.

Conforme exposto pelos autores o método pode ser aplicado às abordagens quantitativas e qualitativas com intuito de ampliar o conhecimento acerca do objeto de estudo, identificar elementos importantes sobre a temática trabalhada e aprofundá-la.

Os dados quanti-qualitativos foram tabulados e analisados de acordo com as questões formuladas. Dessa forma, foram estabelecidas categorias, relacionando o referencial bibliográfico, com outras pesquisas e com os relatos das profissionais entrevistadas, proporcionando assim uma construção de saberes em relação a temática proposta.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados tabulados e analisados referem-se aos 11 (onze) questionários enviados e preenchidos pelos dez CRAS e pelo INSS. Como mencionado ao longo do texto, optou-se por não enviar questionário à Unidade Móvel de atendimento por esta não se caracterizar como um serviço de acompanhamento aos usuários dos serviços a assistência, visto que realizam atendimentos às famílias distantes e quando identificam demanda para acompanhamento técnico, muitas vezes encaminham ao CRAS de referência da família.

Com base nas informações prestadas pelos nove CRAS que responderam à questão referente ao número de famílias referenciadas, identificou-se uma média de 3.757 (três mil setecentas e cinquenta e sete) famílias.

Nove dos dez CRAS contam com equipe técnica mínima prevista para atendimento, de acordo com a NOB/RH SUAS. No total, os dez CRAS contam com dezoito assistente sociais concursadas, seis assistentes sociais contratadas através teste seletivo e quatro psicólogas concursadas. O INSS conta com quatro assistentes sociais concursadas e três delas atuam diretamente com o BPC Idoso.

De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos - NOB/RH do SUAS (2012), o CRAS deve ter uma Equipe de Referência para execução dos serviços socioassistenciais. Em sua composição estão os técnicos de referência, profissionais de nível superior (assistente social e/ou psicólogo), os quais possuem como atribuição a garantia do direito a acesso as políticas públicas, do atendimento e acompanhamento das famílias através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Este serviço configura-se como um trabalho social de caráter continuado, que visa fortalecer a função protetiva das famílias, bem como promover seu acesso a direitos e o usufruto deles, contribuindo assim para melhores condições de vida. (Brasil, 2016 – Caderno de orientações).

Nesse sentido o CRAS e suas equipes auxiliam aos potenciais beneficiários do amparo social ao idoso, uma vez que se configura como um dos canais pelo qual poder requerê-lo. Normalmente o idoso e suas respectivas famílias são usuários da política de assistência social, devendo ser assegurado atendimento integral e de qualidade.

Cabe pontuar que a questão referente ao acompanhamento do técnico de referência durante o processo de requerimento até a decisão final do BPC Idoso, identificada na tabulação dos dados, quatro técnicos assinalaram não ter condições de realizar tal serviço, três realizam, duas unidades assinalaram que o acompanhamento ocorre “às vezes” e uma não respondeu a tal questão.

Estas duas últimas unidades justificaram a resposta afirmando que existem outras demandas e atribuições que requerem atenção do corpo técnico, além de uma delas acumular a função de coordenação do CRAS e contar com corpo técnico reduzido, como pode ser visualizado em sua fala:

Fazem dois anos que a equipe de trabalho estava composta por duas técnicas, sendo que uma delas tem a atribuição de coordenação, assim os acompanhamentos posteriores aos encaminhamentos de BPC eram realizados somente em casos mais especiais. Pretendemos com a recomposição da equipe melhorar o fluxo e atividades de acompanhamento.

Percebe-se que, há esforço das equipes, porém a demanda de trabalho cotidiana consome, e mesmo solicitando devolutiva por parte dos idosos requerentes, nem sempre são atendidos, é o que percebemos através da fala de outra técnica entrevistada:

Em geral, não temos o retorno – se o benefício foi deferido ou indeferido. Porém, orientamos os usuários a nos buscar posterior ao processo para incluir o benefício ao Cadastro Único e no caso de indeferimento, para possíveis orientações sobre processo recursal.

As situações acima expostas, refletem que o trabalho técnico não em sendo desenvolvido com plenitude, devido aos entraves vivenciados no cotidiano profissional dos CRAS. Consta-se então, que apesar de nove dos CRAS contarem com técnicos de referência, apenas três deles realizam o acompanhamento do processo de viabilização desse direito em particular, orientando e auxiliando quando se faz necessário o protocolo de recursos após a negativa do INSS. Um deles possui grupo de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para esse grupo de atendimento prioritário, bem como um grupo de idosos em processo de requerimento.

Esse acompanhamento é um instrumento pelo qual pode-se observar se houve melhores condições de vida. Existem outros, que podemos citar: a atualização do Cadastro Único, a participação dos usuários no grupo de SCFV para idosos beneficiários e em processo de requerimento do BPC, através do acompanhamento realizado pelo PAIF, bem como durante os atendimentos e visitas domiciliares.

De acordo com o olhar dos técnicos entrevistados destacaram-se os seguintes aspectos de melhoria na vida de seus beneficiários (as respostas foram agrupadas de acordo com as palavras chaves):

Gráfico 1 – Melhoria pós recebimento do PBC Idoso

Fonte: Organizado pela autora

Os aspectos que apresentaram destaque foram: segurança alimentar, aquisição de medicamentos/saúde e inclusão/interação/relações sociais. Em seu entendimento, a assistente social da Agência do INSS apontou que a renda recebida contribui para a segurança alimentar, independência financeira, melhorias estruturais, qualidade de vida e autonomia.

Na tentativa de elucidar se esse benefício é capaz de satisfazer necessidades humanas Masson (2011) realizou um estudo com beneficiários do BPC idoso e duas assistentes sociais em seu município, Altinópolis/SP. Constatou que este satisfaz minimamente necessidades naturais - como alimentação, saúde e vestuário, sendo que, para 97,4% dos entrevistados, o benefício era direcionado majoritariamente para a alimentação, ou seja, à segurança alimentar.

Paulo, Wajnman e Oliveira (2013) ao analisarem sobre o impacto do recebimento do BPC idoso na relação entre renda e composição familiar, identificaram que o BPC funciona como um choque exógeno de renda, destinado ao idoso que provavelmente se imaginava dependendo financeiramente de algum parente por toda a sua velhice. Concluindo que o recebimento de renda pelo idoso modifica completamente seu poder de decisão, viabilizando a sua independência.

Em relação a quantidade de BPCs idosos requeridos no ano de 2017, a somatória de nove CRAS apontou 359 (trezentos e cinquenta e nove). Já a técnica do INSS informou que o número total de benefício requeridos foi de 383 (trezentos e oitenta e três). Podemos perceber que, em parte, os CRAS têm desempenhado o trabalho a que se propõe, o encaminhamento dos usuários dos serviços da assistência para acesso às políticas públicas que fizerem jus.

Do quantitativo total, temos o seguinte panorama:

Gráfico 2 - Status do requerimento BPC Idoso - INSS (2017)

Fonte: Organizado pela autora

Importante destacar que dos 241 (duzentos e quarenta e um) benefícios concedidos, 22 (vinte e dois deles) contaram com Parecer Social das técnicas de referência e/ou das três assistentes sociais do INSS.

Do total de 117 (cento e dezessete) benefícios indeferidos, 84 (oitenta e quatro) não atenderam ao critério de renda estabelecido, apresentando renda superior; 13 (treze) não cumpriram as exigências mínimas necessárias (ou seja, a apresentação de documentos de todos os membros que compõem a família para fins de requerimento do benefício); 6 (seis) titulares apresentaram desistência durante o processo; 2 (dois) eram estrangeiros (não gera o direito) e para 2 (dois) casos faltou a atualização do Cad.Único. Restaram ainda 25 (vinte e cinco) benefícios que estavam em análise.

Como percebemos é um número expressivo de indeferimentos, principalmente por renda superior. Acredita-se que muitos deles poderiam ter tido um resultado diferente, caso os técnicos pudessem desempenhar o trabalho de acompanhamento no processo de requerimento do benefício, auxiliando no processo recursal, motivando para a não desistência pela luta de um direito social, orientando quanto ao cumprimento de exigências e em relação a importância da manutenção do Cadastro Único atualizado.

No tocante ao atendimento ou não do benefício aos mínimos sociais de seus beneficiários, no questionário foi utilizada definição apresentada por Sposati (1997, apud Barbosa, 2003), discutida por ela a partir do processo de inclusão - exclusão social.

A autora defende que mínimos sociais deve ser um padrão mínimo de inclusão, ou seja, mínimo social é a linha divisória entre incluídos e excluídos socialmente. Para Sposati (1997) o conjunto de mínimos sociais

de um incluído abrange quatro grupos: autonomia, qualidade de vida, desenvolvimento humano e equidade.

Dos nove técnicos que responderam a tal questão, oito responderam que conseguem visualizar a garantia de mínimos sociais, um respondeu não ser possível e a técnica do INSS respondeu “às vezes”.

As marcações que apresentaram maior destaque foram: qualidade de vida e autonomia (corroboradas pela marcação da técnica do INSS), seguidas pelo desenvolvimento humano e equidade.

Gráfico 3 - Mínimos Sociais

Fonte: Organizado pela autora

A técnica de referência que assinalou negativamente para a garantia de mínimos sociais, acredita que o BPC Idoso os garante parcialmente, sendo possível visualizar de acordo com cada particularidade familiar e suas vulnerabilidades.

No tocante as potencialidades e limitações do BPC Idoso enquanto provedor de mínimos sociais, os itens que com especial destaque foram a melhoria de qualidade de vida e empoderamento /autonomia, conforme o gráfico a seguir:

Gráfico 4 – Potencialidades

Fonte: Organizado pela autora

Já no que diz respeito as limitações do benefício enquanto provedor de mínimos sociais, destacou-se que: o valor não supre as necessidades materiais e que o critério de renda é um limitador importante (ambos também destacados pela técnica do INSS), como é possível visualizar no gráfico abaixo:

Gráfico 5 – Limitações

Fonte: Organizado pela autora

Esse dado levantado, vem ser confirmado através da pesquisa de Masson (2011), onde constatou que o benefício satisfaz minimamente as necessidades naturais de seus beneficiários, como alimentação, saúde e vestuário. A autora destacou ainda que os critérios de acesso e permanência serem rígidos e por muitas vezes excludentes.

Segundo Masson (2011)

Todos os beneficiários entrevistados demonstraram ter o desejo de satisfazerem necessidades que não somente as corpóreas, na medida em que verbalizaram o que gostariam de realizar com o benefício, mas não é possível, devido ao mesmo satisfazer apenas (e não totalmente) suas necessidades naturais. E, na maioria dos casos, atividades relacionadas ao lazer e cultura, como simplesmente passear na casa de um filho são inviabilizadas por conta da subsistência. (Masson, 2011, p. 151)

Importante se faz dimensionar que, mesmo diante de tal realidade, este mínimo para alguns beneficiários, ainda significam uma possibilidade, na medida em que é sinônimo de independência, melhora na alimentação; acesso a vestuário; ânimo, ou até mesmo qualidade de vida. (Masson, 2011).

Barbosa (2003, p. 60) em sua pesquisa chegou a mesma conclusão, ou seja, que o benefício supre apenas as necessidades “meramente biológicas” – alimentação e que, muitas vezes não tem sequer cumprido esse papel, pelo fato do beneficiário ser quase sempre responsável pela manutenção da família. A autora apontou ainda a questão de critérios excludentes quando referiu que o benefício não pode ser acumulado com nenhum outro benefício no âmbito da seguridade social (salvo da assistência médica).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste artigo de conclusão do curso de Especialização em Gerontologia me foi permitido um novo olhar e compreensão para a questão do processo de envelhecimento, o qual por sua vez mostra-se cada vez mais crescente.

Dessa forma consideramos o envelhecimento populacional como um avanço, entretanto, traz consigo uma série de desafios a serem enfrentados através de políticas públicas ao Estado.

O amparo social ao idoso também evoluiu ao longo da história, estando garantido constitucionalmente e legitimado como política pública de direito e não pode deixar de existir face as alternâncias de governos e governantes.

Temos evidenciado, porém uma tendência neoliberal de enxugamento de gastos públicos em diferentes áreas, inclusive com a área social. Tal tendência pode ser percebida através de emendas constitucionais de congelamento de gastos e no tocante ao BPC Idoso temos a Proposta de Emenda à Constituição 287/2016 que visa alterar a elegibilidade para requerimento do BPC idoso de 65 para 70 anos, além de prever a fixação do valor do benefício em lei, em substituição à atual previsão de um salário mínimo. Se aprovada tornará os critérios ainda mais excludentes, para uma parcela da população que já vivenciou o processo de exclusão, de não garantia de mínimos sociais ao longo de sua vida.

Verificou-se que, mesmo nove dos dez CRAS entrevistados contarem equipe mínima completa, apenas três realizam o acompanhamento do processo de requerimento do BPC idoso do início até a decisão final. Com o serviço não sendo realizado com plenitude é possível que famílias estejam deixando de acessar a transferência de renda.

Os CRAS, mesmo enfrentando dificuldades com demandas que estão acima de suas capacidades vêm desempenhando papel fundamental junto às famílias, tendo encaminhado 93% do total de benefícios encaminhados em 2017.

Concluimos que o amparo social ao idoso é reconhecido pelos técnicos como garantidor de mínimos sociais, mas estão cientes de suas potencialidades e limitações em relação a tal finalidade.

Por fim, concluimos que o Benefício Assistencial ao Idoso teve avanços em sua trajetória, é garantido em lei e legitimado como uma política pública social, estando em consonância com os avanços advindos no Estatuto do Idoso, na LOAS e entre outras legislações. Porém, vivemos em uma sociedade amplamente desigual, onde os beneficiários dessas políticas passam por uma seleção excludente, como é o corte de renda e idade do BPC, percebemos que ainda há muito que avançar no que tange a garantia de direitos sociais. O BPC é um benefício importantíssimo, que garante os mínimos a muitos idosos, mas está longe de ser o ideal.

REFERÊNCIAS

- [1] Barbosa, N. B. C. A garantia do atendimento das necessidades básicas na política da assistência social e o benefício de prestação continuada: possibilidades e limites. Disponível: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9953/1/arquivo9236_1.pdf. Acesso em: 23 ago. 2018.
- [2] Brasil. Caderno de orientações - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8805.htm> Acesso em: 14 set. 2018.
- [3] Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Texto da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em 14 set. 2018.
- [4] Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016. Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto no 6.214, de 26 de setembro de 2007. Diário Oficial, Brasília, DF, 2016. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8805.htm>. Acesso em: 14 set. 2018.
- [5] Brasil. Constituição (1988). Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2016/emendaconstitucional-95-15-dezembro-2016-784029-norma-pl.html>>. Acesso em 23 ago. 2018.
- [6] Lei nº 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.
- [7] Lei nº 1074/2003. Estatuto do Idoso. Brasília: DF, outubro de 2003.
- [8] Lei nº 12.435/2011. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm. Acesso em: 16 set. 2018.
- [9] Lei nº 12.470, de 31/08/2011. Conversão da Medida Provisória nº 529, de 2011. Altera os arts. 21 e 24 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12470.htm. Acesso em: 16 set. 2018.
- [10] Decreto nº 6.214, de 26/09/2007. Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm. Acesso em: 16 set. 2018.

- [11] Secretaria de Avaliação e Gestão de Informação. Relatório de Programas e Ações do Ministério do Desenvolvimento Social. Brasília, 2017. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/mds/index.php#beneficiosbpc>>. Acesso em: 19 ago. 2018.
- [12] Câmara, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia. 6 (2), jul - dez, 2013, 179-191. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v6n2/v6n2a03.pdf>>. Acesso em 30 ago. 2018.
- [13] Câmara dos Deputados. Proposta de Emenda à Constituição n.º 287-A, de 2016. Disponível em: <https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=25C5BF7E0DC358197F5DF5A1921B5A0B.proposicoesWebExterno1?codteor=1521447&filename=Avulso+-PEC+287/2016>. Acesso em 18 set. 2018.
- [14] Cavalcante, R. B.; Calixto P.; Pinheiro, M. M. K. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com a pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. Informação & Sociedade: Est., João Pessoa, v.24, n.1, p. 13-18, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2015/12/pdf_ba8d5805e9_0000018457.pdf>. Acesso em 18 set. 2018.
- [15] IBGE. Estimativas de População | Estatísticas. Disponível em: Projeção da População 2018: número de habitantes do país deve parar de crescer em 2047. <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21837-projecao-da-populacao-2018-numero-de-habitantes-do-pais-deve-parar-de-crescer-em-2047>>. Acesso em: 30 ago. 2018.
- [16] Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 10 nov. 2018.
- [17] Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.
- [18] Masson, G. A. Um estudo do benefício de prestação continuada no município de Altinópolis/SP: O impacto na vida de seus beneficiários. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011.
- [19] Paulo, M. A., Wajnman, S., Oliveira, A. M. C.H. de. A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada. Revista Brasileira de estudos e população, Rio de Janeiro, v. 30, Sup., p. S25-43, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30s0/03.pdf>>. Acesso em: 10 de nov. 2018.
- [20] Sposati, A. Mínimos Sociais e os Programas de Transferência de Renda. Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 55, p. 9-38, nov. 1997. <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/12355/12355_4.pdf>. 1997. Acesso em: 12 de set. 2018.

Capítulo 24

Direitos reprodutivos da mulher no romance distópico Conto da Aia de Margaret Atwood

Letícia dos Santos Sousa

Resumo: O presente artigo tem o objetivo de mostrar a importância do debate a respeito dos direitos reprodutivos em consonância com o Conto da Aia, narrativa feita pela escritora canadense Margaret Atwood, oferecendo uma obra distópica, de uma comunidade que passa a adotar fundamentos religiosos, consistindo na justificativa para a instauração de um Regime Totalitário, cerceando as liberdades individuais, principalmente do público feminino. A fertilidade entra em discussão atingindo diretamente a questão da procriação da raça humana. As mulheres férteis são definidas como Aias, responsáveis pelo prosseguimento da humanidade, intentando ao debate das políticas contemporâneas em prol dos direitos reprodutivos femininos. Portanto o presente artigo encarna a discussão a respeito dos direitos reprodutivos que continuam sendo violados em nossa sociedade.

Palavras-Chave: Direitos Reprodutivos. Conto da Aia. Reprodução.

1. INTRODUÇÃO

A previsão legal dos direitos reprodutivos não é o bastante para garantir a proteção das mulheres ao redor do mundo. A exemplo disso, Teles faz alusão a episódios alarmantes de desrespeito dos direitos humanos das mulheres pelo mundo:

Na Argentina, estima-se que ocorrem 6 mil estupros por ano; 300 chegam à Justiça e menos de 10% dos criminosos são condenados. Em Uganda, devido à crença de que as mulheres adolescentes transmitem menos Aids que as adultas, a taxa de contaminação pelo HIV entre elas é seis vezes maior que entre os rapazes. No Egito e em outros países do Oriente Médio e África, ainda mutilam-se adolescentes, amputando-lhes o clitóris para reduzir o desejo e o prazer sexual. Em nome da tradição e cultura, já chegam a 100 milhões de mulheres de 26 países africanos com órgãos sexuais mutilados. A cada ano, mais de 2 milhões de mulheres sofrem mutilações nesses países. (TELES, 2007, p.65)

A problemática do presente artigo se substancia na violação direta e recorrente dos Direitos Reprodutivos das Mulheres, associando-se à desigualdade de gênero existente. No que tange ao desrespeito aos fatores que cerceiam a concepção feminina, insere-se a necessidade de tal classe de direitos integrar o contexto dos Direitos Humanos, tornando-se uma matéria interdisciplinar que abrange questões de saúde, econômicas e ambientais.

Os direitos reprodutivos femininos se apresentam como o direito de livre escolha sobre a quantidade, a periodicidade e o momento para concepção dos filhos, além da conscientização, tornando-se uma das principais extensões da vida de uma mulher. Dito isto, se torna mais eficiente o estímulo ao debate acerca de temáticas como: aborto, homoafetividade, concepção, contracepção e mortalidade materna, que possuem pouca voz no arcabouço jurídico.

As maiores dificuldades, no combate à ineficiência dos direitos reprodutivos da mulher, concentram-se nos aspectos morais e culturais. Sendo relevante que haja discussões que ultrapassem o viés biológico e adentrem ao conveniente a todos, fomentando a escolha saudável em prol do próprio corpo e consequentemente das decisões na esfera privada de cada um. Proporcionando à mulher o lugar de fala e a independência que tanto almeja ao longo dos anos, principalmente em termos reprodutivos, que permanecem em padrões de extrema submissão feminina.

Para maior demonstração da temática é imprescindível recorrer a disciplina Direito e Literatura, sendo alicerce para o desenvolvimento de temáticas que o ordenamento jurídico não alcança. Diante do exposto, é possível averiguar que o uso da interpretação forense cumulado com o escólio literário, podem desembaraçar a absorção da própria lei. (DWORKIN, 2005).

Na mesma concepção, Arnaldo Godoy observa:

O estudo do direito na literatura mostra-se marcado por formulações pragmáticas. Justifica-se por percepções que dão conta de que o profissional do direito colheria, na literatura manancial de exemplos, indicações de efeito retórico, tinturas de cultura, demãos de generalidade sistêmica. O jurista conhecedor da literatura seria íntimo com os problemas da alma humana; na linha da advertência de Terêncio, para quem tudo fosse humano não lhe seria estranho. É o caso do advogado do júri, prenhe de exemplos tomados da literatura, que busca efeito retórico, pedagógico, e que simula cultura que impressiona, que seduz, e que comprova trajetória humanista; mas nem sempre te humanizam. A prática infelizmente nos indica o abuso, o histriônico, o risível, e a própria literatura nacional flagra essas instâncias, de modo mordaz. (GODOY, 2008, p. 10)

Neste sentido cabe ao Conto da Aia, de Margaret Atwood, despertar reflexões em torno do segmento reprodutivo das mulheres. A obra retrata um futuro iminente, no qual traz a chamada “distopia”, que atribui um grande estado de privação ou antítese da utopia, tornando próximo os acontecimentos relatados.

A narrativa retrata a instituição de um governo pouco humanista, classificado como autoritário e cristão, denominado Filhos de Jacó, no qual fundam a República de Gilead no lugar dos Estados Unidos da América.

A ideia central funda-se na necessidade de procriação, concentrada nos baixos de natalidade, influenciados por danos ambientais, guerras e saúde pública, tornando muitas mulheres inférteis. As mulheres férteis que restavam, deviam se submeter ao atual governo, para manter a existência da humanidade, devido as circunstâncias extremas daquele cenário.

O público feminino é retratado perdendo seus direitos fundamentais, e sendo dividido em castas, nas quais tinham por base a capacidade fecunda de cada mulher. As principais categorias são: As Aias, mulheres férteis, solteiras e viúvas, com a missão de gerar filhos, para o Comandante e sua Esposa, que pertenciam ao governo recém instituído. As Esposas, mulheres acometidas pela infertilidade e que exerciam sua maternidade com o auxílio da “barriga de aluguel” de suas Aias. As Tias, que tinham o papel de orientadoras no treinamento das Aias, induzindo-as a acreditar na nobreza de sua função. As Martas, que detinham a função doméstica na residência dos Comandantes e suas Esposas, já que não podiam mais contribuir no aspecto da fertilidade. As Não Mulheres, seriam aquelas que não se encaixavam no padrão posto pelo governo e por isso não recebiam sua aprovação em virtude de suas posições ideológicas, sexuais e sociais, e assim ficavam condenadas a viver em “campos de concentração”.

A personagem chave que constantemente impulsiona a percepção sobre os direitos reprodutivos das mulheres, é Offred, Aia, que compõe um ritual grotesco e repugnante, chamado de “A Cerimônia”, no qual se obrigava a manutenção de relações sexuais com o Comandante, na presença de sua esposa. Tornando-se um ato de violência mútua de direitos e garantias fundamentais, tanto na esfera da Aia, como da Esposa do Comandante.

Minha saia vermelha é puxada para cima até minha cintura, mas não acima disso. Abaixo dela o Comandante está fodendo. O que ele está fodendo é a parte inferior de meu corpo. Não digo fazendo amor, porque não é o que ele está fazendo. Copular também seria inadequado porque teria como pressuposto duas pessoas e apenas uma está envolvida. Tampouco estupro descreve o ato: nada está acontecendo aqui que eu não tenha concordado formalmente em fazer. (ATWOOD, 2006, p. 117)

Ao longo da narrativa, percebe-se o quanto as Aias perdem a liberdade sobre suas vidas e seu próprio corpo, tendo sua vida completamente voltada para reprodução e manutenção do crescimento populacional. No que tange a individualidade, as Aias, demonstram o quanto foram anuladas em sociedade para o cumprimento de suas obrigações.

Meu nome não é Offred, tenho outro nome que ninguém usa porque é proibido. Digo a mim mesma que isso não tem importância, seu nome é como o número de seu telefone, útil apenas para os outros; mas o que digo a mim mesma está errado, tem importância sim. Mantenho o conhecimento desse nome como algo escondido, algum tesouro que voltarei para escavar e buscar, algum dia. (ATWOOD, 2006, p. 105)

Em seu enredo, o Conto da Aia, procura mostrar os extremos que o controle estatal atinge para a manutenção do bem comum, tornando a discussão a respeito dos direitos reprodutivos necessária para fins de dignidade da pessoa humana e seus reflexos na coletividade. Além da urgência em reconhecer que os direitos que rodeiam a fertilidade, possuem grande importância na seara nos direitos humanos e suas respectivas extensões.

O reconhecimento dos direitos reprodutivos como direitos humanos constitui-se em princípio fundamental para a reconstrução do discurso de direitos. Com esse reconhecimento, diferenças de gênero, geração, classe, cultura e outras passam a ser consideradas, ao mesmo tempo em que são reconhecidas as necessidades sociais. A partir daí, são gerados instrumentos políticos e normativos com o objetivo de intervir no grave quadro de desigualdades e permitir o exercício e acesso igualitário dos direitos reconhecidos por todos. (VENTURA, 2004, p. 21)

O presente escrito procurar expor sobre a tônica dos direitos reprodutivos como referência ao Conto da Aia, primando pelo incentivo ao debate e a contemplação da esfera feminina perante seus direitos reprodutivos.

2. METODOLOGIA

O respectivo artigo utilizou-se da obra literária *Conto da Aia*, da autora canadense Margaret Atwood, no qual tornou rico o embasamento acerca da importância dos Direitos Reprodutivos da Mulher. Tendo por base trechos do livro no qual se destacam a violação direta aos direitos defendidos neste trabalho.

No que concerne ao teor científico, foi realizada a leitura de outros artigos que possuíam temas relacionados ao teor deste trabalho para a maior absorção de informações concernentes ao campo jurídico e literário. Além do que foi relatado, analisou-se as notícias no contexto real, reforçando a explícita necessidade do estudo do assunto e sua latente face negativa em nossa sociedade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante salutar que a utilização da Literatura no âmbito jurídico, amplia o alcance dos estudantes e pesquisadores do Direito, aproximando de forma sensível as normas como contexto social contemporâneo. Destaca-se como um grande resultado, a realização de debates das temáticas em torno do contexto reprodutivo, consequentemente tornando a decisão sobre seus aspectos reprodutivos, mais sensatas e seguras, de forma geral.

Em âmbito de discussões, se demonstra urgente o debate e conhecimento acerca da temática principal deste artigo e a inclusão de um viés mais humanitário ao Direito, sendo este constituído pelas evoluções sociais, sendo assim pertinente a sua aproximação para maior compreensão dos fenômenos coletivos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÕES

Por toda extensão histórica, as mulheres têm convivido com a repressão e subordinação, tanto fisicamente como psicologicamente, tendo sentenciada a escolha de ter ou não filhos. A reprodução se substancia completamente na independência da escolha dos fins conceptivos, garantindo consequentemente a satisfação individual de cada indivíduo.

É de suma importância reconhecer a liberdade que cada um possui sobre si, sendo de maneira privativa a decisão sobre os aspectos que envolvem sua existência, inexistindo restrição legal sobre um instituto biológico, a gênese humana. Nenhum instituto governamental pode ditar ou interferir na maneira de viver de cada cidadão. Posto isso, afina-se a necessidade destes questionamentos frente a todos, pelo fato dos eles se relacionarem ao bem-estar de todos.

O Estado deve assegurar os exercícios dos direitos fundamentais e dos seus respectivos deveres, além de poder colaborar com dispositivos legais que possam abranger de maneira completa as necessidades e estigmas femininos, personificando-se em maior comprometimento com serviços essenciais ligados à temática reprodutiva.

REFERÊNCIAS

- [1] Atwood, Margaret. *O conto da Aia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006, 367p.
- [2] Barbosa, R.M.; Parker, R. (Org). *Sexualidades pelo avesso: direitos, identidades e poder*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ; São Paulo: Editora 34, 1999.
- [3] Dworkin, Ronald. *Uma Questão de Princípio*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- [4] Godoy, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Direito e Literatura: Ensaio de Síntese Teórica*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2008.
- [5] Petchesky, R.P. Direitos sexuais: um novo conceito na prática política internacional. In:
- [6] Teles, Maria Amélia de Almeida. *O que são direitos humanos das mulheres*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- [7] Ventura, MIRIAM. *Direitos Reprodutivos no Brasil*. 2.^a. ed. Brasília: UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas, 2004. v. 01. 196p

Capítulo 25

Relato de experiência: Famílias chefiadas por mulheres em residenciais constituídos a partir do Programa Minha Casa Minha Vida no Município de Santa Maria – RS

Cristiane Matiazzi Posser

Fabio Jardel Gaviraghi

Caroline Goerck

Resumo: O presente artigo tem por objetivo analisar o contexto das famílias chefiadas por mulheres que são/foram beneficiárias de políticas públicas, tais como o Programa Minha Casa Minha Vida e Programa Bolsa Família, com vistas a desvendar esta realidade. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica e reflexão das vivências oriundas dos estágios em Serviço Social. Observou-se que estas, de mesmo modo que desenvolvem a autonomia socioeconômica das mulheres, podem estar reforçando os papéis sociais de gênero, e por vezes, contribuindo para a manutenção da feminização da pobreza. Nesse sentido, além da transferência de renda, faz-se necessário a ampliação de algumas esferas da rede pública para realmente efetivar direitos sociais.

Palavras-chave: Políticas públicas; famílias chefiadas por mulheres; papéis sociais de gênero; feminização da pobreza.

1. INTRODUÇÃO

Primordialmente, se faz necessário contextualizar a realidade do Brasil, que é de alta concentração de renda, da qual a pobreza assume uma enorme abrangência. Esta resulta em exclusão social, manifestando-se através das refrações da questão social, como o não acesso ao direito do trabalho, moradia, alimentação e educação, dentre outras.

Para, além disso, analisando as classes sociais e o mundo do trabalho em uma sociedade capitalista, é possível observar que a mulher está em condições ainda mais acentuadas de extrema pobreza, bem como, de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, em relação ao homem. Para exemplificar melhor estas afirmações, existe o conceito chamado “feminização da pobreza” que compreende as mulheres, ainda mais acometidas pelo resultado de tamanha desigualdade, tornando-as assim, ainda mais acometidas que os homens pelas mazelas da questão social.

Sendo assim, Costa et al. (2005) observam relação com o fato de domicílios serem chefiados por mulheres, sem a presença de um companheiro, sendo a família estruturada por apenas uma provedora de renda, da qual geralmente ainda é inferior a dos homens, devido a discriminação do mercado de trabalho. Em vista disso, a feminização da pobreza está atrelada também a questão de gênero.

Após tal contextualização, ao adentrar no campo de estágio em uma instituição de Proteção Básica, o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS⁵⁴, localizado na cidade de Santa Maria – RS foi possível a aproximação da realidade das famílias chefiadas por mulheres que atualmente vivem em um residencial distanciado da cidade, pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida.

2. DESENVOLVIMENTO

A sociedade capitalista estrutura-se de modo a ocasionar um conflito que denomina-se capital versus trabalho, isto significa que, toda a riqueza é gerada pela classe trabalhadora, da qual não é detentora dos meios de produção, das máquinas em geral. Sendo assim, como meio de sobrevivência, para a classe trabalhadora, resta somente o ato de vender sua única mercadoria, a mão de obra assalariada.

Através deste processo, ocorre a acumulação de riqueza nas mãos dos grandes capitalistas, enquanto para o restante da população, muitas vezes é imposto o viver em condições de extrema pobreza. Sendo assim, “[...] não é a escassez que gera a pobreza, mas a abundância (concentrada a riqueza em poucas mãos) que gera desigualdade e pauperização absoluta e relativa.” (Montanõ, 2012, p.10).

Tal desigualdade ocasiona a chamada questão social, principal objeto de formação e intervenção do Serviço social. Esta, por sua vez, é apreendida como a não distribuição da produção dos frutos gerados através do trabalho, sendo estes monopolizados em pequena parcela da sociedade. Conceituada também, de modo que:

[...] a questão social diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do ‘trabalhador livre’, que depende da venda da sua força de trabalho como meio de satisfação das suas necessidades vitais. Esse processo é denso de conformismo e rebeldias forjadas ante as desigualdades sociais, expressando a consciência e o exercício da cidadania dos indivíduos sociais. (Iamamoto, 2015, p.17).

Esta realidade resulta em desemprego, ou seja, em não acesso ao direito de trabalho, bem como, moradia, alimentação e educação. Cabe ressaltar que o desemprego é uma categoria central do sistema capitalista já estruturado, sendo este denominado por Marx, como o exército industrial reserva, uma vez que

⁵⁴ Instituição da qual o estágio I em Serviço Social foi realizado, da qual é uma unidade de proteção social básica, prevista pela PNAS e em conformidade com o Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

a magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce [...] com as potências da riqueza, mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maior essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, [...], o pauperismo. (MARX 2008, p. 748)

Após esta contextualização, faz-se necessário ponderar o significado do trabalho na vida de mulheres e homens. De acordo com o autor Lessa, este se define como “[...] categoria ontológico-fundante do ser social [...] e, portanto, como mediação ineliminável da existência humana” (2002, p. 34).

[...] o processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais. [...] (Marx, 1983, p. 153)

De mesma maneira que “[...] o trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem.” (Antunes, 2012, p.13), bem como:

Pelo trabalho o homem se afirma como um ser social e, portanto, distinto da natureza. O trabalho é atividade própria do ser humano, seja ela material intelectual ou artística. [...] Primeiro porque o homem é o único ser, ao realizar o trabalho, é capaz de projetar, antecipadamente, na sua mente o resultado a ser obtido. [...] É pelo trabalho que as necessidades humanas são satisfeitas, ao mesmo tempo em que o trabalho cria outras necessidades [...] (Iamamoto, 2015, p.60).

Deste modo, o trabalho é de significado central para a existência dos seres humanos. Porém, o mundo do trabalho, sofreu inúmeras transformações, devido às mudanças nas formas de produção do sistema capitalista. Estas, por sua vez, suscitaram o aumento da precarização dos postos de trabalho, a informalização, a instabilidade, o trabalho subcontratado, a terceirização e ainda mais, a perda de direitos e garantias trabalhistas historicamente construídas. (Nascimento, 2014).

Isto posto, tais mudanças tem afligido de forma ainda mais agravante o segmento feminino, com maiores taxas de desemprego, funções temporárias e quando empregadas, com jornadas parciais e menores remunerações, Conforme podemos observar em dados a seguir:

A tendência de crescimento do desemprego se mantém também em 2003, alcançando cifra de 10,7% para trabalhadores e de 15,7% para as trabalhadoras. No entanto, a partir de 2004, inicia-se uma tendência decrescente dessa taxa: os homens passam de 9,4% de desemprego e as mulheres para 14,6%. Já em 2005, a diminuição do desemprego para ambos os sexos fica mais evidente, apresentando em junho desse ano uma taxa de 7,3% para a força de trabalho masculina e 11,9% para a força de trabalho feminina. (Nogueira, 2012, p. 69).

Ressalta-se também a questão da desigualdade salarial. Comparada aos homens, a mulher possui faixas de rendimentos mais baixos. Portanto, existe ampla desigualdade nos valores médios pagos para os trabalhos realizados de acordo com o sexo. (Nogueira, 2008).

[...] se o valor pago para a força de trabalho feminina é, na maioria das vezes, muito menor do que o pago para a masculina, a precarização no mundo do trabalho está atingindo muito mais a mulher trabalhadora, acarretando uma acentuação das desigualdades entre os sexos. (Nogueira, 2012, p. 60).

Tais elementos podem ser inferidos, essencialmente, as desigualdades de gênero, que são construídas social e culturalmente. Estas criam as identidades de gênero, a feminina e a masculina. As construções sociais dessas relações de desigualdades de gênero se fundamentam no patriarcado, do qual, conforme Santos et al. (2007, p. 68), baseia “a organização da vida de muitas sociedades, norteadas pela ideia de que existiria uma superioridade física [...], produtiva, artística e intelectual dos homens em relação às mulheres”.

Mediante o exposto, é evidente o quanto as questões de desigualdade dos papéis sociais de gênero ainda estão presentes na sociedade. De modo que, as refrações da questão social atacam mais violentemente o gênero feminino. Isto é, através de um recorte de gênero é possível afirmar que a realidade das mulheres, atualmente, é o resultado de um sistema patriarcal capitalista que às submete aos trabalhos mais precarizados e desvalorizados. (Cisne, 2012).

2.1. A UNIVERSALIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

Após extensas lutas da classe trabalhadora o Estado se compromete de maneira a realizar a universalização dos direitos sociais, tais como a proteção social, da qual foi concretizada através da LOAS⁵⁵, SUAS⁵⁶, bem como a PNAS⁵⁷.

A Política Nacional de Assistência Social tem seu foco de atuação nas famílias. “Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos seus indivíduos”. (PNAS, 2004, p.25). Estas famílias, que encontram-se em alta vulnerabilidade socioeconômica, a mulher, muitas vezes, assume o papel de chefe família. Desse modo, essa é a única responsável pela renda familiar, ocasionando a chamada feminização da pobreza, conforme podemos observar nas discussões dos autores Costa et al:

Há, ainda, as preocupações com a situação dos domicílios chefiados por mulheres. Tal preocupação, presente desde o surgimento da discussão sobre feminização da pobreza, se justifica pelo fato de esses domicílios, em sua maioria, serem compostos por uma mulher sem companheiro, ou seja, há uma única provedora de renda, e ela ainda percebe rendimentos geralmente inferiores aos dos homens, seja devido à discriminação ou à segmentação no mercado de trabalho. Por enfrentarem uma série de dificuldades peculiares ao fato de serem chefiados por uma mulher, esses domicílios são também insertos nesse debate e têm merecido considerável espaço nas discussões nacionais e internacionais sobre a pobreza e a questão de gênero. (2005, p. 7-8)

Por meio dessa discussão, além do fator da mulher, muitas vezes ser a única provedora de renda da família, existe ainda a discriminação do mercado de trabalho. Assim, gera-se a reflexão da necessidade de desomogeneizar a classe trabalhadora, para então perceber que ela possui dois sexos, conforme aponta Souza-Lobo (1991).

Para além do mencionado, observou-se que a Política de Assistência Social, atualmente não está desenvolvendo ações de inclusão produtiva, isso é, geração de ocupação e de trabalho e renda. Este fazer é de suma relevância para a transformação da realidade socioeconômica da qual as mulheres estão inseridas, que é ainda de maior recaimento das inúmeras refrações da questão social.

Estas ações de geração de trabalho e renda estão previstas na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A mesma, de modo a pensar em propiciar a autonomia dos assistidos, possui no Art. 2º, como um de seus objetivos: “c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;”.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Por meio das vivências oriundos dos estágios em Serviço Social, proporcionou-se a aproximação de um residencial pertencente ao Programa Minha Casa Minha Vida. Por meio dessa inserção, foi possível refletir sobre a realidade vivenciada pelas famílias que lá habitam. Através das instrumentalidades do Serviço Social as visitas domiciliares e de intervenções em grupos, é possível inserir-se na realidade dos sujeitos e assim apreender alguns particularidades. Para maior entendimento do quão importante é a visita domiciliar, a autora Sarita Aramago menciona que a mesma.

⁵⁵ Lei Orgânica da Assistência Social.

⁵⁶ Sistema Único de Assistência Social.

⁵⁷ Política Nacional de Assistência Social.

[...] é uma técnica social, de natureza qualitativa, por meio da qual o profissional se debruça sobre a realidade social com a intenção de conhecê-la, descrevê-la, compreendê-la ou explicá-la. O seu diferencial em relação a outras técnicas é que tem por lócus o meio social, especialmente o lugar mais privativo e que diz respeito ao território social do sujeito: a sua casa ou local de domicílio. (2014, p.19).

Para além das visitas domiciliares, durante o estágio, ocorreu a participação em um grupo, composto somente por mulheres. Este grupo iniciou no primeiro semestre de 2018, em uma escola local e teve sua continuidade no segundo semestre de 2018, do qual participei. A decisão de dar continuidade ao mesmo ocorreu através da dificuldade desse grupo de mulheres terem acesso ao Centro de Referência de Assistência Social, devido seu distanciamento da comunidade do residencial.

O grupo possui encontros quinzenais, com o objetivo de levar a este residencial os serviços de prevenção que devem ser ofertados por um Centro de Referência de Assistência Social - CRAS. Sendo assim, realizou-se rodas de conversas com a presença dos profissionais das mais variadas áreas, como por exemplo, enfermeiras, psicólogas, nutricionistas, assistentes sociais, redutores de danos. Por meio destas, oportunizou-se a informação sobre inúmeros assuntos e direitos que estas mulheres, devido tamanhas vulnerabilidades, muitas vezes, não possuem acesso.

Para, além disso, por meio da observação do grupo, é importante destacar o relato de uma das mulheres que participou das atividades do mesmo desde seu início. Esta verbalizou sobre o quanto o grupo impactou de modo positivo na sua vida, fazendo com que ela saiba como enfrentar as dificuldades, sabendo se posicionar nas situações mais adversas em suas relações pessoais em geral. Tal relato pode ser inferido ao processo de empoderamento feminino que este grupo está possibilitando para estas mulheres que vivenciam diariamente as inúmeras faces da questão social.

Ainda mais, por meio das visitas domiciliares e a participação neste grupo de mulheres, propiciou-se a análise, reflexão de qual é o contexto das mulheres que residem neste loteamento. Logo, estas mulheres estão inseridas em um espaço onde são chefes de família, com acesso somente a renda beneficiada pelo Programa Bolsa Família.

Por conseguinte, em sua maioria, não possuem mais o companheiro na composição familiar e estes não contribuem com pensão alimentícia. Portanto, elas são as únicas provedoras de renda e cuidados para com os filhos. Esse fator reforça o estereótipo de gênero de que a mulher é responsável pelo cuidado dos filhos. Fato abordado pela autora Cavenaghi, que aborda sobre a centralidade do Programa Bolsa Família ser na mulher “Por outro lado, este mecanismo pode causar conflitos familiares intensos e agravar ainda mais o cenário de doméstica contra a mulher, assim como perpetuar os papéis femininos na responsabilidade da reprodução familiar”. (2007, p, 49).

Inclui-se que quando possuem os companheiros presentes, grande parte, é dependente de álcool ou outras drogas, representando assim as expressões da questão social. Essa realidade pode ser inferida ao fator de que o sistema capitalista gera inúmeras desigualdades socioeconômicas. Essas tornam os sujeitos vulneráveis a estas dependências, pois estas seriam uma forma de fugir da realidade da qual estão inseridos.

Ressalta-se ainda, que estas mulheres não possuem acesso à cultura, lazer e até mesmo vagas de trabalho existentes para além do residencial. Isto pelo motivo de que há a dificuldade de locomoção, uma vez que, não conseguem adquirir passagens de ônibus, devido à baixa renda que acessam. Soma-se também a necessidade de cuidar dos filhos menores, que ainda não podem frequentar a escola, já que a região não conta com creches e no município existe grande dificuldade de vagas e serviços de transportes para esta faixa etária.

Mediante estes relatos do contexto das mulheres que acessam as Políticas Públicas, Programa Bolsa Família e Programa Minha Casa Minha vida, destaca-se a importância de que o Estado designe verbas para criação de instituições que tenham profissionais que atuem de modo a apoiar essas mulheres. Além de gerar a ampliação de programas que gerem o acesso à educação e profissionalização das mulheres.

Por meio disto, pode-se inferir que para além de políticas públicas que transfiram renda, faz-se necessário o acompanhamento dessas mulheres chefes de famílias, levando a elas o direito ao acesso ao trabalho, educação, lazer, etc. Sendo a Proteção Básica de suma importância para realizar intervenções, como por exemplo, a criação de oficinas de geração de trabalho e renda, assim como rodas de conversas informativas, que abordem as possibilidades de profissionalização já existentes no município.

Diante disso, é preciso que o cenário aqui exposto, seja apropriado por assistentes sociais e demais profissionais que atuam no âmbito da política de assistência social. Desta maneira, será possível a reflexão e então luta para que as ações aqui propostas e outras sejam criadas, para que por fim venham a ser apreendidas pelo Estado como de caráter urgente. Assim, essas mulheres alcançarão verdadeiramente sua emancipação deste sistema patriarcal capitalista.

REFERÊNCIAS

- [1] Amaro, S. Visita Domiciliar: teoria e prática. 1ª ed. Campinas, SP: Papel Social, 2014.
- [2] Antunes, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: Silva, M. O. S.; Yazbek, M. C. (org.). Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo. 3 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.
- [3] Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Política Nacional de Assistência Social, 2004.
- [4] Presidência da República. Lei Orgânica da Assistência Social, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.
- [5] Cavenaghi, S. Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e a Redução das Desigualdades Sociais. In: Cavenagui, S. (org.) Gênero e raça no ciclo orçamentário e controle social: Indicadores de Gênero e Raça no P.P.A. 2008-2011. Centro Feminista de Estudos e Assessoria-CFEMEA, 2007.
- [6] Cisne, M. Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- [7] Costa, J. S. M.; Pinheiro, L.; Medeiros, M.; Queiroz, C. A Face Feminina da Pobreza: Sobre Representação e Feminização da Pobreza no Brasil. Brasília: Ipea, 2005.
- [8] Iamamoto, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: Ana Elisabete Mota; Maria Inês Souza Bravo; Roberta Uchôa; Vera Maria R. Nogueira; Regina Marsiglia; Luciano Gomes; Marlene Teixeira. (Org.). Serviço Social e Saúde. 1ª ed. São Paulo/Brasília: Cortez/ Ministério da Saúde, 2006.
- [9] Iamamoto, M.V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.
- [10] Lessa, S. Mundo dos Homens: trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.
- [11] Marx, K. O capital. V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- [12] Marx, K. O Capital: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- [13] Montanô, C. Pobreza, questão social e seu enfrentamento. Serviço Social e Sociedade, 2012, n.110, p.270-287.
- [14] Nascimento, S. D. Precarização do Trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. Temporalis (Brasília), v. 14, p. 39-56, 2014.
- [15] Nogueira, C. M.. O trabalho feminino e as desigualdades no mundo produtivo do Brasil.. In: Maria Ozanira da Silva e Silva; Maria Carmelita Yazbek. (Org.). Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo. 03 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012, v., p. 52-72.
- [16] Santos, Graciete et al. Gênero e Economia Solidária: as mulheres rumo à IV plenária da economia solidária. In: Rumo à IV Plenária Nacional de Economia Solidária. Caderno de aprofundamento aos debates. FBES, 2007.
- [17] Souza-Lobo, E. A classe operária tem dois sexos. São Paulo: Brasiliense, 1991.

Capítulo 26

Divisão sexual do trabalho e vulnerabilidade social de mulheres no campo: Reflexões sob uma perspectiva de gênero

Juliana Firmino Fonzar

Ana Carolina Pedroso de Almeida

Resumo: O rural é um complexo espaço de reprodução das relações sociais permeado de embates, peculiaridades e correlações de forças que exprimem as desigualdades da sociedade capitalista. Nesse contexto encontram-se as relações de gênero. A partir de revisão bibliográfica e considerando tais relações, este trabalho traça uma breve análise sobre a divisão sexual do trabalho no campo e interfaces com a vulnerabilidade social de mulheres rurais. Discute ainda sobre a contribuição do assistente social no enfrentamento desta realidade.

Palavras-chave: Gênero, divisão sexual do trabalho, vulnerabilidade social.

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços, o campo ainda é marcado por relações hierarquizadas entre homens e mulheres e forte predomínio do patriarcado, que resultam na desigualdade de gênero ancorada, entre outros aspectos, na divisão sexual do trabalho. Nesse contexto, as mulheres desempenham múltiplas funções na área produtiva acumulando-as com as atividades domésticas e familiares. No entanto, seu trabalho é muitas vezes invisibilizado ou inferiorizado de modo que mesmo quando sua mão-de-obra é decisiva para a manutenção econômica do empreendimento familiar, as mulheres são vistas como “ajudantes” nas atividades da propriedade e o desempenho dos afazeres domésticos e familiares não é reconhecido enquanto trabalho.

Este excerto compõe um processo de pesquisas e reflexões que as autoras vem desenvolvendo com vistas a construir embasamento teórico e crítico para a implementação de abordagens grupais com enfoque de gênero e políticas públicas nos municípios de Cruzeiro do Oeste - PR e Rio Branco do Sul - PR. Seu objetivo central é refletir sobre a vulnerabilidade social de mulheres rurais enquanto uma das expressões da divisão sexual do trabalho no campo e a atuação do Serviço Social neste contexto.

2. DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E A ATUAÇÃO FEMININA NO CAMPO

Segundo Hirata e Kergoat (2008), em linhas gerais, a divisão sexual do trabalho decorre das relações sociais entre os sexos. É construída histórica e socialmente e, caracterizada pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva. Tal conceito é permeado pelos princípios da separação e da hierarquia, assim, haveria o predomínio da distinção entre trabalhos de homens e de mulheres e a atribuição de “maior valor” ao trabalho masculino em detrimento do feminino.

Assim, muito além da “divisão de tarefas no cotidiano” a divisão sexual do trabalho exprime as relações na sociedade capitalista e evidencia o processo histórico e cultural das correlações de poder e dominação de um sexo sobre o outro, dinâmica esta que extrapola as características biológicas: é construída no tempo e no espaço, por isso envolve a discussão de gênero.

Para Menasche e Escher (1996) apud Oliveira (2015), as atividades produtivas mais destinadas ao consumo familiar são normalmente desenvolvidas por mulheres enquanto as atividades de caráter comercial são desempenhadas pelos homens. É comum que as mulheres sejam as responsáveis pela produção de olerícolas, gêneros alimentícios através do beneficiamento de matérias-primas da propriedade, criação de animais de pequeno porte, manejo das leitarias, artesanatos e conciliam estas atividades com a manutenção das residências e alimentação, cuidados com as crianças e eventualmente familiares enfermos. Enquanto isso, o trabalho nas lavouras, considerado “mais pesado” fica por conta dos homens assim como a gestão financeira e o poder de decisão.

Villwock, Germani e Roncato (2016) corroboram que apesar da grande participação feminina na produção agrícola, muitas vezes seu trabalho não é reconhecido como tal, sendo considerado como afazeres domésticos. Também é comum que este seja visto como “ajuda” o que colabora para um processo de invisibilização e desvalorização social e econômica que influencia negativamente em sua autoestima, depreciando sua situação econômica devido à parca ou nula remuneração. Também transparece a relação de subordinação frente ao cônjuge, pai ou irmão.

3. A VULNERABILIDADE SOCIAL DAS MULHERES DO CAMPO E A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL

Frente ao quadro rural do Brasil, historicamente demarcado por desigualdades econômicas e sociais, provindos da iminência da falta de políticas agrárias, se inserem os profissionais de Serviço Social. Atuando sobre diversos espectros, dentre eles a questão de gênero, estes profissionais empenham-se em desvelar as diversas realidades vivenciadas pelas mulheres que subsistem no campo, a fim de romper ciclos de vulnerabilidades com ações de enfrentamento. Para tanto, Iamamoto (2000) discorre que o trabalho do profissional incide além do impacto material, mas abrange outros campos, intervindo diretamente da vida destes indivíduos, trazendo transformação de cultura e comportamentos.

Portanto, entendemos que no fenômeno da vulnerabilidade social vivenciada pelos sujeitos diversos, há uma multiplicidade de fatores envolvidos que vão além do problema econômico. Trata-se conjuntamente da perpetuação cultural, de lógica estrutural, alimentado pela fragilidade destes sujeitos no tocante ao

acesso a serviços e recursos, com os quais implica na sua qualidade de vida, sobretudo na vida das mulheres.

Luza (2013) adverte que para promover uma mudança real é imprescindível apreender que “o desenvolvimento do campo envolve uma complexidade maior, que abrange o social, o político, o cultural, os processos de construção de identidades e modos de vida, etc”. Neste contexto, expor e intervir sobre as forças que regem o processo de desigualdade de gênero experienciado no meio rural se torna um grande desafio, na medida em que busca romper com padrões e oferecer uma nova visão de mundo para este segmento da sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante e necessário refletir acerca dos desafios do trabalho com famílias que vivem no campo, em especial o público feminino. A partir disto, naturalmente, somos instigados em pensar estratégias de enfrentamento da questão de gênero, projetando a superação das desigualdades impostas neste meio, bem como a valorização e acesso igualitário aos direitos econômicos e sociais.

Entendemos que é evidente a necessidade de aprofundar a discussão sobre este tema e para isto, torna-se essencial elucidar a gênese do fenômeno exposto - relações de gênero e vulnerabilidade das mulheres rurais – considerando a questão da divisão agrária, onde historicamente a concentração de propriedade vem maleficiando as famílias com desigualdades sociais, falta de acesso a serviços, educação, saúde, e ademais direitos, contribuindo consideravelmente para a perpetuação da cultura da divisão sexual de trabalho.

Ainda que os movimentos de mulheres do campo e políticas públicas compensatórias venham contribuindo no processo de enfrentamento (mesmo que muito lento e gradual) dessa realidade, há outros recursos a serem fortalecidos como por exemplo a participação destas mulheres em cargos de liderança, espaços democráticos e instituições representativas como associações e sindicatos.

Nesta perspectiva de avanços e desafios, concebemos que a discussão sobre gênero na esfera rural deve ganhar maior visibilidade, a fim de fortalecer o trabalho com estas famílias, sobretudo mulheres, resultando na superação destas condições díspares. É certo que para tanto, requeremos primeiramente compreender as origens e o percurso histórico social que nos trouxe até aqui.

REFERÊNCIAS

- [1] Carmo, Michelly E.; Guizardi, Francini. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad. Saúde Pública [online]. 2018, vol.34, n.3. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000303001&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 01 de março de 2019.
- [2] Hirata, Helena; Kergoat, Danièle. Divisão Sexual do trabalho profissional: Brasil, França, Japão. In: Costa, et.al (org.). Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 420p.
- [3] Iamamoto, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2000.
- [4] Luza, Mariliz G. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e Serviço Social: o campo como desafio. Cadernos Ceru, série 2 v.24, n. 1, junho de 2013.
- [5] Oliveira, Alex S.D. Gênero e Divisão Sexual do Trabalho na Produção Leiteira: estudo nos Assentamentos Nova União I, Unidos Venceremos, Conquista da Fronteira, Santa Elmira, Estância Velha e Tapete Verde. Santa Maria, 2015.
- [6] Villwock, Ana P S; Germani, Alessandra R M; Roncato, Patrícia E Gênero no Mundo Rural e na Extensão Rural Brasileira. Revista Alamedas. v.4, n. 1, 2016.
- [7]

Capítulo 27

Homens Matam Mulheres: (Re)pensando o feminicídio através da(s) crítica(s) feminista(s) ao Direito

*Naiara Sandi de Almeida Alcantara
Gabriela Catarina Canal*

Resumo: Este artigo é parte de uma pesquisa de monografia que aborda a estreita relação entre violência doméstica e feminicídios cometidos no âmbito das relações íntimas de afeto entre homens e mulheres. Fundamentada pela perspectiva de teóricas feministas do Direito, tem como escopo analisar a inserção da categoria sociológica do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) como qualificadora do delito de homicídio, considerando-a a partir de sua carga simbólica e política e concebendo-a como passo inaugural para o reconhecimento da extensão da problemática, conferindo-lhe ainda o status de referência para a criação de políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero, bem como para uma gradual e paradigmática modificação no processamento e julgamento destes crimes. Este artigo se utilizou da metodologia de análise dos dados de ocorrências de feminicídio em relacionamentos cisheteronormativo, para investigar a hipótese de mulheres morrem em razão de seu gênero. Neste sentido, partindo do viés eminentemente político da judicialização da nova qualificadora, ressalta-se como a Lei do Feminicídio reascendeu o debate a respeito da inserção das pautas feministas na agenda do Poder Público, que tomou grandes proporções a partir da Lei Maria da Penha, para demonstrar a inexistência de incompatibilidade entre as demandas feministas em relação à previsão normativa do feminicídio.

Palavras-chave: Gênero; Violência; Judicialização; Feminicídio.

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.104/2015, a chamada Lei do Feminicídio, alterou o art. 121 do Código Penal (CP), com a adição do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, prevendo situações em que a pena é aumentada de um terço até a metade e incluiu o delito no rol de crimes hediondos (Lei nº 8.072/90). Na letra da lei, feminicídio é a morte de mulheres por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, cujas margens penais são de 12 a 30 anos de reclusão, nos termos do art. 121, §2º VI e §2-A, incisos I e II do Código Penal (BRASIL, 1940).

O feminicídio configura-se como a morte de mulheres em contextos discriminatórios, que remontam a arcaica concepção da hegemonia do sexo masculino. Neste sentido, para que se torne possível elaborar e pôr em prática mecanismos de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, notadamente, ao feminicídio, tem-se a necessidade de definir e nomear o fenômeno, para que se (re)conheça as dimensões da problemática.

Partindo de estatísticas que denunciam a existência de uma intrínseca relação entre o gênero de quem mata e de quem morre, ou seja, o fato de que homens matam mulheres, a análise recai sobre a violência de gênero nas relações íntimas de afeto, especialmente entre casais heterossexuais, compostos por homem e mulher cisgênero. Com isso, não se pretende negar a ocorrência de violências de gênero em relacionamentos lesboafetivos (entre mulheres homossexuais) ou compostos por pessoa transexual, mas apenas delimitar o objeto de pesquisa, como forma de adequação à metodologia empregada, que parte da análise dos dados de ocorrências de feminicídio em relacionamentos cisheteronormativo.

A análise parte de uma perspectiva aliada à(s) crítica(s) feministas ao Direito, discutindo a judicialização do feminicídio no Brasil a partir das críticas que lhe foram endereçadas, relacionadas com a não observância de um Direito Penal Mínimo e com o apelo ao Direito Penal Simbólico. Ao final, aponta-se, além da comprovação de que as mulheres morrem mais “nas mãos” de seus parceiros íntimos e dentro de seus lares, o posicionamento da concepção do feminicídio enquanto pauta plausível de apreciação pelo Poder Público, a partir de uma perspectiva de gênero, com o fim de promover campanhas de prevenção e enfrentamento, bem como de mudança no paradigma para o processamento e julgamento destes crimes de ódio. Para tanto, tem-se que reconhecer os efeitos simbólicos da lei e, ir além, ressaltando seu viés político, que permite demonstrar o quão essencial é a nomeação de crimes motivados pelo gênero, a partir da(s) crítica(s) feminista(s) ao Direito que o aponta como ciência eminentemente masculina e androcêntrica.

Preliminarmente, necessário pontuar que “femicídio” ou “feminicídio” são expressões utilizadas para denominar as mortes violentas de mulheres em razão de gênero, ou seja, motivadas por sua “condição” de mulher. No entanto, não existem consensos em torno desses conceitos, nem no meio acadêmico, político ou legal. O termo *femicídio* (do inglês, *femicide*) foi utilizado pela primeira vez em 1976, pela Socióloga e feminista anglo-saxã Diana Russel, em um depoimento perante o Tribunal Internacional de Crimes contra Mulheres, em Bruxelas, como uma alternativa, contraponto à neutralidade do termo *homicídio* (RADFORD; RUSSEL, 1992, p. 14), com o objetivo de dar visibilidade à discriminação, opressão e violência à mulher por parte dos homens que, em sua forma mais extrema, resulta na morte, ressaltando se tratarem de crimes de ódio através da expressão “assassinato misógino de mulheres por homens”.

A expressão *femicídio* voltou a ser utilizada nos anos 2000 para denunciar as mortes ocorridas em Ciudad Juarez, no México. Pasinato (2011, p. 225) explica que, nas décadas de 70 e 80, houve uma política de assentamento de grandes indústrias - “as maquilas” - que se utilizavam da mão de obra feminina - “barata e dócil” -, o que provocou rearranjos nos tradicionais papéis de gênero, pois houve um aumento do número de homens desempregados e crescente engajamento de mulheres (jovens e migrantes), que deixavam de cumprir seus papéis de esposas, mães e donas de casa para ingressar no mercado de trabalho, conquistando, assim, autonomia financeira. Neste contexto, em 2004, a antropóloga e feminista mexicana Lagarde, com o propósito de realçar a dimensão política destas mortes, bem como a impunidade e responsabilidade do Estado sobre as mesmas, elaborou o conceito de feminicídio (LAGARDE, 2004). A categoria “femicídio”, por sua vez, foi utilizada no Brasil pela primeira vez por Saffioti e Almeida (1995 apud PASINATO, 2011, p. 240), em uma análise sobre morte de mulheres nas relações conjugais.

Fato é que, independentemente da nomenclatura adotada, os conceitos de *femicídio*/*feminicídio* precisam ser delimitados ao migrarem para o Direito Penal. Logo, é necessário excluir todos os aspectos das definições que não possam ser amoldadas em um tipo penal. Deve-se levar em consideração o bem jurídico e a tutela penal. Assim, ainda que graves, as formas de violência contra a mulher em que o agente ativo não tem intenção de matar, como na violência sexual, não serão consideradas feminicídio. Para ser útil ao Direito Penal, o conceito deve empreender apenas as mortes intencionais (com elemento subjetivo dolo) motivadas por razões de gênero, dentro ou fora do contexto doméstico e familiar (MELLO, 2017, p. 30-31). No Brasil, os/as legisladores/as adotaram o termo feminicídio, concedendo nomen iures à morte de mulheres por razões de gênero, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

2. HOMENS MATAM MULHERES: FEMINICÍDIO EM DADOS

A grande maioria dos feminicídios, tentados e consumados, são perpetrados por (ex)companheiros no âmbito doméstico, mesmo quando as mulheres denunciam as ocorrências, o que denota a grande falha da rede de atendimento à violência doméstica e familiar em evitar as chamadas “mortes anunciadas”. O feminicídio, nestes casos,

geralmente ocorre após o ciclo vicioso próprio de relacionamentos abusivos, que incluem agressões variadas, rompimentos, perdões, novas agressões, chantagens, e assim sucessivamente (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

Não há uma regra que permite identificar, clara e de inequivocamente, se o delito foi ou não motivado pelo desprezo à condição feminina. O que se têm são parâmetros, os quais só são percebidos e compreendidos quando se analisa os crimes sob uma perspectiva de gênero. Contudo, de forma geral, é possível observar um padrão em que o corpo da mulher apresenta marcas de violência sexual ou lesões em partes do corpo que remetam à feminilidade, como o rosto, os seios e os genitais, os quais indicam o uso de extrema violência e tortura (QUINTANA, 2014).

Infere-se, neste sentido, que o feminicídio tem origem na infração das normas de superioridade masculina que determinam a posse e o controle sobre o corpo feminino. Tratam-se de crimes de poder, que visam a manutenção e reprodução deste (SEGATO, 2006, p. 4). A tipificação da qualificadora, por conseguinte, consiste justamente em uma estratégia para demonstrar as especificidades dos assassinatos contra mulheres, isto é, para retirá-los do âmbito genérico de “homicídios”, e destacá-los como crimes oriundos do patriarcado. Levando em conta os apontamentos iniciais feitos acima, passa-se agora a discorrer sobre as estatísticas que tendem a confirmar a tese ora defendida, de que mulheres morrem mais “nas mãos” de seus parceiros e ex-parceiros íntimos, ou seja, por quem mais se espera, convencionalmente, amor, companheirismo e respeito e também, dentro de suas próprias casas, tornando possível concluir que o “lar” é o local mais perigoso para as mulheres.

Em 2013, foram registrados 4.762 homicídios de mulheres, e 50,3% foram cometidos por pessoas que tinham ou tiveram relações íntimas de afeto com a mulher - de acordo com o que estabeleceu a Lei Maria da Penha -, sendo que em 33,2% destes casos, o autor do crime foi o parceiro ou ex-parceiro, o que representa 1.583 mortes, isto é, quatro mulheres mortas por dia. Os índices quanto ao meio empregado nos homicídios deixam claro o requinte de crueldade próprio dos crimes motivados por razões de gênero: 73,2% dos homicídios masculinos foram realizados mediante o uso de arma de fogo, ao passo que 51,2% dos homicídios de mulheres ocorreram por meio de estrangulamento, sufocação, ou com instrumentos cortantes, contundentes ou penetrantes (WAISELFISZ, 2015).

Em 2013, o Brasil passou a ocupar a 5ª posição na lista de países com maiores taxas de homicídios de mulheres, ficando atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Em 3 anos, houve um aumento de 9% no número de assassinatos registrados. Se todos os assassinatos viessem a conhecimento das autoridades, sendo possível catalogar com precisão o número de mortes, certamente o país ocuparia uma posição ainda pior (WAISELFISZ, 2015).

Enquanto o homem sofre com a violência urbana, no espaço público, muitas vezes praticada por outro homem, a mulher sofre mais com a violência no ambiente privado e os agressores são ou foram, namorados, maridos ou companheiros. O fato de grande parte das mortes terem ocorrido no domicílio da mulher reforça a ideia de que se trata de feminicídios praticados por parceiros íntimo, familiares ou conhecidos da vítima (MELLO, 2017, p. 127).

Em análise comparativa dos dados IBGE entre os anos de 2003 e 2013, verificou-se que enquanto o número de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8% o número de homicídios de mulheres negras aumentou em 54,2%. A partir do momento que a Lei Maria da Penha entrou em vigor, 2,1% das mulheres brancas deixaram de ser vitimadas pela violência doméstica, enquanto o número de mulheres negras aumentou em 35%. Deste modo, verifica-se que são duas as variáveis que se interseccionam: sexo e raça, ou seja, morrem porque são mulheres, mas também, porque são negras (WAISELFISZ, 2015).

Considerando dados oficiais fornecidos pelos entes federativos brasileiros, a pesquisa oriunda do Monitor da Violência aponta para a ocorrência de 4.473 homicídios dolosos no ano de 2017, sendo que destes, 946 foram feminicídios. Em 2016, ocorreram 812 feminicídios de um total de 4.201 homicídios dolosos. Isso significa um aumento de 6,5% dos casos de feminicídios do ano de 2016 para 2017: a cada duas horas, uma mulher é morta por razões de gênero, ou seja, em média, 12 (doze) mulheres são assassinadas todos os dias no Brasil. Além das alarmantes taxas de homicídios dolosos e feminicídios, a pesquisa também chama atenção para o alto índice de subnotificação dos referidos dados, admitida pelos próprios entes federativos. Em 2018, três estados - Ceará, Rondônia e Tocantins - ainda não possuíam dados oficiais compilados sobre feminicídios (G1, 2018).

Outra pesquisa que corrobora a tese aqui defendida é o “Raio X do Feminicídio em São Paulo: é possível evitar a morte”, realizado pelo Núcleo de Gênero do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP), sob coordenação da Promotora Valéria D. S. Fernandes. A base de dados da pesquisa consiste em 364 denúncias oferecidas pelo Ministério Público (MP) sobre morte consumada ou tentativa de mulheres, em razão da condição de mulher em 121 comarcas paulistas entre março de 2016 e março de 2017. Dentre os tópicos da pesquisa que auxiliam na elucidação do posicionamento adotado, estão: onde morrem as mulheres e quais armas são utilizadas; quem são as vítimas e sua relação com os sujeitos ativos, por quais motivos as mulheres são mortas e por fim, quanto a existência de medidas protetivas.

O estudo identificou que em regra, a mulher sofre o ataque fatal em casa (66% dos casos). Os outros 34% dividem-se em ocorrências: na casa de terceiros (3%), na casa do réu (3%), no trajeto da vítima (3%), no trabalho (5%), em estabelecimento público (5%), hotéis e similares (1%), via pública (6%), carro (2%), local ermo (2%) ou não identificado (4%). Então, 2 a cada 3 feminicídios ocorrem na casa da vítima. No tocante a arma do crime, em 58% dos casos, o instrumento utilizado foram “armas brancas” (faca, foice, canivete). Foram utilizados instrumentos domésticos (ferramentas, panelas) em 11% das ocorrências e em 17%, armas de fogo, o que denota a crueldade própria na execução destes crimes (FERNANDES, 2018).

Constatou-se ainda que a há maior incidência de feminicídios entre pessoas que têm, ou tiveram uma relação de união estável (70%), seguindo-se as pessoas que são ou eram casadas (14%) e os namorados ou ex-namorados (12%). Outros 4% correspondem ao percentual referente ao relacionamento extraconjugal, afeto não correspondido e relacionamento com profissional do sexo. Correlacionado a estes dados têm-se os índices quanto aos motivos para a morte das vítimas: majoritariamente, o vínculo afetivo, quando há separação/rompimento (45%), atos de ciúmes/machismo (30%) e discussões banais (17%) (FERNANDES, 2018).

Em 2019, a organização de mídia “Gênero e Número” lançou o Mapa da Violência de Gênero, uma plataforma interativa sobre violência contra mulheres e população LGBT+, a partir de dados do SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação) e do SIM (Sistema de Informações sobre Mortalidade).

O SINAN registrou que entre as 209.580 vítimas de agressões físicas no ano de 2017, 67% foram mulheres. No Distrito Federal, esse número chegou a 75%. O SIM, por sua vez, registrou 58.010 assassinatos no Brasil em 2016, sendo que 92% deste total eram homens. Contudo, a maior parte das mulheres - 30% - foi morta em casa, em comparação com 11% dos homens, ao passo que a maior parte deles - 46% - foi morta em via pública, e apenas 29% das mulheres (GÊNERO E NÚMERO, 2019). Segundo a plataforma, a perspectiva de gênero sobre os dados demonstram que mulheres e homens são afetados pela violência de maneiras distintas, assim como a perspectiva de raça aponta para o fato de que, em 2016, a maioria das mulheres mortas - 64% - eram negras.

Neste mesmo ano, o Paraná foi apontado com a unidade federativa onde, proporcionalmente, mais mulheres foram assassinadas, com as maiores taxas de homicídios de mulheres negras - 297 - e não negras - 448 - a cada 100 mil habitantes do mesmo grupo demográfico. Entre 2014 e 2017, as mulheres representaram 70% dos 48.540 casos de violência física registrados no Paraná através do SINAN. Mulheres brancas representaram 68% dos casos e, mulheres negras, 26% (GÊNERO E NÚMERO, 2019).

Dados do SIM demonstram a ocorrência de 55.040 homicídios no Paraná entre 1996 e 2016 e em 9% dos casos as vítimas eram mulheres. Foram 74% de mulheres brancas assassinadas, e 17% de mulheres negras. Entretanto, ao analisar a taxa de homicídio de mulheres negras, o Paraná lidera o ranking no país: a taxa foi de 296,6 mulheres negras assassinadas a cada 100 mil habitantes em 2016. E, independentemente da raça, mulheres morreram mais dentro de suas casas do que os homens - em 42% dos casos, eles morrem nas vias públicas e, em 33%, elas morrem dentro de casa (GÊNERO E NÚMERO, 2019).

Ainda de acordo com os dados obtidos do SINAN pelo grupo Gênero e Número (2019), verificou-se que os homens são as principais vítimas de agressões cometidas com o uso de arma de fogo, por policiais e agentes da lei - 91% - enquanto as mulheres são as maiores vítimas de agressão por arma de fogo cometidas por pessoas com quem tiveram ou mantem relação amorosa, como companheiros - 92%, ex-companheiros - 96%, namorados - 90% e ex-namorados - 95%. Outros dados que chamam atenção: as mulheres concentram a maior parte das notificações de violência psicológica - 93%, tortura - 71% e violência sexual - 96%, e ainda, constituem mais da metade das vítimas de reincidência de agressão com arma de fogo - 59%.

Deste modo, não há mais local seguro às mulheres e os altos índices de feminicídios e homicídios de mulheres revelam os aspectos mais cruéis da desigualdade de gênero, que impõe um constante sentimento de medo e insegurança, em casa, no trabalho, no transporte público, enfim, em todos os locais, a todo momento. Por isso, tem-se a necessidade de implementação de políticas públicas específicas em relação às medidas que busquem efetividade em segurança pública como um todo, afinal, matar e morrer possuem significados diferentes para homens e mulheres.

Acredita-se, portanto, na existência de um intrínseca relação entre o gênero de quem mata e de quem morre, isto é, homens matam mulheres. A morte de um homem tem um valor diferente que a morte de uma mulher, principalmente quando executada por um homem com quem tem ou teve relacionamento íntimo de afeto. A adoção da qualificadora de feminicídio, em consonância com as teóricas feministas e teóricas feministas do Direito, surge da necessidade de evidenciar o impacto político da desigualdade de gênero que permite uma “matança” desmedida de mulheres, por homens que acreditam ser seus donos.

Percebe-se, deste modo, que muito embora ainda sejam incipientes os dados referentes aos feminicídios no Brasil, bem como a dificuldade na adesão e utilização da qualificadora, os dispositivos da Lei Maria da Penha mostram-se de extrema importância na prevenção destes crimes, justificando-se a opção por tratar as Leis nº 11.340/06 e nº 13.104/15 para além de seus vieses criminalizantes. Denotam, ainda, que o feminicídio bem como outras formas de violência de gênero mantêm-se sob as bases patriarcais e dicotomias de gênero, fazendo com que mulheres continuem sendo subjugadas e submissas a uma ordem de violência estrutural, na qual a menor transgressão da norma masculina de posse e controle, pode custar-lhe a vida.

3. DA(S) TEORIA(S) FEMINISTA(S) AO DIREITO: CRÍTICA E APLICABILIDADE AO FEMINICÍDIO

Desde a década de 70, as diferentes perspectivas feministas vem tecendo diversas críticas ao Direito, a partir de um pensamento crítico sobre as epistemologias jurídicas, cuja produção resultante pode se chamar de “Teoria Feminista do Direito”. Contudo, vale destacar que assim como fala-se em feminismos, e não feminismo, a crítica feminista ao direito também é diversa e variada (CAMPOS, 2011, p. 1).

Segundo Campos (2011), uma das principais críticas feministas às ciências é a dicotomia “razão e sensibilidade”, que representa a oposição entre masculino e feminino, o que se dá por conta do padrão de pensamento moderno, construído a partir de dualismos, como ativo/passivo, razão/emoção, racional/irracional, dentre outros. Esses pares dualistas são hierarquizados sexualmente, ou seja, o masculino é sempre considerado superior (ativo, racional). Deste modo, se o Direito é visto como universal, abstrato, objetivo e racional, então, é identificado com o polo masculino.

Também desde a década de 70, o feminismo conhece e utiliza o conceito de gênero para fazer alusão à construção cultural do feminino e do masculino através de processos de socialização, permitindo às mulheres demonstrar que a opressão tinha como raiz a causa social, e não biológica ou natural. Na década de 90, Scott revolucionou o conceito, descrevendo-o como elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas distinções que diferenciam os sexos, e também como forma primária de relações significantes de poder (MENDES, 2014, p. 86).

A introdução do gênero como categoria de análise feminista demonstra que a suposta neutralidade científica é uma falácia, pois as ciências, de uma forma geral, são fortemente demarcadas pelo gênero. Assim, se o pensamento científico é produzido em larga escala por homens, é evidente que o contexto social e político é fortemente marcado pela discriminação em relação às mulheres. Quanto ao Direito, não é diferente. É através do simbolismo de gênero que a doutrina jurídica opera, com metáforas dualistas entre feminino e masculino (CAMPOS, 2011).

O Direito, tanto como expressão cultural e social quanto como ciência, é produtor e reproduzidor de ideais hegemonicamente masculinos, sendo, portanto vivido, criado e direcionado pelo e para o homem universal, ou seja, o homem cisgênero, heterossexual, branco e burguês. O contexto social e político, marcado pelo pensamento masculino produz discriminações contra mulheres, bastante visíveis na esfera do Direito Penal, que vão desde a depreciação da imagem das mulheres e a dificuldade de acesso à justiça até a constatação da predominância de homens como professores ou doutrinadores nas disciplinas penais e criminológicas. Deste modo, a premissa de que o Direito e o Direito Penal são neutros, ao menos entre as estudiosas feministas, já é um paradigma superado.

Para Mendes (2014, p. 97 e p. 108), o feminismo é, em si, uma arena de debates, ou seja, não existe uma “teoria crítica geral” (ou única) do pensamento feminista. Ressalta a autora, no entanto, que o sistema sexo-gênero é a constituição simbólica e a interpretação sociohistórica das diferenças entre os sexos que historicamente colabora para a opressão e exploração das mulheres e por esta razão, uma das tarefas da teoria crítica feminista é desvelar esse fato, e desenvolver uma teoria emancipatória e reflexiva que possa ajudar as mulheres em suas lutas contra a opressão e a exploração (MENDES, 2014, p. 109).

Campos (2011) concebe a derrubada do essencialismo como a principal contribuição das teorias feministas para o Direito, cuja tendência teórica surgiu no contexto do multiculturalismo que emergiu no final da década de 90, em meio ao estágio/onda feminista da diversidade. A corrente antiessencialista foi responsável pela exposição da diversidade existente entre as mulheres, por fatores como raça, classe, etnia, características físicas e orientações sexuais, momento em que tomou vulto a bandeira dos novos movimentos sociais (grupos raciais, minorias étnicas, movimentos pela diversidade de orientação sexual e identidade de gênero) pelo reconhecimento da diferença, em oposição ao imperialismo cultural que tende a colocar o homem branco de classe média e heterossexual, como padrão da humanidade (BUENO, 2011).

Assim, mulher não é e não pode ser um sujeito universal. Foi também em consequência da derrubada do essencialismo que o feminismo negro ganhou expressividade. Segundo Ribeiro (1995) e Carneiro (2013), as mulheres negras não podiam se visualizar nas discussões traçadas pelas brancas porque as demandas eram muito distintas. Enquanto as brancas pensavam sobre a autonomia sexual de seus corpos as negras não eram escolhidas para os relacionamentos, de modo que suas demandas eram mais urgentes e estavam relacionadas ao acesso a necessidades básicas.

As questões raciais tangenciam toda a sociedade, pois é estrutural, mas no Brasil (e em vários outros países) é tido somente como um problema de uma categoria específica, e somente a ela cabe resolver todas as questões que martirizam sua existência. Então, na medida em que o problema que envolve a todos se restringe a preocupação somente do grupo que sofre, nenhuma medida de resolução parte dos grupos dominantes. Dessa forma, o movimento feminista beneficiava somente as demandas brancas, enquanto as negras permaneciam sendo categorizadas como subgrupo e sub-raça (RIBEIRO, 1995).

No tocante as teorias feministas do direito, é notória e emblemática a classificação elaborada por Carol Smart (2000), que identificou três fases (coincidentes com as três “ondas” ou estágios dos feminismos) das críticas feministas ao direito, representada por três formulações: o direito é sexista, é masculino e é gendrado. Assim, Smart (2000) demarca que o direito é sexista, pois historicamente, tem posicionado as mulheres em desvantagem em relação aos homens, ao lhes assegurar menor quantidade de recursos materiais e por julgá-las por meio de parâmetros inadequados, negando-lhes a igualdade ao acesso de oportunidades. Assim, o conceito de sexismo implica na análise da diferença sexual, tida como parte de uma estrutura binária de linguagem e significado. Ou seja, para se erradicar a discriminação, seria necessário acabar com as diferenças por meio de uma cultura sem gênero, pois a adoção de uma terminologia neutra encobre problemas de gênero ainda mais profundos.

A segunda formulação de Smart (2000) é de que o direito é masculino. Esta problemática deve-se ao fato de que, ao contrário do que se imagina, o direito não opera por meio de critérios objetivos, haja vista que esses critérios são masculinos. Por fim, para Smart (2000), o direito é sexuado. Isto porque, insistindo em uma versão específica da

diferenciação do mesmo, o direito constitui-se como uma estratégia que cria, produz o próprio gênero, bem como é construído e moldado por ele, o que foi denominado pelo feminismo pós-moderno como “tecnologia do gênero”.

Deste modo, no contexto brasileiro, é possível identificar certa influência das teorias feministas sobre o direito. Como dito anteriormente, o amadurecimento de tais teorias, articuladas de forma não homogênea desde a década de 70, foi responsável pela desconstrução do essencialismo, isto é, pelo reconhecimento das mulheres enquanto sujeitas plurais. É possível ir além, pensando no sentido de que tais contribuições, permitiram a própria inclusão da sujeita mulher no campo jurídico.

Referida influência, destacada por Campos (2011) está na produção de instabilidades de categorias que permitiram deslocamentos discursivos, evidentes na Lei Maria da Penha, como por exemplo, a substituição do termo “vítima” por “mulher em situação de violência doméstica”, além da disposição de que a mulher lésbica também pode ser agressora, ampliando, desta forma, o conceito de família e rompendo com a identidade fixa de “vítima”.

A partir das críticas oriundas do feminismo pós moderno, mais do que a compreensão da pluralidade como forma de atender às diversas experiências do “ser mulher”, foi possível compreender as causas de subordinação e opressão das mulheres, as consequências dessas práticas para a vida social das mesmas, as alternativas de solução da problemática, bem como os constantes desafios das mulheres em meio a uma sociedade “masculinizada”. Isso tudo tem reflexo quando se pensa na criação e efetivação de políticas públicas para as mulheres, afinal, não há como enfrentar uma prática social sem conhecer suas raízes.

3.1. CRIMINOLOGIA CRÍTICA E CRIMINOLOGIA FEMINISTA: UM DIÁLOGO POSSÍVEL?

Como se sabe, no início, a Criminologia não foi pensada como uma ciência autônoma, logo, seu conteúdo também destoa do que hoje se conhece por criminologia. Claro que existem inúmeras vertentes criminológicas, contudo, é possível estabelecer uma ordem cronológica referenciada através de paradigmas: etiológico, da reação social e de gênero. Em relação aos dois primeiros, Santos (2012) ressalta que se constituíram como dois discursos criminológicos antagônicos, com teorias sociais, objetos e método de estudo diversos, sendo o discurso etiológico a base da Criminologia Tradicional, tida como ciência auxiliar ao Direito Penal e a Criminologia Crítica, marcada por um discurso político a respeito da criminalização, tendo desempenhado papel de ciência crítica do Direito Penal e do Sistema de Justiça Criminal.

A Criminologia Tradicional, portanto, funda-se no discurso etiológico. Através de um método causal-determinista e utilizando uma metodologia experimental (influência do positivismo), essa ciência busca encontrar a resposta para a seguinte questão: por que certas pessoas cometem crimes? A resposta estaria em defeitos individuais, de naturezas: biológica, morfológico-constitucionais, genéticas, hereditárias e instintivas (SANTOS, 2012, p. 9 – 10).

Através das referidas teorias estabeleceu-se uma aparente divisão “científica” entre o (sub)mundo da criminalidade, composta por uma minoria de sujeitos perigosos e anormais, e o mundo da decência e normalidade, representada pelo restante da sociedade, criando assim uma dicotomia maniqueísta entre o bem e o mal. Foi assim que criou-se a visão estereotipada do criminoso associada à clientela da prisão, isto é, aos baixos estratos sociais. Foi no mundo anglo-saxão, em particular na América do Norte que houve um maior desenvolvimento da Sociologia Criminal, que preparou o terreno para uma mudança no paradigma da Criminologia (ANDRADE, 2016, p. 48-50).

Destaca Baratta (1999, p. 39-40) que, a partir dos anos 40 nos Estados Unidos e a partir dos anos 60, na Europa e na América Latina, o fenômeno do desvio (comportamentos criminais) passou a ser estudado à luz do interacionismo simbólico e da etnometodologia, com enfoque na teoria do etiquetamento ou do labeling approach, segundo a qual, a qualidade de criminoso ou desviante não é uma qualidade natural, mas sim uma adjetivação atribuída socialmente através de processos de definição e reação.

Ao contrário da Criminologia Tradicional, orientada pelo paradigma etiológico, a perspectiva do etiquetamento (rotulação, estigmatização) não investiga quem é o criminoso e porque motivo é criminoso, mas sim, quem é rotulado como desviante, porque, em que condições, bem como os efeitos de tal definição. Quando as considerações acerca de processos de definição e de reação social vem acompanhadas da análise sobre desigual distribuição do poder de definição e de reação, podemos dizer que estamos diante de uma Criminologia Crítica, na qual os processos “subjetivos” de definição na sociedade vêm estudados em conexão com a estrutura material “objetiva” da própria sociedade, no sentido de que o sistema de justiça criminal contribui para a produção material e ideológica (legitimação) da desigualdade social (BARATTA, 1999, p. 41).

Entre o labeling approach e a Criminologia Crítica, houve uma maturação do paradigma da reação social, por meio de um expressivo salto qualitativo. Trata-se do avançado estágio de evolução da Criminologia radical norte-americana e da nova criminologia europeia. Uma das maiores contribuições da Criminologia da reação social (labeling approach) quanto da Criminologia Crítica foi a revelação da lógica seletiva como lógica estrutural de operacionalização do sistema penal, difundindo a ideia de que a prisão é para os três pês: o pobre, o preto e a prostituta (ANDRADE, 2016, p. 54-57).

Assim, verifica-se que é através da Criminologia Crítica que se decifra o funcionamento seletivo da justiça criminal, no entanto, a tese da seletividade não confronta, originalmente, a desigualdade de gênero, mas a desigualdade de classes

sociais orquestrada pelo capitalismo. Demarca-se, neste sentido, o paradigma de gênero, cuja produção pode-se denominar de Criminologia Feminista.

Segundo Campos e Carvalho (2011), a Criminologia Feminista é a tendência criminológica preocupada com as relações de gênero, que problematiza e faz compreender a lógica androcêntrica que define os mecanismos de controle social e punitivo, denunciando o modo eminentemente masculino de criação, interpretação e aplicação do direito, que produz uma dupla violência contra as mulheres: invisibiliza ou subvaloriza a violência de gênero, ao passo que, quando as mulheres são sujeitas ativas dos delitos, agrava-se a punição e as formas de execução da pena em razão das condições de gênero.

A introdução da variável do gênero na ótica do etiquetamento permitiu que fossem confirmados e ampliados os resultados a que havia chegado a Criminologia Crítica na análise do processo de seletividade. Assim, a Criminologia Feminista denuncia que o direito penal é um sistema de controle da ordem pública, não sendo a ordem privada seu objeto de controle e que o sistema de controle dirigido exclusivamente às mulheres (em seus papéis de gênero) é justamente o informal, aquele exercido na família, através do domínio patriarcal garantido pela violência física (BARATTA, 1999, p. 45-46).

O gênero do direito penal é simbolicamente masculino, pois é dirigido aos homens, enquanto operadores da esfera pública de produção material. No entanto, o sistema informal de controle das mulheres também é simbolicamente masculino, pois em ambos, o sistema opera através da diferenciação entre qualidades e valores masculinos e femininos, sendo a violência física o elemento comum entre as formas de controle (BARATTA, 1999, p. 46-47). Segundo Baratta (1999, p. 39 e 43), o paradigma da reação social antecedeu o paradigma de gênero. A correta utilização daquele é condição ao adequado uso deste, isto é, uma Criminologia Feminista pode desenvolver-se apenas na perspectiva de uma criminologia crítica. Assim, não devem constituir-se como teorias diversas, mas necessariamente uma única.

No contexto brasileiro, a Lei 11.340/06 inaugurou a tendência de absorção das pautas feministas pelo sistema de justiça, inserindo-as às pautas de políticas públicas brasileiras. Contudo, algumas das inovações no campo penal e processual penal promovidas pela Lei 11.340/06, notadamente os aumentos de penas e agravantes e a proibição de aplicação de institutos despenalizantes como a composição civil, transação penal e a suspensão condicional do processo, promoveu a intensificação das tensões existentes sobre as perspectivas criminológicas feminista e crítica (CAMPOS; CARVALHO, 2011).

Deste modo, a inserção do feminicídio no sistema jurídico brasileiro, ocorrida em março de 2015, consiste na continuidade do processo de criminalização da violência de gênero, uma tendência latino-americana iniciada nos anos 90, a partir do reconhecimento da especificidade e naturalização dos delitos cometidos contra mulheres, isto é, da violência de gênero, antes ignorada pelo Direito Penal (CAMPOS, 2015, p. 105).

Portanto, a partir da lei do feminicídio, o embate entre as perspectivas criminológicas adquiriu ainda mais expressão, levantando questionamentos a respeito da demanda por judicialização das pautas feministas. Assim, criminólogas críticas denunciam a incompatibilidade na relação entre mulheres e Direito Penal, denominando os movimentos por criminalização de determinadas condutas como “desejos punitivistas”.

Concorda-se com Baratta (1999), para quem não se vislumbra uma necessária incompatibilidade entre as perspectivas crítica e feminista da criminologia, haja vista esta ter origem naquela, e suas lições serem complementares. No tocante à criminalização da violência de gênero, representada pelas leis nº 11.340/06 e 13.104/15 – Lei Maria da Penha e Lei do Feminicídio, respectivamente – o diálogo travado foi o de contradição e oposição entre as duas vertentes criminológicas. Assim, criminólogas críticas têm apresentado críticas às leis, que aqui foram agrupadas em referência a duas questões a serem analisadas: o Direito Penal Mínimo e o Direito Penal Simbólico.

3.2 DIREITO PENAL MÍNIMO E DIREITO PENAL SIMBÓLICO: PROBLEMÁTICAS DA JUDICIALIZAÇÃO DO FEMINICÍDIO

Importante iniciar esta análise a partir do principal precedente da qualificadora do feminicídio: a Lei Maria da Penha. Esta, trouxe significativas transformações nos campos jurídico e político, gerando grande repercussão entre a sociedade, a mídia e o Poder judiciário, constituindo-se como o principal marco da judicialização das demandas feministas. Tratou-se de inegável avanço no tratamento da matéria, entretanto, muitos/as autores/as consideraram errônea a substituição do paradigma da mediação e do consenso pela intervenção penal como forma de resolução de conflitos, que segundo Karam (2015), apenas reproduz injustiças, seletividade e estigmatização. Muitos/as críticos/as da lei argumentam que ela contraria a tendência minimalista do Direito Penal, e portanto, não contemplaria o paradigma de gênero pois exclui a mulher do processo de resolução do conflito (AZEVEDO; CELMER, 2007).

Analisando o que entende como uma complexa relação de incompatibilidade das demandas das mulheres com a lógica do sistema penal, Andrade (2016) preleciona que, na década de 60, os movimentos de mulheres acompanhavam a tendência da Criminologia Crítica de minimização do sistema penal através da descriminalização de condutas adúltero e sedução. Entretanto, nas décadas seguintes, com a criação de centros de acolhimento e, no Brasil, da

Delegacia da Mulher (1983), reforçou-se a perspectiva de criminalização no interior do movimento, dando origem ao fenômeno que a autora chama de “publicização-penalização do privado”. Desta forma:

[...] determinados problemas até pouco definidos como provados, como a violência sexual no lar (doméstica) e no trabalho se converteram, mediante campanhas mobilizadas pelas mulheres, em problemas públicos e alguns deles se converteram e estão se convertendo em problemas penais (crimes), mediante forte demanda (neo)criminalizadora (ANDRADE, 2016, p.80)

Na década de 80, o movimento feminista europeu e norte americano (Espanha e Canadá, por exemplo) provocou reformas penais que inseriam novos crimes, sob a justificativa da “função simbólica” do Direito Penal, sustentando-o não como forma de punição, mas como meio declaratório de que tratam-se de condutas socialmente intoleráveis. A finalidade, portanto, é de conscientização pública (ANDRADE, 2016, p.81). Neste sentido, as principais críticas, tanto a LMP quanto à Lei do Feminicídio, organizam-se em dois principais seguimentos: a contrariedade ao Direito Penal Mínimo e a ineficácia do apelo ao Direito Penal Simbólico. Veja-se: a Lei Maria da Penha não tem caráter exclusivamente penal. Também contém medidas administrativas, processuais e princípios gerais. Não cria, portanto, novos tipos penais, mas complementos especializantes, exclui institutos despenalizadores, altera penas, estabelece novas qualificadoras e agravantes e institui a possibilidade de decretação da prisão preventiva (MELLO, 2017).

Em uma análise acerca das dimensões normativo-penal, protetiva e nominativa da referida lei, Machado (2014) demonstra porque a judicialização da violência doméstica foi tão relevante a ponto de justificar a opção pela utilização de uma intervenção de cunho (não integralmente) criminalizante, remontando o contexto que antecedeu a lei.

Em nível normativo-penal, a partir da Lei 10.886/2004, a violência doméstica tornou-se uma qualificadora do delito de lesão corporal (art. 129, §9º, CP), o que representou, em termos político-criminais, uma regressão ao sistema de proteção às mulheres, pois foi absorvida pela proteção de toda a família, haja vista que a qualificadora estende-se a ascendentes, descendentes, irmãos, cônjuges, companheiros ou qualquer pessoa com que o agente tenha convivido. Como a pena máxima não ultrapassava dois anos, pelo art. 61 da Lei 9.099/95, o delito era interpretado como de “menor potencial ofensivo” (MACHADO, 2014, p. 237), ensejando impunidade e continuidade dos ciclos de violência.

No tocante a dimensão protetiva, Machado (2014, p. 238-239) destaca que não havia uma organização de serviços voltados ao atendimento de mulheres em situação de violência. A ausência de referência legal dificultava o reconhecimento da necessidade deste serviço por parte do judiciário.

Por fim, em relação ao nível nominativo, entendia-se violência doméstica, basicamente, como agressões físicas. Outros crimes do CP, como ameaça, injúria ou dano, por exemplo, não recebiam tratamento processual específico tendo a violência de gênero como fundamento, motivação. Portanto, antes da Lei Maria da Penha:

[...] o procedimento sumaríssimo da Lei 9.099/955 rebaixava os casos à categoria de menor potencial ofensivo, em um sistema incapaz de dar uma resposta punitiva aos agressores, de amparar as mulheres com uma rede de intervenção psicossocial efetivas, ou de evitar as recidivas (MACHADO, 2014, p. 239).

Para Andrade (2016), o contexto das reformas penais ocorridas na década de 60 era ambíguo, pois ao mesmo tempo em que se pugnava pela descriminalização de determinados crimes (adultério, sedução, aborto), discutia-se a criminalização de condutas até então atípicas (violência doméstica, assédio sexual), recaindo unicamente na função retribucionista de punir e castigar os homens, demonstrando inconsistência da política criminal feminista. Esta posição também é adotada por Zaffaroni (2000).

Machado (2014), por sua vez, discorda da posição acima alinhavada, afirmando que o movimento feminista assumiu, por vezes, posição inconstante por razões pragmáticas e que a Lei Maria da Penha configura-se como “estatuto político complexo”, que vai além da função meramente retribucionista, pois, no contexto brasileiro, os anseios por judicialização descendem da ordem estabelecida pelo feminismo latino-americano, em meio a intensificação das lutas por direitos e cidadania. Deste modo, a autora sustenta que as críticas endereçadas à lei são problemáticas pois focam exclusivamente na dimensão normativo-penal, excluindo as demais.

Embora reconheça ser verdadeiro o que alegam Andrade (2016) e Zaffaroni (2000), Mendes (2014, p. 176) prefere filiar-se ao pensamento de Smaus, para quem a violência contra a mulher não pode ser um problema a ser debatido fora do âmbito do direito penal, porque isso só serviria para estabilizar ainda mais as relações de poder.

Pensando na dimensão normativa da LMP, Machado (2014) pontua que ao inserir no ordenamento jurídico brasileiro a discussão sobre violência doméstica e familiar contra as mulheres, a partir da categoria de gênero e em relação a direitos humanos, a lei promoveu uma mudança na compreensão do fenômeno, ampliando o conceito de violência para além da física, colocando as mulheres no centro da discussão, de forma oposta ao tratamento dado pelo CP, que

tende a absorver sua proteção pela da família. A dimensão protetiva é conceituada por Machado (2014) como uma junção da rede de intervenção e atendimento, a capacitação de profissionais e agentes, as propostas educativas e claro, as medidas protetivas de urgência previstas no art. 22 da Lei 11.340/06.

Deste modo, enquanto instrumento de judicialização das violências domésticas e familiares contra mulheres, a Lei Maria da Penha demarca a posição política dos movimentos feministas na luta pela cidadania, que já fora negada pela via legal, conferindo especial proteção aos direitos humanos das mulheres. A Lei institui, portanto, um paradoxo: trata-se de um instrumento de controle que, contudo, foi capaz de implementar uma rede articulada de atendimento às mulheres (MACHADO, 2014, p. 252).

Logo após a promulgação da Lei do Feminicídio, diversas críticas lhe foram endereçadas, tais como a instituição de parâmetros desiguais para homens e mulheres, configurando afronta ao princípio constitucional da isonomia; falhas técnicas e dogmáticas, além de impropriedades político criminais, no sentido da pouca ou nenhuma efetividade da medida no combate à violência de gênero e, por fim, com relação à ineficácia e falência do sistema penal para a solução da problemática.

Em relação à última das críticas apontadas, uma das mais contundentes considerações foi realizada Karam (2015). Argumenta a autora que ativistas e movimentos feministas ou de direitos humanos tem sido corresponsáveis pela “desmedida expansão do poder punitivo” que acaba suprimindo direitos humanos por meio de violações aos princípios constitucionais e garantias presentes em declarações internacionais.

Karam entende que, ao se reivindicar o rigor do sistema penal contra aqueles/as que são apontados/as como responsáveis pela violência de gênero, ativistas e movimentos feministas acabam, paradoxalmente, reafirmando a ideologia patriarcal, isto porque o sistema penal promove violência, estigmatização, marginalização, sofrimento, desigualdade e discriminação. Define, por exemplo, a Lei Maria da Penha como um lamentável exemplo da cega adesão dos movimentos feministas ao sistema penal, pois considera que a sua promulgação não promoveu nenhuma mudança quanto à prevenção de morte de mulheres resultantes de agressões, expondo que os índices variaram muito pouco, estendendo a sua crítica à Lei nº 13.104/15, a Lei do Feminicídio.

A autora critica a crença na natureza simbólica das leis penais criminalizadoras, defendida por ativistas e movimentos feministas argumentando que estes, parecem não perceber ou não se importarem com o fato de que as leis simbólicas não têm efeitos reais, pois não abalam as origens, estruturas e mecanismos produtores de qualquer problema social. O apelo ao viés simbólico, para ela, consiste em mais uma tentativa de legitimar o falido sistema penal, que promove a divisão entre “cidadão leal” à lei e “inimigo”, negando a dignidade inerente a todos os indivíduos.

Nesse mesmo sentido, Vera Regina Pereira de Andrade (2016), defende uma inversão desta polarização: se o sistema penal é ineficaz para proteger as mulheres contra a violência, pois não possui o condão preventivo, tão pouco de ressocialização e ainda, promove a vitimização feminina, é necessário que o Direito Penal perca força com a diminuição da criminalização, potencializando-se ao contrário, a cidadania, através dos mecanismos previstos na própria Constituição Federal.

Em contraposição, Mello (2017) entende que a tendência teórica do Direito Penal Mínimo deve ser repensada quanto à questão de gênero, pois, se historicamente o Direito exerceu regulação, controle e violência contra às mulheres, logo, uma minimização do sistema penal não irá garantir a prevenção e o enfrentamento à violência de gênero. Ou seja, não basta minimizar o Direito Penal, é necessário modificá-lo, tornando-o uma importante ferramenta em prol dos direitos humanos das mulheres.

Mas afinal, o que é essa tendência do Direito Penal Mínimo? Ele é realmente incompatível com o rigor penal contra a violência de gênero?

Entende-se tal denominação “Direito Penal Mínimo” diretamente relacionada ao princípio constitucional penal da subsidiariedade e intervenção mínima, que desdobra-se ainda no princípio da fragmentariedade. Assim, a tutela penal é de reserva, secundária, utilizada como ultima ratio, quando as demais áreas do direito não garantem proteção completa. Assim, nem toda ofensa ou perigo a bens jurídicos devem receber atenção do/a legislador/a penal. Verifica-se, portanto, uma associação com o modelo garantista de Direito Penal, caracterizado por axiomas relacionados ao bom e devido andamento do processo penal.

A LMP e a Lei do Feminicídio representam justamente o adstrito respeito ao critério da fragmentariedade: foram incorporados ao ordenamento jurídico a partir das denúncias por parte dos movimentos de mulheres e movimentos feministas acerca do exponencial aumento da violência de gênero, no ambiente doméstico e familiar e a constatação de que o modelo pautado na (re)conciliação e despenalização contribuía para a estagnação do estado de coisas.

Segundo Mendes (2014, p. 183-184), o modelo de Direito Penal Mínimo é compreendido como aquele no qual o Poder Público e o poder penal estejam rigidamente limitados e vinculados à lei no plano substancial e submetidos a um plano processual. Por outro lado, o modelo do direito penal máximo aproxima-se do modelo de Estado Totalitário, pois seria incondicionado e ilimitado, caracterizado pela excessiva severidade, incerteza, imprevisibilidade das condenações e das penas.

O Direito Penal Mínimo é condicionado e limitado ao máximo, e corresponde não apenas ao grau máximo de tutela das liberdades cidadãs frente ao poder punitivo, mas a um ideal de racionalidade e de certeza. O garantismo toma como única justificativa do direito penal a sua função de lei do mais fraco, em contraposição à lei do mais forte, que vigora

na sua ausência. Incontestavelmente, a mulher é o “mais fraco”, no momento em que é parte ofendida, ré ou condenada. Assim, se os direitos fundamentais adquirem o papel de limites do direito penal nas sociedades democráticas, propõe-se investigar quais direitos das mulheres cumpririam essa tarefa, chegando aos direitos de autodeterminação e à proteção (MENDES, 2014, p. 184-185).

Não se vislumbra, portanto, qualquer incompatibilidade entre a criminalização da violência doméstica e o modelo do Direito Penal Mínimo. Adotar medidas de prevenção, punição e enfrentamento à morte de mulheres, por serem mulheres, não afronta princípios garantistas do Direito Penal, não existindo aproximação com modelos mais próximos ao do Direito Penal Máximo, caracterizado como totalitário.

Isso se dá justamente pela adesão ao que de proveitoso pode ser extraído do chamado Direito Penal Simbólico. Ambas as leis – nº 11.340/06 e 13.104/15 – representam uma relativa adesão a este modelo, que impõe uma mudança do imaginário social: se antes, cometer violência contra a mulher não custaria mais do que uma cesta básica, agora, a violência e, principalmente, a violência em sua forma mais extrema – a morte (feminicídio) – são rigorosamente punidas.

Essa estratégia de apelo ao simbolismo não tem como escopo se afixar como a estratégia terminativa em prol da cessação da violência de gênero. Esta, está imbrincada por diversos e variados fatores e condicionantes sociais e estruturais. O simbolismo de mudança da postura do Estado frente à violência de gênero é, não a principal, mas mais uma das tentativas de justificar.

Quando da promulgação da Lei do Feminicídio, em março de 2015, a então Presidente da República, Dilma Rousseff declarou: “Não aceitem a violência dentro e fora de casa. Denunciem, e vocês terão o Estado brasileiro ao seu lado” (PRADO, 2015). Ocorre que, é justamente a proposta de “ter o Estado ao lado das mulheres” o que enseja controvérsias, de modo que a criminalização do feminicídio tem levantado uma série de análises que questionam as estratégias empreendidas pelos movimentos feministas brasileiros. Por outro lado, têm-se emergido vozes favoráveis ao processo de judicialização (RIFIOTIS, 2007, p. 238), que atribuem à dimensão simbólica um viés positivo, capaz de promover uma mudança no imaginário social (MACHADO; ELIAS, 2016).

Muito embora concordem com o argumento da falência pragmática do sistema penal, Machado e Elias (2016) ressaltam que a inserção das categorias violência doméstica e familiar e feminicídio respaldam-se nas reivindicações por mudanças nominativas que deem visibilidade ao fenômeno, para que, no plano legal, lhe seja conferido um juízo de valor proporcional. Portanto, defendem que a inserção da categoria feminicídio em lei não produziu uma mudança contundente na prática criminalizante. Isso porque, em razão da supremacia do bem jurídico da vida, antes mesmo da inserção da categoria sociológica do feminicídio no CP, as mortes de mulheres eram judicializadas com penas qualificadas em outras disposições já existentes. Desta forma, pode-se afirmar que a Lei não tipificou uma nova conduta.

O que a nova qualificadora proporcionou foi, para além do viés simbólico de um pretensão “efeito moral”, um efetivo teor político no sentido de esclarecer que mulheres, todos os dias, morrem pelo simples fato de serem mulheres (ou se identificarem com este gênero), e que o Direito Penal não podia continuar alheio a este fato, contribuindo com a perpetuação de estereótipos de gênero, e a consequente segregação social produzida por estes.

Em se tratando de violência contra a mulher, é comum que o Direito Penal seja descreditado enquanto solução para a problemática (MACHADO; ELIAS, 2016). Definitivamente, o Direito Penal não é a solução: o equívoco está justamente na concepção de que tais deslocamentos discursivos no Direito Penal buscam uma solução utópica: nem a Lei Maria da Penha, nem a Lei do Feminicídio foram criadas com a pretensão de solucionar, de imediato, a estrutural violência de gênero presente no país. Configuram-se, na verdade, como estratégias de enfrentamento que dão margem a criação de respostas não penais com teor preventivo e educativo, capazes de impulsionar políticas públicas eficazes, a partir do reconhecimento das peculiaridades dos crimes cometidos nos contextos de violência doméstica, familiar e de gênero.

4. CONCLUSÕES

Assim, não há que se rechaçar o viés simbólico da elevação da morte misógina de mulheres à categoria jurídica de feminicídio, pois seu propósito é fazer insurgir seu teor eminentemente político, presente desde sua concepção, para embasar o contínuo movimento de enfrentamento às violências de gênero, dando a devida visibilidade ao fenômeno. Mais do que um apelo ao Direito Penal Simbólico, o acolhimento do feminicídio, em uma tendência cada vez mais expressiva na América Latina, tem como escopo desnudar a crueldade e a inescrupulosa motivação que reveste os crimes ocorridos por razões de gênero.

Depreende-se, pelo artigo 5º, incisos XXXVIII (competência do júri para crimes dolosos contra a vida) e XLI (a lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais) da Constituição Federal que o direito à vida deve ser protegido pela Lei Penal, logo, são infundadas as críticas à tipificação do feminicídio pautadas no Direito Penal Mínimo, na suficiência da figura típica do homicídio qualificado, na violação do princípio da igualdade entre os sexos e a ineficácia do sistema penal com vistas à prevenção deste crime (CASTILHO, 2015, p. 4). Neste sentido, Ela Wiecko V. de Castilho ainda pontua:

Não se trata de ampliação do Direito Penal e de recurso a efeito meramente simbólico, mas do aperfeiçoamento e atualização da norma penal para incidir em condutas que

antes eram acolhidas ou justificadas pela sociedade, embora sempre causadoras de dano a bem jurídico tradicionalmente sob proteção da lei penal, isto é, o direito à vida (CASTILHO, 2015, p. 5).

O propósito da nova qualificadora é proporcionar visibilidade para a dimensão e os contextos dos feminicídios e identificar entraves para evitar “mortes anunciadas”, aquelas que ocorrem após um longo ciclo de violências, que poderiam ser evitadas, principalmente quando as mulheres estão amparadas pelas Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha.

Além disso, pretende-se proporcionar um instrumento para evitar a minimização destes delitos no sistema de justiça criminal, refutando as teses em relação aos “crimes passionais” que invisibilizam o contexto discriminatório dos feminicídios. Por fim, tem como escopo fomentar um processo de mudanças de práticas no processamento e julgamento dos casos de feminicídio (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2016).

Verifica-se que há certo consenso de que trata-se de conduta criminosa a prática da violência de gênero em âmbito familiar, doméstico e nas relações afetivas. A divergência está na postura adotada, pelo Estado, para prevenir, coibir e enfrentar tal problemática. Conforme exposto anteriormente, não se defende a cega e utópica visão de crença na lei penal como solução para a estrutural desigualdade de gênero, determinante para a ocorrência de feminicídios. Defende-se, aqui, a mudança da postura legislativa como forma de deslocamento discursivo em prol de um efeito mais do que simbólico, e sim político, de nomeação do fenômeno que permite traçar estratégias cada vez mais eficazes de enfrentamento às violências.

Em suma, estes crimes não são mais descritos primordialmente como homicídio qualificado por motivo torpe ou motivo fútil, tampouco com a incidência da causa de diminuição de pena do §1º do art. 121, CP (violenta emoção e injusta provocação da vítima). Assim, pelo menos teoricamente, abandonou-se o apelo à ideia de “matou por amor”. Se matou, foi por ódio ao que representa “ser mulher” em sociedade. Se matou, é porque a masculinidade tóxica, e ao mesmo tempo frágil, sucumbiu ao sentimento de rejeição ou abandono.

A postura do Estado e da sociedade de forma geral, passou por uma modificação do paradigma: da indiferença à intolerância. A proposta de “ter o Estado ao lado das mulheres”, deste modo, é a forma através da qual afirma-se uma postura crítica e preocupada com as especificidades de gênero.

O Direito tem gênero, sendo este masculino: criado por homens e para homens. Naturalmente, foi a partir dele que, oficialmente, a dominação masculina estruturou-se, através de discriminações baseadas nas diferenças sexuais. Passou da hora de transformá-lo por meio da(s) perspectiva(s) crítica(s) feministas.

A categoria sociológica, e agora jurídica, do feminicídio, representa o início deste processo de transformação, versando justamente sobre aquilo que é mais caro às mulheres, isto é, suas vidas... constantemente ameaçadas pelo fato de serem ou se identificarem como mulheres.

Assim, a constatação de que homens matam mulheres retrata quão fortemente as tradições de dominação, sexismo e violência perpassam o espaço-tempo e continuam cerceando a liberdade, dignidade e a vida das mulheres durante todas as fases da vida, o que consequentemente restringe e afeta suas vivências enquanto sujeitas de direito.

Com esta pesquisa, espera-se ter contribuído com o registro dos principais posicionamentos acerca do feminicídio no panorama brasileiro, bem como com a incitação de discussões futuras. Como visto, uma simples palavra - feminicídio - foi capaz de mobilizar discussões acadêmicas e políticas de diversas ordens. Os frutos dessa análise lançam-se em defesa da adoção deste termo e do empoderamento feminino a partir de sua utilização na busca por um sistema de justiça que se adeque às demandas feministas.

REFERÊNCIAS

- [01] AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Feminicídio, 2016. Disponível em: < <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/feminicidio/> > Acesso em 08 de set. 2017.
- [02] ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sistema penal máximo x cidadania mínima: códigos da violência na era da globalização. 2. ed. rev - Porto Alegre: Editora Livraria do Advogado, 2016.
- [03] AZEVEDO, Elisa Girotti; CELMER, Rodrigo Ghringhelli de. A violência de Gênero, produção legislativa e discurso punitivo - uma análise da Lei nº 11.340/2006, Boletim do IBCCRIM, Ano 14, n. 170, jan/2017.
- [04] BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: Da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (ORG). Criminologia e Feminismo. Editora Sulina, Porto Alegre, 1999, p. 19-80.
- [05] BRASIL. Decreto-lei nº 2.848 de 7 de Dezembro de 1940: Código Penal. Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal. Obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha - 3 ed. - São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

- [06] BRASIL. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006: Lei Maria da Penha. Vade Mecum Penal: Penal, Processo Penal e Constituição Federal. Obra coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Livia Céspedes e Fabiana Dias da Rocha – 3 ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.
- [07] BRASIL. Lei nº 13.104 de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm > Acesso em 04 de ago. 2019.
- [08] BUENO, Mariana Guimarães Rocha da Cunha. Feminismo e Direito Penal. Dissertação (Mestrado em Direito Penal) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, 2011. Disponível em: < <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2136/tde-14052012-161411/pt-br.php> > Acesso em 25 de jul. 2019.
- [09] CAMPOS, Carmen Hein de. Feminicídio no Brasil: Uma análise crítico-feminista. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Violência, Crime e Segurança Pública. Revista Sistema Penal & Violência. Porto Alegre, v. 7. n.1 – p. 103-115. Jan-Jun. 2015.
- [10] CAMPOS, Carmen Hein de. Razão e Sensibilidade: Teoria Feminista do Direito. In: _____(ORG). Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011, p. 01-12.
- [11] _____. CARVALHO, Salo de. Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira. In: _____(ORG). Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista. Editora Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2011, p. 143-169.
- [12] CASTILHO, Ela Wiecko Volkmer de. Sobre o feminicídio. Boletim IBCCrim. Ano 23, nº 270 - maio/2015.
- [13] FERNANDES, Valéria Diez Scarance. Raio X do Feminicídio em São Paulo: é possível evitar a morte. São Paulo, Núcleo de Gênero do Ministério Público de São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Nucleo_de_Genero/Feminicidio/2018%20-%20RAIOX%20do%20FEMINICIDIO%20pdf.pdf> Acesso em 19 de jul. 2019.
- [14] GÊNERO E NÚMERO. Mapa da Violência de Gênero. Julho, 2019. Disponível em: <<https://mapadaviolenciadegenero.com.br/>> Acesso em 19 de jul. 2019.
- [15] G1, Monitor Da Violência - Análise dos Números da Violência no Brasil. Cresce o nº de mulheres vítimas de homicídio no Brasil; dados de feminicídio são subnotificados. 07 de março de 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/cresce-n-de-mulheres-vitimas-de-homicidio-no-brasil-dados-de-feminicidio-sao-subnotificados.ghtml> > Acesso em 21 de jul. 2019.
- [16] JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. 2.ed. rev. e atual. Brasília, 2012.
- [17] KARAM, Maria Lúcia. Os paradoxais desejos punitivos de ativistas e movimentos feministas. Revista Justificando. Mar. 2015. Disponível em: < <http://www.justificando.com/2015/03/13/os-paradoxais-desejos-punitivos-de-ativistas-e-movimentos-feministas/> > Acesso em 30 de jan. 2018.
- [18] LAGARDE, Marcela. Por la vida y la libertad de las mujeres: fin al femicidio. El día, V., fevereiro, 2004. Disponível em: <<http://www.cimacnoticias.com.mx/especiales/comision/diavlagarde.htm>>. Acesso em 08 de jan. 2018.
- [19] MACHADO, Isadora Vier. Para além da judicialização: uma leitura da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) em três dimensões. In: CARVALHO, Érika Mendes de (ORG). Direitos Fundamentais e Sistemas de Justiça. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. p. 231-255.
- [20] _____. Da dor no corpo à dor na alma: uma leitura do conceito de violência psicológica da Lei Maria da Penha. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, 2013. 282 p.
- [21] _____. ELIAS, Maria Ligia G. G. R. A Lei Maria da Penha completa nove anos: é possível trilhar caminhos para além de sua dimensão simbólica? Boletim 281 - IBCCRIM - Abril/2016. Disponível em: < https://www.ibccrim.org.br/boletim_artigo/5745-A-Lei-Maria-da-Penha-completa-nove-anos-e-possivel-trilhar-caminhos-para-alem-de-sua-dimensao-simbolica > Acesso em 16 de fev. 2018.
- [22] MELLO, Adriana Ramos de. Feminicídio: uma análise sociojurídica da violência contra a mulher no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro, LMJ Mundo Jurídico, 2017.
- [23] MENDES, Soraia da Rosa. Criminologia Feminista: novos paradigmas. São Paulo: Saraiva, 2014.
- [24] PASINATO, Wânia. “Feminicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. Cadernos Pagu (37), jul-dez de 2011. p. 219-246.
- [25] PRADO, Débora. Conquista: com sanção presidencial, feminicídio é tipificado no Código Penal brasileiro, 2015. Disponível em: < <http://www.compromissoeatitudes.org.br/conquista-com-sancao-presidencial-feminicidio-e-tipificado-no-codigo-penal-brasileiro/> > Acesso em 16 de fev. 2018.

- [26] QUINTANA, Carmen Rosa Villa. Modelo de protocolo latino-americano para investigação de mortes violentas de mulheres (femicídios/feminicídios). Brasil, 2014. Disponível em: < http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/05/protocolo_feminicidio_publicacao.pdf > Acesso em 07 de jan. 2018.
- [27] RADFORD, Jill. RUSSELL, Diana. Femicide: the politics of woman killing. New York: Twayne Publishers, 1992.
- [28] RIBEIRO, Djamila. Quem tem medo do feminismo negro? Companhia das letras, 2018
- [29] RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioiga a Beijing. III Encontro feminista Latino-americano e do Caribe realizado em Bartioga/Brasil e o processo de organização das mulheres brasileiras (1994/95) e IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16459/15033> > Acesso em: 12 de jan. 2018
- [30] RIFIOTIS, Theophilos. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. Revista Katálysis, vol. 11, nº 2. Florianópolis, jul/dez de 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802008000200008&lng=pt&tlng=pt > Acesso em 30 de jan. 2018.
- [31] SANTOS, Cecília MacDowell. Da delegacia da mulher à Lei Maria da Penha: Absorção/tradução de demandas feministas pelo Estado. Revista Crítica de Ciências Sociais. Estudos feministas e cidadania plena (Online), 89/2010. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/rccs/3759> > Acesso em 29 de jan. 2018.
- [32] SANTOS, Juarez Cirino dos. Os discursos sobre crime e criminalidade. ICPC, 2012. Disponível em: <http://icpc.org.br/wp-content/uploads/2012/05/os_discursos_sobre_crime_e_criminalidade.pdf> Acesso em 02 de ago. 2019.
- [33] SEGATO, Rita Laura. Que és un feminicídio: notas para un debate emergente. Série Antropologia. Brasília, 2006.
- [34] SMART, Carol. La teoria feminista y el discurso jurídico. In BIRGIN, Haydée. El derecho em el gênero y el gênero en el derecho. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000, p. 31-71.
- [35] WASELFSZ, Julio Jacobo. Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres no Brasil. OPAS/OMS, ONU Mulheres, SPM e Flacso. Disponível em: < <http://www.mapadaviolencia.org.br/> > Acesso em 12 de jan.2018.

Autores

ADRIANO PEREIRA BASILO DE OLIVEIRA

Assistente social, Mestre em Adolescente em Conflito com a Lei, Doutorando em Serviço Social. Professor e coordenador do curso de Serviço Social no grupo Educacional Unigranrio.

AGUIDA CAETANO DA SILVA

Graduada em direito pela Universidade Estadual de Londrina.

ANA CAROLINA PEDROSO DE ALMEIDA

Assistente Social no Instituto Iapar/Emater PR. Graduada em Serviço Social nas Faculdades Integradas do Brasil – Unibrasil. Especialista em Direito Aplicado ao Suas pelo Grupo Educacional Itecne de Curitiba/PR e em Vulnerabilidade Social pela Faculdade Alfamérica.

ANA CAROLINA SILVA DOS ANJOS

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará, Especialista em Políticas Públicas e Serviço Social, Servidora Pública no Município de Tucuruí-Pará.

ANDERSON HENRIQUE VIEIRA

Advogado; Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande. Integrante do Grupo De Estudo e Pesquisa Em Direitos Humanos Da UFCG - GEPDIH na linha de pesquisa "Direito à Cidade, Política Pública e Poder Local" e integrante do projeto de pesquisa "Emphyteusis and urban land: exploring the potential uses of ground leases in Brazilian cities" financiado pelo Lincoln Institute of Land Policy. Mestrando em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido (PLANDITES) - UERN. Bolsista da Fundação de Apoio a Pesquisa do Rio Grande do Norte (FAPERN) e da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH).

ANELIZE FELICIO FELIPE

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Saúde da Pessoa Idosa pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Especialista em Auditoria e Gestão de Saúde Coletiva, Redes Hospitalares e Clínicas pela Faculdade Integrada do Ceará - FIC/Estácio. Especialista em Saúde Pública: Ênfase em Saúde da Família pela Universidade Vale do Acaraú - UVA. Servidora Pública Municipal de Aquiraz-Ce e de Maranguape-Ce.

BRENDA M. LOPES CORREA

Estudante do 4º ano do curso de Psicologia no Centro Universitário de Maringá (UniCesumar), em Maringá-PR.

CAMILA TORRES ITUASSU

Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2002) e possui Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2014). Atualmente é Professora da Universidade Católica Dom Bosco em Campo Grande - MS e tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia do Trabalho e Organizacional, atuando principalmente nos seguintes temas: subjetividade, afeto e trabalho.

CAROLINE GOERCK

Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade de Santa Cruz do Sul - Unisc -, Mestrado (2004-2006), Doutorado (2006-2009) e Estágio Pós-Doutoral em Serviço Social (2010-2011) pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Pucrs. Atualmente é Professora da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM. Vem desenvolvendo pesquisas sobre Questão Social, Economia Popular Solidária, Processos de Trabalho, Políticas e Programas Sociais de Geração de Renda e Transferência de Renda. Mais recentemente vem se atendo a pesquisas relacionadas com Refugio, políticas sociais e a centralidade da categoria trabalho. Tem experiência na área de Serviço Social e de Projetos Sociais.

CHRISTIANE CRUVINEL QUEIROZ

Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR; Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa/PR; Bacharel em Direito pela Universidade Metodista de Piracicaba/SP.

CLEIDE APARECIDA GOMES RODRIGUES FERMENTÃO

Doutora em Direito das relações sociais pela UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ; (2004) pós doutoranda em direito constitucional-hermenêutica jurídica pela UNISINOS-RS, Mestre em Direito civil pela UEM -Universidade Estadual de Maringá-Pr (2001) e graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (1977), Proprietária - Escritório de Advocacia Cleide Fermentão desde 1978; professora titular no Programa de Mestrado e Doutorado da UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá. Membro do IAP -Instituto dos Advogados do Paraná e do IBDFAM- Instituto Brasileiro de Direito de Família - pesquisadora do ICETI - pós doutoranda em direito pela UNISINOS-RS. Advogada.

CRISTIANE MATIAZZI POSSER

Assistente Social graduada na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atuou como bolsista integrante do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social - NEPEPSTQS. Realizou estágio curricular em Serviço Social no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS Leste).

CYNTIA NATYELLE FERNANDES SOBRINHO

Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Maranhão-UFMA (2010-2015). Graduação em andamento em Odontologia no Centro Universitário Santo Agostinho-UNIFSA (2019.2- cursando).

DALILA PEREIRA MACHADO

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal. Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

DANIELE EYNG

Assistente Social, especialista em “Famílias e práticas profissionais”.

DANUTA ESTRUFKA CANTOIA LUIZ

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1985), mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997) e doutorado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005). Atualmente é professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (Curso de Serviço Social e Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas). Tem experiência na área de Serviço Social e Ciências Sociais Aplicadas / Interdisciplinar, atuando principalmente nos seguintes temas: emancipação, sociedade civil, gestão pública democrática, cidadania, participação e prática profissional.

DAVID SOUSA GARCES

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba (2018), assim como em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Ceará (2011), Especialista em Políticas Públicas e Intervenção Social pela Faculdade Internacional do Delta - FID (2014), Especialista em Gestão Pública pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2014) e Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2016). Mestre em Ciências Sociais e Humanas (2018) pelo PPGCSH da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Foi Tutor EaD do curso de Bacharelado em Administração Pública pela UNILAB (2014). Professor Visitante na Pós-Graduação em Políticas Públicas e Intervenção Social - FADIRE (2014/2015). Professor Visitante na Pós-Graduação em Políticas Públicas e Intervenção Social e na Pós-Graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Fundação de Ensino Superior de Olinda - FUNESO (2015). Foi Tutor EaD/Polo da Especialização em Gestão Pública Municipal pela UNILAB (2015/2016), assim como foi Tutor de Polo na Graduação em Administração Pública pela UNILAB (2016/2017). Foi Coordenador de Tutoria nas Especializações em Saúde da Família e em Gestão de Recursos Hídricos, Ambientais e Energéticos pela UNILAB (2017/2018). Atualmente é professor nos cursos de graduação (Pedagogia) e pós-graduação (Especialização em Educação Infantil; Psicopedagogia e Gestão e Coordenação Escolar) pela faculdade PLUS.

DENISE BEATRIZ RACK DE ALMEIDA

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, área de concentração Serviço Social, Políticas Sociais, Movimentos Sociais e Saúde. Especialista na área da Infância e Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes pelo Instituto de Psicologia/USP-SP. Graduada em Serviço Social nas Faculdades Metropolitanas Unidas FMU/SP. Co-autora das obras: Caminhos pelos quais passa a educação; Caminhos pelos quais passa a educação 2: Diálogos entre Edgar Morin e Paulo Freire; Da Graduação às Práticas Pedagógicas (Ensino Fundamental - 4º e 5º ano). Atualmente coordena o curso de graduação em Serviço Social da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO).

DIEGO AUGUSTO RIVAS DOS SANTOS

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio (2013-2015). Especialista em Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-Rio (2012 - 2013). Graduação em Serviço Social pela Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO (2007 - 2010). Experiência como Assistente Social de 08 anos. Atua como Professor Universitário desde 2013. Atualmente é professor da graduação em Serviço Social da UNIGRANRIO. Apresenta experiência como professor e coordenador da Pós Graduação Lato Sensu em Políticas Sociais (Especialização). Atuou como membro do grupo de referência do Núcleo Baixada Organização e Luta, organizado pelo CRESS-RJ. Membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Duque de Caxias. (Gestão 2019-2021). Linhas de Pesquisa: Ações Afirmativas no Ensino Superior (cotas raciais e sociais); Violência Doméstica contra Crianças e Adolescentes; Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social; Ética e Exercício Profissional; Estágio e Formação Profissional; Direitos Humanos e Diversidade Sexual

DIEGO MATOS ARAÚJO BARROS

Licenciado em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA-CE (2001). Graduação em Química e Biologia também pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA-CE (2004). Especialista em Biologia pela Universidade Federal de Lavras - UFLA-MG (2008). Especialista em Nutrição Humana e Saúde pela Universidade Federal de Lavras - UFLA-MG (2016). Especialista em Educação para as Relações Étnico-Raciais (UNIAFRO) pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2016). Especialista em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB (2018). Especialista em Tecnologias e Educação Aberta e Digital pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB-BA / Universidade Aberta de Portugal (2019). Mestre em Ciências da Educação pela Universidade Americana - UA-PY (2011). Tem experiência nas áreas de Biologia Geral, Química Orgânica, Política Racial no Ambiente Escolar, Nutrição Humana e Educação atuando principalmente nos seguintes temas: Tecnologias na Educação, Relações Étnico-Raciais, Currículo, Biologia Geral e Saúde da Família. Atualmente cursando Bacharelado em Antropologia pela UNILAB - CE, Especialização em Educação a Distância: Gestão e Tutoria pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci, UNIASSELVI (2020) e Mestrando do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades - PPGMIH da UNILAB (2019). Professor da Educação Básica dos Municípios de Itapiúna e Capistrano, Estado do Ceará e Ensino Superior.

DIEGO MENDELSON NOBRE CARVALHO

Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Especialista em Direito e Processo Tributário pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Mediador e Conciliador Judicial certificado pelo Conselho Nacional de Justiça, atuando no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos do Fórum Clóvis Beviláqua.

DIOGO OSELAME PEREIRA BOEIRA

Mestrando em Direito pela Faculdade Unicesumar; Graduado em Direito pela Faculdade Unicesumar; Pós-graduado em Direito Notarial e Registral pelo Centro Universitário das Cataratas; Tabelião Substituto do 2º Registro Civil e 6º Tabelionato de Notas da Comarca de Maringá/PR.

DORIANA TETU LAMBERG

Graduada em Serviço Social nas Faculdades Integradas do Brasil - Unibrasil. Especialista em Questão Social sob a Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral.

EMANUELLE GOMES DOS SANTOS

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

ERICA SILVA DE OLIVEIRA

Mestre em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2011). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Grande Rio (2007). Atuou como assistente social no CEAM - Duque de Caxias, no Departamento dos Direitos da Mulher de Duque de Caxias no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher e na Maternidade Heloneida Stutard. Apresenta experiência como professora, tutora, conteudista e membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE do Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO.

ERIKA ALMEIDA CHAVES

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (2004). Especialização em DIREITOS SOCIAIS COM ENFOQUE EM DIREITO E PROCESSO PREVIDENCIÁRIO. FACULDADE DE TECNOLOGIA DARCY RIBEIRO, DARCY RIBEIRO, Brasil. Especialização em Gestão em Saúde. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil. Especialização em GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB, Brasil.

ÉVELLY SALVADOR MIRANDA

Mestra em Ciências Jurídicas pelo programa de Mestrado do Centro Universitário de Maringá- PR / UniCesumar; Especialista em Direito de Família, Sucessões e Previdenciário; Graduada em Direito pela Universidade de Vila Velha (UVV); Tabeliã de Notas e Registradora Civil das Pessoas Naturais do Estado do Paraná.

FABIANA DA SILVA SOUSA

Curso Técnico em Serviços Públicos pelo Instituto Federal Técnico em Agropecuária pelo Instituto Federal. Graduação em andamento em Odontologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA (2018.2 - Cursando).

FABIANA REGINA DA SILVA GROSSI

Formada em psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Graduanda em serviço social. Mestre e doutoranda em psicologia. Professora do Centro Universitário São Francisco de Barreiras e do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira.

FABIANO RICARDO VICENTE

Agrônomo, Estudante do nono semestre do curso de psicologia do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira.

FABIO JARDEL GAVIRAGHI

Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ (2017). Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS (2010). Graduado em Serviço Social pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Unijuí (2007). Tem experiência na área de Serviço Social com ênfase nas seguintes áreas: Trabalho, Questão Social, Educação, Incubadoras Sociais, Refugiados e Políticas Sociais. Líder do Grupo de Estudos, pesquisa e extensão em Políticas Sociais, Trabalho e Questão Social (NEPEPSTQS). Atualmente é Docente, com dedicação exclusiva, no Departamento de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.

FERNANDA JULIE PARRA FERNANDES RUFINO

Mestra em Ciências Jurídicas pelo Programa de Mestrado do Centro Universitário de Maringá - UniCesumar; especialista em Segurança Pública e em Direito de Administrativo pela faculdade Campos Elíseos; Especializanda em Docência no Ensino Superior pelo Instituto Pedagógico de Minas Gerais; graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Policial Militar; Docente na pós-graduação Direito Digital e Segurança Pública da UNIFAMMA e na graduação Gestão em Segurança Privada na Unicesumar. Conteudista da Universidade Laureate.

FERNANDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS BARBOSA

Licenciado em Geografia pelo Instituto Sumaré de Educação Superior - Faculdade Sumaré (2014), especialista em Psicopedagogia Institucional pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (2017), bacharelando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba. Exerceu a docência na educação básica pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (2012-2017). Atualmente é Iniciador Científico desenvolvendo estudos em Sociologia Política e do Trabalho.

GABRIEL DE SOUZA SALES

Acadêmico de Psicologia pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB, 2017 - 2021) em Campo Grande - MS e pesquisa sobre fluxos migratórios internacionais e a empregabilidade através da perspectiva sócio-histórica e materialista desde 2018 como voluntário de Iniciação Científica. Também participa do Grupo de Estudos em Teoria Sócio-Histórica, Migrações e Gênero do Programa de Mestrado e Doutorado da UCDB.

GABRIELA CATARINA CANAL

Pós-graduanda em Direito e Processo Penal pela ABDconst (2020-atual). Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá (2015 - 2019). Tem experiência na área de Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero, feminismos e feminicídio

GIBTON PEREIRA DE ANDRADE

Acadêmico do Curso de Direito do Centro Universitário Estácio da Amazônia; Pós-Graduando em Direito Penal e Processual Penal; e, Pós-Graduando em Ciência Política pela Universidade Estácio de Sá - UNESA; Tecnólogo em Gestão Pública; Tecnólogo em Investigação Forense e Perícia Criminal; e, Licenciado em História pelo Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto/SP; Bacharel em Teologia pela Faculdade de Ciências, Educação e Teologia do Norte do Brasil - FACETEN. Oficial da Polícia Militar do Estado de Roraima.

GIOVANNA BACK FRANCO

Mestranda em Ciências Jurídicas pelo Centro Universitário de Maringá. Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Maringá.

GIOVANNA FEILSTRECKER BALANI

Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina

JADNA SILVA FRANCO

Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA (2013 - 2018). Têm experiência na área de Enfermagem. Graduação em andamento em Odontologia no Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA (2019.1- cursando).

JOSE AIRTON ALMEIDA UCHÔA

Possui graduação em Direito pela Faculdade Estácio do Ceará (2014). Atualmente é policial militar do Governo do Estado do Ceará. Tem experiência na área da segurança pública, com ênfase em polícia comunitária. Já exerceu também a função de supervisor administrativo de empresas.

JOSÉ VINICIUS DE MOURA BEZERRA

Graduação em andamento em Odontologia pelo Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA (2018.2 - Cursando).

JULIANA FIRMINO FONZAR

Especialista em Metodologia e Docência no Ensino Superior (Unifatecie-Paranavaí) e Gestão em Saúde (UEM). Atua como Assistente Social no Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná Iapar-Emater.

KENJI BAIA ALVES

Licenciado em Matemática pela Universidade Federal do Pará, Especialista no Ensino de Matemática pela Faculdade Única de Ipatinga, Professor na Rede Municipal de Ensino de Portel-Pará.

LAYANE AIALA DE SOUSA LOPES

Graduação em andamento em Odontologia no Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA (2018.2- Cursando).

LEIRIANE DE ARAÚJO SILVA

Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestre em Política Pública e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília - UNB. Professora do Curso de Serviço Social do Centro Universitário Fametro- UNIFAMETRO. Servidora pública da Prefeitura Municipal de Maracanaú-CE, lotada na Secretaria de Assistência Social e Cidadania. Presidenta do Observatório de Práticas da Política de Assistência Social do Município de Maracanaú-CE - ObservaSUAS (2014-2017) e Conselheira Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS/3ª Região (2017-2020). Pesquisadora do Laboratório de Seguridade Social e Serviço Social (LASSOSS/UECE).

LETICIA DOS SANTOS SOUSA

Bacharel em Direito pela UNIFSA Advogada - OAB/PI nº 18.915 Pós - Graduanda em Trabalho e Previdenciário pela Alepi-FAR-Fundelta Mediadora e Árbitra Extrajudicial.

LÍVIA MARIA SALES DE SOUSA

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Saúde da Família pela Escola de Saúde Pública do Ceará. Assistente Social pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.

LUANNE MARIA DA COSTA MARTINS

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

LÚCIA ELIZABETH MOURA RODRIGUES

Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Especialista em Saúde da Família: Um Enfoque na Cultura Local pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Especialista em Serviço Social, Seguridade Social e Legislação Previdenciária pela Faculdade Rátio. Mestranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Servidora Pública Municipal de Aquiraz-Ce. Conselheira do CRESS Ceará. Professora da Pótere Assessoria em Serviço Social. Membro do FONACEAS, CIB, NUP-CE e da executiva do FETSUAS.

MAIARA RITIELE DE QUEIROZ

Especialista em direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Advogada.

MARCIA DOS SANTOS RODRIGUES

Assistente Social - Assistência e Promoção Social Exército de Salvação Graduada em Serviço Social pela Universidade do Planalto Catarinense- UNIPLAC. Especialista em: Metodologia para o enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, Gestão em Políticas Sociais pela Faculdade São Braz e Serviço Social e Gestão do SUAS pela Faculdade São Braz.

MARIA FÁTIMA BALESTRIN

Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná – UNICENTRO. Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná – UEPG.

MILENE HARUMI TOMOIKE

Possui graduação em Psicologia pelo Centro Universitário de Maringá (2012). Pós-graduada em Gestão Estratégica de Empresas pelo Instituto Paranaense de Ensino. Mestre em Tecnologias Limpas com ênfase em Psicologia Ambiental. Atuou como professora universitária na UNICESUMAR. É Consultora de Mercado e Pesquisa Científica.

NAIARA SANDI DE ALMEIDA ALCANTARA

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (2019); Mestre pelo Programa de Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2018); Bacherela e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (2017). Atualmente estuda tolerância política. Integrante do Núcleo de Pesquisa em Sociologia Urbana - Observatório das Metrôpoles (2013- 2017). Editora-Executiva da Revista Eletrônica em Ciência Política (Recp/UFPR). Participa dos seguintes grupos: 1) Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE); 2) Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública (CPOP); 3) Laboratório de Partidos Políticas e Sistemas Partidários (LAPES); e 4) Grupo de pesquisa Cultura Política, Comportamento e Democracia.

PATRICIA MARTINS GARCIA

Mestra em Ciências Jurídicas pelo Programa de Mestrado do Centro Universitário de Maringá - UniCesumar; especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio; graduada em Direito pela Faculdade Catuaí. cursando especialização em Direito Civil e Processo Civil e Direito Administrativo e Gestão Pública. Advogada. Docente do curso Direito da Faculdade Catuaí de Cambé/PR. Contendista da Universidade Laureate.

PATRÍCIA MARTINS GARCIA

Mestra em Ciências Jurídicas pelo Programa de Mestrado do Centro Universitário de Maringá - UniCesumar; especialista em Direito de Família e Sucessões pela Faculdade Damásio; graduada em Direito pela Faculdade Catuaí. cursando especialização em Direito Civil e Processo Civil e Direito Administrativo e Gestão Pública. Advogada. Docente do curso Direito da Faculdade Catuaí de Cambé/PR. Contendista da Universidade Laureate.

RAFAEL BEZERRA DOS SANTOS

Graduação em andamento em Odontologia no Centro Universitário Santo Agostinho - UNIFSA (2018.2-cursando).

RAPHAEL CAETANO SOLEK

Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade Estácio de Sá - UNESA. Atualmente é Coordenador de Pós-Graduação em Direito e Processo do Trabalho e Direito Previdenciário, Direito Civil e Processo Civil, Direito Penal e Processo Penal e de Trabalho de Conclusão de Curso, bem como Professor dos cursos de Pós-Graduação e Graduação em Direito do Centro do Universitário Estácio da Amazônia. Advogado/Sócio do Escritório Solek & Moraes Advogados Associados, atuando com ênfase nas áreas Trabalhista, Civil, Consumidor, Família e Assessoria Empresarial.

REGINALDO PEREIRA FRANÇA JUNIOR

Professor Adjunto I do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa - PB; Coordenador de Pós-graduação da Unidade Acadêmica de Direito da UFCG; Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina;

ROMULO AUGUSTO FRIEDRICH SANT'ANA

Assistente Social no CRAS Novos Horizontes - Guaratuba/PR. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal do Paraná Setor Litoral - Especialista em Questão Social sob a Perspectiva Interdisciplinar - Universidade Federal do Paraná Setor Litoral.

ROSÂNGELA BUJOKAS DE SIQUEIRA

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), Mestrado (2006) e Doutorado (2017) em Ciências Sociais Aplicadas na mesma instituição. É professora adjunta na Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO), em Guarapuava - PR, no curso de Serviço Social. Tem como foco de pesquisa os temas: sociedade civil; participação; movimentos sociais e gestão democrática das políticas sociais.

SARAH REGINA SANTOS OLIVEIRA

Atuou como voluntária na função de assistente Social na Rede Nacional de Associações de Pais e Pessoas com Fissura Labiopalatina (REDEPROFIS) Concluiu Residência Multiprofissional em Saúde em Síndromes e Anomalias Craniofaciais? Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais pela Universidade de São Paulo (HRAC/USP) na área concentração Atenção Clínica Especializada? 2019. Pós-Graduada em Gestão de Projetos Sociais? Faculdade de Educação São Luís em São Paulo e Pós-Graduada em Gestão Pública Municipal - Universidade da Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) -2015.2 Realizou estágio Curricular no Instituto Fernando Filgueiras -Hospital Regional de Santo Antônio de Jesus 2012- Graduada em em Serviço Social pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

SELMA DE MELO BARBOSA

Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2008) e mestranda no Programa de Estudos Pós-Graduados da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Foi Bolsista do Programa "Bolsa Treinamento", desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Comunitários da UFF, participando do Projeto: Estudo do Programa Bolsa Família no Estado do Rio de Janeiro, o que resultou no Trabalho de Conclusão de Curso e na articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Possui experiência profissional na área de Saúde do Trabalhador, Política Educacional e com Projeto envolvendo a comunidade por meio da Extensão Universitária.

SIMONE PEREIRA DOMINGOS

Assistente Social - Graduada em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Especialista em Questão Social sob a Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná - Setor Litoral. Especialista em Políticas Públicas pela Faculdade São Braz.

SOLANGE MARIA TEIXEIRA

Pós-Doutora em Serviço Social pela PUC-SP; Professora do Programa de Pós-Graduação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí.

STHEFANY FRANCISCA DE ALENCAR TITO

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí; Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

TAMIREZ LETICIA CARDOSO DA SILVA

Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Voluntária do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica- PIBIC.

TAMYRES CIRQUEIRA DOS SANTOS

Graduada em Serviço Social pela União das Faculdades dos Grande Lagos (UNILAGO). Atualmente, assistente social contratada do CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) pela Prefeitura de São José do Rio Preto-SP. Anteriormente trabalhou no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) da Prefeitura de Uchoa-SP. Realizou estágio supervisionado no INSS, junto à Responsável Técnica de Serviço Social da Gerência Executiva de São José do Rio Preto-SP.

TÂNIA DE FÁTIMA OLIVEIRA

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), especialização em Gestão Pública pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2016), Atualmente cursa a especialização em Gerontologia, ambos os cursos são ofertados pelo Núcleo de Tecnologia e Educação Aberta a Distância (Nutead) da UEPG. Participou do Grupo de estudos do Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas: Estado, Políticas Públicas e Práticas Sociais. Atualmente é funcionária pública municipal em Ponta Grossa-PR, onde atua num Centro de referência de Assistência Social - CRAS, equipamento de proteção social básica.

THIAGO CEZAR GIAZZI

Mestre em Ciência Jurídica pelo Programa de Pós Graduação da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP - 2018. Especialista em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estadual de Londrina - 2010. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual de Londrina - 2009. Cursando especializando em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Catuaí - Conclusão 2020/1. Professor e Coordenador do Curso de Direito na Faculdade Catuaí de Cambé - PR. Professor da Especialização em Gestão de Pessoas da Faculdade Catuaí. Professor convidado da Especialização em Direito do Trabalho e Direito Previdenciário da UNIPAR - Umuarama - PR. Conteudista da Universidade Laureate. Professor do IEJ - Instituto de Ensino Jurídico (EAD). Advogado.

VALESKA DENISE SOUSA GARCES

Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Roraima (2010) e graduação em Direito pela Faculdade Cristo Rei (2015). Especialista em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2017), Especialista em Direito do Trabalho pela UNOPAR (2017) com ênfase na área de ciências sociais, negócios jurídicos e direito do trabalho e

Especialidade em andamento em Direito Previdenciário pela Faculdade Damásio (2018). Foi estagiária no TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, onde atuava como assessora jurídica trabalhando diretamente com processos e principalmente no auxílio das sentenças, assim como foi aluna especial no Mestrado em Direito Negocial na Universidade Estadual de Londrina (2017) na disciplina de Seminários em Temas Jurídicos Contemporâneos I, Direitos Humanos e Negócios Jurídicos no Sistema Processual Interamericano e na disciplina Empresa, Meio Ambiente, Inclusão Social e Relações de Trabalho. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito do Trabalho, Previdenciário e de Família, atuando atualmente com advogada Dativa no norte do Paraná. Atualmente é Advogada no escritório de advocacia e assessoria jurídica VG, atuando na área Trabalhista/Previdenciária, assim como na área de Família, dentre outros.

VANESSA ELISABETE RAUE RODRIGUES

Doutora em Educação e Pós doutoranda em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa. É pesquisadora do Grupo GEPÊPrivação da Universidade de São Paulo. É coordenadora pedagógica do Centro de Educação Básica para Jovens e Adultos, Nova Visão instalada no Complexo Penitenciário de Guarapuava Pr, além de atuar como Docente Colaboradora da no Departamento de Pedagogia da Universidade do Centro Oeste – UNICENTRO.

VANIELE SOARES DA CUNHA

Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. (2020). Pós-graduada em Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Possui graduação em Serviço Social pela Universidade do Grande Rio (2010). Atualmente é assistente de coordenação e apoio à pesquisa do curso de Serviço Social da Unigranrio, é professora colaboradora do Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO, atuou como assistente social preceptor da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy - UNIGRANRIO.

WELLINGTON ROCHA ALMEIDA

Estudante do nono semestre do curso de psicologia do Centro Universitário Arnaldo Horácio Ferreira.

YENIFER MICAELA FANK BARBOSA

Graduada em direito pela Universidade Estadual de Londrina.

ZULMAR FACHIN

Doutor em Direito Constitucional (UFPR). Mestre em Direito (UEL). Mestre em Ciência Política (UEL). Professor no Programa de Doutorado e Mestrado da UNICESUMAR, na UEL e na Escola de Direito das Faculdades Londrina. Membro eleito da Academia Paranaense de Letras Jurídicas. Presidente do IDCC -Instituto de Direito Constitucional e Cidadania. Pesquisador do ICETI.

ISBN: 978-65-86127-34-8

CD

9 786586 127348